

COLETÂNEA DE ARTIGOS



CONHECIMENTO  
em **Pauta**

Volume **12**

**Artigos Científicos**

GRADUAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO **2021**

Unoesc Chapecó

**Organizadores:**

Diego Beal  
Celso Paulo Costa  
Daiane Pavan  
Inocencia Boita Dalbosco  
Gilberto Pinzetta



**editora**  
**unoesc**



© 2021 Editora Unoesc  
Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc  
É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da editora.

Fone: (49) 3551-2000 - Fax: (49) 3551-2004 - www.unoesc.edu.br - editora@unoesc.edu.br

#### Editora Unoesc

Coordenação  
Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro  
Revisão metodológica: Donovan Filipe Massarolo, Paula Stechenski Zaccaron  
Projeto Gráfico e capa: Saimon Vasconcellos Guedes  
Diagramação: Simone Dal Moro

#### Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F981c	Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina. Campus de Chapecó Conhecimento em pauta: artigos científicos graduação/especialização 2021 / organizadores: Diego Beal ... [et al.]. – Chapecó: Editora Unoesc, 2021. 466 p. – (Série Coletânea de artigos, v. 12)
	ISBN: 978-65-86158-75-5
	1. Ensino Superior - Pesquisa. I. Beal, Diego, (org.). II. Título. III. Série
	CDD 378

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Unoesc de Joaçaba

#### Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor  
Aristides Cimadon

Vice-reitores de Campi  
Campus de Chapecó  
Carlos Eduardo Carvalho  
Campus de São Miguel do Oeste  
Vitor Carlos D'Agostini  
Campus de Videira  
Ildo Fabris  
Campus de Xanxerê  
Genesio Téo

Pró-reitora Acadêmica  
Lindamir Secchi Gadler

Pró-reitor de Administração  
Ricardo Antonio De Marco

#### Conselho Editorial

Jovani Antônio Steffani  
Tiago de Matia  
Sandra Fachineto  
Aline Pertile Remar  
Lisandra Antunes de Oliveira  
Marilda Pasqual Schneider  
Claudio Luiz Orço  
Ieda Margarete Oro  
Sívio Santos Junior  
Carlos Luiz Strapazzon  
Wilson Antônio Steinmetz  
César Milton Baratto  
Marconi Januário  
Marcieli Maccari  
Daniele Cristine Beuron

#### Comissão Organizadora:

Diego Beal  
Celso Paulo Costa  
Daiane Pavan  
Inocencia Boita Dalbosco  
Gilberto Pinzetta

#### Comissão Científica:

Camilla Susana Faler  
Carla de Almeida Martins Basso  
Celso Paulo Costa  
Crisleine Zattis dos Reis  
Daiane Pavan  
Diego Beal  
Gilberto Pinzetta  
Manuela Gazzoni dos Passos  
Mariana Carolina Lemes  
Marineiva Moro Campos de Oliveira

**A revisão linguística é de responsabilidade dos autores.**



## Sumário

**APRESENTAÇÃO** .....7

### Ciências da Educação

**REFLEXÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE  
VIDEIRA ACERCA DO PROCESSO DE ENSINO INCLUSIVO** .....11

Marco André Serighelli, Mariana Araldi, Marineiva Moro Campos Oliveira

### Ciência Jurídica

**RESPONSABILIDADE ESTATAL PERANTE AS DEMANDAS  
JUDICIAIS DE MEDICAMENTOS NÃO REGISTRADOS PELA ANVISA** .....31

Bruna de Witt, Darlea Carine Palma Mattiello

**DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR NA RESSOCIALIZAÇÃO  
DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, NO CENTRO DE  
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)** ..67

Alessandra Guimarães dos Santos, Claudia Cinara Locateli

### Ciências Sociais

**FAMÍLIA E TRABALHO: ANÁLISE DO FILME “AMOR SEM  
ESCALAS” (UP IN THE AIR)** .....93

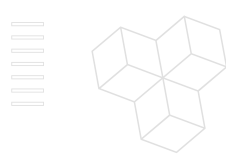
Angelica Carina Massmann, Vanessa Bodigheimer, Michele Gaboardi Lucas,  
Sayonara de Fátima Teston

**DINÂMICA FINANCEIRA DE CASAS SEM FILHOS** .....113

Jhonatan Soares da Silva, Creíci Lamonato, Michele Gaboardi Lucas

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL APLICADO À GESTÃO  
ESPORTIVA DE UM CLUBE DE FUTEBOL A PARTIR DO MODELO DE  
EXCELÊNCIA DE GESTÃO (MEG)** .....137

Fabiana Peres, Daiane Pavan



**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:  
CASO DO NÚCLEO DE APOIO CONTÁBIL E FISCAL (NAF) DA  
UNOESC CHAPECÓ .....159**

Noeli Teresinha Jung, Daiane Pavan

**APLICAÇÃO DO CONCEITO DA INDÚSTRIA 4.0 EM UMA  
EMPRESA DO SETOR DE EXTRAÇÃO E MANUFATURA DA ERVA-  
MATE DA MACRORREGIÃO DO MEIO OESTE CATARINENSE.....179**

Jacir Favretto, Darlan José Roman, Joveci José de Oliveira Filho, Leandro Dela Piccola

## **Ciências da Vida e Saúde**

**PROSOCIALIDADE E ATITUDES INTERPROFISSIONAIS NO PET-SAÚDE.....207**

Bruna Romilda de Azevedo, Luana Kethlyn Bellini, Sayonara de Fátima Teston

**PERFIL DO DESEMPENHO MOTOR E COGNITIVO DE CRIANÇAS  
COM INDICADORES DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO  
(AH/SD).....231**

Alisson Junior Cozzer, Francine Cristine Garghetti

**CONFLITOS FAMILIARES: PODEM ELES SER MOTIVOS PARA  
PROCURA PSICOLÓGICA? .....253**

Emanueli Mendes Santos , Aline Cviatkovski, Márcio Rodrigo Fantin

**FAMÍLIAS MULTIESPÉCIES: DIREITO DE CONVIVÊNCIA DOS  
FILHOS COM OS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO .....271**

Brenda Kelly Sartori, Claudia Cinara Locateli

**SER FILHO E IRMÃO NA PERSPECTIVA DO PRIMOGÊNITO .....303**

Patrícia Tomazelli, Michele Gaboardi Lucas

**A PERCEPÇÃO DE QUALIDADE CONJUGAL PARA MULHERES  
NA FASE ADULTO-JOVEM.....325**

Carla Janete Ritter, Michele Gaboardi Lucas

**AÇÃO SOLIDÁRIA NAS RUAS DE LAZER DO MUNICÍPIO DE  
CHAPECÓ - SC .....349**

Nathalia dos Santos, Mariluce Poerschke Vieira





**MOTRICIDADE FINA EM CRIANÇAS COM SUSPEITA DE TDAH:  
MÉTODOS DE AVALIAÇÃO UTILIZADOS NA NEUROPSICOLOGIA.....365**

Julio Cesar da Silva Maciel de Lima, Morgana Orso dos Santos

**PERFIL MOTIVACIONAL DE PARTICIPANTES DE MUSCULAÇÃO  
DE CORONEL FREITAS - SC.....385**

Luiz Fernando Brizot, Dayanne Sampaio Antonio, Luan Barth Alves, Rafael Cunha Laux

**NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNOESC CHAPECÓ.....405**

Francisco José Fassbinder, Dayanne Sampaio Antonio, Rafael Cunha Laux

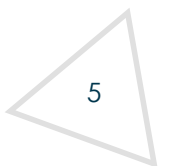
## Ciências Exatas e Tecnológicas

**KIT ROBÓTICO DE LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO PARA CRIANÇAS.....425**

Giohana Regina Mazzoneto Bassegio, Jean Carlos Henrichs

**ESTUDO DO REFORÇO DE CONCRETO ARMADO COM ADIÇÃO  
DE FIBRAS .....443**

Douglas Vinicius Fernandes, Crisleine Zottis dos Reis







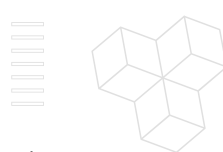
## APRESENTAÇÃO

Com o objetivo de dialogar acerca das produções de conhecimentos sobre temas relacionados às Ciências da Educação, Ciência Jurídica, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Vida e Saúde e Ciências Exatas e Tecnológicas, apresentamos a coletânea de artigos “Conhecimento em Pauta”, da Unoesc Chapecó, a qual chega à sua edição relativa ao ano de 2021. São 23 artigos escritos por estudantes e professores vinculados a cursos de Graduação e Pós-graduação do campus de Chapecó.

Os artigos elaborados e compartilhados evidenciam o compromisso e o rigor com a produção do conhecimento das diversas áreas. O movimento de partilha aqui estabelecido potencializa a disseminação desses conhecimentos e efetiva sobretudo a responsabilidade que a Unoesc assume frente à comunidade: a de promover a formação humana e profissional e a produção de conhecimento que contribua para o desenvolvimento regional.

Nessa coletânea, os trabalhos representam o processo de ressonância dialógica que remete aos enunciados que foram escritos, as marcas atenuadas da alternância dos sujeitos que sulcaram os artigos. Tudo isso, objetivando uma atividade discursiva que privilegia exercícios em que os sujeitos leitores compartilham suas impressões sobre os diversos discursos. Esperamos que você possa participar ativamente da compreensão dos textos, aceitando e/ou refutando as informações que aqui são postas à baila, suscitando a atividade responsiva ativa, momento em que o conhecimento novo e o anterior se entrecruzam e possibilitam o processo dialógico.





---

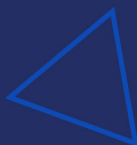
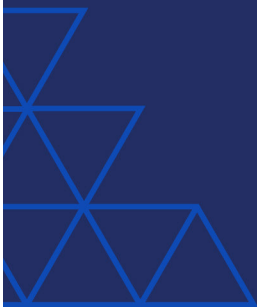
Agradecemos o empenho e dedicação de todos os autores, organizadores e comissão científica, e desejamos a todos boa leitura.

Marineiva Moro Campo de Oliveira  
Professora - Unoesc Chapecó





CIÊNCIAS  
DA  
EDUCAÇÃO







# REFLEXÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE VIDEIRA ACERCA DO PROCESSO DE ENSINO INCLUSIVO

Marco André Serighelli<sup>1</sup>

Mariana Araldi<sup>2</sup>

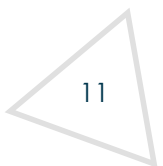
Marineiva Moro Campos Oliveira<sup>3</sup>

## RESUMO

A inclusão social é um processo complexo e multifacetado que envolve ações tipicamente humanas, e, ao referir-se ao processo de inclusão escolar precisa-se compreender o Ensino Inclusivo como via de materialização da inclusão social nos espaços escolares. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo identificar nas práticas de ensino de professores do Ensino Fundamental I de duas escolas regulares do município de Videira/SC as (im)possibilidades do Ensino Inclusivo. Para tal, realizou-se leituras e estudos sobre os aspectos teóricos e legais que abarcam a inclusão social de crianças com deficiência afim de organizarmos o levantamento bibliográfico acerca do tema. Também se realizou observações semiestruturadas in loco, bem como conversas com professores que possuem em suas turmas alunos público-alvo da Educação Especial. Os desdobramentos desses procedimentos metodológicos apontaram que o processo de Ensino Inclusivo dos alunos público-alvo da Educação Especial ainda precisa de ajustes no sentido de possibilitar a não só o acesso e a permanência deles na escola, mas que garantir que possam aprender os conhecimentos que no espaço escolar são socializados.

**Palavras-chave:** inclusão social; educação básica; deficiência.

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Unoesc, marco.serighelli@unoesc.edu.br  
<sup>2</sup> Pedagoga pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, Unoesc, marianaaraldi17@hotmail.com  
<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, marineiva.oliveira@unoesc.edu.br



## 1 INTRODUÇÃO

Várias indagações sobre o processo de Educação Inclusiva, de Ensino Inclusivo e de Educação Especial permeiam os contextos educacionais. Articulado às indagações, o presente trabalho objetivou identificar nas práticas de ensino de professores do Ensino Fundamental I de duas escolas regulares do município de Videira, Santa Catarina as (im)possibilidades do Ensino Inclusivo.

O Ensino Inclusivo é uma dimensão da educação que passou a ser objeto de estudo no campo educacional. É esta instância educacional que objetiva garantir às crianças Público Alvo da Educação Especial (PAEE) o um direito estarão acesso e permanência nas escolas regulares, entendendo esse direito como expressão da dignidade da pessoa humana, garantia protegida no artigo 208, inciso III da Constituição Federal a qual reconhece o “atendimento educacional especializado aos portadores<sup>4</sup> de deficiência [...]” (BRASIL, 1988).

Embora se possa observar significativos avanços no contexto histórico da inclusão, evidencia-se também limitações e fragilidades que ainda tornam este processo seletivo e excludente ademais, sob o olhar da normalidade, é um aspecto cultural o privilégio aqueles que aparentemente não apresentam nenhuma anormalidade. Privilégios que perpassam todas as instituições sociais, dentre elas as escolas. As crianças e jovens com deficiência, historicamente sempre ficaram a margem da sociedade, bem como dos espaços escolares,

É diante deste cenário que refletir sobre o Ensino Inclusivo é a possibilidade do “acerto de contas” com o cenário historicamente excludente. A inclusão se faz necessária a cada ano, com ela, o

<sup>4</sup> O termo portado não é utilizado para designar pessoas com deficiência, porém usaremos essa terminologia para mantermos a fidelidade da obra consultada.



desafio de garantir uma educação de qualidade para todos, pois infelizmente, ainda, o pleonasma todos precisa estar presente em nossos enunciados.

## 2 EDUCAÇÃO ESPECIAL, INCLUSIVA E O ENSINO INCLUSIVO

Para iniciar o movimento dialógico de escrita, a conexão com o leitor, destaca-se as diferenças conceituais de Educação Especial, Educação Inclusiva e Ensino Inclusivo, contudo, evidencia-se que o foco deste trabalho é o Ensino Inclusivo. Contudo, primeiramente, apresenta-se a Educação Especial.

Sobre a Educação Especial, pode-se definir que a educação de pessoas com deficiência iniciou quando os sistemas de ensino universalizaram o acesso à educação, mas continuaram excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas. A partir da necessidade de espaços especializados para o atendimento a pessoas com deficiência, criou-se instituições fora do âmbito escola.

No Brasil iniciou com o Instituto dos Meninos Cegos – IBC em 1854; três anos depois, 1857, criou-se o Instituto dos Surdos Mudos – INES; em 1926 é fundado o Instituto Pestalozzi, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. (BRASIL, 2006).

A partir de 1960 é que o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa ser fundamentado pelas disposições legais, entre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da criança e do adolescente, Política Nacional para Integração da



Pessoa Portadora de Deficiência, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, entre outros. Ademais é importante ressaltar que em 2001 a resolução CNE/CEB n. 2/2001, no art. 2º. Determina:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001).

Em 2003 o MEC cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos. Mas só em 2006 que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pela ONU, assegura um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, no cenário de Educação Inclusiva, a educação escolar busca atingir a qualidade social para todos os seus alunos no sentido de garantir o atendimento as crianças com deficiência. De acordo com a Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 em seu art. 1º institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ancorada no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Esta por sua vez é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadã.

A educação inclusiva é o ensino voltado para pessoas com deficiência, que por direito, podem frequentar a escola de ensino regular e a escola de educação especial.

A Secretaria de Educação Especial tem afirmado a concepção de educação inclusiva, fundamentada no princípio da atenção à diversidade e educação de qualidade para todos. Considerando o paradigma da



inclusão, a perspectiva é a garantia do acesso à educação, a melhoria das condições de aprendizagem e a participação de todos os alunos. (DUTRA, 2005).

Diante desse cenário, evidencia-se o Ensino Inclusivo, processo pelo qual objetiva efetivar a função social da escola, a saber, ensinar o conhecimento científico de forma sistematizado a todos os estudantes, é no Ensino Inclusivo que supera-se a ideia de que os estudantes com deficiência apenas devem se socializar, aqui, é evidente que eles devem aprender. Sabe-se que um dos direitos humano é o acesso à educação pública e gratuita, no qual as escolas devem estar adaptadas de forma a incluir todos os estudantes. Pois, ensinar é um ato político, no qual o professor disponibiliza a todos os alunos, sem exceção, um mesmo conhecimento.

O Ensino Inclusivo é aquele que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiência têm a oportunidade de preparar-se para a vida em comunidade e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social. (KARAGIANNIS; STAIMBACK; STAINBACK, 1999).

No convívio entre as crianças, elas se enriquecem por aprenderem juntas, desenvolvem a partir do cuidar uma da outra, e conquistam as atividades, habilidades e os valores necessários para uma melhor relação interpessoal. Quando as escolas incluem todos os alunos, a diversidade é respeitada e promovida como um valor na sociedade, com os resultados visíveis da paz social e da cooperação.



## 2.1 O ENSINO INCLUSIVO CHEGOU: E AGORA NOSSAS PRÁTICAS E CONTEXTOS?

Observa-se que a efetivação de um processo de inclusão na perspectiva do Ensino Inclusivo é determinada pelas mudanças dos e nos valores de uma sociedade, nos quais a escola está implicada historicamente, preparando o aluno com deficiência para o pleno exercício da cidadania e, ao mesmo tempo, preparando o ambiente escolar para receber estes alunos, mudanças que ocorrem de maneira lenta, gradativa, planejada e contínua, pois muito precisasse repensar na escola em relação à inclusão.

Para além das mudanças culturais, arquitetônicas e de concepção, precisa-se pensar e repensar o planejamento das aulas, sua organização e sua forma de operacionalização. Os professores precisam refletir sobre suas práticas num movimento de, inicialmente, aceitação da criança com deficiência, e num segundo momento, de acreditar em seu potencial, superar a crença de que a criança está em sala apenas porque existe uma lei que lhe garante o direito.

E, neste movimento de reflexão sobre a prática que dialoga-se sobre a flexibilização curricular e a pedagogia diferenciada centrada na cooperação, bem como estratégias como a aprendizagem cooperativa, são medidas a serem adotadas para que haja a inclusão escolar.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste trabalho foi identificar nas práticas de ensino de professores do Ensino Fundamental I de duas escolas regulares do município de Videira as (im)possibilidades do Ensino Inclusivo,





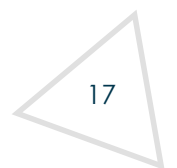
considera-se para análise o contexto de cada escola, bem como das condições objetivas de trabalho.

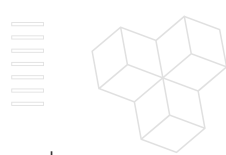
Com o intuito de seguir o rigor científico que se estabelece alguns critérios no processo de observação e na coleta dos dados. A coleta das informações obtidas se deu da seguinte forma: primeiramente a definição de duas escolas municipais que oferecessem turmas das séries iniciais do ensino fundamental que tivessem matrículas de alunos com algum tipo de deficiência.

A definição das duas escolas foi realizada pelo secretário de educação do município. Na sequência a definição das turmas, observou-se como critério salas com pelo menos dois alunos com algum tipo de deficiência e com a presença do segundo professor. Definidas as escolas e as turmas (quatro turmas atenderam os critérios descritos) utilizou-se um roteiro de observação previamente elaborado com questões semiestruturadas que serviram de guia durante os quatro dias de observação. O roteiro seguia três dimensões de observação, relações professor-aluno, aluno-aluno e o atendimento ao aluno com deficiência.

Em função da natureza do objeto e dos objetivos, privilegiou-se a abordagem qualitativa. Esta forma de pesquisa permite perceber elementos da subjetividade como parte constitutiva do indivíduo e das variadas formas de organização social. De acordo com Minayo, Deslandes e Gomes (2009), a pesquisa qualitativa oportuniza a observância de questões particulares, pois é uma abordagem do campo dos significados, das motivações, das crenças, dos valores e comportamentos. A pesquisa qualitativa se aproxima da pesquisa etnográfica, pois

[...] baseia suas conclusões nas descrições do real cultural que lhe interessa para tirar delas os significados que têm para as pessoas que pertencem a essa realidade. Isto obriga os





sujeitos e o investigador a uma participação ativa onde se compartilham modos culturais (tipos de refeições, formas de lazer etc.). (TRIVIÑOS, 1987).

Desta forma é possível perceber a realidade como tal, aonde as relações vão ganhando corpo e o pesquisador desvenda os significados. André (2009) ainda destaca que por meio da observação participante é possível registrar o que não se encontra escrito, desvelar o dia a dia da prática escolar, reconstruir os sentidos e suas diferentes formas de se manifestar. Nesse sentido, a pesquisa aqui relatada pautou-se na observação direta com a população pesquisada.

A seguir, destacam-se os resultados do esforço destinado, destacando, portanto, que apresentam limitações, mas dentro dos critérios definidos, foi sistematizado todos os dados coligidos e realizado um exame rigoroso no trabalho.

## 4 REFLEXÕES SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA

Primeiramente, nesta seção contextualizar-se os lócus de pesquisa, o município de Videira, o qual foi fundado em 1 de março de 1944 está situado no Vale do Rio do Peixe, no meio oeste catarinense. A população é de aproximadamente 52 mil habitantes e tem nas atividades industriais, comerciais e agrícolas a base de sua economia. Na esfera educacional o município em parceria com a rede estadual, privada e federal de educação atendem cerca de 50,7% das crianças de 0 a 3 anos, 79,4% de 4 e 5 anos e 96,9% dos estudantes de 6 a 14 anos. Mantem 19 centros de Educação Infantil e 9 escolas de ensino fundamental. "A educação básica tem como finalidade assegurar aos educandos o pleno exercício da cidadania e meios para que estes possam progredir no trabalho e em estudos posteriores." (BRASIL, 1996).

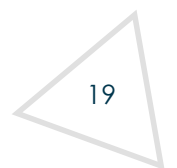


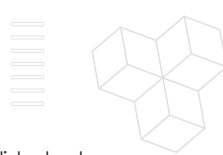


A rede municipal atualmente trabalha com centros de educação infantil (creche e pré-escola) e escolas de ensino fundamental, sendo obrigatório a partir dos 4 anos de idade. Entre a educação infantil, estão à disposição da comunidade videirense 16 Centros Municipais de Educação Infantil, na zona urbana e 03 Centros Municipais de Educação Infantil na zona rural. No ensino fundamental tem 9 escolas que oferecem esta etapa da educação básica, sendo duas destas localizadas na zona rural. Sua duração é de nove anos, atendendo pelos anos iniciais, e pelos anos finais, sendo influencia prioritária dos municípios em colaboração com os Estados, respeitada as distribuições proporcionais das responsabilidades e dos recursos financeiros em cada uma das esferas do Poder Público. O município também oportuniza atendimento especializado para os alunos da rede municipal através do CMAEE Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado – Tiago Scopel.

Para atender ao objetivo expresso neste trabalho, destaca-se que as turmas que serviram de lócus da pesquisa possuem a segunda professora, como é nominalmente chamada na escola. A segunda professora acompanha a turma apenas nas aulas da professora regente, nas demais aulas específicas, como Artes e Educação Física, não acompanha. O planejamento das aulas é elaborado apenas pela professora regente. Nas aulas específicas os alunos com deficiência que necessitam de algum atendimento específico, não possuem auxílio, ficando a cargo do professor da disciplina, o qual não consegue atender adequadamente todos os alunos.

A concepção de inclusão perpassa pela ideia de que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades, onde algumas são adaptadas para atender as diferenças individuais.





A Educação Especial é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que realiza o atendimento educacional especializado e disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008).

Uma das turmas apresentou mais do que um aluno com deficiência, o que torna o processo de ensino aprendizagem mais dificultoso. As duas professoras apresentaram dificuldades para trabalhar com a turma toda, ficando assim algumas lacunas em parte do processo. O número de alunos com dificuldades em sala de aula é grande, assim o trabalho do professor e a aprendizagem dos alunos ficam a fragilizados. Destaca-se essas afirmações na situação contextualizada como inclusiva, observada pelos pesquisadores quando a segunda professora auxilia um aluno surdo, sua comunicação é basicamente por mímicas, ela permanece praticamente o tempo todo ajudando-o, e nas poucas vezes que consegue, auxilia os demais alunos com dificuldade. A professora regente não consegue atender a todos os alunos da turma.

Para a inclusão dos alunos surdos, nas escolas comuns, a educação bilíngue - Língua Portuguesa/LIBRAS, desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino de Libras para os demais alunos da escola (BRASIL, 2008).

Quanto às relações interpessoais, foi possível perceber um comportamento um tanto seletivo nos momentos de atividades em grupos. Levavam em consideração os colegas com melhores materiais, destacamos outra situação que foi percebido é a chegada de estrangeiros na nossa região, onde muitos não sabem falar português e ainda são rejeitados pelas demais crianças. Nessas situações o papel





da professora é muito importante no sentido de auxiliá-los nessas relações para que se sintam acolhidos em nossa cidade.

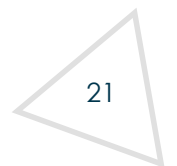
A política nacional para a integração da pessoa com deficiência prevista no Decreto 3.298/99 adota os seguintes princípios:

- I. Desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural;
- II. Estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico;
- III. Respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade, por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos. (BRASIL, 1999).

Outra observação importante é a maneira como a sala de aula é organizada. As crianças com deficiência sentam-se ao fundo da classe, próximo da segunda professora. Assim a professora regente atende preferencialmente os alunos que tem alguma dificuldade e alocadas nas primeiras carteiras

Nesse sentido é importante destacar uma passagem da Declaração de Salamanca a qual é mencionado o conceito de inclusão, sendo ele:

[...] parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos os alunos e, conseqüentemente, para toda a sociedade. (BRASIL, 1994).



Amparados no conceito acima disposto, é necessário que a professora regente e a segunda professora trabalhem juntas para elaborar planejamento, lecionar, dar atenção a todos de forma coletiva, superando qualquer tipo de segregação na sala de aula.

É muito comum encontrar a diversidade em sala de aula, assim como em qualquer lugar. O ambiente escolar é baseado em relações de aceitação, respeito e valorização das diferenças, entre professores, alunos e pais, é condição necessária para atingir o objetivo de uma educação inclusiva que contemple a diversidade.

Quando o professor juntamente com a coordenação pedagógica percebe que o aluno está com dificuldades no processo de aprendizagem, é realizado o encaminhamento para o CMAEE Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado – Tiago Scopel. De acordo com a fala de uma das especialistas do CMAEE,

[...] é realizado por três profissionais fonoaudiólogas, psicóloga e psicopedagoga uma triagem multidisciplinar para pré-diagnóstico. Cada profissional avalia individualmente o paciente para buscar dados referentes a sua área de atuação. Após as avaliações, as especialistas se reúnem e discutem cada caso apresentado e constroem um relatório que posteriormente é entregue para a família e para a escola, juntamente com um encaminhamento se necessário. Dependendo do resultado das avaliações a criança entra para a lista de espera para atendimento no CMAEE, onde realizam atividades diferenciadas que visam auxiliar no desenvolvimento de cada paciente. Atualmente a demanda de crianças que se enquadram nesse atendimento é grande, o Centro atende em média 400 crianças por ano. (informação verbal).

No mesmo relato a profissional traz um dado importante para a compreensão dos enfrentamentos dos problemas de aprendizagem que os professores sofrem. Ela destaca que



Cinquenta por cento dos casos avaliados no Centro de Atendimento é deficiência intelectual de grau leve e moderado. Essa deficiência compromete diretamente a capacidade cognitiva das crianças. Para as crianças com deficiência intelectual moderada é solicitado a escola que a insira na sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e será concedido a contratação de um auxiliar educacional para a turma em que esta criança/adolescente estiver inserido. Desta forma ela não fica para atendimento no Tiago Scopel por ser público da educação especial da escola. (informação verbal).

As duas escolas pesquisadas trabalham com o atendimento educacional especializado, onde cada criança com deficiência frequenta duas vezes por semana. De acordo com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), o AEE tem por finalidade identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade com fins de eliminar as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas, em todas as etapas e modalidades de ensino.

A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais só será bem-sucedida se antes forem tomados e observados alguns pontos: o professor regular deve acreditar que o aluno será bem-sucedido, toda a escola deve estar convicta de aceitar e compartilhar a responsabilidade pela aprendizagem de estudantes com necessidades especiais e os profissionais de educação devem estar predispostos a trabalhar em colaboração com as salas de aula regulares. (ERIC, 2002, apud GOMES; REY, 2007).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva está presente na educação em todas as etapas do ensino regular. A inclusão se faz necessária diante do



cenário atual no sentido de que o trabalho docente atinja a todos os alunos e que os profissionais da educação estejam dispostos a trabalhar de forma a garantir uma qualidade de ensino a todos os alunos, é essa garantia de ensino a todos que fundamenta o Ensino Inclusivo.

Afim de atender ao objetivo proposto os procedimentos metodológicos possibilitam a concluir alguns aspectos que se socializa com o leitor nesta seção. A saber; dentre outros, um aspecto importante a se destacar é a questão das relações interpessoais dos alunos. As diferenças individuais são inerentes a cada ser humano e tem grande influência nos processos de aprendizagem que são únicos para cada pessoa. O trabalho cotidiano da instituição escolar precisa desenvolver estratégias que amenizem a discriminação contra gênero, etnia, opção sexual, religiosa, indivíduos com deficiência, estilos de vida diversificados e composições familiares diversificadas.

A relação entre os pares no processo pedagógico e social interfere de forma significativa nos desdobramentos da aprendizagem bem como dos aspectos sociais. Esta dimensão do processo entre professor regente, "segundo professor" e alunos precisa ser harmônica. A sala de aula como espaço sagrado da aprendizagem e do convívio social, não pode parecer dois mundos distintos, de um lado alunos com deficiência e do outro, alunos "normais". Os espaços escolares são locais de diversidade, nos quais professores, alunos e equipe técnica administrativa precisam saber conviver e aprender com as diferenças.

Ao fim, pode-se concluir que precisamos ampliar os debates acerca do Ensino Inclusivo, possibilitando a compreensão do papel social da escola, o qual é ensinar a todos os conhecimentos historicamente acumulados. Contudo, ainda se nota a fragilidade nesse processo inclusivo o que demanda ainda manter o pleonasma Ensino Inclusivo, afinal o ensino deveria ser a todos.





## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da Prática Escolar**. 16. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009.

BRASIL. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, consolida as normas e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 1999.

BRASIL. Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 dez. 2004.

BRASIL. Decreto n. 6.571, de 17 de Setembro de 2008. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto n. 6.253, de 13 de Novembro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Declaração de Salamanca**, Brasília, 1994.

BRASIL. Lei n. 9394/96, 20 de dezembro de 1996. Estabelece diretrizes e bases para a educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://legislação.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/Leis9394.htm](http://legislação.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Leis9394.htm). Acesso em: 6 abr. 2019.



BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 191-A, p. 1, 5 out. 1988. Legislação Informatizada – Constituição de 1988 – Publicação Original. Disponível em: [w2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html](http://w2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html). Acesso em: 6 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sala de recursos Multifuncionais**: Espaço para Atendimento Educacional Especializado. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria n. 555/2007, prorrogada pela Portaria n. 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília, 2001.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jul. 2015.

DUTRA, C. P. *et al.* Entrevista: Inclusão. **Revista de educação especial**, Brasília v. 1, n. 1, out., 2005.

GOMES, C.; REY, F. L. G. **Representações compartilhadas de profissionais da Educação acerca da Inclusão Escolar**. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2007.

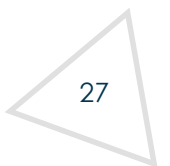
KARAGIANNIS, A.; STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Fundamentos do Ensino Inclusivo. *In*: STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. São Paulo: Editora Artes Médicas Sul LTDA, 1999.



MAZZOTTA, M. J. S. Identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da política educacional brasileira. **Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, n. 7, p. 11-18, maio 2003.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

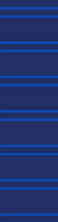
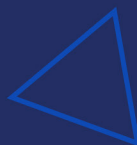
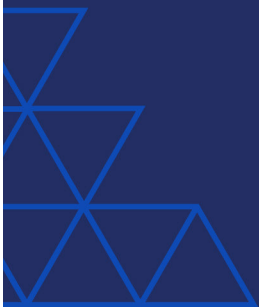
TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987







# CIÊNCIA JURÍDICA







# RESPONSABILIDADE ESTATAL PERANTE AS DEMANDAS JUDICIAIS DE MEDICAMENTOS NÃO REGISTRADOS PELA ANVISA

*State responsibility when faced with judicial demands for medicines not registered by ANVISA*

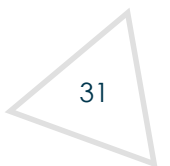
Bruna de Witt<sup>1</sup>  
Darlea Carine Palma Mattiello<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho busca analisar a responsabilidade estatal vinculada às dificuldades enfrentadas pelas pessoas que necessitam de medicação de uso não liberado pela Anvisa e os critérios utilizados para o seu fornecimento, além de esboçar a legislação relacionada à regularização dos medicamentos, no contexto do direito à saúde, que é um direito fundamental normatizado na Constituição da República Federativa do Brasil. O objetivo geral é esclarecer o panorama do direito de medicação de uso não liberado pela Anvisa, já que muitas pessoas que necessitam desses medicamentos para manutenção da sua saúde acabam sendo prejudicadas, sendo que o Estado possui o dever de tutelar e garantir saúde e bem-estar para a população. Como objetivos específicos, citam-se: tecer algumas considerações sobre o direito à saúde no Brasil; estabelecer o papel regulatório da Anvisa nesse processo; analisar a celeuma da grande demanda de ações, para compreender o cenário e enaltecer meios administrativos para a resolução das controvérsias; compreender qual o ponto em questão está causando essa problematização, já que se trata de um efeito em cadeia; e identificar o real problema que as pessoas enfrentam

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Auxiliar Jurídico. E-mail: bruna.dewitt@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Direito pelo Programa de Pós-graduação (stricto sensu) em Direitos Fundamentais da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Mestre em Direito e Especialista em Direito Constitucional pela Unoesc. Professora na Graduação e Pós-graduação na Unoesc. Advogada; darlea.palma@unoesc.edu.br



para conseguir o medicamento, ante o procedimento da Anvisa para conseguir uma aprovação de uma substância importante. Utiliza-se o método dedutivo e abordagem qualitativa, com uso da pesquisa técnica bibliográfica e documental. Em conclusão, tem-se uma análise prática dos problemas enfrentados pelos usuários e seu impacto nas instituições judiciais, bem como as responsabilidades do Estado frente as dificuldades apresentadas, em uma perspectiva de longo prazo.

**Palavras-chave:** direito fundamental à saúde; medicamentos de uso não liberado; Anvisa; judicialização.

## ABSTRACT

*This work seeks to analyze the state responsibility linked to the difficulties faced by people who refer to medication not used by ANVISA and the criteria used for its supply, in addition to drafting legislation related to the regularization of medicines, in the context of health law, which is a fundamental normative right in the Constitution of the Federative Republic of Brazil. The general objective is to clarify the panorama of the medication right for use not released by ANVISA, since many people who formulate drugs to maintain their health end up being harmed, and the State has a duty to protect and guarantee health and well-being for the population. Specific objectives include: making some considerations about the right to health in Brazil; establish ANVISA's regulatory role in this process; analyze the stir of the great demand for actions, to understand the scenario and to praise administrative means for the resolution of the controversies; understand which point in question is causing this problematization, since it is a chain effect; and to identify the real problem that people face to get the medicine, before the ANVISA procedure to get an approval of an important substance. The deductive and qualitative method is used, using bibliographic and documentary technical research. In conclusion, there is a practical analysis of the problems faced by users and their impact on judicial institutions, as well as the State's responsibilities regarding how to face, in a long-term perspective.*

**Keywords:** fundamental right to health; medicines for unlicensed use; Anvisa; judicialization.





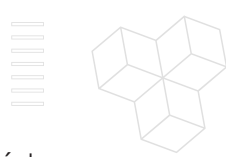
## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a atividade regulamentadora e fiscalizatória da entrada e criação de substâncias é exercida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ao longo do tempo, verificou-se a necessidade de uma regularização dos medicamentos que contêm substâncias de uso não liberado pela Anvisa no Brasil, ou seja, que não estão dentro do rol por ela regulamentado. Uma parte considerável da população sofre com isso, tendo que buscar o Poder Judiciário para conseguir realizar o tratamento, ou até mesmo meios ilegais como último recurso para manter a saúde.

Nesse contexto, o problema de pesquisa consiste em analisar a responsabilidade estatal vinculada às dificuldades enfrentadas pelas pessoas que necessitam de medicação de uso não liberado pela Anvisa e os critérios utilizados para o seu fornecimento, especialmente ante a judicialização disso decorrente. Tem-se como justificativa o fato de que o Brasil é carente em pesquisas científicas na matéria, o que assegura a necessidade de explorar o tema, sendo que o Direito pode, junto com a Anvisa, esclarecer e facilitar esse processo para que se torne menos moroso e com efetivos resultados, buscando inovações para o país em busca de acelerar um trâmite que historicamente é demorado, pois a população precisa de efetivas soluções.

Este trabalho tem como objetivo geral esclarecer as possibilidades de responsabilização do Estado, enquanto prestador do direito fundamental à saúde, sobre a excessiva necessidade de judicialização para o uso de medicamentos não liberados pela Anvisa no Brasil, partindo da hipótese primária que muitas pessoas – necessitando desses medicamentos para manutenção da sua saúde – culminam por recorrer ao Poder Judiciário para assegurar a utilização de tais fármacos. Os objetivos específicos, por sua vez,





situam-se em evidenciar o cenário balizador do direito à saúde no Brasil, esclarecer o papel da Anvisa enquanto órgão regulamentador e analisar a responsabilidade do Estado acerca da judicialização para que consiga obter medicamentos de uso não regulamentado pela Anvisa, como um efeito em cadeia.

A pesquisa tem base na área dos direitos fundamentais sociais, especificamente no direito ao acesso à saúde e medicamentos, utilizando-se de artigos científicos e legislações, portanto, caracteriza-se pelo uso da técnica bibliográfica e documental. Utiliza-se do método dedutivo, pois reconhece e analisa teorias, reflexões de pesquisadores de diferentes opiniões, com fins informativos para chegar em uma solução. Outrossim, tentou-se identificar como o Direito poderia encontrar uma solução juntamente com a área da saúde a fim de diminuir as demandas de ações judiciais através de uma abordagem qualitativa.

Em termos estruturais, o presente artigo apresenta, inicialmente, uma análise histórica sobre a regulamentação da medicação e da saúde no Brasil, partindo então para uma verificação prática dos problemas enfrentados pelos usuários, e como isso afeta o Judiciário. Nesse sentido, percebe-se a utilização do método histórico como auxiliar ao dedutivo na elaboração da pesquisa. Ainda, faz um apanhado sobre a responsabilização do Estado e sobre como ele poderia/deveria proceder para amenizar os problemas a longo prazo. Por derradeiro, apresenta conclusão sobre a pesquisa realizada, apontando os principais aspectos constatados e, assim, exteriorizando uma análise final sobre o assunto; seguindo-se o resumo em língua estrangeira e as referências utilizadas para elaboração da pesquisa.





## 2 DIREITO DE ACESSO AOS MEDICAMENTOS NO BRASIL: REGULAÇÃO, DIREITO À SAÚDE E RESPONSABILIDADE ESTATAL

O sistema normativo deve estar em contínua mudança para acompanhar as necessidades da sociedade, devendo adequar-se à essas mudanças. É imprescindível a criação de leis, normas, princípios norteadores, que tenham em consideração os costumes, a moral, a ética, buscando alcançar com a sua imposição uma convivência harmoniosa em sociedade. Neste contexto, a doutrina e jurisprudência colaboram com a solução e minimização dos conflitos existentes na sociedade e entre os cidadãos (HENRIQUE, 2018). A CF/88, dispõe no seu Título II a respeito dos “Direitos e Garantias Fundamentais” e no Capítulo I deste Título reconhece e consolida “Os direitos e deveres individuais e coletivos”. É de suma importância relacionar ao conteúdo do caput do artigo 5º da Carta Magna: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” (BRASIL, 1988).

Existem divergências, conflitos normativos no que tange ao direito fundamental à saúde cujas vertentes, positiva e negativa, são objeto de incompatibilidade a qual foi identificada através de análise da estrutura normativa que também estabeleceu o enquadramento do referido direito na esfera dos princípios. Deste modo, foi identificada a necessidade de aplicação da ponderação a fim de diminuir os referidos conflitos, além da necessidade de direcionamento pelo princípio da proporcionalidade, com intuito de racionalizar a discricionariedade a ele inerente, evitando inconsistências e subjetivismos, que poderiam acarretar violação do núcleo essencial do direito fundamental à saúde (TOSTA, 2018).





As normas constitucionais deixaram de ser observadas como integrantes de um documento exclusivamente político, mera convocação à atuação do Legislativo e do Executivo e passaram a desfrutar de aplicabilidade direta e imediata por juízes e tribunais. Nessa circunstância, os direitos constitucionais em geral e os direitos sociais em particular, converteram-se em direitos subjetivos em sentido pleno, comportando tutela judicial específica. A intervenção do Poder Judiciário, mediante determinações à Administração Pública para que forneça gratuitamente medicamentos numa variedade de hipóteses, procura realizar a promessa constitucional de prestação universalizada do serviço de saúde (BARROSO, 2009).

O direito de utilizar-se do Poder Judiciário para executar essa obrigação é tão indiscutível quanto o dever do Estado à prestação de atendimento médico e assistência farmacêutica, tanto que a própria Constituição Federal o assegura (artigo 5º, inciso XXXV). Não obstante, quando a Administração é constrangida por meio jurisdicional, a prestar sem distinção, atendimento médico e assistência farmacêutica, os cofres públicos sofrem grande prejuízo, comprometendo o funcionamento do Estado como um todo e não apenas da estrutura do SUS. Analisar-se-á as peculiaridades dessa "judicialização da prestação de assistência médico-farmacêutica", indicando as principais particularidades a serem analisadas por aqueles que estão envolvidos diretamente nessa situação, a fim de racionalizar e equilibrar os direitos em questão (GANDINI, 2008).

No plano processual, muitas vezes, sequer existe interesse jurídico para deflagrar a ação judicial, já que é indispensável, pela teoria processualística, comprovar que a pretensão é necessária e que vai trazer algum benefício em prol do autor da ação. Seja porque não se poderiam deixar desamparadas as pessoas com doenças raras, seja porque o Estado deve progredir nas pesquisas clínicas. E no plano





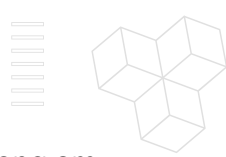
social, porquanto a solidarização decorrente dos gastos com terapias sem comprovação científica é compartilhada com todos os cidadãos. Estes são alguns dilemas que norteiam a Judicialização da Saúde e demonstram que os magistrados estão diariamente diante de “*hard cases*” que precisam de uma definição, pois há uma pessoa que possui uma patologia, há uma prescrição médica e há um tratamento disponível em algum lugar do mundo. Para alguns, isso é suficiente para a procedência do pedido (SCHULZE, 2018).

Os “*hard cases*”, no entanto, lidam justamente com medicamentos não registrados na Anvisa e com medicamentos e serviços não regulados no SUS. O Supremo Tribunal Federal enfrentou as duas questões nos Recursos Extraordinários. Como todo caso difícil, a resposta judicial advirá pela aplicação de um princípio jurídico, o que poderá envolver um juízo ponderativo inequívoco para solucionar o conflito entre o direito à saúde do demandante e o direito à saúde de terceiros. Há um certo consenso entre os juristas que se alinham à defesa da ponderação. Para os adeptos do sopesamento a melhor ferramenta heurística para dar maior objetividade ao sopesamento e assim, torná-lo mais racional, é a aplicação da norma da proporcionalidade e de seus subtestes: legitimidade do fim, idoneidade e necessidade do meio e proporcionalidade em sentido estrito (ALMEIDA, 2020).

## 2.1 DIREITO À SAÚDE NO BRASIL

Em 1988 com a Constituição da República Federativa do Brasil que o direito à saúde se normatizou, tornando-se um direito social. A proteção desse direito ao acesso de medicamentos existe em ordem nacional e internacional, baseada nos direitos humanos, os quais são reconhecidos pelo Brasil. Trouxe luz aos direitos fundamentais e ao





princípio da dignidade humana, desde o preâmbulo já menciona em assegura os direitos sociais, assim a Constituição de 1988 foi a primeira a ter um capítulo específico sobre direitos sociais, estabelecendo no artigo 6º que são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social e outros (NUNES JÚNIOR, 2018).

O artigo 196, bem como os seguintes, da Constituição Federal trouxe maior regulamentação normativa, uma norma definidora de direitos e uma norma que traz imposições de deveres e de tarefas. Fixaram diretrizes de um sistema único de saúde e exemplificou suas competências. Ainda, a Constituição assegura que todas as pessoas, em regra, tenham as mesmas condições de acessar o sistema público de saúde, porém não é qualquer pessoa em determinada circunstância que vai gerar um direito subjetivo a esse acesso, ou a qualquer prestação oferecida pelo Estado. Nesse sentido pode-se evidenciar a aplicação do princípio da proporcionalidade, por uma questão de razoabilidade de quando seria efetivamente necessária essa assistência pública (SARLET, 2018). Trata-se de referência à teoria de Alexy (2015) acerca do sopesamento ou ponderação, que se aplicam a partir da proporcionalidade (razoabilidade), em caso de colisão de princípios e conflito de regras quando se trata dos direitos fundamentais.

A efetividade do direito à saúde abrange o acesso a medicamentos que, de qualquer forma, pode auxiliar o cidadão a obter uma melhora em seu quadro de diagnóstico. Para assegurar o direito à saúde foi criado o SUS (Sistema Único de Saúde), que tem como princípio primar pela saúde preventiva. Carvalho (2008), disserta que é na saúde preventiva que entra a categorias de medicamentos, que são usados para tratamentos de doenças, muitas vezes ao longo prazo, que os pacientes acabam não tendo acesso pelo SUS, nem no



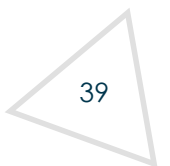


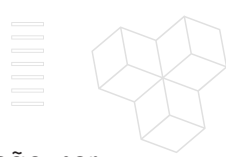
sistema particular, em virtude da proibição no país da substância de determinados medicamentos.

Para ter acesso a um medicamento no Brasil é necessário que esse medicamento seja aprovado pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que é uma autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, que foi criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. É uma agência reguladora que possui independência administrativa, estabilidade de seus dirigentes durante o período de mandato e autonomia financeira. (CONDESSA, 2005). Existe uma Gerência específica para tratar desses assuntos relacionados a medicamentos, que organiza e fiscaliza os pedidos de registros de medicamentos, pois eles têm finalidade profilática, curativa, com relevância econômica, social, regulatória e sanitária.

Se um medicamento é prescrito por profissional habilitado, mas para uma indicação não aprovada, e, portanto, que não consta incluída na bula, tal prática é chamada de uso *off-label* ou fora da bula. Um medicamento já registrado pode estar sendo objeto de estudo para novas indicações em novos estudos clínicos, mas enquanto seus resultados não forem submetidos e aprovados pela Anvisa, são consideradas de uso não autorizado, mesmo que não seja incorreto, pelo que o uso *off-label* distancia-se à primeira vista, da proteção conferida pelos instrumentos legais para registro de um medicamento. No uso *off-label* podem ser diferentes do que consta aprovado no registro, a indicação terapêutica, a faixa etária atingida, a dose e ou a via de administração. Ocorre que não há legislação específica para esse uso no Brasil (ANICETO, 2019).

No Brasil, a matéria existente acerca do assunto neste momento, a principal norma regulamentadora é a própria Anvisa, pois ela que quem dá a última verificação e o visto para que a substância possa entrar no mercado. Independentemente do tipo de medicamento,





terá 5 anos de validade o registro devendo sua renovação ser requerida, pois não ocorre de maneira automática (CASTRO, 2012). Porém, a primeira lei que tratou sobre o assunto foi a Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, que regulamentou os Conselhos Federais e Regionais de Farmácia, como está disposto no Art. 1º: “[...] dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, destinados a zelar pela fiel observância dos princípios da ética e da disciplina da classe dos que exercem atividades profissionais farmacêuticas no País.” (BRASIL, 1960).

Posteriormente, a Lei n. 5.991, de 17 de dezembro de 1973 que tem grande importância, pois traz conceitos importantes, como definição de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, e também locais específicos, e fiscalizações. O Art. 21 dessa lei trata regulamentação o licenciamento: “O comércio, a dispensação, a representação ou distribuição e a importação ou exportação de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos será exercido somente por empresas e estabelecimentos licenciados pelo órgão sanitário [...]” (BRASIL, 1973).

Ainda, sem menos importância no ano de 1976, foi publicada a Lei nº 6.360, que traz disposições sobre a Vigilância Sanitária, em seu Art. 2º ela determina que somente as empresas que tem autorização do Ministério da Saúde, e que estejam devidamente licenciados poderão extrair, produzir, fabricar, transformar, sintetizar, purificar, fracionar, embalar, reembalar, importar, exportar, armazenar ou expedir os produtos (BRASIL, 1976). Mais tarde, em 1996, foi publicada uma lei muito importante, a Lei n. 9.279 que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, em 2001 teve o Art. 229-C incluído pela Lei n. 10.196: “A concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos dependerá da prévia anuência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.” (BRASIL, 1996).



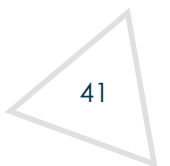




No ano de 2000 foi criada a primeira lei que regulamentou a exigência de receita para compra de medicamentos do grupo terapêutico dos esteroides ou peptídeos anabolizantes emitidas por um médico ou dentista, essa é a Lei n. 9.965, uma lei de poucos artigos dentre eles o 2º que diz que a inobservância acarretará em infração sanitária (BRASIL, 2000). E por fim, não menos importante, a Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2003, que instituiu o Sisnad, que tem como definição suas atribuições no Art. 1º: “[...] prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes.” (BRASIL, 2006).

O Poder Judiciário tem participado no acesso aos medicamentos tem efeitos positivos e negativos na garantia do direito à saúde. Um dos efeitos positivos é a redução das violações de direito cometidas pelo próprio Estado contra seus cidadãos, e impulsionar o gestor a melhorar o acesso aos medicamentos na rede de serviços. Os efeitos negativos podem ser analisados a partir de duas concepções. A primeira aborda o quanto a demanda judicial de medicamentos pode refletir na administração pública e no orçamento público da saúde, podendo desorganizar a administração pública e trazer dificuldades na devida implementação de políticas públicas. A segunda foca nas dificuldades no acesso a medicamentos, tendo em vista que pode privilegiar segmentos ou necessidades individuais em prejuízo às coletivas, desse modo, o excesso de demandas judiciais pode prejudicar o exercício da cidadania e favorecer o individualismo (BARROSO, 2009).

Ressaltam-se alguns aspectos acerca da desorganização da administração pública causada pelas ações judiciais, cabe o questionamento sobre a própria organização e estruturação da administração pública. Existe uma demanda significativa de



medicamentos por via judicial cuja eficácia e segurança não estejam comprovados dentre outros que ainda não foram incorporados pelo SUS, alguns autores apontam a falta de estrutura das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde como fator importantíssimo no crescimento da demanda judicial de medicamentos, essa falta de estrutura acaba gerando um desabastecimento na rede (VIEIRA, 2008).

Um fator que merece destaque é a não divulgação das medidas setoriais definidas. Os cidadãos não conhecem as vias administrativas para acesso a medicamentos e os profissionais de saúde têm dificuldade em ter acesso às informações referentes de quais medicamentos são de financiamento público. O Poder Judiciário, proferir decisões não pode deixar de considerar as políticas públicas existente, pois o sistema de saúde brasileiro é gerido por normas infraconstitucionais, limitando esse “poder” para que não viole limites éticos e técnicos através de suas decisões, deve-se considerar aspectos que garantam a saúde e a dignidade do demandante (FIQUEIREDO, 2010).

A judicialização está se tornando cada vez mais uma via de fornecimento de medicamentos, mas não se pode desconsiderar os interesses que rodeiam esta área, alguns deles muitas vezes em conflito. Deste modo, as ações judiciais abrangem questões muito complexas, entre elas a dificuldade de compreensão entre os sistemas envolvidos, o Sistema Judiciário e o da Saúde. Isso acontece em razão de serem sistemas com saberes diferentes e de dinâmicas diversas (COLLUCCI; WESTIN, 2008).

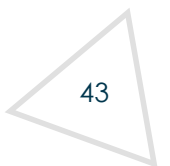
Deve - se observar que em grande parte das demandas judiciais o que se coloca é a exigência de se tratar certa doença com o uso de determinado produto farmacêutico não incorporado pelo SUS, mesmo que o tratamento desta doença já esteja contemplado no Sistema com a oferta de outras alternativas terapêuticas. Essa



situação levanta vários questionamentos. É preciso considerar todas as necessidades de saúde da população e estabelecer políticas que possam ser financiadas pelo Estado, por meio da sociedade. Neste contexto, tem o dever de evitar que o acesso a serviços de saúde se transforme em mais um fator de aumento das desigualdades existentes na população (VIEIRA, 2008).

Em 12 de agosto de 2013 foi publicada a Resolução RDC 38/2013 no Diário Oficial da União (DOU). Essa decisão prevê três programas pelos quais a indústria poderá fornecer medicamentos às pacientes vítimas de patologias até então sem tratamento no país, que são: Uso Compassivo; de Acesso Expandido e de Fornecimento de Medicamento Pós Estudos. Buscando precisar o programa de uso compassivo, verifica-se que é uma autorização, que deve ser solicitada à Anvisa, para que a indústria possa executar um determinado programa assistencial no Brasil, fornecendo medicamentos novos, promissores e ainda sem registro na agência reguladora. O programa permite que a empresa seja autorizada a importar medicamentos que tratam doenças raras e graves e que não estejam registrados no país (LEAL, 2013).

O Acesso Expandido, tem intuito de atender pacientes portadores de debilidades graves e que não possuem outra forma terapêutica satisfatória, ocorre a disponibilização do medicamento novo que ainda não foi comercializado, portanto não possui registro, estando ainda em estudo clínico, em desenvolvimento ou concluído. E o Programa de Fornecimento de Medicamento Pós-Estudo, ocorre a disponibilização gratuita de medicamentos pela indústria aos voluntários que participaram da pesquisa e que se beneficiaram do medicamento durante o desenvolvimento clínico. Concentra-se nos casos de encerramento do estudo ou quando finalizada a participação do voluntário no programa de uso compassivo (COSTA, 2018).



Para ter acesso à medicamentos nacionais ou importados mesmo que ainda não registrados pela Anvisa. Considera-se que a dignidade da pessoa humana está ligada ao mínimo necessário para o reestabelecimento ou manutenção da saúde e que o direito à vida e a saúde se sobrepõem pela sua essencialidade, aos interesses sociais, científicos ou econômicos. Procedem-se que o acesso a estes medicamentos tem-se dado no âmbito da judicialização que muito embora possa ser vista como determinada interferência do Poder Judiciário no âmbito da atuação do Poder Executivo, bem como envolva aspectos econômicos e questionamentos quanto a isonomia do atendimento à coletividade pelo Estado, porém essas discussões demandas judiciais impulsionam modificações normativas (HENRIQUE, 2018).

Existem muitas situações que essas substâncias que não estão no rol permitido, podem salvar ou mudar vida, como por exemplo casos de câncer ou doenças graves haveria possibilidade de relativização da prévia autorização da Anvisa para o fornecimento de medicamentos experimentais ou importados (FERNANDES, 2015). Uma substância que gerou grande repercussão atualmente é o caso do uso do "canabidiol", inicialmente ocorreu liberação de uso de produtos à base de "canabidiol" para determinados pacientes, e depois a aprovação do primeiro medicamento com THC (dois derivados da maconha). Posteriormente, a Anvisa normatizou através da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 17/2015 os procedimentos administrativos para a importação de produtos à base de "canabidiol", esse processo teve recentes inovações que buscam a celeridade da tramitação burocrática. Todavia no início deste ano a Dicol em sua primeira reunião pública aprovou a simplificação do processo de importação, e a RDC 17/2015 será posteriormente revogada (CRUZ, 2020).



## 2.2 REGULAMENTAÇÃO DA SAÚDE: O PAPEL DA ANVISA

Na década de 90 com mudanças no cenário econômico e social, levou o Estado a criar agências reguladoras que repercutiam na área da saúde. A Anvisa é uma delas, uma autarquia federal criada pela Lei 9.728 de 26 de janeiro de 1999, vinculada com o Ministério da Saúde, que tem como finalidade fiscalizar e regulamentar a entrada e criação de substâncias no Brasil. Inicialmente a Anvisa tinha objetivo apenas de regulamentar alimentos e medicamentos, mas posteriormente foi ampliado para regulação de produtos e serviços da área da saúde. Os trabalhos da Anvisa resultaram em ações políticas-institucionais que puderam ser inclusas na agenda do Governo e colocá-las em prática (CONDESSA, 2005).

A Anvisa tem como medida base proteger a saúde da população, com uma atuação especializada, e não para estimular ou preservar a economia. Disciplinando atividades que o Estado protagoniza, que são serviços públicos, mas podem ser facultados aos particulares. Destaca-se principalmente por possuir esse poder de polícia, pode-se dizer que dispôs um encargo hercúleo de saber mais que o próprio indivíduo o que é melhor para ele, pois existem assimetrias entre as pessoas e cabe ao Estado encontrar uma maneira crível para gerar tal equilíbrio. O art. 51 da Portaria n. 354/2006 da Anvisa, prevê a “possibilidade” de se realizar audiência pública quando houver “Afetação de direitos sociais do setor de saúde ou dos consumidores”, ficando à discricionariedade do administrador se deve ou não realizá-la. Outrossim, a portaria não dispõe sobre como se dará a audiência pública, podendo ser célere ou não, com maior ou menor representação (DANELON, 2011).





Antes da criação da Anvisa até o ano de 1988 a vigilância sanitária era definida como um conjunto de medidas que visava elaborar, controlar e aplicar o cumprimento de normas padrões de interesse sanitário, e somente com a promulgação da Constituição que esta obteve um maior significado dentro da área da saúde. Suas ações começaram abranger as três áreas do governo, de baixa média e alta complexidade, na esfera municipal, estadual e federal (SANTOS, 2007). Um dos mais importantes papéis da Anvisa é a luta contra a falsificação de medicamentos, ocorreram muitos casos na década de 90, porém, atualmente esse número caiu drasticamente. Contando com a ajuda os órgãos policiais, consumidores e unidades hospitalares para fazer denúncias sobre falsificações e irregularidades que envolvam medicamentos e outros produtos que estão no rol de controle da Anvisa (CONDESSA, 2005).

A ideia de vigiar foi institucionalizada dentro da Agência, e que ainda hoje tem esse viés relacionado ao poder econômico e político. Além da fiscalização, foi construída também, uma educação sanitária que muitas vezes acaba por gerar conflitos, pois tem efeitos diretos na população. Essa educação foi inserida dentro de decisões políticas e benefícios sociais do governo. Assim, a noção de controle sanitário está diretamente ligada com o conceito de cidadania, pois são direitos e deveres apresentados para cumprimento pela população, porém esse entendimento sobre o conceito de vigilância sanitário foi sendo ampliado com o decorrer de anos, de uma maneira que pudesse concretizar todos os objetivos, sendo então um conjunto de ações legais, técnicas educacionais e informativas, além de pesquisas e controle de atividades e serviços (PIOVESAN, 2002).

A descentralização, as competências administrativas são distribuídas a pessoas jurídicas autônomas criadas pelo Estado para tal finalidade. Em consequência disso, pelo fato de a Anvisa ser uma

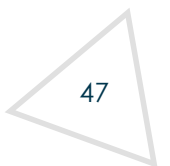




autarquia sob regime especial, ela se diferenciara pela existencia de determinadas peculiaridades, qual seja sua autonomia, vez que se tratando agencia reguladora sera dotada de autonomia garantida pela presenca de dirigentes com mandatos fixos e estabilidade no exercicio das funcoes (MAZZA, 2016).

A Anvisa esclarece os motivos desta ausencia de registro de algumas medicacoes, o primeiro seria a ausencia de pedido de registro, pelo simples fato de quem o produziu nao ter feito a devida solicitacao do registro, esse registro e feito mediante solicitacao do fabricante. Outro motivo para que o medicamento ainda nao esteja no mercado nacional e quando ele esta sendo analisado, em processo de registro, ainda nao se tem a conclusao de quando ele vai estar disponivel para a populacao. Outra circunstancia e quando o medicamento foi reprovado pelo Brasil, em razao das exigencias relacionadas a seguranga e eficacia adequadas; e por fim, tambem e justificativa se o medicamento nao foi liberado para uso pela Anvisa, com fundamento que contem algum componente ou substancia que esta inserida no rol de produtos banidos por proibicao legal ou que nao apresenta seguranga necessaria ao consumidor (COSTA, 2018).

O controle centralizado de fiscalizacao dos medicamentos e exercido pela Anvisa no Brasil, sendo assim qualquer produto de modo independente da sua propriedade, para ser elaborado e indispensavel seu registro. E esclarecido que os estudos sao realizados na chamada fase pre-clinica em animais e em laboratorios para posteriormente apos estabelecida a devida seguranga do farmaco e obtidas evidencias de sua eficiencia sejam iniciados os estudos em humanos em forma de pesquisa clinica inteiramente acompanhada. Posteriormente, a pesquisa clinica deve passar por aprovacao para garantir um resultado preciso e seguro, garantindo que os voluntarios





envolvidos obtenham o máximo de benefício e o mínimo de riscos e danos (BRASIL, 1999).

A Diretoria Colegiada é um importante órgão da Anvisa, pois é através desse órgão que é possível a elaboração de resoluções que regem e instrumentam as atividades práticas da Anvisa - RDC (Resolução da Diretoria Colegiada), as competências da Diretoria Colegiada estão dispostas na RDC 255/2018, que traz toda uma base desde a natureza da agência, quando a sua função, estrutura organizacional, atos e poderes administrativos. Além disso na RDC 207/2018 no seu art. 1º que a resolução trata sobre a organização das ações de vigilância sanitária, exercidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativas à Autorização de Funcionamento, Licenciamento, Registro, Certificação de Boas Práticas, Fiscalização, Inspeção e Normatização, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária – SNVSA (BRASIL, 2018).

Por fim, desde a sua criação, a Anvisa é responsável pelo controle sanitário sobre medicamentos, alimentos e bebidas, resíduos de agrotóxicos, cosméticos, produtos de higiene e perfumes, saneantes, equipamentos e materiais médico-odonto-hospitalares, hemoterápicos, imunobiológicos, sangue e hemoderivados, órgãos e tecidos humanos para uso em transplante, radioisótopos, radiofármacos, cigarros, assim como produtos que envolvem risco à saúde, obtidos por engenharia genética. Controle sanitário também dos serviços de saúde, dos portos, aeroportos e fronteiras, das instalações físicas, equipamentos, tecnologias, ambientes e processos envolvidos em todas as fases de produção destes bens e produtos e o controle da destinação dos seus resíduos, do transporte e da distribuição dos produtos acima referidos que estão definidos na Lei 9.782 (BRASIL, 1999).

Em uma breve pesquisa no site do Superior Tribunal de Justiça foi possível verificar as principais demandas que são levadas aos tribunais,







dentre elas, negativa de cobertura do plano de saúde pelo fato do medicamento não ser registrado pela Anvisa; recurso especial e ação de indenização por danos materiais e compensação do dano moral, pois ocorreu a morte da parte autora antes da interposição do recurso; fornecimento de medicamento não previsto nos atos normativos do SUS para o tratamento da moléstia do paciente e reconhecimento da necessidade do fármaco e estabelecimento de sua nacionalização com registro na Anvisa, dentre outros (BRASIL, 2020).

O STJ concluiu em julgamento de recurso repetitivo os requisitos para fornecimento de medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS, desde que presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: 1 – Comprovar a necessidade do medicamento mediante laudo médico e a ineficácia dos fármacos fornecidos pelo SUS; 2 – Incapacidade financeira do demandante; e 3 - Registro do medicamento na Anvisa. Ademais, outros critérios foram sugeridos pelos ministros que até o presente momento tiveram a oportunidade de apresentar os seus votos em ambos os casos. Outrossim, em relação aos medicamentos chamados como “novos”, fármacos já devidamente testados, mas ainda não registrados na Anvisa, é excepcionalmente possível pleitear ao Poder Judiciário compelir o poder público à sua dispensação, porém deve-se observar, em caráter cumulativo, os seguintes critérios: a) pedido de registro do medicamento no Brasil; b) registro do medicamento pleiteado em renomadas agências de regulação no exterior; e c) inexistência de substituto terapêutico registrado na Anvisa (SARLET, 2018).

## 2.3 QUESTÕES RELACIONADAS À JUDICIALIZAÇÃO

Gilberto Chierice, cientista aposentado e professor de química da Universidade de São Paulo (USP), começou a pesquisar sobre



a Fosfoetanolamina Sintética, que tem sido utilizada no Brasil no combate ao câncer desde o início da década de 1990, conhecida como a “pílula do câncer” especialmente por sua função terapêutica. É produzida no laboratório da instituição e distribuído para pacientes com câncer que buscam a substância para recuperação em um curto espaço de tempo. A fosfoetanolamina foi ficando cada vez mais popular, e a demanda foi aumentando. Porém, depois que a receita confirmou o registro de todas as substâncias experimentais, a USP proibiu a produção da substância em seus laboratórios em 2014. Os protestos de quem quer usá-lo destacaram o assunto nas redes sociais e nas mídias sociais, tornando a autorização da fosfoetanolamina um assunto nacional. Em outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou o uso do medicamento em um paciente em fase terminal no Rio de Janeiro. Desde então, os interessados ingressaram no Poder Judiciário a fim de garantir o acesso à substância para o tratamento do câncer (DÁVILA, 2016).

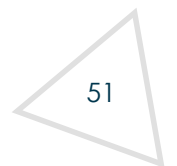
O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o direito ao uso da fosfoetanolamina sintética. Os ministros emitiram despacho prévio proposto pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5501 para suspender a vigência da Lei nº 13.269 / 2016, que autoriza a utilização de diagnóstico como maligno antes de ser registrado na Anvisa. A autora da ação, a Associação Médica Brasileira (AMB), alegou que sem a realização de testes da substância no corpo humano, e sem o conhecimento da eficácia e dos efeitos colaterais do medicamento, sua liberação está relacionada ao direito à saúde, o direito à segurança e à vida e o princípio da dignidade humana (BRASIL, 2015).

A Cannabis é utilizada como medicamento para tratamento de doenças, porém ainda com um alto custo para adquiri-la, ou seja, se plantio de Cannabis for aprovado, preço de medicamento no mercado deve ficar 50% mais barato. Sem plantio nacional o custo de



produção dos medicamentos continuaria nas alturas, além de impedir país de ingressar num mercado industrial altamente rentável e em franca expansão, com licitações para a compra dos medicamentos, haverá a garantia que o preço caia e mais pessoas poderiam ser atendidas pelo valor que já é gasto atualmente pelo SUS. A proposta foi apresentada pela deputada governista Bia Kicis (PSL/DF), em reunião realizada pela Comissão Especial sobre Medicamentos Formulados com Cannabis da Câmara dos Deputados para debater o PL 399/2015, que irá regulamentar o cultivo, processamento, pesquisa, produção e comercialização de produtos à base de Cannabis para fins medicinais e industriais. No entanto, economias significativas de custos não são o único benefício do cultivo de maconha medicinal no Brasil. Por meio da produção nacional organizada, a qualidade e a certificação dos produtos serão mais bem controladas, principalmente no trabalho de organizações não governamentais. Isso evita a falta de avaliação da qualidade das importações descontroladas do Brasil (TEIXEIRA, 2020).

Em 22 de setembro de 2020 o Governo Federal depositou R\$ 8,39 milhões em sua conta judicial para a compra de um bebê de 1 ano e 10 meses com atrofia muscular espinhal (AME), Arthur Bello, comprou o medicamento Zolgensma, que é uma doença genética neurodegenerativa rara, progressiva, que pode levar à morte antes dos dois anos de idade. O depósito é baseado em decisão da Justiça Federal do Distrito Federal. O medicamento é considerado o mais caro do mundo, com preço de aproximadamente US \$ 12 milhões, e é a primeira terapia gênica desenvolvida para tratar a doença. O Zolgensma do Laboratórios Novartis foi homologado pelos Estados Unidos em maio de 2019 e foi aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no mês passado. Os pacientes com AME nascem sem o gene SMN1, que é responsável pela produção de uma proteína que pode fornecer nutrição aos neurônios motores que





transmitem impulsos elétricos do cérebro para os músculos. Sem essa proteína a função muscular será gradualmente perdida, resultando em atrofia e paralisia muscular, que afeta a capacidade de respirar, engolir, falar e andar. A novidade desse medicamento em infusão intravenosa é que ele pode fornecer aos pacientes com AME uma cópia sintética do gene SMN1, para que o corpo do bebê comece a produzir essa proteína. Indicado para pacientes até dois anos: quanto menor a perda, melhor o resultado. O medicamento não pode garantir a cura da doença, mas pode estabilizar o desenvolvimento dos sintomas (BASSETTE, 2020).

Nos dias atuais, em meio a pandemia do Covid-19, a população brasileira discutia se usaria a vacina ou não, até o próprio governo, mesmo sem a Anvisa aprovar. Ocorre que na data de 10/12/2020 a Agência Nacional de Vigilância Sanitária aprovou, o uso emergencial de vacinas contra a covid-19, as vacinas serão usadas em caráter experimental, porque nenhuma delas ainda recebeu o registro oficial. Os diretores da Anvisa acompanharam, por unanimidade, o voto da relatora do processo que trata do assunto, Alessandra Bastos Soares, salientou que no momento emergencial em que o país que se encontra, não haveria outro caminho (NUNES, 2020).

O objeto da ação judicial muitas vezes inclui medicamentos de eficácia não comprovada e não registrados no país, mas que grande parte dos mandados judiciais têm sido utilizados como recurso para o acesso a medicamentos de competência obrigatória do Estado e indicados pelo Ministério da Saúde, como os medicamentos do Programa de Assistência Farmacêutica Básica, aqueles considerados estratégicos para o controle de determinadas doenças e agravos ou mesmo de uso raro e indicação excepcional. Assim, a justiça foi a via preferencial utilizada pelo movimento dos portadores do vírus HIV/ aids no Brasil, por exemplo, ainda na década de oitenta, tendo sido



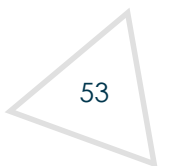


um canal importante para a garantia de medicamentos e exames para o tratamento e controle da doença nos programas conduzidos nacionalmente pelo Executivo federal no período de implantação do SUS (BAPTISTA, 2009).

Em 27 de abril e 7 de maio de 2009 os gestores da saúde viram a iniciativa do Supremo Tribunal Federal de realizar uma audiência pública para debater o tema da judicialização da saúde. Pretendia-se, com a realização desse grande debate, obter esclarecimentos de diversos setores da sociedade sobre as questões técnicas, administrativas, políticas, econômicas e jurídicas envolvendo o direito à saúde. Isso com o propósito de orientar e subsidiar os ministros do STF no julgamento dos processos envolvendo demandas de saúde. Após a realização da audiência, ocasionou-se uma expectativa acerca de qual passaria a ser o entendimento do STF sobre o direito à saúde e as questões a ele relacionadas que haviam sido abordadas na ocasião (ZAMBRANA, 2016).

Em setembro de 2009 o então presidente do STF, Ministro Gilmar Mendes, proferiu decisão na Suspensão de Tutela Antecipada nº 175/CE, na qual definiu uma sequência de hipóteses que deveriam ser avaliadas antes da decisão nos processos envolvendo o direito à saúde. Contudo todas essas ações por parte dos poderes, os gestores municipais tem observado que as demandas judiciais na saúde continuam a crescer e a envolver pedidos de medicamentos, procedimentos ou produtos que não estão em nenhum protocolo clínico ou lista elaborada pelos gestores do SUS, bem como pedidos de itens não autorizados ou registrados pela Anvisa (TERRAZAS, 2013).

Observar os preceitos do uso racional e garantir o acesso do país aos medicamentos é uma estratégia importante para reduzir a morbimortalidade por doenças, principalmente em países com elevados níveis de desigualdade social, como o Brasil. Vale a pena falar





sobre a disponibilidade de medicamentos não pode ser restringida porque é necessário garantir seu uso razoável e seguro, é necessário desenvolver uma série de ações definitivas, atualmente concluída chamada de assistência para medicamentos. No entanto, com ordem governamental em termos de saúde, vimos que o Judiciário determina o suprimento de medicamentos do país considerando a saúde como um “direito e dever de todos” com fundamento registrado na constituição federal. Este é um assunto polêmico, pois como norma constitucional que define o direito social, apresenta dispositivos específicos na constituição brasileira, vincular recursos e gerar direitos subjetivos, faz o governo desempenhar um papel ativo nesses setores sociais, formulando políticas públicas setoriais (PEREIRA, 2010).

A responsabilidade civil é a base da manutenção econômica de danos a terceiros no campo ético, moral ou patrimonial. Assim sendo, será possível o sistema de responsabilidade do país e a compensação paga como resultado podem compensar os danos sofridos. Deve-se enfatizar que não só a conduta ilegal produzirá obrigações, ações judiciais ou efeitos de omissões também devem ser considerados. Corresponde à obrigação de reparar danos devido a comportamento causados a terceiros em decorrência de comportamentos comissivos ou omissivos, materiais ou jurídicos, lícitos ou ilícitos, arguíveis aos agentes públicos (DI PIETRO, 2009).

Note-se que existem mais dois aspectos relacionados com a responsabilidade civil do Estado, nomeadamente o pagamento combinado em várias prestações, mas pelo contrário, é principalmente para as suas necessidades específicas. Cavalieri Filho (2012) explica esse problema, argumentando que o arcabouço comprovou a culpa e a culpa do policial como responsabilidade subjetiva do Estado, e relacionando-as com a conduta, danos e para declarar causalidade. Existe coordenação entre o comportamento e o dano,





a responsabilidade objetiva do Estado situa-se principalmente no ordenamento jurídico nacional e fundamenta-se na teoria do risco administrativo.

O referido atraso na apuração dos recursos não convencionais interrompeu a análise do processo pelo qual os cidadãos exigem que o governo pague pelos recursos. De acordo com investigação do Supremo Tribunal Federal (STF), neste caso 26.560 ações verificam se a região Nordeste é a mais afetada pela paralisação das ações e o Tribunal de Justiça de Pernambuco representa 69,3%. Diante dessa situação preocupante, é necessário reiniciar as discussões sobre o tema para padronizar as frases e orações, pois milhares de pessoas em todo o país são totalmente dependentes dessas drogas. Muitos podem até sobreviver. A continuidade do tratamento, mesmo muitos podem sobreviver (MONTEIRO, 2018).

Para o ministro Luiz Roberto Barroso, essa questão já tem normas para tratar da lista nacional de medicamentos e da comissão técnica nacional do SUS (Conitec) criada pela lei n° 12.401. Em 2011, sua missão é estudar medicamentos potenciais adequados que possam ser incluídos na lista e ingressar no sistema com base em padrões técnicos de baixo custo. O ministro disse que o comitê é um órgão diversificado e formado por 13 membros, entre representantes do Serviço Nacional de Saúde (Anvisa) e do Conselho Nacional de Saúde. Em relação à ação do Sistema Único de Saúde (SUS) movida por Barroso sobre a incorporação de medicamentos, não há dúvida de que o Sistema Único de Saúde (SUS) não tem dúvidas sobre Barroso, e o Estado tem obrigação de fornecer ao país obrigação do peticionário, pois neste caso, o estado atrai o peticionário, pois neste caso, o estado só implementará políticas públicas implementadas pelo governo.

O sistema de saúde e a política pública que exige apenas a atuação do sistema de saúde, exige apenas a necessidade do





medicamento e as tentativas prévias de obtenção do medicamento por meio do manejo. A demanda por recursos e as tentativas anteriores de obtenção de recursos pela administração. Quanto à ação para tratar medicamentos caros, em vez de lidar com a afiliação de medicamentos caros que não foram integrados ao Sistema Único de Saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), aprendeu que o estado não pode forçar o abastecimento (SUS). Desse modo, Barroso desproveu o Recurso Extraordinário (RE) 566471, sobre o fornecimento de remédios de alto custo não disponíveis na lista do Sistema Único de Saúde (SUS), formulando a seguinte tese de repercussão geral: “O Estado não pode ser obrigado por decisão judicial a fornecer medicamento não incorporado pelo SUS, independentemente de custo, salvo hipóteses excepcionais em que preenchidos cinco requisitos” (BARROSO, 2016, p. 43).

### 3 CONCLUSÃO

Constatou-se por meio desta pesquisa que a “judicialização” da saúde, principalmente em relação aos medicamentos é uma questão que está enraizada na sociedade, que acabou se tornando habitual nos tribunais. Existem temas específicos que são mais demandados e recorrentes, que acabaram sendo julgados em sede de repercussão geral, a fim de tentar amenizar o impacto nos tribunais.

Observou-se, ainda, que a legislação brasileira, assim como princípios e garantias constitucionais, protegem amplamente o acesso à medicação. Contudo, para aprovar um medicamento na Anvisa é preciso passar por um longo processo, resultando em uma demora que, muitas vezes, fere o direito à saúde e ao tratamento do indivíduo, sendo esse um dos principais motivos pelos quais se recorre à via judicial, a fim de obter uma tutela mais rápida.





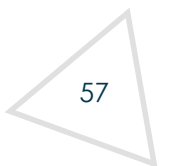


Outrossim, percebeu-se que, no decorrer dos anos, o acesso a determinados medicamentos vem-se flexibilizando, porém de forma lenta e burocrática, conforme verificou-se nos casos práticos das pessoas que precisavam ter acesso a Fosfoetanolamina Sintética, que teve o primeiro precedente de autorização de uso no ano de 2015; e o caso das pessoas que necessitavam de tratamento com medicamentos à base de *cannabis*, obtida, na maioria das vezes, via tutela jurisdicional, gerando um alto custo para o Estado, pois a produção no Brasil ainda não havia sido liberada, restando recorrer à importação.

O gasto exorbitante do Estado com essas demandas de medicamento, que muitas vezes não possuem eficácia comprovada, culmina por ocasionar um déficit orçamentário, que aumenta consideravelmente de ano a ano. Ocorre que esse fornecimento de medicamentos de maneira deliberada dá-se com base nas garantias e direitos fundamentais da pessoa humana, como foi o caso transcorrido do bebê com atrofia muscular espinhal a quem foi concedido o valor de R\$ 8,39 milhões para obtenção do medicamento necessário. De qualquer forma, fica clara a veemente importância dada à saúde dessas pessoas e o receio de o Estado conceder o medicamento na via administrativa para depois não ser responsabilizado por danos maiores.

Nesse sentido, verificou-se que o Estado é responsável por reparar os danos ou indenizar as pessoas que foram prejudicadas não só pela falta de assistência na rede pública de saúde, mas também pelos efeitos das condutas omissivas e pelos danos causados na espera da resolução de uma demanda judicial, que pode ser a necessidade de um medicamento cuja falta pode ocasionar danos irreversíveis à saúde.

Portanto, ao Estado, como principal garantidor dos direitos fundamentais, no que tange à questão do fornecimento de medicamentos não registrados pela Anvisa, caberia fazer uso da



ponderação, a fim de buscar um equilíbrio entre uma maneira mais rápida e menos burocrática para que as pessoas que necessitam desse tipo de medicação consigam ter acesso de maneira mais eficiente, a fim de desafogar as demandas no Poder Judiciário. Isso para que o Estado consiga prestar essas tutelas de maneira menos onerosa, sem que, por outro lado, a Anvisa deixe de observar as normas de controle e segurança da saúde pública.

## REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução: Virgílio Afonso da Silva. 2. ed. 4. tir. São Paulo: Malheiros, 2015.

ALMEIDA, Luiz Antônio Freitas de. Direito à saúde no Brasil: parâmetros normativos para densificação de um conteúdo mínimo. **Espaço Jurídico – Journal of Law**, Joaçaba, 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/19621/14370>. Acesso em: 3 set. 2020.

ANICETO, Dalmo Luiz Faria Pires; MARTINS, Manoel Ricardo Alves; QUIDUTE, Ana Rosa Pinto. ANVISA e o uso off-label de medicamentos: as relações entre evidência e regulação. **Repositório Institucional UFC**, Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49579>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; MACHADO, Cristiani Vieira; LIMA, Luciana Dias de. Responsabilidade do Estado e direito à saúde no Brasil: um balanço da atuação dos Poderes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 3, p. 829-839, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2009.v14n3/829-839/en/>. Acesso em: 3 set. 2020.



BARROSO, Luís Roberto. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. **Jurisprudência Mineira**, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/516/1/D3v1882009.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

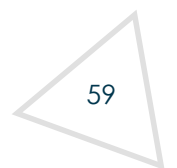
BARROSO, Luís Roberto. Voto: **Medicamentos de alto custo** – RE 566471. Sítio eletrônico do Ministro Luís Roberto Barroso, 2016. Disponível em: <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2016/10/RE-566471-Medicamentos-de-alto-custo-versa%CC%83o-final.pdf>. Acesso em: 3 set. 2020.

BARROSO, Luís Roberto. Voto: **Medicamentos sem registro na ANVISA** – RE 657718. Sítio eletrônico do Ministro Luís Roberto Barroso, 2009. Disponível em: <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2016/10/RE-657718-Medicamentos-sem-registro-Anvisa-versa%CC%83o-final.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BASSETTE, Fernanda. Governo deposita R\$ 8,39 milhões para compra de remédio mais caro do mundo. **Época**, 23 set. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/governo-deposita-839-milhoes-para-compra-de-remedio-mais-caro-do-mundo-24655925>. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. Lei n. 3.820, de 11 de novembro de 1960. Brasil. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 nov. 1960. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L3820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3820.htm). Acesso em: 10 dez. 2019.



BRASIL. Lei n. 5.991, de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1973. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5991.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5991.htm). Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Lei n. 6.360, de 23 de setembro de 1976. Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 set. 1976. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6360.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6360.htm). Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 mai. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm). Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jan. 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9782.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9782.htm). Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.965, de 27 de abril de 2000. Restringe a venda de esteroides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9965.htm). Acesso em: 11 dez. 2019.



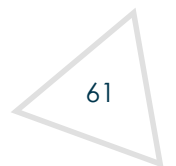
BRASIL. Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm). Acesso em: 11 dez. 2019.

BRASIL. Resolução n. 207, de 03 de janeiro de 2018. Dispõe sobre a organização das ações de vigilância sanitária, exercidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativas à Autorização de Funcionamento, Licenciamento, Registro, Certificação de Boas Práticas, Fiscalização, Inspeção e Normatização, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - SNVS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 jan. 2018. Disponível em: [http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3882739/RDC\\_207\\_2018\\_.pdf/7f618e8f-42ca-4808-a091-98185cbc933c](http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/3882739/RDC_207_2018_.pdf/7f618e8f-42ca-4808-a091-98185cbc933c). Acesso em: 25 maio 2020.

BRASIL. Resolução n. 255, de 10 de dezembro de 2018. Aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 dez. 2018. Disponível em: [http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC\\_255\\_2018\\_COMP.pdf/5cd9e055-63df-4575-8e55-6b8cbfe8d729](http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_255_2018_COMP.pdf/5cd9e055-63df-4575-8e55-6b8cbfe8d729). Acesso em: 25 maio 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Fosfoetanolamina sintética**. Agência do Senado Federal, Brasília, DF, 20 mai. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/fosfoetanolamina-sintetica>. Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. STJ. **Jurisprudência do STJ**. Brasília, DF. Disponível em: [https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=ANVISA&tipo\\_visualizacao=RESUMO&b=ACOR](https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=ANVISA&tipo_visualizacao=RESUMO&b=ACOR). Diário de Justiça Eletrônico, Brasília, DF. Acesso em: 27 maio 2020.



CARVALHO, Patrícia Luciane; PIOVESAN, Flávia. Políticas para a implementação do direito ao acesso a medicamentos no Brasil. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 4, n. 4, 2008. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/146>. Acesso em: 26 set. 2020.

CASTRO, Renata Ribeiro de *et al.* **A regulamentação sanitária de desenvolvimento e registro de medicamentos no Brasil**: inserção no cenário internacional. 2012. Tese (Doutorado em Gestão, Pesquisa e Desenvolvimento na Indústria Farmacêutica) - Instituto de Tecnologia em Fármacos, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/11627/1/3.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COLLUCCI, Cláudia; WESTIN, Ricardo. Indústria farmacêutica financia ONGs. **Folha de São Paulo**, 2008. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1805200801.htm#:~:text=Folha%20de%20S.,ONGs%20%2D%2018%2F05%2F2008&text=Pelo%20menos%20nove%20entidades%20brasileiras,%2Dgovernamental\)%20americana%20Essencial%20Action](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1805200801.htm#:~:text=Folha%20de%20S.,ONGs%20%2D%2018%2F05%2F2008&text=Pelo%20menos%20nove%20entidades%20brasileiras,%2Dgovernamental)%20americana%20Essencial%20Action). Acesso em: 27 maio 2020.

CONDESSA, Mirta Bicca. A política atual para a regulação de medicamentos no Brasil. **Cenarium Pharm**, v. 2, n. 1, p. 1-34, 2005. Disponível em: [http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/farmacia/cenarium\\_02\\_01.pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/farmacia/cenarium_02_01.pdf). Acesso em: 3 maio 2020.

COSTA, Natália Grimouth. Medicamentos não autorizados pela Anvisa e sua judicialização. **Repositório Institucional**, Anápolis, 2018. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/handle/aee/661>. Acesso em: 27 maio 2020.



CRUZ, Carolina. Anvisa aprova proposta que simplifica importação de produtos à base de canabidiol. **G1 Notícias**, São Paulo, jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/01/22/anvisa-aprova-proposta-que-simplifica-importacao-de-produtos-a-base-de-canabidiol.ghtml>. Acesso em: 3 maio 2020.

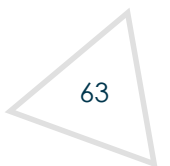
DANELON, Eduardo Corte. Agências reguladoras: poder normativo e legitimidade. **LUME – Repositório Digital**, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/35831>. Acesso em: 3 maio 2020.

DÁVILA, Cinthya. Fosfoetanolamina sintética: entenda o que é a “pílula do câncer”. **Minha Vida**, São Paulo, abr. 2016. Disponível em: <https://www.minhavidacom.br/saude/materias/20219-fosfoetanolamina-sintetica-entenda-o-que-e-a-pilula-do-cancer>. Acesso em: 26 set. 2020.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERNANDES, Caio Guimarães et al. Fosfoetanolamina Sintética. A chance de cura do câncer negada pelo Estado. **Repositório Institucional IQSC**. São Paulo, 2015. Disponível em: [http://repositorio.iqsc.usp.br/bitstream/handle/RIIQSC/3086/FireShot%20Capture%2069%20-%20Fosfoetanolamina%20Sint%3a9tica%20-%20A%20chance%20\\_%20-%20https\\_\\_\\_caio.gf.jusbrasil.com.br\\_no.pdf?sequence=1](http://repositorio.iqsc.usp.br/bitstream/handle/RIIQSC/3086/FireShot%20Capture%2069%20-%20Fosfoetanolamina%20Sint%3a9tica%20-%20A%20chance%20_%20-%20https___caio.gf.jusbrasil.com.br_no.pdf?sequence=1). Acesso em: 26 set. 2020.

FIGUEIREDO, Tatiana Aragão et al. **Análise dos medicamentos fornecidos por mandado judicial na Comarca do Rio de Janeiro**: a aplicação de evidências científicas no processo de tomada de decisão. 2010. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2508/1/ENSP\\_Disserta%3a7%3a3o\\_Figueiredo\\_Tatiana\\_Arag%3a3o.pdf](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/2508/1/ENSP_Disserta%3a7%3a3o_Figueiredo_Tatiana_Arag%3a3o.pdf). Acesso em: 26 set. 2020.



GANDINI, João Agnaldo Donizeti; BARIONE, Samantha Ferreira; SOUZA, André Evangelista de. **A judicialização do direito à saúde**: a obtenção de atendimento médico, medicamentos e insumos terapêuticos por via judicial: critérios e experiências. Brasília, DF: BDJur, 2008. Disponível em: [https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/2508/1/ENSP\\_Disserta%  
c3%a7%-c3%a3o\\_Figueiredo\\_Tatiana\\_Arag%  
c3%a3o.pdf](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/2508/1/ENSP_Disserta%c3%a7%-c3%a3o_Figueiredo_Tatiana_Arag%c3%a3o.pdf). Acesso em: 26 set. 2020.

HENRIQUE, Juliana. **Fornecimento pelo estado de medicamentos não registrados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) frente aos direitos fundamentais vida e saúde**. Direito-Tubarão, 2018. Disponível em: <http://idisa.org.br/img/File/judicializacao.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

LEAL, Aline. **Anvisa publica regras para acesso a remédios que não estão disponíveis no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/handle/aee/661>. Acesso em: 26 maio 2020.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MONTEIRO, Jordayne Lima. **Fornecimento de medicamentos de alto custo ou sem registro e a discussão sobre a possível responsabilidade civil estatal**. Caruaru, 2018. Disponível em: [http://repositorio.ascses.edu.br/bitstream/123456789/1585/1/ARTIGO-%  
20JORDAYANE%20PDF.pdf](http://repositorio.ascses.edu.br/bitstream/123456789/1585/1/ARTIGO-%20JORDAYANE%20PDF.pdf). Acesso em: 26 maio 2020.

NUNES JÚNIOR, Flavio Martins Alves. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2018.

NUNES, Vicente. Aprovado pela Anvisa o uso emergencial de vacinas contra COVID-19 no Brasil. **Estado de Minas Nacional**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/12/10/interna\\_nacional,1219227/aprovado-pela-anvisa-o-uso-emergencial-de-vacinas-contracovid-19-no-brasil.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/12/10/interna_nacional,1219227/aprovado-pela-anvisa-o-uso-emergencial-de-vacinas-contracovid-19-no-brasil.shtml). Acesso em: 11 dez. 2020.





PEREIRA, Januária Ramos *et al.* Análise das demandas judiciais para o fornecimento de medicamentos pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina nos anos de 2003 e 2004. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 3551-3560, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2010.v15suppl3/3551-3560/pt/>. Acesso em: 26 maio 2020.

PIOVESAN, Márcia Franke *et al.* **A construção política da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA**. 2002. Tese (Doutorado em Ciências) – Repositório Institucional da Fiocruz, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/5097>. Acesso em: 26 maio 2020.

SANTOS, Maria Zilma dos. A institucionalização do planejamento na Anvisa. **Repositório Institucional – Universidade Federal da Bahia – UFBA**, Salvador, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10358>. Acesso em: 26 maio 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. STJ, STF e os critérios para fornecimento de medicamentos (parte 1). **Consultor Jurídico**, Porto Alegre, abr. 2018. Disponível em: [conjur.com.br/2018-abr-27/direitos-fundamentais-stj-stf-criterios-fornecimento-medicamentos-parte](http://conjur.com.br/2018-abr-27/direitos-fundamentais-stj-stf-criterios-fornecimento-medicamentos-parte). Acesso em: 26 maio 2020.

SCHULZE, Clenio Jair. Direito à saúde e a judicialização do impossível. Coletânea direito à saúde: dilemas do fenômeno da judicialização da saúde.. **CONASS**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.ceapetce.org.br/uploads/documentos/5e8c8f60cbd576.32070875.pdf#page=15>. Acesso em: 10 dez. 2020.

TEIXEIRA, Cassiano. **Se plantio de Cannabis for aprovado, preço de medicamento no mercado deve ficar 50% mais barato**. 4 set. 2020. Disponível em: <https://sechat.com.br/se-plantio-de-cannabis-for-aprovado-preco-de-medicamento-no-mercado-deve-ficar-50-mais-barato/>. Acesso em: 26 set. 2020.



TERRAZAS, Fernanda Vargas. Judicialização da Saúde – algumas reflexões sobre o cenário atual. **Blog Direito Sanitário: Saúde e Cidadania**. 19 ago. 2013. Disponível em: <http://blogs.bvsalud.org/ds/2013/08/19/judicializacao-da-saude-%E2%80%93-algumas-reflexoes-sobre-o-cenario-atual/>. Acesso em: 27 maio 2020.

TOSTA, Bianca Letícia de Oliveira. Conflitos normativos e ponderação: análise da incompatibilidade aplicativa da dupla dimensão do direito fundamental à saúde no fornecimento de medicamentos não registrados pela Anvisa. **Revista da Esmam**, v. 12, n. 13, p. 32-48, 2018.

VIEIRA, Fabiola Sulpino. Ações judiciais e direito à saúde: reflexão sobre a observância aos princípios do SUS. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 2, p. 365-369, 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102008005000010&script=sci\\_arttext&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102008005000010&script=sci_arttext&lng=pt). Acesso em: 27 maio 2020.

ZAMBRANA, Marília Souza De Ávila. Regulação sanitária e judicialização de medicamentos sem registro na agência nacional de vigilância sanitária (Anvisa): influência das decisões do Poder Judiciário nos aspectos conflitantes de um estado regulador e provedor. **Revista Científica da FEPI-Revista Científica Universitas**, Itajubá, 2016. Disponível em: <https://file:///C:/Users/Usuario/Downloads/453-1404-1-PB.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.



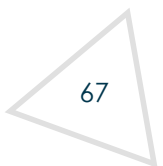
# DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, NO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)

Alessandra Guimarães dos Santos<sup>1</sup>  
Claudia Cinara Locateli<sup>2</sup>

## RESUMO

A família possui forte influência na personalidade do ser humano, sendo um dever do Estado e de toda a sociedade garantir a manutenção dos vínculos familiares, inclusive durante o cumprimento de medida socioeducativa restritiva de liberdade. Esta pesquisa possui como objetivo geral verificar se o direito à convivência familiar está sendo garantido no Centro de Atendimento Socioeducativo do Município de Chapecó (SC). Dentre os objetivos específicos, busca-se descrever a evolução do Direito da Criança e do Adolescente com base na Doutrina da Proteção Integral; compreender o conceito de ato infracional e as modalidades de medidas socioeducativas; e esclarecer a importância da participação das famílias no processo de ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei. Na elaboração do estudo, utilizou-se das técnicas bibliográfica e documental, pela análise de legislações, doutrinas e artigos científicos, além da coleta de dados em entidade de atendimento local. Concluiu-se que dos 29 jovens internados no Centro de Atendimento Socioeducativo de Chapecó (SC), 9 deles, cerca de 23,68%, estão com o direito à convivência familiar e comunitária violado, pois estão em unidade distante de seus domicílios, quando poderiam cumprir a medida

<sup>1</sup> Egressa do Curso de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, Campus Chapecó; alessgsantos@gmail.com.  
<sup>2</sup> Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc; Doutoranda em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc; Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Pós-graduada em Direito Civil-Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC; Pós-graduada em Direito Processual Civil pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó; Graduada em Direito pela Universidade de Passo Fundo – UPF; claudia.locateli@unoesc.edu.br.



em local mais próximo. Para efetivação do processo ressocializador, portanto, se faz necessária a aproximação do adolescente privado de liberdade com sua família, seja cumprindo a medida socioeducativa em local mais próximo, seja oportunizando transporte dos membros familiares até a unidade, assegurando esta garantia constitucional a todos os reeducandos, indistintamente.

**Palavras-chave:** adolescentes em conflito com a lei; direito à convivência familiar; família; ressocialização.

## 1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), acompanhados de legislações internacionais, inovaram no ordenamento jurídico brasileiro quando da implementação da Doutrina da Proteção Integral, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, considerando a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Crianças e adolescentes são, portanto, titulares de direitos fundamentais. O direito à convivência familiar é a temática deste estudo, voltando-se o olhar aos adolescentes em conflito com a lei, visto que o acompanhamento e apoio da família, especialmente em jovens reeducandos, é fundamental para um desenvolvimento saudável e completo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, conjuntamente com a Lei n. 12.594/2012 (BRASIL, 2012), a qual regulamenta a execução de medidas socioeducativas, trazem, ao longo dos seus dispositivos, diversos direitos relacionados à convivência familiar, dentre os quais são citados o cumprimento da medida no local mais próximo ao domicílio da família; o direito de visitas e de correspondência com amigos e familiares; e a inclusão da família no processo ressocializador dos adolescentes, por meio do Plano Individual de Atendimento (PIA).

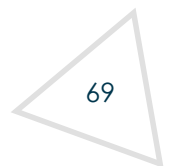


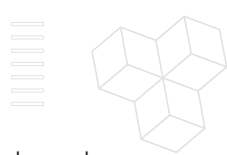
Em que pese os inúmeros avanços previstos na legislação pátria, na prática, na maioria dos casos, o direito à convivência familiar aos adolescentes em cumprimento de medida restritiva de liberdade encontra-se ameaçado, em razão da falta de infraestrutura e de políticas públicas do Estado, o qual, por sua vez, deveria cumprir o dever constitucional de assegurar a todas as crianças e adolescentes, indistintamente e com a absoluta prioridade, o direito à convivência familiar, inclusive durante a execução de medida.

Nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo geral verificar se o direito à convivência familiar está sendo garantido no Centro de Atendimento Socioeducativo de Chapecó (SC), entidade responsável pela execução da medida socioeducativa de internação. Dentre os objetivos específicos, pretende-se descrever a evolução do Direito da Criança e do Adolescente com base na Doutrina da Proteção Integral; compreender o conceito de ato infracional e as modalidades de medidas socioeducativas; e esclarecer a importância da participação das famílias no processo de ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei, durante o procedimento de apuração do ato infracional e na execução da medida socioeducativa.

Este panorama justifica a pesquisa em questão, a qual se utilizará do método indutivo, porquanto abrange estudo de campo, compreendendo pesquisa documental, mediante a análise das legislações vigentes; bibliográfica, consistente na leitura de doutrinas da área abordada e artigos sobre Psicologia e Direito; além da coleta de dados no Centro de Atendimento Socioeducativo de Chapecó (SC). Aliás, dos dados coletados, utilizar-se-á da abordagem qualitativa, pois será analisada a quantidade de adolescentes internados e seus respectivos domicílios.

O estudo possui o formato de artigo científico, sendo que, no seu desenvolvimento, aborda-se, de forma inicial, a evolução do Direito





da Criança e do Adolescente pela Doutrina da Proteção Integral, com a conceituação de ato infracional, bem como das medidas socioeducativas; a importância da família no desenvolvimento humano, mormente o seu papel perante os jovens em conflito com a lei, durante a apuração do ato infracional e no cumprimento da medida; e análise dos dados coletados junto ao Centro de Atendimento Socioeducativo de Chapecó (SC). Ao final do artigo, consta conclusão, resumo em língua estrangeira e as referências utilizadas para elaboração da pesquisa.

## 2 DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E ATO INFRACIONAL

Nem sempre as crianças e adolescentes foram reconhecidos como sujeitos em desenvolvimento. Este avanço se iniciou com a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, elaborada em 1924, que trouxe consigo uma série de direitos voltados aos infantes, como alimentação e educação. Em sequência, após se intensificarem as discussões sobre a infância, foi promulgada, em 1959, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que introduziu o princípio do interesse superior da criança, inovando na comunidade internacional e proporcionando maiores discussões acerca de elaboração de um documento específico, que abarcasse uma carga imperativa e cogente (VERONESE; FALCÃO, 2019).

A partir desses debates, inaugurou-se, no ordenamento jurídico internacional, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989. Diferentemente das declarações anteriores, abarca um caráter cogente aos Estados que a ratificarem e propõe garantias para conferir-lhe efetividade. Além disso, consolidou a Doutrina da Proteção Integral, que compreende a



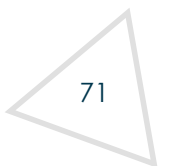


criança e adolescente como sujeitos de direitos, em que “[...] deixam de ser objeto de proteção assistencial e passam a titulares de direitos subjetivos.” (AMIN, 2019, p. 57), devendo o Estado, a família e toda a sociedade garantir e promover a proteção integral dessas pessoas em desenvolvimento.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) já havia institucionalizado a Doutrina da Proteção Integral, reconhecendo as crianças e os adolescentes como sujeitos titulares de direitos fundamentais, respeitando a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (AMIN, 2019). Não obstante, coube ao Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) regulamentar os direitos, procedimentos, deveres e responsabilidades de forma a efetivar a proteção integral, que se destina a todas as crianças e adolescentes (VERONESE; FALCÃO, 2019).

Dessa forma, considerando a Doutrina da Proteção Integral e a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento, é necessária uma diferenciação em comparação ao sistema penal comum para apurar as infrações cometidas por crianças e adolescentes. Eles, diferentemente dos adultos, estão em um período de transições e transformações, de modo que se torna essencial um procedimento com medidas restaurativas e educativas, para que, assim, possam ter um desenvolvimento saudável e completo. Reconhecendo essa situação, o Estatuto da Criança e do Adolescente, preocupado com os direitos fundamentais (DUPRET, 2015), adotou um procedimento próprio, com viés pedagógico e educativo.

Nessa perspectiva, o ato infracional está regulamentado pelo artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), sendo a conduta descrita como crime ou contravenção penal, praticada por criança (até doze anos incompletos), ou adolescente (de doze a dezoito anos incompletos). Praticado por crianças, serão



aplicadas as medidas de proteção, ou, por adolescentes, medidas socioeducativas. Segundo Nucci (2017), quando do cometimento da infração penal, nasce, além da pretensão punitiva estatal, a educativa. A primeira, desdobra-se em punição, que consiste na retributividade, em razão da violação à lei e ao bem jurídico tutelado, e prevenção, que, ao ser imposto o poder punitivo estatal, busca-se que a prática delitiva não seja repetida. A segunda, por sua vez, refere-se ao viés pedagógico e pretende reinserir o adolescente na sociedade, mediante a introdução de valores éticos e morais.

Antes de adentrar ao cerne deste estudo, destaca-se que as medidas socioeducativas estão subdivididas em meio aberto (advertência, reparação do dano, prestação dos serviços à comunidade e liberdade assistida) e meio fechado (semiliberdade e internação), cujos critérios de aplicação são: capacidade de cumprimento, circunstâncias do ato e gravidade da infração, devendo sempre priorizar as medidas que fortalecem os vínculos familiares, dada a importância dessa instituição. Sua execução está regulamentada na Lei do SINASE (BRASIL, 2012), a qual possibilitou grandes avanços na área do direito da criança e do adolescente, além de garantir a padronização no procedimento entre as unidades de atendimento da federação e positivar direitos fundamentais específicos e voltados aos adolescentes em conflito com a lei (ALENCAR, 2014), em especial, a importância da participação da família.

### 3 A FAMÍLIA: A FUNÇÃO PROTETIVA NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Sem dúvidas a família é uma instituição que exerce extrema influência sobre o comportamento humano. Barros (2018) compreende como sendo importantíssima para o desenvolvimento saudável de





crianças e adolescentes, tanto é que o artigo 226 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) preceitua que a família é a base da sociedade. Dias (2016, p. 34), por sua vez, expõe que o instituto familiar é “[...] o primeiro agente socializador do ser humano [...]”. É inegável que as primeiras relações sociais humanas ocorrem dentro do seio familiar, assim, são os agentes responsáveis pela transmissão de valores éticos e morais, que acompanharão o indivíduo em toda a sua vida.

Nesse sentido, a Declaração dos Direitos da Criança prevê que a família é essencial para o desenvolvimento adequado e sadio da criança ou adolescente e, para tanto, as relações afetivas deverão ser pautadas no amor e na compreensão. Baseado na declaração e reconhecendo a importância do instituto familiar, o ECA (BRASIL, 1990) dispõe que é direito da criança e do adolescente ser criado pela família (SANCHES, 2019). A propósito, o artigo 4º do ECA (BRASIL, 1990) ressalta que é dever de toda a sociedade primar pela convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes, com vistas ao seu desenvolvimento integral.

Ocorre que o contexto social reflete de forma direta a estrutura familiar. Sanches (2019) destacam que a falta de acesso aos direitos fundamentais, a exemplo de saúde, alimentação e educação, pode comprometer os laços familiares. Nesse interim, a legislação pátria estipula o dever do Estado em disponibilizar políticas sociais e de atendimento às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, pois é responsável pela manutenção desses vínculos. Aliás, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, aprovado em 2006, dispõe que as famílias que possuem orientações e têm acesso aos serviços de saúde e educação de qualidade conseguem expressar, de forma adequada, as suas funções afetivas e socializadoras.





Em que pese que o Estado exija que as famílias sejam responsáveis pelo cuidado e sustento de seus integrantes, não proporciona políticas públicas eficazes. Fante e Cassab (2007) afirmam que as políticas sociais existentes não alcançam a sua efetividade plena porque não são dirigidas ao modelo familiar que se evidencia atualmente, qual seja, a família monoparental, que se encontra em uma posição de maior vulnerabilidade. Se não bastasse, além de oferecer os recursos necessários, a sociedade ainda culpa os membros familiares por não exercerem seu papel socializador, o que eleva a necessidade de políticas públicas efetivas, de forma a garantir um desenvolvimento completo e saudável de todas as crianças e adolescentes.

### 3.1 ACOMPANHAMENTO E APOIO FAMILIAR AOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Tratando-se de adolescentes em conflito com a lei, a família se torna ainda mais fundamental, visto que necessitam de maior acompanhamento e apoio para que possam se reintegrar à sociedade. Além do mais, é inegável que a forma de os membros familiares se relacionarem interfere diretamente nas relações sociais, especialmente para com os adolescentes, já que se encontram em uma fase de moldura da personalidade, de modo que é essencial que a família tenha uma relação sólida e equilibrada. Por outro lado, a carência e a negligência, encontradas principalmente em famílias desestruturadas e conflituosas, facilitam a prática delitiva por crianças e adolescentes, uma vez que buscam, lamentavelmente, suprir a atenção e o respeito que não encontram nos seus lares (NUCCI, 2017).

Faz-se mister compreender que a grande massa de adolescentes em conflito com a lei advém de contextos relacionados à negação e à violação de direitos fundamentais, abandono familiar, atos de





violência (emocional, física e sexual), isso é, são reflexos da realidade social em que estão inseridos. Nesse sentido, o ato infracional se mostra como um pedido de socorro do adolescente e da sua família, para que possam reconstruir seus objetivos e projetos de vida. É que a privação emocional pela família pode influenciar na delinquência, pois é nela que o jovem encontra a atenção de que necessita, inclusive buscando por controles externos, para que possa viver livre e dignamente (SOARES, 2008).

Na mesma visão, Dias, Arpini e Simon (2011) descrevem que a falta de um modelo adequado de adulto possibilita que os jovens ajam por seus impulsos, haja vista a figura fragilizada que possuem nos seus lares. Igualmente, Melo e Silva (2017) compreendem que o abandono familiar e a falta de apoio propiciam a entrada do jovem no mundo da marginalidade, o que não gera um problema unicamente individualizado, mas sim de toda a sociedade, instigando, portanto, maiores investigações e pesquisas sobre o assunto.

### 3.1.1 Apoio familiar no procedimento de apuração do ato infracional

Considerando a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento e o princípio da proteção integral, a família tem o dever de assegurar o cumprimento dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, conforme preceito constitucional (BRASIL, 1988). Além disso, os pais possuem o dever de assistir os filhos, que em seu descumprimento, além das sanções penais cabíveis, poderão estar sujeitos às medidas pertinentes ao artigo 129 do Estatuto (VERONESE; SILVA, 2019). É justamente por esse regramento que o adolescente tem o direito de que seus responsáveis tenham ciência de sua apreensão, bem como do local onde se encontra recolhido, além de solicitar a



sua presença em qualquer fase do procedimento, administrativo ou judicial, sob pena de ilegalidade por parte da autoridade policial competente. Some-se a isso o fato de que a comunicação da família do adolescente se torna ainda mais essencial, visto que, havendo tal possibilidade e comparecendo os pais ou responsáveis, o jovem poderá ser liberado. Em juízo, a presença dos pais ou responsável também é essencial, já que serão ouvidos em audiência, respeitada a ampla defesa e o contraditório (NUCCI, 2017).

Verifica-se, portanto, que o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) oportuniza, em diversos momentos, a participação e a inclusão da família durante o procedimento de apuração do ato infracional. O acompanhamento e a participação familiar, já durante a apuração do ato infracional, são imprescindíveis para o desenvolvimento humano e para evitar o agravamento de danos de abandono preexistentes, fazendo-se cumprir, à vista disso, os princípios do melhor interesse, da prioridade absoluta e da convivência familiar, uma vez que também é dever do Estado garantir a dignidade da pessoa humana e que todos esses direitos não sejam violados (GONÇALVES, 2017).

### 3.1.2 Apoio familiar no cumprimento da medida socioeducativa

A participação familiar durante a execução da medida socioeducativa deve ser ainda mais palpável e ativa, haja vista que a Lei n. 8.069/1990 (BRASIL, 1990) trouxe diversas disposições a fim de garantir esse direito. De início, é importante mencionar que a política de atendimento possui, dentre outros objetivos, priorizar políticas e programas que evitem ou abreviem o período de afastamento do convívio familiar. A convivência familiar e comunitária é um direito

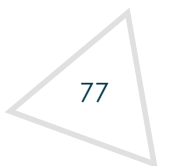


fundamental e deve ser garantido inclusive durante a privação de liberdade, considerando que o apoio emocional pela família é essencial para ressocialização e evolução do próprio reeducando (MULLER; GOBBO, 2016).

O ECA (BRASIL, 1990), reconhecendo a importância da contribuição da família nesse período de reeducação, direciona os magistrados na aplicação das medidas socioeducativas, visto que deverão dar prioridade àquelas que visem o fortalecimento dos laços familiares. Tratando-se da execução propriamente dita, deverão ser observados os seguintes princípios: responsabilidade parental, para que os pais assumam seus deveres para com o adolescente; prevalência da família e manutenção dos laços familiares; e obrigatoriedade da informação aos pais e/ou responsáveis, acerca do desenvolvimento do adolescente.

O artigo 124 do ECA (BRASIL, 1990), importantíssimo para que o direito à convivência familiar e comunitária seja efetivamente cumprido, menciona que o adolescente privado de liberdade tem os seguintes direitos: permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio dos pais ou responsáveis; receber visitas, ao menos, semanalmente; e corresponder-se com familiares e amigos. Esse último é importante para que pessoas externas saibam se os seus direitos e garantias individuais estão (ou não) sendo respeitados pela entidade de atendimento. Ressalta-se que o direito de cumprir a medida no local mais próximo é fundamental para que a família possa acompanhar o adolescente, a fim de que este se desenvolva da forma mais adequada possível (MULLER; GOBBO, 2016).

A Lei n. 12.594 (BRASIL, 2012) também traz o fortalecimento dos vínculos familiares como um dos seus princípios e objetivos. Nesta legislação, destaca-se a necessidade de elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), uma espécie de relatório de gestão de



atividades, para as medidas de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. Esse documento deverá incluir a participação dos pais ou responsáveis na execução das medidas, por ser igualmente dever desses a contribuição com o processo ressocializador, trazendo atividades de integração e apoio à família, bem como as suas formas de participação (BRASIL, 2012).

Não obstante os avanços teóricos alcançados com a novel legislação, Viana e Bizinoto (2013) tecem críticas a respeito da real efetivação dos vínculos familiares nas medidas em meio fechado. Quantos às medidas em meio aberto, a lei dispõe da descentralização, isso é, os adolescentes poderão cumprir em seus domicílios, proporcionando a manutenção dos laços familiares. Todavia, isso não ocorre com as medidas em meio fechado, uma vez que são baseadas na regionalização, dificultando o acesso e visitas pela família do reeducando, pois são, muitas vezes, inexistentes, em razão de dificuldades financeiras para o acesso ao local.

Essa dificuldade prática é visualizada no estudo de Muller e Gobbo (2016) no Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório (CASEP) de São José do Cedro (SC). De acordo com as pesquisadoras, nenhum dos reeducandos estava cumprindo a medida no domicílio dos pais, embora todos fossem da região oeste catarinense. Aliado a isso, relataram que há um CASEP mais próximo do município de sete adolescentes, localizado na cidade de Chapecó (SC), embora tenham sido encaminhados para aquela unidade. Concluíram, portanto, que o direito à convivência familiar e comunitária está, nesse caso, ameaçado, pois a distância entre a entidade de atendimento e o domicílio dos familiares dificulta as visitas semanais.

Dessa forma, mostra-se necessária a elaboração de políticas públicas eficazes, voltadas não somente ao fortalecimento dos vínculos familiares, mas sim de forma a garantir a convivência familiar

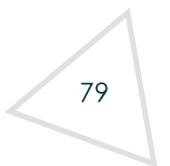


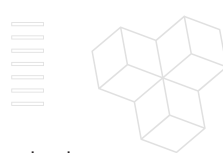
e comunitária ao adolescente privado de liberdade, pois, como visto, é dever constitucional do Estado assegurar, com prioridade absoluta, esse direito fundamental e impedir que esses jovens sejam negligenciados (BRASIL, 1988). Seja oportunizando o transporte dos familiares até a unidade de atendimento, seja espalhando, de forma ampla e equivalente, tais unidades pelo território estadual, o Estado deve priorizar a convivência com a família, pois, como entendem Paiva e Silva (2008), é um ambiente importante para mediar as questões entre sujeito e sociedade, devendo-se, também, trabalhar as questões psicológicas.

### 3.2 ASPECTOS PSICOLÓGICOS DO APOIO FAMILIAR NA RESSOCIALIZAÇÃO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

O papel da família, ao acompanhar e participar da ressocialização do adolescente, é ser e demonstrar um bom exemplo, ajudando o jovem a traçar metas e objetivos para a sua vida, alcançando a ressocialização. Contudo, para que isso ocorra, é indispensável que os familiares possuam uma orientação adequada dos profissionais das unidades de atendimento, para que consigam compreender os objetivos e métodos socioeducativos e, conseqüentemente, serem modelos efetivos na ressocialização desses jovens (VIANA; BIZINOTO, 2013). Assim, perceber a família não somente como um local de proteção, mas também como um espaço a ser protegido pelo Estado e por toda a sociedade, é extremamente importante para que possamos verificar uma redução significativa no número de atos infracionais (SOARES, 2008).

Nessa mesma linha, de acordo Nardi e Dell' Aglio (2012, apud OLIVEIRA; BRITO, 2019), a família possui forte influência sobre





o adolescente, podendo representar proteção, ou, por outro lado, um incentivo para o cometimento de atos infracionais. Por isso, faz-se necessário analisar essas interações e possibilitar uma rede de apoio aos familiares, para que possam contribuir positivamente com o processo de ressocialização. O atendimento às famílias, com programas de apoio e orientação, com a inclusão em programas sociais, caso os direitos fundamentais não estejam sendo garantidos, é imprescindível para que a execução da medida tenha resultados positivos, visto que famílias assistidas possibilitam a redução do número de atos infracionais e, conseqüentemente, maiores são as chances de reinserção social de adolescentes (OLIVEIRA; BRITO, 2019).

Logo, os membros familiares devem ser considerados e orientados conjuntamente com o atendimento dos adolescentes, já que a ressocialização deve ser tratada primeiramente junto da família, pois é nela que são formados vínculos e comportamentos. Assim, centrando-se a problemática na família, verificar-se-á a importância e sua contribuição para o processo ressocializador do adolescente (PAIVA; SILVA, 2008).

## **4 A GARANTIA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR NO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC)**

### **4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa realizada possui caráter quantitativo e qualitativo, pois visa, a partir da coleta de informações e de dados numéricos, obter uma conclusão. Quanto a seus objetivos, o estudo é caracterizado como exploratório e descritivo. Com relação aos procedimentos técnicos adotados, utilizou-se as técnicas documental, mediante







análise de ofício elaborado pelo gerente do Centro Socioeducativo Regional (CSR) de Chapecó (SC), solicitado via correio eletrônico (e-mail), bem como a bibliográfica, pela pesquisa de documentos já existentes, como artigos e materiais disponíveis em sítios eletrônicos.

Nessa perspectiva, a fim de possibilitar a compreensão do estudo, analisou-se todos os dados informados no ofício encaminhado pelo gerente da unidade de atendimento, para averiguar a quantidade de adolescentes internados, bem como seus respectivos domicílios, além de pesquisa junto aos sítios eletrônicos estatais para buscar as localidades dos centros socioeducativos existentes no Estado de Santa Catarina, contrastando-as com os dados obtidos. A coleta dos dados teve início no mês de fevereiro de 2020 e finalizou em julho do mesmo ano, quando encaminhada resposta pela unidade.

## 4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em Santa Catarina, o órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas privativas de liberdade – semiliberdade e internação – é o Departamento de Administração Socioeducativa (DEASE), o qual é subdividido em unidades: Casas de Semiliberdade, referentes ao cumprimento da medida de semiliberdade; Centros de Atendimento Socioeducativo, concernentes à medida de internação; Centros de Atendimento Socioeducativo Provisório, os quais abarcam adolescentes internados provisoriamente; Centros de Internação Feminino; e Comunidades Socioterapêutica, que atendem adolescentes com distúrbios psicológicos e dependentes químicos (SANTA CATARINA, 2020).

Os Centros de Atendimento Socioeducativo são distribuídos regionalmente, estando em funcionamento, atualmente, sete unidades, localizadas em Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Joinville, Lages



e São José (SANTA CATARINA, 2020). O CASE do Município de Chapecó, inaugurado em 2016, é amplamente reconhecido por oferecer oficinas e proporcionar uma boa infraestrutura aos reeducandos, além de incentivar a educação e a entrada no mercado de trabalho. Em contato com a instituição, via correio eletrônico (e-mail), o Sr. Rafael Dedonatti, gerente do CSR de Chapecó (SC), informou, pelo Ofício n. 411/2020, que atualmente se encontram internados 38 adolescentes na unidade, os quais são oriundos de diversas cidades do Estado de Santa Catarina e do Estado do Paraná.

Para averiguar se no Centro de Atendimento Socioeducativo de Chapecó (SC) o direito à convivência familiar está sendo garantido, elaborou-se uma tabela, elencando os domicílios de cada adolescente internado, bem como a distância até o local da entidade em que se realiza o cumprimento da medida socioeducativa. Além disso, em pesquisa junto ao sítio eletrônico do Departamento de Administração Socioeducativa (DEASE, 2020), analisou-se em quais municípios do Estado estão presentes os Centros de Atendimento Socioeducativos, assim como qual destes seria o mais próximo ao domicílio do reeducando.

Tabela 1 - Análise dos domicílios dos reeducandos e a distância até Chapecó (SC) e do Centro de Atendimento Socioeducativo mais próximo

<b>Domicílio</b>	<b>N. de adolescentes</b>	<b>Distância – Chapecó</b>	<b>Case mais próximo</b>
Chapecó/SC	17	-	Chapecó/SC
Palmas/PR	1	127 km	Pato Branco/PR (88 km)
Videira/SC	1	209 km	Lages/SC (189 km)
Tangará/SC	1	247 km	Lages/SC (166 km)
Caibi/SC	1	79 km	Chapecó/SC
Canoinhas/SC	2	320 km	Joinville/SC (196 km)
Faxinal dos Guedes/SC	1	60 km	Chapecó/SC
Porto união/SC	1	244 km	Chapecó/SC
Jardinópolis/SC	1	76 km	Chapecó/SC

<b>Domicílio</b>	<b>N. de adolescentes</b>	<b>Distância – Chapecó</b>	<b>Case mais próximo</b>
São Carlos/SC	2	46 km	Chapecó/SC
Palmitos/SC	1	65 km	Chapecó/SC
Fraiburgo/SC	1	238 km	Lages/SC (165 km)
Concórdia/SC	2	82 km	Chapecó/SC
Xaxim/SC	1	27 km	Chapecó/SC
Lebon Régis/SC	1	260 km	Lages/SC (147 km)
Coronel Freitas/SC	2	26 km	Chapecó/SC
Joinville/SC	1	517 km	Joinville/SC
Capinzal/SC	1	194 km	Lages/SC (186 km)
<b>Total</b>	<b>38</b>		

Fonte: adaptado de Santa Catarina (2020).

Mediante uma análise detalhada da tabela, percebe-se que embora a maior parte dos adolescentes internados esteja no CASE mais perto do município de sua família, isto é, 76,31% dos reeducandos, correspondente a 29 jovens, outros 9 adolescentes – cerca de 23,68% – estão com o seu direito à convivência familiar e comunitária violado, haja vista que estão em unidade distante de seus domicílios, quando poderiam cumprir a medida em local mais próximo. Não se olvida, por óbvio, das diversas dificuldades encontradas no Estado de superlotação, todavia, é dever desse garantir os direitos fundamentais do adolescente, dispostos ao longo do texto constitucional e infraconstitucional, em especial à convivência familiar no cumprimento de medida socioeducativa.

Dessa maneira, em que pese os inúmeros esforços do Centro de Atendimento Socioeducativo de Chapecó (SC), amplamente reconhecidos, faz-se necessária uma atuação efetiva do Estado de Santa Catarina, capaz de assegurar, indistintamente, a todos os adolescentes internados, a convivência familiar e comunitária, possibilitando que todos os reeducandos possam cumprir a medida socioeducativa no local mais próximo ao domicílio da família, pois

“Potencializar a função protetiva da família é a forma de galgar para uma diminuição dessa reincidência.” (REIS; OLIVEIRA, 2015, p. 18). Assim, cumprindo-se integralmente o artigo 124, inciso VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), ou seja, aproximando o adolescente privado de liberdade de sua família, certamente se irá contribuir com o processo socioeducativo e trazer resultados positivos.

## 5 CONCLUSÃO

É manifesto que a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, aliados às legislações internacionais, trouxeram inúmeros avanços ao ordenamento jurídico, em especial pela adoção da Doutrina da Proteção Integral, que reconheceu crianças e adolescentes, indistintamente, como sujeitos de direito em desenvolvimento, titulares de direitos fundamentais. Pode-se extrair, portanto, que todas as crianças e adolescentes estão sujeitos à proteção especial e, dentre eles, não se pode excluir, por óbvio, os jovens em cumprimento de medida socioeducativa.

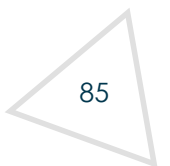
A família, como base da sociedade, possui, da mesma forma, o dever de garantir que tais direitos estejam sendo garantidos, com prioridade absoluta, uma vez que possui forte influência e importância no desenvolvimento humano. A relevância da atuação dos membros familiares se evidencia nos adolescentes em conflito com a lei, posto que necessitam de maior apoio e cuidado para que possam evoluir e se reintegrarem à sociedade. Não obstante, para que a família possa participar ativamente do processo ressocializador, faz-se mister atuação estatal para garantir o direito à convivência familiar e comunitária, especialmente assegurando que o jovem possa cumprir a medida no local mais próximo ao domicílio familiar.



Em alguns casos, o direito à convivência familiar e comunitária nas medidas restritivas de liberdade se encontra ameaçado, como visto no Centro de Atendimento Socioeducativo do Município de Chapecó (SC), unidade de atendimento voltada à execução da medida de internação, onde nove reeducandos não estão cumprindo a execução no local mais próximo ao domicílio familiar, cerca de 23,68% do total dos jovens, havendo, inclusive, um adolescente cujo domicílio está há cerca de 500 km da unidade. Não se olvida, logicamente, as dificuldades enfrentadas pelo Estado no tocante à disponibilização de vagas nas unidades, todavia, é dever desse assegurar aos adolescentes, com prioridade, que seus direitos – dentre eles, a convivência familiar – sejam cumpridos.

Dessarte, é de se perceber que, na prática, o direito à convivência familiar e comunitária não está sendo garantido a todos os reeducandos, de forma indistinta, como dispõe o ordenamento jurídico. Há uma parcela considerável de jovens que está distante de sua família durante um período tão peculiar e delicado que é o cumprimento de uma medida socioeducativa de internação. Nesse contexto, os estudos nas áreas do Direito e da Psicologia compreendem que o acompanhamento familiar neste processo é essencial para que o adolescente se desenvolva e busque novos caminhos para sua vida.

Logo, reconhecer a entidade familiar como um aspecto de extrema relevância para que o cumprimento de medida socioeducativa surta os efeitos positivos esperados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, é o primeiro passo para se melhorar os índices de ressocialização em todo o país, pois o acompanhamento e apoio emocional pela família, com o fortalecimento dos vínculos, são fundamentais para a reeducação e evolução do adolescente. São necessárias, portanto, políticas públicas eficazes para efetivar o direito à convivência familiar e comunitária a todas as crianças e



adolescentes, especialmente aqueles em cumprimento de medida privativa de liberdade. Resguardar os vínculos familiares significa cumprir os preceitos arduamente alcançados pela Doutrina da Proteção Integral, adotada pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Vitor. Considerações acerca da lei do SINASE. *In*: PAIVA, Ilana Lemos de; SOUZA, Candida; RODRIGUES, Daniela Bezerra (coord.). **Justiça juvenil**: teoria e prática no sistema socioeducativo. Natal: Editora da UFRN, 2014. cap. 1. p. 49-58.

AMIN, Andréa Rodrigues. Evolução histórica do direito da criança e do adolescente. *In*: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade; CARNEIRO, Rosa Maria Xavier Gomes (coord.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: aspectos teóricos e práticos. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. cap. 1. p. 49-59.

BARROS, Guilherme Freire de Melo. **Direito da Criança e do Adolescente**. 7. ed. Salvador: JusPODIVM, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República da Casa Civil, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 15 mar. 2020.



BRASIL. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm). Acesso em: 15 mar. 2020.

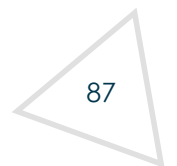
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO SOCIOEDUCATIVO - DEASE. **Histórico**. Florianópolis, SC, 2020. Disponível em: <http://www.dease.sc.gov.br/institucional/historico-e-missao>. Acesso em: 1 ago. 2020.

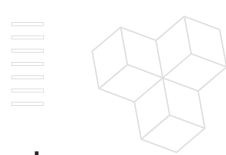
DIAS, Ana Cristina Garcia; ARPINI, Dorian Mônica; SIMON, Bibiana Rosa. Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 526-535, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n3/10.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

DUPRET, Cristiane. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2015.

FANTE, Ana Paula; CASSAB, Latif Antonia. Convivência familiar: um direito à criança e ao adolescente institucionalizado. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 154-174, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321527160002.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.





GONÇALVES, Danielle Babos. **O princípio da ampla defesa e do contraditório na apuração de ato infracional.** Orientadora: Simone Silva Prudêncio. 2017. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/19368>. Acesso em: 4 jul. 2020.

MELO, Layid Luci Baittinger; SILVA, Carolina Miranda do Amaral. A importância da família na ressocialização de adolescentes em conflito com a lei. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 39-51, 2017. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/599/479>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MULLER, Crisna Maria; GOBBO, Edenilza. A Garantia do Direito à Convivência Familiar do Adolescente Privado de Liberdade no CASEP de São José do Cedro – SC. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, Londrina, v. 14, p. 21-29, 2016. Disponível em: <https://revista.pgskroton.com/index.php/adolescencia/article/view/4000/3264>. Acesso em: 15 jul. 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado:** em busca da Constituição Federal das crianças e dos adolescentes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

OLIVEIRA, Kyara Maria Dantas; BRITO, Nágila Maria Sales. **A ressocialização da criança e do adolescente em conflito com a lei e com a família.** 2019. Artigo (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito na Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Salvador, 2019. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/555/1/TCCKYARAOLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020.





PAIVA, Joseane Nadir da Mata; SILVA, Ilda Lopes Rodrigues da. **Re-construindo histórias:** vivências de adolescentes em liberdade assistida na comarca de Muriaé-MG. Orientador: Ilda Lopes Rodrigues da Silva. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=11514@1>. Acesso em: 23 jul. 2020.

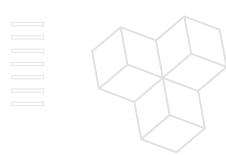
REIS, Luis Fernando Ferreira dos; OLIVEIRA, Alicia Santolini Tonon. Adolescente autor de ato infracional: a importância da família no processo de cumprimento de medidas socioeducativas. **Seminário integrado**, Presidente Prudente, São Paulo, v. 9, n. 9, p. 1-21, 2015. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/SemIntegrado/article/view/5163>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SANCHES, Helen Crystine Corrêa. A Proteção Integral e o Direito Fundamental de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar. In: VERONESE, Josiane Rose Petry *et al.* (coord.). **Direito da criança e do adolescente:** novo curso - novos temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. cap. 5.

SANTA CATARINA. Centro Socioeducativo Regional (CSR) de Chapecó/SC. **Ofício n. 411/2020 /GAB/GER/CASE.** Chapecó, SC: Centro Socioeducativo Regional, 30 jul. 2020.

SOARES, Beatriz Prudêncio. **Adolescentes infratores e suas relações afetivas.** Orientador: Denise Duque. 2008. 40 f. Monografia (Especialização em Terapia Familiar Sistêmica) - Familiare Instituto Sistêmico, Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://institutofamiliare.com.br/wp-content/uploads/2018/10/Beatriz-Prudencio-Soares-2008-Adolescentes-Infratores-e-suas-Relacoes-Afetivas.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2020.

VIANA, Edson Lucas; BIZINOTO, Kelly. A proteção integral de adolescentes em conflito com a Lei sob à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. In: Souza, Sônia M. Gomes de (org.). **Adolescentes autores de atos infracionais:** estudos psicossociais. Goiânia: Editora da PUC, 2013.



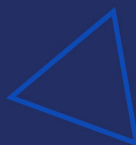
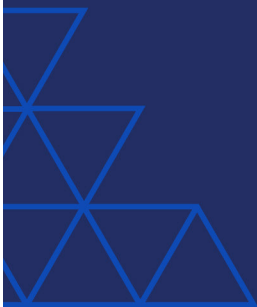
VERONESE, Josiane Rose Petry; FALCÃO, Wanda Helena Mendes Muniz. A Criança e o Adolescente no Marco Internacional. In: VERONESE, Josiane Rose Petry *et al.* (coord.). **Direito da criança e do adolescente**: novo curso - novos temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

VERONESE, Josiane Rose Petry; SILVA, Lucilaine Ignacio da. As Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável. In: VERONESE, Josiane Rose Petry *et al.* (coord.). **Direito da criança e do adolescente**: novo curso - novos temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.





# CIÊNCIAS SOCIAIS







## FAMÍLIA E TRABALHO: ANÁLISE DO FILME “AMOR SEM ESCALAS” (UP IN THE AIR)

Angelica Carina Massmann<sup>1</sup>

Vanessa Bodigheimer<sup>2</sup>

Michele Gaboardi Lucas<sup>3</sup>

Sayonara de Fátima Teston<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a relação família e trabalho na perspectiva dos protagonistas do filme “Amor sem escadas” (*Up in the Air*), de 2009. Para isso foi realizado um estudo com delineamento qualitativo por meio da análise desta obra cinematográfica, nas quais as categorias de análise foram: significado do trabalho; interferência entre trabalho e família; conflitos e relações familiares. Com base nessas categorias, observaram-se estratégias singulares na forma em que cada personagem age no contexto família e trabalho, enquanto alguns denominavam o trabalho um fator extremamente relevante para o seu desenvolvimento pessoal, outros já definiam como a família essencial para se sentir realizado em todos os aspectos de sua vida. Esses comportamentos são passíveis de serem observados na vida real, em que enquanto alguns sujeitos estão dispostos a formar uma família e dedicar-se mais a ela, outros se contentam em ter relacionamentos casuais, bem como dedicar-se mais tempo aos seus objetivos laborais.

**Palavras-chave:** família; trabalho; análise de filme.

<sup>1</sup> Psicóloga graduada pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); angelica.cm3@hotmail.com

<sup>2</sup> Psicóloga graduada pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); vanessabodigheimer@hotmail.com

<sup>3</sup> Psicóloga, graduada pela Unoeste; Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); Professora na Unoesc Chapecó; michele.lucas@unoesc.edu.br

<sup>4</sup> Psicóloga graduada pela Universidade de Passo Fundo; Doutora em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) e professora; sayonara.teston@unoesc.edu.br

# 1 INTRODUÇÃO

É perceptível a importância da família e trabalho na vida das pessoas, por este motivo pesquisas acerca do assunto têm se tornado interessante para auxiliar no entendimento de comportamentos humanos referentes a essas questões. Como o objetivo do presente estudo em buscar analisar a relação família e trabalho na perspectiva dos protagonistas do filme "Amor sem escalas" (*Up in the Air*), de 2009, foi possível desenvolver categorias para mais bem explicar as divergências que esses fatores apresentam na vida dos indivíduos.

Utilizando-se de referenciais teóricos que vão ao encontro dos dados analisados, temas como o significado do trabalho na vida das pessoas, conflitos e relações familiares e interferências entre trabalho e família embasaram a discussão dos resultados a partir de cenas do filme em questão que foram previamente avaliadas e reavaliadas.

Nesse sentido, percebe-se a importância da elaboração de estudos sobre família e trabalho que venham a auxiliar novas pesquisas sobre o tema, bem como contribuir no entendimento de profissionais que realizam intervenções para melhorar a qualidade de vida de indivíduos que procuram ajuda por apresentarem dificuldades na organização nessas áreas de suas vidas.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 FAMÍLIA

Antigamente, o termo família remetia a uma organização estruturada entre pai, mãe e filhos que conviviam no mesmo espaço. Porém, desde que ocorreram mudanças sociais, as famílias vêm se adaptando ao que é novo, o que significa que outras configurações



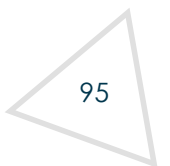
familiares estão surgindo, como famílias uniparentais, o recasamento ou com a formação de famílias homoafetivas (GROISMAN, 2006).

O conceito de família pode ser descrito como a primeira instituição na qual os indivíduos fazem parte, estabelecendo relações com contatos diretos, de modo que é responsabilidade da família a educação e a forma de socialização de seus integrantes, além de serem estabelecidas condutas que influenciarão diretamente os padrões de comportamento (BAPTISTA; CARDOSO; GOMES, 2012).

Groisman (2006) relata que família é como uma empresa em que sua administração necessita de organização, hierarquia e comando. Entretanto, sua estruturação é mais complexa que uma empresa comum, tendo em vista que na família estão envolvidos laços familiares duradouros, parentesco, além de que seus membros são pertencentes a uma cadeia geracional, pela qual ocorrem transferências culturais e de valores que causam entrelaçamento de suas partes.

Rech (2005) cita que entender a família abrange a compreensão da complexidade das relações associadas e as conexões ligadas a ela como movimentos circulares, padrões repetitivos, seus subsistemas, a intergeracionalidade, entre outros aspectos, pois existem inúmeros padrões de aliança que podem ser benéficos ou maléficos para a família. Assim, a partir da organização hierárquica do poder é que irá se definir a forma como as decisões serão tomadas, bem como controlar o comportamento do grupo familiar.

Nesse sentido, por meio das transmissões implícitas dos padrões de comportamento intergeracionalé que são desenvolvidas estratégias, especialmente nos casos de enfrentamento de problemas, nos métodos utilizados para resolvê-los, bem como evitar novas crises. Como consequência, podem ocorrer transformações criativas no que foi herdado da geração anterior, ou seu modo de seguir os padrões podem seguir os mesmos (BAPTISTA; CARDOSO; GOMES, 2012).





Dessa forma, a família pode ser observada como unidade flexível, adaptando-se às influências que podem surgir, sejam elas sociais, sejam elas econômicas. Por esse motivo, as famílias funcionais não devem receber diferenciações de famílias disfuncionais pela ausência de problemas, e sim pela forma de administrar as situações de crise. Sendo assim, observa-se que as famílias denominadas como disfuncionais estão presas a padrões ineficientes, entretanto, esses padrões oferecem segurança por se tratar de comportamentos habituais na resolução dos conflitos (SOUZA, 2005).

Para Campos (2012), com a chegada da sociedade contemporânea, a ciência tem proporcionado mudanças sociais nas quais os indivíduos têm dedicado mais tempo às suas carreiras profissionais, buscando prazer imediato e até mesmo um caminho mais seguro. Nessa esfera, o materialismo se torna uma ilusão de felicidade, os indivíduos não se importam mais com o respeito ao próximo e respeitam apenas a si mesmos.

Nesse sentido, pode-se dizer que cada vez mais os sujeitos buscam a sua individualização, o que o torna um ser narcísico no modo como ele vai ser e pensar, levando-o à falta de disciplina, esquecendo-se das regras e de seus valores familiares. Dessa forma, seus planos de constituir uma família acabam adiados, pois este acaba sendo um obstáculo nas conquistas de suas metas e planos profissionais (CAMPOS, 2012).

## 2.2 TRABALHO

Após refletir sobre as questões da família, é necessário, mesmo que de forma breve, visualizar o significado do trabalho na contemporaneidade, já que esse é considerado essencial na relação dos indivíduos com o mundo que os cerca (MAGALHÃES;







BENDASSOLLI, 2013). Essa temática vem sendo estudada com mais ênfase a partir da década de 1970 (TOLFO *et al.*, 2011). E existem diversos estudos sobre esse tema, sob diferentes ângulos e enfoques (CODA; FONSECA, 2004).

Sabe-se que o mundo do trabalho vem passando por profundas transformações que, para Zanelli (2010), estão relacionadas a uma série de fatores, entre eles: a inovação tecnológica, condições econômicas, mudanças demográficas, globalização, entre outros. Tolfo *et al.* (2011) acrescentam, ainda, os processos de reestruturação produtiva, a competitividade e a alteração dos contratos de trabalho nesse cenário de mudanças, transformando, assim, as relações laborais, “afetando as formas de ser dos indivíduos e sua interação com o trabalho.” (ANDRADE *et al.*, 2014, p. 627). Nessa perspectiva, entender o significado que o trabalho tem na vida das pessoas é algo significativo, já que essas são consideráveis mudanças que ocorreram no contexto do trabalho nos últimos anos (SCHWEITZER *et al.*, 2016).

Tal como é conhecido na atualidade, o trabalho tem menos de dois séculos de existência, pois é um produto do capitalismo industrial e está cada vez mais no centro da vida das pessoas, exercendo diversas funções (BERNAL, 2010), entre elas, em uma perspectiva social. Para Zanelli, Silva e Soares (2010, p. 23), o trabalho “[...] é o principal ordenador da vida humana associada. Regras, horários, atividades e interações sociais são dispostos conforme as exigências que as tarefas impõem.” Nesse sentido, Tonelli (2010) acrescenta que, em função dessa centralidade do trabalho, as pessoas estarão trabalhando, independentemente das regras que o trabalho esteja impondo, já que ele responde pela sobrevivência do indivíduo.

“O trabalho permite, constrói e expressa o indivíduo.” (CODA; SORATTO; VASQUES-MENEZES, 2004, p. 278). É, também, por intermédio





do trabalho que o indivíduo constrói sua realidade, insere-se em contextos grupais, relaciona-se com o meio, promove a perenização de sua existência, bem como constrói sua subjetividade (ROHM; LOPES, 2015). Nesse sentido, Clot (2007) também entende o trabalho como constituinte da vida subjetiva, bem como formadora do vínculo social. Para Silva e Cappelle (2015), o trabalho afeta a forma como o indivíduo percebe a si próprio, bem como ele percebe o mundo que o cerca. Além disso, para essas autoras, é por meio do trabalho que as pessoas interagem e se relacionam.

A centralidade do trabalho, no contexto da sociedade contemporânea, faz com que este, de acordo com Paz e Dessen (2012), seja diretamente relacionado à identidade de cada indivíduo, tendo grande significado na vida das pessoas, não sendo visto apenas como única e exclusiva forma de obter renda. Dessa maneira, a centralidade do trabalho deve ser observada, de acordo com Tolfo e Piccinini (2007), com o grau de importância que tem na vida de uma pessoa em um determinado momento. Ele é composto, segundo essas autoras, por um componente valorativo e outro influenciado pelos ciclos vitais do indivíduo. Nesse sentido, para Borges e Barros (2015, p. 233), “[...] as variações individuais – singularidades – do significado do trabalho são construídas pelas pessoas em suas trajetórias e suas formas de inserção na sociedade.” Reforça-se, assim, a importância dos componentes individuais acerca do significado do trabalho na vida contemporânea.

Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994) também apresentam a centralidade que o trabalho tem para o indivíduo, na medida em que contribui para a construção da identidade, da saúde, da convivência e também da cultura. Ao mesmo tempo que o trabalho contribui para a emancipação do indivíduo, para que ele possa se relacionar, socialmente, para satisfazer suas necessidades ele também o controla,





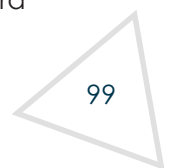
enquanto que legitima a exploração e o controle social (BERNAL, 2010). O desenho do trabalho é caracterizado, muitas vezes, pela fragmentação, vulnerabilidade e pela precarização, de acordo com Coutinho, Krawulski e Soares (2007), o que impacta diretamente na identidade profissional dos indivíduos, principalmente quando ele tem como sentido de sua vida única e exclusivamente o trabalho (ROHM; LOPES, 2015).

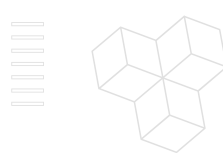
O trabalho é uma construção social dentro de um contexto histórico e de uma cultura muito concretos e que se relaciona com experiências e com um modo de vida das pessoas também concretos, também com um sistema de relações simbólicas desenvolvidas em seu meio e que, em boa parte, determinam as aspirações dessas pessoas e de seu nível de satisfação profissional em diferentes circunstâncias e condições. (BERNAL, 2010, p. 33).

Sendo assim, é a partir do trabalho, seja ele simples, seja ele complexo, que se cria o mundo em que o indivíduo está inserido, participa-se de forma consciente, ou não, de um processo que tanto conserva, regenera e muda a realidade. É primordial que a atividade que o indivíduo executa faça sentido para ele, para que possa mobilizar suas capacidades tanto criativas quanto reflexivas, já que, de uma forma geral, os indivíduos passam a maior parte do seu dia nos ambientes de trabalho (ROHM; LOPES, 2015). Sendo assim, a partir do que foi exposto, é possível pensar que o significado do trabalho é um fenômeno complexo e multifacetado (BORGES; BARROS, 2015).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo faz uma análise do filme "Amor sem escadas", dirigido por Jason Reitman e lançado em 2009. A obra





cinematográfica apresenta questões pertinentes ao trabalho e as relações familiares, salientando o sentido do trabalho na vida das pessoas e as diferentes formas de vivenciar situações familiares. Este filme foi escolhido por trazer à tona estes temas utilizando diversos exemplos em suas cenas.

Este artigo possui abordagem qualitativa, a qual realiza a interpretação de fenômenos por meio da atribuição de significados (PRODANOV; FREITAS, 2013). Os resultados deste estudo evidenciam três categorias de análise: 1) O significado do trabalho na vida das pessoas; 2) Conflitos e relações familiares; e 3) Interferências entre o trabalho e a família. As categorias são expostas utilizando-se da exemplificação das cenas onde foram identificadas.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O filme “Amor sem escalas” traz como protagonista o personagem Ryan Bingham, interpretado pelo ator George Clooney. Ryan é um homem solteiro que trabalha em uma empresa de demissões terceirizadas, e ele viaja por todo o país realizando demissões para outras empresas. Ele passa a maior parte do tempo em viagem, entre aeroportos e hotéis. Ryan vive focado em seu trabalho e afastado de sua família, e mostra-se satisfeito com seu estilo de vida. No entanto, surge uma possibilidade de mudança radical na forma de realizar seu trabalho, proposta por Natalie Keener, uma jovem e inteligente funcionária da empresa em que ele trabalha.

A ideia de Natalie é retirar o pessoal das viagens e realizar as demissões por videoconferência, reduzindo os custos, aumentando a eficiência e mantendo os funcionários na cidade. Ryan não concorda com a ideia revolucionária de Natalie, então seu chefe, Craig Gregory, envia Natalie em uma imersão, acompanhando Ryan em





suas próximas viagens. Nenhum dos dois fica contente com a ideia, mas ao longo dessa experiência eles aprendem muito um com outro.

Natalie possui uma visão bem diferente de Ryan. Ao contrário do protagonista, a jovem, apesar de ser bastante dedicada e competente no trabalho, valoriza muito as relações amorosas e familiares, ela deseja se casar e ter filhos. Essas diferenças entre os dois servem de motivo para diversas discussões entre eles durante o período de imersão em que viajam juntos.

Outra personagem importante é Alex Goran, uma mulher atraente e misteriosa que leva uma vida semelhante à de Ryan, com muitas viagens a trabalho. Ryan e Alex se conhecem em um hotel e tem uma relação casual, inicialmente ambos demonstram querer algo eventual e sem compromisso, mas verificam suas agendas a possibilidade de se encontrarem novamente. E a cada encontro os dois parecem mais interessados um pelo outro, porém quando Ryan decide apostar nessa relação descobre que Alex é casada e tem filhos.

## 4.1 O SIGNIFICADO DO TRABALHO NA VIDA DAS PESSOAS

O filme chama a atenção para a questão do trabalho tanto na perspectiva de Ryan quanto de outros personagens, por exemplo, os funcionários dispensados. As cenas em que as pessoas são demitidas revelam a importância do trabalho na vida das pessoas, elas apresentam reações de surpresa, choque, raiva, indignação, tristeza, desapontamento, desespero e desesperança. O trabalho se mostra como algo fundamental à existência humana, nossas relações com as outras pessoas são mediadas por nossos esforços físicos e psíquicos,





caracterizando o trabalho como uma categoria central da vida humana (SILVA; TOLFO, 2012).

No momento da demissão os funcionários também comentam sobre quanto tempo trabalharam naquela empresa, sua dedicação, qualificação e competência. Além de citar que não se trata apenas do dinheiro, mas também de sentir-se útil. Um dos funcionários chega a comentar: “Em nível de estresse, ouvi dizer que perder o emprego é como uma morte na família, mas, na prática, eu sinto como se as pessoas com quem trabalhei fossem minha família e eu é que morri.” Silva e Tolfo (2012) ressaltam que o trabalho nos proporciona a oportunidade de desenvolver atividades que geram renda, são relevantes, desafiadoras e gratificantes, desenvolvendo percepções e sentimentos de valor em relação ao trabalho.

Ryan também demonstra que seu trabalho é tudo para ele, isso fica evidente em diversas falas e cenas, como: “Me conhecer é voar comigo, é aqui onde eu moro.” Essa relevância também aparece quando ele diz: “No último ano passei 322 dias viajando. O que significa que passei 43 dias infelizes em casa.” Isso resalta que para ele é muito melhor estar ocupado com sua rotina de trabalho do que passar um tempo em casa. Por intermédio do trabalho, o indivíduo constrói sua realidade, insere-se em contextos grupais, relaciona-se com o meio, promove a perenização de sua existência, bem como constrói sua subjetividade (ROHM; LOPES, 2015). Quanto maior a identificação do sujeito com seu trabalho, maiores são seus comportamentos de dedicação, o que pode ser percebido por meio de muitas horas de trabalho e elevados níveis de conflito entre o trabalho e o desempenho na família (GOULART JÚNIOR *et al.*, 2013).



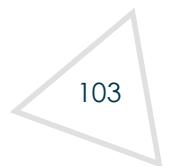


## 4.2 CONFLITOS E RELAÇÕES FAMILIARES

Quanto às relações familiares e sociais, percebe-se que Ryan evita-as sempre que possível. Em uma cena, Ryan elogia seu assistente por dizer a sua irmã que ele está voando e não sabe sobre seu destino, preferindo que sua família de origem nem saiba onde ele se encontra. Essa cena evidencia conflitos entre as responsabilidades profissionais e familiares. Isso ocorre quando o indivíduo não consegue compatibilizar as demandas do seu emprego com suas responsabilidades em relação a sua família (BARHAM; VANALLI, 2012).

O discurso da palestra motivacional que Ryan ministra também demonstra o quanto ele sente que as relações familiares e tudo que elas envolvem são um peso em sua vida: "Suas relações são os componentes mais pesados da sua vida. Todas as negociações, discussões, segredos e concessões. Não precisam carregar esse peso." (informação verbal). Esta fala revela que ele prefere envolver-se com o trabalho a tal ponto que gere um distanciamento de sua família de origem. Neste sentido, Barham e Vanalli (2012) apontam que conflitos entre trabalho e família são praticamente universais entre pessoas que têm responsabilidades profissionais e familiares, e isso pode acarretar diferentes níveis de estresse.

Já Natalie vê as relações familiares de forma oposta a Ryan. Ela acredita no amor e sonha em se casar e constituir uma família, conforme citado anteriormente. Enquanto Ryan se diz satisfeito com a vida que leva, priorizando seu trabalho e chegando a dizer a Natalie que nunca quis se casar, nem ter filhos, ela comenta: "Às vezes parece que não importa o tamanho do meu sucesso se eu não achar o cara certo." (informação verbal). Essa fala reforça a importância da família para ela. Os seres humanos nascem inseridos em uma família, e é por meio dela que constituem sua identidade e modelo de relações





sociais. Sendo o primeiro referencial de cada indivíduo, a família torna-se muito importante para grande parte das pessoas (ARAUJO; POLSIN, 2017).

Durante a trama acontece um evento familiar importante, o casamento de Julie, uma das irmãs de Ryan. Inicialmente ele não se mostra interessado neste casamento, inclusive revela que não conhece o noivo, mas com o passar do tempo ele parece mais animado com a ideia de comparecer a esse evento e convida Alex para acompanhá-lo. Nesse momento ele também menciona que não conhece muito bem a irmã. No entanto, apesar de evitar situações em família, Ryan aparenta estar feliz em comparecer ao casamento acompanhado de Alex. Goulart Júnior *et al.* (2013) comentam que conflitos trabalho-família ocorrem com mais frequência do que conflitos família-trabalho. Uma das causas desses conflitos se deve ao tempo, que quando é mais dedicado em um âmbito resulta em tempo insuficiente para se dedicar ao outro.

Antes da cerimônia de casamento, o noivo Jim resolve desistir do casamento, então Kara, irmã de Julie e Ryan, pede que ele converse com Jim e comenta: "Ryan, você não tem estado muito por aqui. Você não existe nas nossas vidas. Mas eu sei que você quer dar apoio pra ela. A hora é essa. É a sua chance." (informação verbal). Algumas crises na família podem estimular esse sistema a desenvolver habilidades e recursos. A capacidade de lidar com eventos estressores e superá-los de forma saudável contribui para um funcionamento familiar adequado (SEIBEL *et al.*, 2017).

### 4.3 INTERFERÊNCIAS ENTRE TRABALHO E FAMÍLIA

Esse aspecto pôde ser observado no momento em que Ryan pede à irmã Julie se ela já tem quem a leve até o altar e ela comenta







que vai entrar com o tio de Jim, pois ele é uma pessoa incrível. Nota-se, então, certo incômodo da parte de Ryan, e esse ato de sua irmã acaba justificado de maneira implícita devido à ausência de Ryan que sempre esteve ocupado demais para a família por conta de sua rotina de trabalho. Dessa forma, Feijó *et al.* (2017) ressaltam que o conflito gerado pelo trabalho nas famílias nada mais é do que discórdias e impasses familiares que surgem devido a condições laborais que afetam de maneira negativa os trabalhadores.

Outra cena que deixa nítida a interferência que o trabalho e a família realizam entre si é quando Ryan descobre a vida dupla de Alex. Ela deixa claro que “[...] aquela é a minha família, aquela é minha vida real [...] eu achei que nossa relação estivesse bem estabelecida, você é uma fuga, você é uma folga na minha rotina, um parêntese.” (informação verbal). E Alex ainda coloca Ryan numa situação desconfortável quando explana: “Me fala o que você quer? Você nem sabe o que você quer [...]” (informação verbal), ressaltando as dúvidas que ele apresenta relacionadas à sua vida pessoal e profissional. Nesse sentido, Feijó *et al.* (2017) explanam que os indivíduos devem conciliar cada um de seus papéis na sociedade para que não ocorra um desequilíbrio em nenhum âmbito da sua vida.

Também foi possível perceber mais cenas relacionadas a esse tópico quando os funcionários estavam sendo informados da demissão. Nesse caso, um dos funcionários dispara: “Eu estou chocado, eu não sei qual é o motivo disso, como é que eu vou chegar em casa feito um homem e falar para minha mulher que perdi o emprego.” (informação verbal). Em outra cena, outro funcionário descreve sobre a perda de seu emprego: “Teria sido mais difícil se eu tivesse de enfrentar tudo sozinho.” (informação verbal). Percebe-se nessa fala a grande necessidade da rede de apoio no combate





a crises que as pessoas enfrentam. Esse fato é descrito por Juliano e Yunes (2014), quando relatam que os relacionamentos interpessoais afetam diretamente o indivíduo nos momentos de crise e mudanças, por proporcionar oportunidades de desenvolvimento humano, por meio de suas amizades, possibilidades de novos empregos, relações de suporte, bem como de afeto.

## 5 CONCLUSÃO

A partir deste estudo foi possível concluir alguns aspectos relacionados ao indivíduo e sua visão de trabalho e família, assim como o quanto isso pesa em suas atitudes e comportamentos. Tanto a família quanto o trabalho exercem papéis fundamentais na vida dos indivíduos, de modo que, se o envolvimento familiar e as atividades laborais não forem equilibrados, poderá influenciar negativamente a maneira como se relaciona no trabalho e em suas demais redes sociais.

Além do mais, cada indivíduo tem suas prioridades e metas. Para que consiga atingir seus objetivos, outros quesitos são deixados de lado. Dessa forma, quando alguém cria expectativas acerca de outro sujeito, definidas a partir do que vivenciaram juntos, corre-se o risco de acontecer desapontamentos e decepções quando o primeiro sujeito se der conta que seus ideais não eram os mesmos do outro sujeito.

Outro ponto observado é acerca da interferência causada pela existência de desequilíbrio na vida dos indivíduos. No caso de Ryan, notou-se inicialmente uma evitação com relação a situações familiares e sociais. No entanto, ao decorrer da trama, o personagem começa a reavaliar suas prioridades e percebe que, ao preencher sua vida com trabalho, deixou de vivenciar momentos importantes ao lado de sua família e de construir vínculos amorosos e de amizade.



## REFERÊNCIAS

AMOR SEM ESCALAS. Direção: Jason Reitman. Produção: Daniel Dubiecki, Jeffrey Clifford, Ivan Reitman, Jason Reitman. Intérpretes: George Clooney, Vera Farmiga, Anna Kendrick, Jason Bateman, Melanie Lynskey, Sam Elliott, Amy Morton, J. K. Simmons, Danny McBride, Zach Galifianakis, Steve Eastin, Adrienne Lamping, Tamala Jones, Chris Lowell. Estados Unidos: Rickshaw Productions, 2009. (109 min.).

ANDRADE, T. *et al.* A influência dos valores relativos ao trabalho nas decisões de carreira: um estudo sobre as perspectivas de discentes de instituições de ensino superior. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 79, n. 3, p. 625-657, set./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5102/un.gti.v7i1.3550>.

ARAUJO, T. R. P.; POLSIN, F. L. Relação entre a interação familiar e a qualidade de vida no trabalho como provedora da satisfação para o colaborador. **Universitas: Gestão e TI**, Brasília, DF, v. 7, n. 1-2, p. 17-30, jan./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5102/un.gti.v7i1.3550>.

BAPTISTA, M. N.; CARDOSO, H. F.; GOMES, J. O. Intergeracionalidade. In: BAPTISTA, M. N.; TEODORO, N. L. M. (Org.). **Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2012. p. 16-25.

BARHAM, E.J.; VANALLI, A. C. G. Trabalho e família: perspectivas teóricas e desafios atuais. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-60, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n1/v12n1a05.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

BERNAL, A. O. **Psicologia do trabalho em um mundo globalizado: como enfrentar o assédio psicológico e o estresse no trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2010.



BORGES, L. O.; BARROS, S. C. Inventário de significado do trabalho para trabalhadores de baixa instrução. *In: PUENTES-PALACIOS, K.; PEIXOTO, A. L. A. (Org.). Ferramentas de diagnóstico para organização e trabalho: um olhar a partir da psicologia.* Porto Alegre: Artmed, 2015. p. 232-260.

CAMPOS, D. C. Saudade da família no futuro ou o futuro sem família? *In: BAPTISTA, M. N.; TEODORO, N. L. M. (Org.). Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção.* Porto Alegre: Artmed, 2012. p. 74-86.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CODA, R.; FONSECA, G. F. Em busca do significado do trabalho: relato de um estudo qualitativo entre executivos. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 7-18, abr. 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/947/94761402.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

CODO, W.; SORATTO, L.; VASQUES-MENEZES, I. Saúde mental e trabalho. *In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Org.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil.* Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 276-299.

COUTINHO, M. C.; KRAWULSKI, E.; SOARES, D. H. P. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 19, ed. esp. 1, p. 29-37, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400006>.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho.** São Paulo: Atlas, 1994.

FEIJÓ, M. R. *et al.* Conflito trabalho-família: um estudo sobre a temática no âmbito brasileiro. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 105-119, jul. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v21n1/v21n1a09.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.





GOULART JÚNIOR, E. *et al.* Exigências familiares e do trabalho: um equilíbrio necessário para a saúde de trabalhadores e organizações. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 110-122, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v17n1/v17n1a11.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

GROISMAN, M. **O código da família**. Rio de Janeiro, RJ: Núcleo Pesquisas, 2006.

JULIANO, M. C. C.; YUNES, M. A. M. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 135-154, set. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300009>.

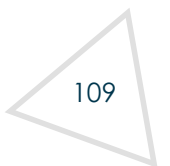
MAGALHÃES, M. O.; BENDASSOLLI, P. F. Desenvolvimento de carreiras nas organizações. In: BORGES, L. O.; MOURÃO, L. **O trabalho e as organizações**: atuações a partir da psicologia. Porto Alegre: Artmed, 2013. p. 433-464.

PAZ, M. G. T.; DESSEN, M. C. Bem-estar, perfil pessoal e poder nas organizações. In: FERREIRA, M. C.; MENDONÇA, H. (Org.). **Saúde e bem-estar no trabalho**: dimensões individuais e culturais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RECH, T. A circularidade sistêmica na escuta clínica. In: MACEDO, M.M.K.; CARRASCO, L. K. (Org.). **(Con)textos de entrevista**: olhares diversos sobre a interação humana. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 145-158.

ROHM, R. H. D.; LOPES, N. F. O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 331-345, abr./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395117179>.





SCHWEITZER, L. *et al.* Bases epistemológicas sobre sentido(s) e significado(s) do trabalho em estudos nacionais. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, n. 16, v. 1, p. 103-116, jan./mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.17652/rpot/2016.1.680>.

SEIBEL, B. L. *et al.* Rede de Apoio Social e Funcionamento Familiar: estudo longitudinal sobre famílias em vulnerabilidade social. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 120-136, jul. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v21n1/v21n1a10.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

SILVA, K. A. T.; CAPPELLE, M. C. A. Sentidos do trabalho apreendidos por meio de fatos marcantes na trajetória de mulheres prostitutas. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 2, ed. esp., p. 19-47, nov./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-69712015/administracao.v16n2p19-47>.

SILVA, N.; TOLFO, S. R. Trabalho significativo e felicidade humana: explorando aproximações. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 12, n. 3, p.341-354, set./dez. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v12n3/v12n3a08.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

SOUZA, N. H. S. A família em terapia. In: MACEDO, M. M. K.; CARRASCO, L. K. (Org.). **(Con)textos de entrevista: olhares diversos sobre a interação humana**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 129-143.

TOLFO, S. R. *et al.* Sentidos y significados del trabajo: un análisis con base en diferentes perspectivas teórico epistemológicas en Psicología. **Universitas Psychologia**, Bogotá, Colômbia, v. 10, n. 1, p. 175-88, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rups/v10n1/v10n1a15.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 19, ed. esp. 1, p. 38-46, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400007>.





TONELLI, M. J. Organizações, relações familiares e amorosas. In: DAVEL, E.; VERGARA, S. C. (Org.). **Gestão com pessoas e subjetividade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ZANELLI, J. C. **Estresse nas organizações de trabalho**: compreensão e intervenção baseadas em evidências. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ZANELLI, J. C.; SILVA, N.; SOARES, D. H. P. **Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho**: construção de projetos para o pós-carreira. Porto Alegre: Artmed, 2010.









## DINÂMICA FINANCEIRA DE CASAIS SEM FILHOS

Jhonatan Soares da Silva<sup>1</sup>  
Creici Lamonato<sup>2</sup>  
Michele Gaboardi Lucas<sup>3</sup>

### RESUMO

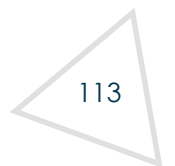
O dinheiro tem um papel importante na vida de cada indivíduo, possibilitando a aquisição de bens, a independência financeira e a inserção em grupos sociais. Desta maneira, cada pessoa, na sua individualidade, atribui sentido e administram seu dinheiro de maneiras distintas, muitas vezes, seguindo o que lhes foi ensinado em suas famílias de origem. Buscou-se por meio deste estudo analisar a dinâmica financeira de casais sem filhos, para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório. Os objetivos específicos foram identificar o significado do dinheiro e das questões financeiras para os casais; entender como a transgeracionalidade influencia na organização financeira dos casais e identificar possíveis diferenças na organização financeira dos casais. Foram realizadas oito entrevistas com quatro mulheres e quatro homens, todos vivendo em um relacionamento conjugal, com mais de um ano e morando juntos com seus cônjuges. Com os dados coletados nas entrevistas, foi realizada a análise de conteúdo a fim de atingir os objetivos estabelecidos. Dentre os resultados pode-se perceber que a maioria dos entrevistados optou por um modelo de organização financeira em conjunto, onde o dinheiro recebido pelos dois é administrado por eles.

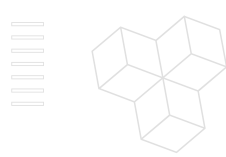
**Palavras-chave:** relacionamento conjugal; dinheiro; dinâmica financeira.

<sup>1</sup> Psicólogo, graduado pela Unoesc Chapecó; jsoares2911@gmail.com

<sup>2</sup> Psicóloga graduada pela Unochapecó; Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora na Unoesc Chapecó; creici-lamonato@hotmail.com.

<sup>3</sup> Psicóloga graduada pela Unochapecó; Mestre em Administração pela Unoesc; Professora na Unoesc Chapecó; michele.lucas@unoesc.edu.br





## 1 INTRODUÇÃO

O dinheiro tem um papel importante na vida de cada indivíduo, possibilitando a aquisição de bens, a independência financeira e a inserção em grupos sociais. Desta maneira, cada pessoa, na sua individualidade, atribui sentido e administram seu dinheiro de maneiras distintas, muitas vezes, seguindo o que lhes foi ensinado em suas famílias de origem. Neste sentido, desde a antiguidade, o dinheiro tem se mostrado presente e adquirido importância em vários âmbitos da vida do homem.

Segundo Machado (2007), o homem é considerado um ser social, tendo como uma de suas necessidades básicas o estar com o outro, ser pertencente a grupos sociais, em outras palavras, em todo ser humano parece haver um profundo desejo de união. Assim, desde o seu nascimento, ele almeja a aceitação de outras pessoas, permitindo que ao longo de sua existência ele possa vivenciar diversos tipos de relações interpessoais. Neste sentido, um dos tipos de relacionamento em que o ser humano pode se inserir é o casamento, um costume social que vem sendo cultivado desde a antiguidade e vem sofrendo modificações, em sentido e forma, com o passar do tempo (FÉRES-CARNEIRO; DINIZ NETO, 2010).

Portanto, a partir do momento em que cada indivíduo se encontra em um relacionamento conjugal, assuntos como o dinheiro passam a se tornar uma temática mais complexa, que podem exercer influência de forma direta ou indireta no relacionamento. Decisões relacionadas ao dinheiro, no sentido de como administrá-lo, mediante as despesas que surgirão dentro do relacionamento conjugal, podem ser entendidas de maneiras diferentes por cada indivíduo. Desta maneira, cada casal tende a buscar formas distintas de administrar seu dinheiro.





Neste sentido, a presente pesquisa tem como tema a dinâmica financeira de casais sem filhos, onde buscou-se compreender como se constrói e como se configura a organização financeira estabelecida por cada casal e a dinâmica entre os modelos de organização estabelecidos, tendo em vista o significado e a importância que estes atribuem ao dinheiro, bem como os fatores que podem influenciar nessa organização.

Desta maneira, este estudo foi desenvolvido a partir do objetivo geral que consistiu em analisar a dinâmica financeira de casais sem filhos, e os objetivos específicos que foram, identificar o significado do dinheiro e das questões financeiras para o casal; entender como a transgeracionalidade influencia na organização financeira dos casais e, identificar possíveis diferenças na organização financeiras dos casais.

## 1.1 A IMPORTÂNCIA DO DINHEIRO E DAS FINANÇAS PESSOAIS

O dinheiro é algo que é muito valorizado em todo o mundo. Ele pode ser definido como uma quantia representada por notas de papel, conhecidas como cédulas, ou em moedas que os indivíduos utilizam para fazer pagamentos, sendo o mesmo emitido pelo governo de cada país. Nem sempre ele esteve na forma de cédulas ou moedas como se conhece hoje, na antiguidade, para realização de trocas eram utilizados objetos como vasos, sal e enxadas. Desde então, a partir dessa época, que as maneiras de realização de troca foram evoluindo até chegar ao que hoje considera-se mais comum, o dinheiro (LEVINO; SILVA; SOUZA, 2015). No decorrer da história, o dinheiro vem ocupando um lugar de destaque na vida dos indivíduos, das instituições e das nações, especialmente por ser um instrumento





de mediação que possibilita a satisfação das necessidades humanas, do desenvolvimento tecnológico, econômico e social (FONSECA *et al.*, 2014).

Segundo Cenci (2016), o dinheiro faz parte do cotidiano das pessoas. Desde a sua infância, o ser humano vivencia, direta ou indiretamente, situações em que o dinheiro está envolvido, pelos benefícios que proporciona, pela necessidade de conquistá-lo ou pelas dificuldades provenientes de sua falta. Com o passar do tempo, o ser humano depara-se com a necessidade de tomar decisões inerentes ao processo de desenvolvimento de seu ciclo de vida e, dentre elas, estão as decisões financeiras (CENCI, 2016). Para Pelini e Silva (2017), o dinheiro tem na sua origem o desejo de organização, civilização, convivência e sobrevivência. Está associado a importância do dinheiro à aceitação em grupos sociais, ao respeito e ao sucesso.

O dinheiro permite que as pessoas comprem e atendam suas necessidades vitais; pode proporcionar melhor qualidade de vida, assim como atua como um elemento de diferenciação social e pertença a grupos (BARROS; JEUNON, 2012). Neste sentido, níveis econômicos distintos, bem como fatores demográficos e estilos de vida podem influenciar diferentes atitudes relacionadas ao dinheiro (LEDESMA; LAFUENTE, 2005). Sendo o dinheiro algo tão necessário e influente na vida das pessoas, é preciso que haja um certo grau de planejamento e organização mediante ao manejo das finanças pessoais.

Desenvolver o hábito e a cultura de organizar as finanças pessoais, torna-se tão importante quanto ter uma atividade buscando atingir sua estabilidade. É primordial que cada indivíduo, além de conquistar uma boa remuneração, consiga mantê-la. Para isso,





torna-se fundamental que ele desenvolva o controle de suas finanças pessoais (GOMES; SORATO, 2010).

A administração financeira é primordial para qualquer indivíduo, mediante a lógica capitalista do consumismo desenfreado motivado pelo hábito de poupar e investir. Com a realidade brasileira de estabilização econômica, a confecção de um planejamento financeiro pessoal é imprescindível para a gestão dos recursos pessoais (MOTA; PAIXÃO; SILVA, 2014). O manejo financeiro pessoal traz consigo a independência financeira que seria o planejar antes de realizar alguma compra ou tomar uma atitude que possa afetar suas finanças, muitas pessoas almejam a independência financeira, mais poucas a buscam (FARIAS; NASCIMENTO, 2018).

O principal no planejamento financeiro pessoal é que as pessoas ou famílias tenham a capacidade de planejar sua vida financeiramente, organizando o orçamento doméstico. Em essência, o que se busca são os grandes princípios da educação financeira, compreendendo-se como deve ser feito o planejamento familiar, a importância da poupança, os riscos do consumo exacerbado e como elaborar e gerir o orçamento doméstico (GONÇALVEZ, 2015).

## 1.2 O DINHEIRO E A GESTÃO FINANCEIRA NO RELACIONAMENTO CONJUGAL

Amor e dinheiro aparecem em nossa sociedade como polos ao redor dos quais a vida gira e se, à primeira vista, são representados como elementos antagônicos, ou pelo menos de forma absolutamente separada, de outro ângulo, são desejos que se complementam e, portanto, garantem a felicidade pessoal (RUSSO, 2011). O dinheiro, segundo Cenci e Habigzang (2015), configura-se num objeto desejado pelas pessoas em razão da representação de





poder que existe em torno dele. Com ele, pode-se adquirir bens de interesse, ter acesso a diferentes serviços e tecnologias, além de estar presente nas diversas relações interpessoais e, como não poderia ser diferente, nos relacionamentos conjugais. Seguindo essa colocação, torna-se relevante, tentar compreender como são tratadas as questões relacionadas ao dinheiro dentro de um relacionamento conjugal.

Um casamento envolve decisões que vão além das emoções. Com isso a parte financeira é a que coloca a prova anos de convivência. O segredo para a felicidade conjugal, no ponto de vista financeiro, é ser aberto, falar para o outro como trata do assunto, como gasta e como investe (GUIMARÃES, 2010). De acordo com Groisman (2013), o tema dinheiro ainda é um tabu nos relacionamentos conjugais, familiares e sociais no sentido de se conversar, discutir ou negociar. Existe, a ideia de que a intromissão do assunto dinheiro vai promiscuir o relacionamento, comprometendo seu caráter afetivo, reservando-se então sua inserção apenas em negociações nas quais seja imperativa a sua presença (GROISMAN, 2013).

Em uma sociedade consumista com a brasileira, a gestão dos recursos domésticos e a divisão de tarefas voltadas à geração de renda tendem a impactar sobremaneira as relações conjugais e familiares (CARAMASHI; FEIJÓ; GONÇALVES, 2018). Altos níveis de desemprego, custo de vida elevado, dentre outros fatores, tornam complexa a tarefa do casal de gerir o orçamento doméstico (CARAMASHI; FEIJÓ; GONÇALVES, 2018). Tensões relacionadas à sobrevivência em famílias com menos recursos materiais e ao consumo em famílias cujos recursos garantem a sobrevivência fazem parte do cotidiano da maioria da população. Caramashi, Feijó e Gonçalves (2018) colocam que, mesmo aqueles que apresentam renda bastante acima da média são frequentemente afetados pelos padrões de status e de consumo



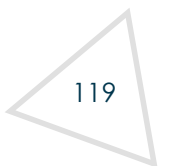


socialmente propagados, valorizados e reforçados continuamente por intermédio de recursos midiáticos.

Groisman (2013) ressalta que o dinheiro na vida das pessoas individualmente, num casal, ou no núcleo familiar, tem diferentes expressões e propósitos, tais como a ascensão profissional, demonstração de poder, a garantia de segurança, a aquisição de produtos ou bens que não conseguiram anteriormente, a concessão de uma pseudoidentidade emocional a quem o possui e o favorecimento na dependência emocional dos filhos, de um dos cônjuges ou da família de origem.

Entende-se que estilos diferentes de organização financeira não significa a existência um jeito melhor do que o outro, significa apenas a possibilidade de existir várias formas do casal se organizar financeiramente e independente do funcionamento do casal, podem funcionar bem ou resultar em conflitos, gerar estresse e diminuir a intimidade do casal. É importante ressaltar que essas categorias não são necessariamente imutáveis ou permanentes nos casais, podendo se alternar tanto na intensidade como no momento de vida do casal (CARDOSO; BUCHER-MALUSCHKE, 2017). Os padrões financeiros vivenciados pelos cônjuges em suas famílias nucleares têm um importante papel na constituição da organização financeira conjugal. O modelo de manejo do dinheiro, antes individual, necessita ser compartilhado de alguma forma a partir do casamento, e a comunicação conjugal é essencial, independentemente do gerenciamento financeiro estabelecido (COELHO; FERREIRA-VALENTE, 2016).

Os cônjuges estipulam formas distintas de gerenciamento do dinheiro, que podem funcionar ou ocasionar conflitos entre o casal, podendo gerar estresse (WHITE; ROGERS, 2004). Pahl (1989), elencou quatro categorias de gerenciamento do dinheiro entre cônjuges: O





sistema de gerenciamento total dos gastos, em que todo o ganho salarial é gerenciado por um único cônjuge, exceto os gastos pessoais do parceiro; O sistema de gerenciamento por mesada ou pensão, em que um dos cônjuges é o principal provedor financeiro, fornecendo um valor para as despesas da casa e mantendo um valor não revelado para outros gastos, inclusive seus gastos pessoais; O sistema de gestão compartilhada do dinheiro, em que ambos os cônjuges têm acesso ao dinheiro e ambos têm um papel ativo na tomada de decisões financeiras e o sistema de gestão independente do dinheiro, em que cada cônjuge tem o controle individual sobre sua renda e compromissos individuais com as despesas da casa.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Identificar a dinâmica financeira dos indivíduos no contexto de um relacionamento conjugal, enquanto o casal ainda está no convívio a dois, sem a presença de filhos, é o tema principal desta pesquisa, e para a realização de tal propósito foi utilizada uma abordagem de pesquisa qualitativa de acordo com Creswell (2010) de cunho descritivo e exploratório segundo Cervo; Bervian e Silva (2007).

Foi utilizada a técnica de entrevista semiestruturada, afim de recolher dados mais aprofundados para a pesquisa. Assim, tais entrevistas foram realizadas em um local e momento que foram definidos juntamente com os participantes. Aos indivíduos envolvidos no processo, foram apresentados os objetivos da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Autorização de Uso de Gravação de Voz.

Neste sentido, foram entrevistados 8 adultos jovens (BEE, 1997), 4 do sexo masculino e 4 do sexo feminino, que atualmente constituem uma união estável, mesmo que não formalizada oficialmente, com





mais de 1 ano morando juntos. Optou-se por entrevistar indivíduos inseridos num relacionamento conjugal tanto heteroaferivo quanto homoafetivo, desde que, os casais ainda não tivessem filhos. Os indivíduos entrevistados residem com seus companheiros em cidades da região oeste de Santa Catarina.

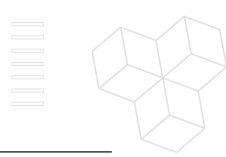
A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, utilizando os dados levantados nas entrevistas com os participantes. De acordo com Bardin (2011), essa técnica define-se como um conjunto de instrumentos de análise das comunicações, com objetivos e procedimentos de análise de mensagens, tendo em vista a interpretação destas.

### 3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foram entrevistados 8 indivíduos que estão vivendo em uma relação conjugal estável e sem a presença de filhos, dentre os entrevistados 4 são do sexo masculino e 4 do sexo feminino, todos com mais de um ano residindo com o parceiro ou parceira. Desta maneira, na Tabela 1 a seguir estão descritos alguns dados sobre os entrevistados, denominados pela sigla E, seguindo a ordem em que ocorreram as entrevistas.

Tabela 1 - Perfil dos respondentes

Entrevistados	Idade	Sexo	Tempo de Relacionamento	Tempo Morando Juntos	Tipo de Relacionamento
E1	21 anos	Feminino	6 anos e 6 meses	1 ano e 11 meses	Heteroaferivo
E2	29 anos	Masculino	9 anos	5 anos	Heteroaferivo
E3	25 anos	Feminino	6 anos	4 anos	Heteroaferivo
E4	32 anos	Feminino	12 anos	9 anos	Heteroaferivo



Entrevistados	Idade	Sexo	Tempo de Relacionamento	Tempo Morando Juntos	Tipo de Relacionamento
E5	28 anos	Feminino	4 anos e 5 meses	2 anos e 1 mês	Heteroaferivo
E6	33 anos	Masculino	12 anos	8 anos	Heteroaferivo
E7	24 anos	Masculino	4 anos	2 anos	Homoaferivo
E8	27 anos	Masculino	6 anos	2 anos	Heteroaferivo

Fonte: os autores (2021).

Percebeu-se que os sujeitos entrevistados eram jovens, com idade entre 21 e 33 anos, cujo tempo dos relacionamentos variaram entre 4 a 12 anos, e o tempo morando juntos entre 1 a 9 anos. Dos 8 indivíduos entrevistados, 7 tinham um relacionamento heteroaferivo e 1 tinha um relacionamento homoaferivo. Assim, no que se referiu a entrevista, não se percebeu nenhum tipo de desconforto mediante a participação desta, por parte dos sujeitos entrevistados.

A partir da análise das entrevistas, atentando-se aos objetivos da pesquisa, optou-se pela classificação em 3 categorias específicas para apresentação da análise, que são elas: Significado e Importância do Dinheiro; Aspectos Transgeracionais na Organização Financeira e Dinâmica na Gestão Financeira de Casais.

### 3.1 SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA DO DINHEIRO

Mediante ao questionamento sobre o significado do dinheiro para os entrevistados, foi possível perceber que de modo geral, todos tiveram um posicionamento semelhante nesse sentido, no qual o dinheiro representa um meio para conseguir coisas e alcançar objetivos, como é possível exemplificar na fala da entrevistada E1: “Bom, acho que ele significa algo que você precisa, para





conseguir as coisas que você quer na sua vida. É o auxílio para você alcançar seus objetivos.” (informação verbal). Aspectos como, segurança, estabilidade, autonomia e qualidade de vida, que são proporcionados pelo dinheiro, estavam presentes nas respostas dadas pelos entrevistados, como colocou o entrevistado E6: “O significado é difícil, o dinheiro é mais uma influência de conforto e qualidade de vida.” (informação verbal); e o entrevistado E8: “Segurança, bem-estar e metas[...]” (informação verbal). No decorrer da história, o dinheiro vem ocupando um lugar de destaque na vida dos indivíduos, das instituições e das nações, especialmente por ser um instrumento de mediação que possibilita a satisfação das necessidades humanas, do desenvolvimento tecnológico, econômico e social (FONSECA *et al.*, 2014).

Referente a importância do dinheiro na vida das pessoas, foi possível perceber, por meio das respostas fornecidas que, seu significado está diretamente ligado a sua importância, no sentido de que o dinheiro é importante para se conquistar aquilo que se deseja e atingir objetivos, estando relacionado a praticamente tudo na vida, em outras palavras, pra se conquistar algo que se almeja é necessário ter dinheiro, e a autonomia que ele proporciona torna-se importante em vários âmbitos da vida de uma pessoa, isso podemos identificar na fala do entrevistado E8: “É importante, porque hoje sem dinheiro você vive na rua. Você precisa de dinheiro para comprar um carro, ter onde morar. No mundo de hoje é impossível viver sem.” (informação verbal). Está associado a importância do dinheiro à aceitação em grupos sociais, ao respeito e ao sucesso. O dinheiro permite que as pessoas comprem e atendam suas necessidades vitais; pode proporcionar melhor qualidade de vida, assim como atua como um elemento de diferenciação social e pertença a grupos (BARROS; JEUNON, 2012).





Com o dinheiro é possível ao indivíduo conseguir estabilidade financeira, tendo sua própria fonte de renda, de modo que, possa adquirir bens, fazer parte de grupos sociais e constituir uma família. O dinheiro, também, proporciona autonomia, de maneira que o indivíduo possa administrar sua vida, estabelecendo e atingindo objetivos, adquirindo bens materiais que precise ou queira, assim atendendo suas necessidades humanas. No que se refere a segurança, o dinheiro facilita o acesso a bens que auxiliam no estabelecimento desta, como por exemplo, morar em uma casa segura, num lugar seguro, ter um carro para se transportar, e até mesmo, acesso a sistemas de saúde melhores.

Neste sentido, englobando todos estes aspectos mencionados anteriormente, está a qualidade de vida, ou seja, de certo modo, se um indivíduo possui uma renda própria em que ganhe dinheiro, permitindo-o ter sua estabilidade financeira, autonomia, adquirindo bens materiais que necessite ou queira, planejando e alcançando objetivos e acesso a segurança, pode-se considerar que este indivíduo terá uma melhora em sua qualidade de vida.

Desta maneira, torna-se possível perceber o quão significativo pode ser o dinheiro, devido a sua influência em vários âmbitos na vida das pessoas. Sendo considerado um facilitador para se conquistar coisas e alcançar objetivos, logo se estabelece sua importância, onde foi possível perceber na fala do entrevistado E2: “[...]acho que tem um significado muito importante assim, por que, é através do dinheiro que a gente consegue comprar nossas coisas, arrumar o que a gente precisa, conseguir algumas coisas que a gente tem vontade [...].” (informação verbal), ou seja, apontar o significado do dinheiro está diretamente ligado a falar sobre sua importância.



### 3.2 ASPECTOS TRANSGERACIONAIS NA ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA

No que se refere ao modo como as famílias de origem dos entrevistados se organizavam financeiramente, constatou-se que, sete dos oito entrevistados, tiveram influências e seguiam padrões de organização financeira das pessoas por quem foram criados, como colocou a entrevistada E1:

[...] "Eu acho que sim, principalmente porque lá também era tudo junto, então não tinha distinção de nada. Então eu acho que influenciou sim", e a entrevistada E3: "Sim, porque a organização que a gente trás de casa influencia em quem a gente é, na forma que a gente vive, na forma que a gente pensa [...]." (informação verbal).

Aspectos como, não fazer dívidas que ultrapassem o valor de sua renda mensal, não deixar para pagar contas após o vencimento e, até mesmo, o envolvimento de um único indivíduo ou do casal na gestão financeira, eram tidos como exemplo e repetidos pelos entrevistados no momento de organizar o dinheiro seja individualmente ou depois do início do relacionamento com seus parceiros. Os padrões financeiros vivenciados pelos cônjuges em suas famílias nucleares têm um importante papel na constituição da organização financeira conjugal. O modelo de manejo do dinheiro, antes individual, necessita ser compartilhado de alguma forma a partir do casamento, e a comunicação conjugal é essencial, independentemente do gerenciamento financeiro estabelecido (COELHO; FERREIRA-VALENTE, 2016).

Diferentemente da maioria dos entrevistados, na fala do entrevistado E2, não havia uma gestão efetiva do dinheiro em sua família de origem, por terem um negócio próprio em que a família



toda estava envolvida, não havia um controle das entradas e saídas ou reservas de dinheiro para planejamentos a longo prazo. Neste sentido, E2 colocou que, depois que saiu da casa dos pais para morar com sua parceira, viu a necessidade de organizar melhor seu dinheiro, ou seja, a falta de uma gestão efetiva do dinheiro e as dificuldades advindas desse fator quando morava com os pais, influenciou em sua necessidade de se organizar depois que iniciou seu relacionamento com sua parceira, que fica evidente em sua fala:

[...]“Então a visão que eu tinha, morando com meus pais era uma, só que eu não conseguia implantar porque eu estava junto com eles. Depois que a gente se casou, a gente conseguiu fazer essa junção de como trabalhar com o dinheiro, de como gastar o dinheiro de uma forma diferente, da forma que eu queria fazer.” (informação verbal).

Desenvolver o hábito e a cultura de organizar as finanças pessoais, torna-se tão importante quanto ter uma atividade buscando atingir sua estabilidade. É primordial que cada indivíduo, além de conquistar uma boa remuneração, consiga mantê-la. Para isso, torna-se fundamental que ele desenvolva o controle de suas finanças (GOMES; SORATO, 2010).

Percebe-se que, na maioria dos relacionamentos conjugais, existe uma forte influência por parte da família de origem dos indivíduos, dentre outras coisas, no que se diz respeito a organização financeira, como ficou claro na maioria das entrevistas. Mesmo quando o padrão de organização vivenciado na família de origem não é efetivo de maneira a ser seguido como exemplo, essa vivência pode levar a necessidade de se estabelecer uma organização diferente e mais efetiva. Contudo, é perceptível a presença desses aspectos transgeracionais no âmbito financeiro dos indivíduos que constituem uma relação conjugal.





### 3.3 DINÂMICA NA GESTÃO FINANCEIRA DE CASAIS

Relacionado a como eram abordados e discutidos os temas relacionados a gestão financeira com seus parceiros, foi possível constatar que, com todos os entrevistados e seus devidos cônjuges, houve um processo de adequação ao manejo do dinheiro após o início da relação conjugal, considerando que seus cônjuges tinham sua própria maneira de administrar seu dinheiro, sendo ela parecida ou não com a do parceiro, conforme na falas do entrevistado E2: “[...] e ela também tem essa visão igual a minha, de guardar, de não estar comprando coisas desnecessárias [...]”, e E6: “No início a gente foi se adequando. Como tínhamos formas diferentes de pensar no dinheiro, foi com o tempo que fomos adequando [...]” (informações verbais). Percebe-se que, no caso de E2 e sua parceira, o fato de pensarem igual sobre alguns aspectos como, guardar dinheiro e não gastar atoa, facilitou no alinhamento de como organizavam seu dinheiro no início de seu relacionamento. Já no caso de E6, como tinham maneiras diferentes de manejar o dinheiro, essa adequação foi acontecendo de forma mais gradual. Desta maneira, apesar de contextos diferentes, nos dois casos houve um momento de adequação de ideias para que fosse estabelecido um padrão de organização financeira.

Neste sentido, em todas as entrevistas foi identificado que, tanto o diálogo, quanto o estabelecimento da organização financeira na relação, aconteceram de maneira gradual e espontânea, sem que isso gerasse algum tipo de conflito ou insatisfação por parte de algum dos cônjuges. Um casamento envolve decisões que vão além das emoções. Com isso a parte financeira é a que coloca a prova anos de convivência. O segredo para a felicidade conjugal, no ponto de





vista financeiro, é ser aberto, falar para o outro como trata do assunto, como gasta e como investe (GUIMARÃES, 2010).

Os cônjuges estipulam formas distintas de gerenciamento do dinheiro, que podem funcionar ou ocasionar conflitos entre o casal, podendo gerar estresse (WHITE; ROGERS, 2004). Pahl (1989), elencou quatro categorias de gerenciamento do dinheiro entre cônjuges. Nesse sentido, foi possível identificar algum desses modelos, mediante a fala dos entrevistados sobre sua organização financeira enquanto casal.

Tabela 2 - Tipos de Organização Financeira dos Entrevistados

Entrevistados	Sistemas de Gerenciamento do Dinheiro segundo Pahl (1989)
E1, E2, E3, E5, E6 e E8,	Sistema de gestão compartilhada do dinheiro, em que ambos os cônjuges têm acesso ao dinheiro e ambos têm um papel ativo na tomada de decisões financeiras (PAHL, 1989).
E4	Sistema de gestão independente do dinheiro, em que cada cônjuge tem o controle individual sobre sua renda e compromissos individuais com as despesas da casa (PAHL, 1989).
E7	Sistema de gerenciamento total dos gastos, em que todo o ganho salarial é gerenciado por um único cônjuge, exceto os gastos pessoais do parceiro (PAHL, 1989).

Fonte: os autores (2021).

De acordo como que foi dito pelos entrevistados E1, E2, E3, E5, E6 e E8, desde a união com seus parceiros, todas as despesas tanto em conjunto quando individuais, planejamentos financeiros, ou até gastos com lazer, são administradas de forma conjunta, onde é unificada toda a renda do casal, assim são realizados os pagamentos das despesas fixas, como água, luz, aluguel, entre outras, e o dinheiro restante fica direcionado para despesas que vão surgindo ou para reservas direcionadas a planejamentos futuros. De acordo com os entrevistados, ambos os cônjuges estão envolvidos nesse manejo e nas decisões que permeiam o uso do dinheiro. Desta maneira, o







gerenciamento financeiro destes casais, se enquadraria no sistema de gestão compartilhada do dinheiro, em que ambos os cônjuges têm acesso ao dinheiro e ambos têm um papel ativo na tomada de decisões financeiras (PAHL, 1989).

Por outro lado, em sua entrevista E4, trouxe que a administração do dinheiro no seu contexto com seu parceiro ocorre de maneira mais separada, onde cada um tem sua renda, e esta é administrada individualmente. No caso das despesas em comum, é somado o valor total e dividido entre o casal, onde cada um dá a sua parte, porem no que se refere ao controle destas, os dois estão envolvidos, bem como, no planejamento para aquisições em conjunto. Já mediante aos gastos individuais, cada um dos cônjuges tem sua gestão do dinheiro separadamente. Em sua fala, E4 trouxe que conseguem se organizar melhor dessa maneira, pois ambos prezam bastante por sua autonomia financeira. Neste sentido, torna-se claro o enquadramento desse modelo de gestão financeira no sistema de gestão independente do dinheiro, em que cada cônjuge tem o controle individual sobre sua renda e compromissos individuais com as despesas da casa (PAHL, 1989).

Já na entrevista com E7, foi constatado que, assim como a maioria dos entrevistados, com exceção de E4, o dinheiro provido por ele e seu parceiro são unificados, onde é feito o pagamento das contas fixas e o restante é administrado conforme as demandas financeiras que vão surgindo. No entanto, de acordo com E7, em seu contexto conjugal, somente ele administra todo o dinheiro, onde fica responsável pelo controle das despesas e pelo que será feito com o valor que sobra. E7 disse que seu parceiro, não vê problemas e até prefere que E7 administre o dinheiro do casal, visto que E7 gosta de fazer isso. Mas, no que se refere a decisões de planejamentos futuros, E7 disse que isso é conversado e decidido de maneira conjunta, ou





seja, tanto ele quanto o parceiro têm envolvimento e ciência. Assim, o modelo de organização financeira de E7 e seu parceiro, enquadra-se no sistema de gerenciamento total dos gastos, em que todo o ganho salarial é gerenciado por um único cônjuge, exceto os gastos pessoais do parceiro (PAHL, 1989).

Entende-se que estilos diferentes de organização financeira não significa a existência um jeito melhor do que o outro, significa apenas a possibilidade de existir várias formas do casal se organizar financeiramente e independente do funcionamento do casal, podem funcionar bem ou resultar em conflitos, gerar estresse e diminuir a intimidade do casal. É importante ressaltar que essas categorias não são necessariamente imutáveis ou permanentes nos casais, podendo se alternar tanto na intensidade como no momento de vida do casal (CARDOSO; BUCHER-MALUSCHKE, 2017).

Como foi possível perceber, o modelo de organização estabelecido pelos entrevistados E1, E2, E3, E5, E6 e E8 juntamente com seus cônjuges, consiste em um método de organização mais conjunto, onde todo o dinheiro é administrado junto e os dois indivíduos têm total envolvimento nessa administração. Já o modelo estabelecido por E4 e seu cônjuge, se baseia em uma administração mais autônoma do dinheiro, onde cada um administra seu próprio dinheiro como bem entende, a não ser no caso de contas e planejamentos em conjunto, onde os dois cônjuges acabam envolvidos. E por sua vez, no modelo estabelecido por E7 e seu cônjuge, percebe-se que, também, há uma junção do dinheiro provido pelos dois indivíduos, no entanto, no contexto desse casal, somente um deles, no caso o próprio E7, é quem administra as demandas financeiras do casal.

Contudo, torna-se possível compreender que, o estabelecimento de um padrão de organização financeira que seja efetivo e aceito por ambos os indivíduos num relacionamento conjugal é um fator que





pode resultar em diferentes modelos ou sistemas de gestão financeira entre os casais, neste sentido, não havendo um modelo certo ou errado de organização, mas sim uma dinâmica na qual cada casal irá se adequar melhor a um tipo específico, conforme o contexto de cada um.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O significado do dinheiro pode estar diretamente ligado a importância que lhe é atribuído, basicamente o dinheiro se define como um meio que possibilita aos indivíduos adquirir recursos materiais e alcançar objetivos, sendo um facilitador na conquista de estabilidade financeira, segurança, qualidade de vida, dentre outros recursos. Assim, a importância do dinheiro está fundada no fato de ele proporcionar bens necessários os desejados, ou seja, ele se torna importante, pois a sua falta ou a sua presença no contexto das pessoas irá influenciar em praticamente todos os âmbitos de sua vida.

Sendo o dinheiro algo tão influente na vida das pessoas, a necessidade de administrá-lo se torna cada vez mais necessária, e o modo como cada indivíduo maneja o seu dinheiro sofre influência, dentre outros fatores, da maneira como sua família de origem gerenciava suas finanças, ou seja, vivenciando e acompanhando o modo como suas famílias de origem administram o dinheiro, as pessoas, na maioria das vezes, acabam por receber esses exemplos e reproduzi-los no momento de manejar seu próprio dinheiro. No contexto da união conjugal não é diferente, cada cônjuge, na maioria das vezes, acaba trazendo sua bagagem de organização financeira e seu modo como manejar o dinheiro, em boa parte dos casos seguindo o modelo dos pais, fazendo com que seja necessário um certo processo de adequação na gestão financeira deste casal,





de maneira que esta organização seja efetiva e aceita por ambos os cônjuges.

Todavia, cada casal acaba adotando maneiras diferentes de como organizar seu dinheiro mediante as demandas financeiras que vão surgindo no decorrer do relacionamento conjugal, desta maneira tornando possível estabelecer modelos de organização financeira. Tais modelos envolvem aspectos como, a maneira como será gasto o dinheiro, se será unificado ou separado e o nível de envolvimento dos cônjuges na gestão desse dinheiro. Vale ressaltar que, mesmo havendo maneiras diferentes de administrar o dinheiro no contexto do relacionamento conjugal, isso não quer dizer que haja um jeito certo ou errado de gestão financeira, mas sim maneiras nas quais cada casal consegue se adaptar melhor, podendo sofrer ou não mudanças em seus aspectos. De modo geral, é possível identificar então, a dinâmica financeira desses casais, estabelecida mediante aos diferentes modelos de gestão financeira no contexto de cada relação conjugal.

Estudos relacionados aos contextos inerentes a um relacionamento conjugal, são de grande importância, visto que, cada indivíduo está sujeito a vivenciar um tal relacionamento em algum momento de sua vida. Desta maneira, cabe o desenvolvimento de mais pesquisas que explorem os aspectos inerentes ao relacionamento conjugal, além do financeiro, não se esgotando os recursos teóricos para o desenvolvimento destas.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, L. C.; JEUNON, E. E.; Percepção do Significado do Dinheiro: um estudo com graduandos de IES Privadas. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 831-847, set./dez., 2012.





BEE, H. **O Ciclo Vital**. Porto Alegre: Artmed, 1997. p. 388.

CARAMASHI, S.; FEIJÓ, M. R.; GONÇALVES A. L. **Conjugalidade e Gestão do Orçamento Doméstico: Um Estudo Qualitativo; Pensando Famílias; Faculdade de Ciências; Bauru, São Paulo, jun. 2018.**

CARDOSO, L. B. S. A.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. O casal face as finanças: revisão da literatura; Estudos de Revisão. **Rev. NUFEN**, Belém, Pará, v. 9, n. 3, set. 2017.

CENCI, C. M. B. **Relações entre significado e manejo do dinheiro, ajustamento didático e conflito conjugal**. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, PUCRS, Porto Alegre-RS, jan. 2016.

CENCI, M. B. C.; HABIGZANG, L. F. Relações entre significado, manejo do dinheiro e qualidade conjugal no início do ciclo familiar. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 7, n. 2, p. 16-25, 2015.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo, 2007.

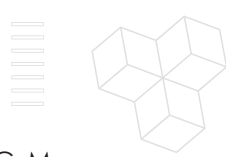
COELHO, L.; FERREIRA-VALENTE, A. Y. Dinero y matrimonio: elecciones de pareja y sus predictores; **Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)**, v. 156, n. 156, p. 21-39, 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FARIAS, F. C.; NASCIMENTO, A. B. Finanças Pessoais: Reeducação financeira. In: IX FATECLOG. **O Papel do Gestor na Logística Internacional**. FATEC Zona Leste. São Paulo, 08-09 jun., 2018.

FÉRES-CARNEIRO, T.; DINIZ NETO, O. Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. **Rev. Paidéia**, Ribeirão Preto, São Paulo, v. 20, n. 46, 2010.





FONSECA, P. N.; GOUVEIA, R. S. V.; LAUER-LEITE, I. D.; MAGALHÃES, C. M. C.; SOARES, A. K. S.; SOUZA, D. M. S. Valores Humanos e Significado do Dinheiro: Um Estudo Correlacional. **Rev. PUCRS**, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, v. 45, n. 1, p. 15-25, jan./mar., 2014.

GOMES, D. M.; SORATO, K. A. D. L. Planejamento e controle das finanças pessoais com enfoque na utilização das ferramentas contábeis: um estudo com profissionais autônomos. **Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 2, n. 2, 2010.

GONÇALVEZ, J. Q. P. **Planejamento Financeiro Pessoal** - Da Teoria à Prática: Um Estudo de Caso Junto aos Estudantes de Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Campus Guanhães. 2015. (Mestrado em Educação) - Universidade de Uberaba, Campus Aeroporto, Minas Gerais, 2015. In: VIII ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO; III CONGRESSO INTERNACIONAL - TRABALHO DOCENTE E PROCESSOS EDUCATIVOS. 22-24 set. 2015.

GROISMAN, M. **Minha Família e Meu Dinheiro**: A História Familiar Comanda seu Dinheiro? Núcleo – Pesquisas. Rio de Janeiro, 2013.

GUIMARÃES, C. M. B. **Até que o Dinheiro nos Separe**: A Questão Financeira nos Relacionamentos. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

LEDESMA, C. S. M.; LAFUENTE, J. G. Actitudes hacia el Dinero em jóvenes de 18 a 23 años; Universidad Católica Boliviana. **Rev. Ajayu UCB**, La Paz, v. 3, n. 1, mar. 2005.

LEVINO, N. A.; SILVA, J. V. C.; SOUZA, I. C. P. **Educação Financeira e Finanças Pessoais**: Uma Análise dos Discentes do Curso de Administração da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Curso de Administração. Universidade Federal de Alagoas, 2015.

MACHADO, L. M. **Satisfação e insatisfação no casamento**: os dois lados de uma mesma moeda. 2007. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2007.





MOTA, F. L.; PAIXÃO, R. B.; SILVA, A. J. Planejamento financeiro pessoal. Uma abordagem sobre as contribuições da administração financeira na gestão dos recursos pessoais. In: XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 2014, Natal-RN, Brasil. **Anais** [...]. Natal, 17-19 nov. 2014.

PAHL, J. **Money and marriage**. London: MacMillan, 1989. Disponível em: [https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-349-21241-5\\_3](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-349-21241-5_3). Acesso em: 24 abr. 2019.

PELINI, R. R.; SILVA, M. C. Educação Financeira na Gestão das Finanças Pessoais e Familiar – UTFPR. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO**, v. 1, n. 15, 2017.

RUSSO, G. Amor e Dinheiro: “uma relação possível?”. **Cad. CRH**, Salvador, Bahia, v. 24, n. 61, jan./abr. 2011.

WHITE, L.; ROGERS, S. J. Circunstâncias Econômicas e Resultados da Família: uma revisão dos anos 90. **Journal of Marriage and the Family**, v. 62, p. 1035-1051, 2004.









# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL APLICADO À GESTÃO ESPORTIVA DE UM CLUBE DE FUTEBOL A PARTIR DO MODELO DE EXCELÊNCIA DE GESTÃO (MEG)

Fabiana Peres<sup>1</sup>

Daiane Pavan<sup>2</sup>

## RESUMO

O processo de gestão organizacional apresenta-se de forma complexa e exige modelos gerenciais e pessoas capacitadas para obtenção da visão holística do processo com vistas a sustentabilidade. Neste estudo, teve-se como temática a gestão esportiva com base no modelo de excelência de gestão (MEG) e o desenvolvimento sustentável. O objetivo foi analisar a possibilidade de implantação do desenvolvimento sustentável (ambiental e social) proposto pelo MEG em um clube de futebol brasileiro. A metodologia apresentou-se como um estudo de caso, de caráter pesquisa qualitativo, do tipo descritivo, a coleta de dados se deu por meio de entrevista semiestruturada e registros documentais. Foram pesquisadas as dimensões ambientais e sociais do clube. Na dimensão ambiental destacou-se a gestão de resíduos como indicador sendo que o clube atende parcialmente os critérios de implantação do modelo pois não há uma responsabilidade efetiva no descarte dos resíduos provenientes da sua atividade e somente possui laudos técnicos devido a obrigatoriedade para liberação e uso do estádio. A dimensão social identificou-se que o clube participa de ações sociais e que vem crescendo nos últimos anos, porém não há uma gestão efetiva para as mesmas. Destaca-se que nenhuma das dimensões estão presentes no planejamento estratégico da gestão sendo realizadas ações isoladas. Por fim, realizou-se plano de ação, no

<sup>1</sup> Bacharel em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); faby.ana.08@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade em Santa Cruz do Sul (UNISC); Mestre em Administração; Docente da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); daiane.pavan@unoesc.edu.br



qual com as mudanças previstas é possível a certificação no modelo MEG, no seu fundamento desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chaves:** modelo de excelência de gestão; desenvolvimento sustentável; gestão esportiva.

## 1 INTRODUÇÃO

A gestão esportiva apresenta-se como um desafio para as equipes no Brasil, uma vez que profissionalizar a administração por vezes fica em segundo plano sobreposta pelos resultados e interesses múltiplos das partes envolvidas. Na modalidade esportiva do futebol este processo replica-se por meio de uma departamentalização funcional onde cada um tem uma responsabilidade e que precisam chegar a uma conclusão para a tomada de decisão.

Existem clubes que possuem administradores com conhecimento, porém há alguns que não conhecem o processo por completo. Nesse contexto, tem-se o seguinte problema da pesquisa: quais as possibilidades de implantação do desenvolvimento sustentável (ambiental e social) propostos pelo MEG em um clube de futebol brasileiro?

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a possibilidade de implantação do desenvolvimento sustentável (ambiental e social) proposto pelo MEG em um clube de futebol brasileiro. O estudo buscará ainda especificamente: a) analisar a gestão de resíduos no clube; b) identificar as ações sociais com base nos indicadores do Instituto Ethos; c) propor ações que viabilizem a implantação do desenvolvimento sustentável (ambiental e social) do diagrama MEG.

Dentre os oito fundamentos propostos na implantação do MEG, optou-se por trabalhar com o desenvolvimento sustentável, no qual trata-se de três pilares que são eles: econômico-financeiro, ambiental





e social. O presente estudo organiza-se das seguintes formas além desta introdução, o referencial teórico é composto pelo Método de Excelência de Gestão – MEG e suas etapas, seguido dos procedimentos metodológicos e análise dos resultados.

## 2 MODELO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO - MEG

As organizações devem primar pela gestão de qualidade para garantir seu espaço, não sendo necessário mudar a forma de gerir, e sim adequar ao modelo afim de tornar uma organização de excelência. O MEG está diretamente ligada a FNQ para a concretização da sua missão, que é estimular e apoiar as organizações brasileiras no desenvolvimento e na evolução de gestão, para que se tornem sustentáveis, e gerem valores para a sociedade e outras partes interessadas (FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE, 2018a).

A Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade (FPNQ), foi criada em 1991 por um grupo de representantes dos setores público e privado, sendo um centro de referência para melhoria da produtividade e competitividade no Brasil (FNQ, 2018). Em 2005, passou por uma ampla reformulação, na qual foi eleita uma nova governança, modificado também sua logomarca, retirando o prêmio da sigla, passando a se chamar Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). A FNQ promove formas de atuação inovadoras, buscando mobilizar partes interessadas na gestão, que deve ser excelente em todas as medidas (FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE, 2018a).

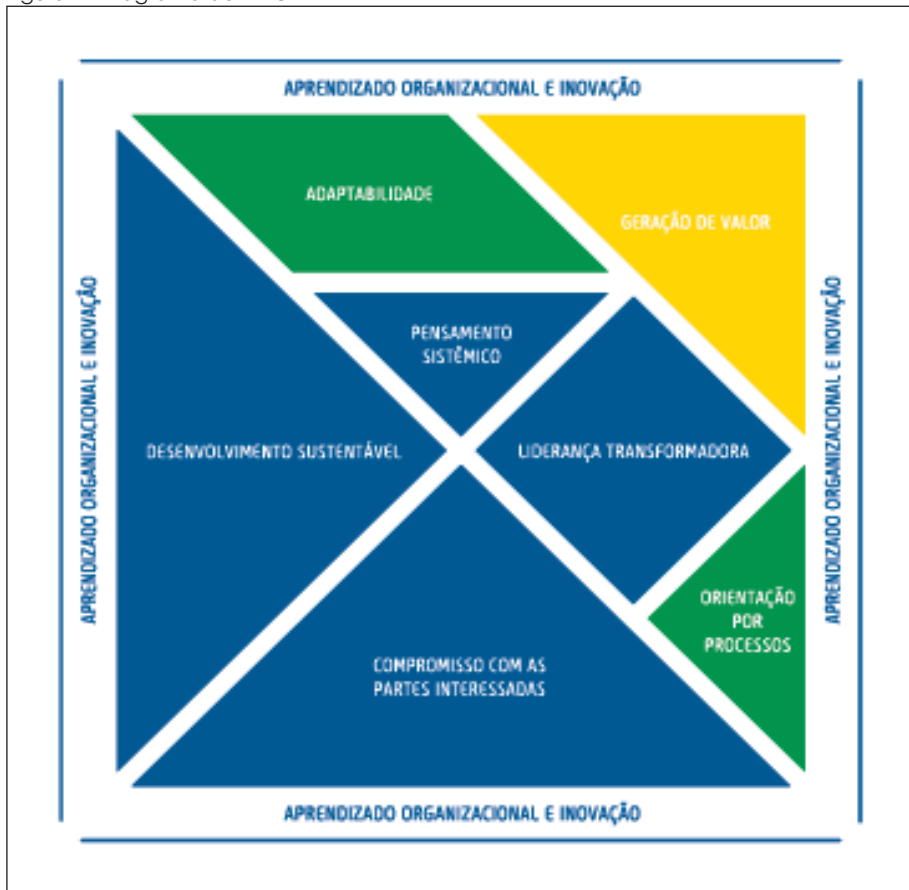
Com isso, a Fundação apresenta o novo MEG, lançado em outubro de 2016 a sua 21ª edição, foi desenvolvido com metodologia inovadora, para avaliação e autoavaliação do nível de maturidade de gestão dentro das organizações





Na versão atual do MEG, foi lançado um novo Diagrama do MEG, conforme exposto na Figura 1 a seguir, representa um modelo de relacionamento entre a organização, seu ambiente organizacional e tecnológico, bem como seu ambiente externo.

Figura 1 - Diagrama do MEG



Fonte: Guia de Referência para Gestão de Excelência (2018a).

Para utilizar o MEG a empresa precisa se adequar na melhor forma que define seu modelo de gestão, a Figura 1 simboliza um modelo de relacionamento entre a organização, considerando um sistema adaptável. O modelo está baseado em um conjunto de





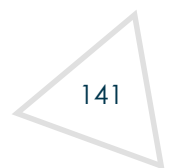
fundamentos da gestão para excelência que se dividem em conjuntos de processos para alcançar os resultados desejados.

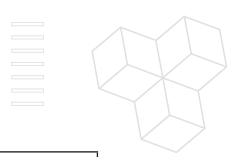
## 2.1 OITO FUNDAMENTOS DA GESTÃO DE ACORDO COM O MEG

O MEG apresenta alguns conceitos relevantes, dentre eles oito fundamentos básicos de gestão, sendo estes inter-relacionados, o que de fato caracteriza o modelo como holístico (FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE, 2018<sup>a</sup>). O Quadro 1 a seguir, identifica os oito fundamentos e o que cada um busca compreender.

Quadro 1 - Fundamentos da Gestão para Excelência

Pensamento Sistêmico	Busca compreender as relações de interdependência e consequências entre as diversas partes que formam a organização, entre eles o ambiente no qual interagem.
Compromisso com as Partes Interessadas	Estabelecimento de relações com as partes interessadas e inter-relação com as estratégias e processos, numa perspectiva de curto e longo prazo.
Aprendizado Organizacional e Inovação	Busca alcançar novos patamares de competências para a organização e sua força de trabalho, por meio da percepção, reflexão, avaliação e compartilhamento de conhecimentos, promovendo um ambiente favorável a criatividade, experimentação e implementação de novas ideias capazes de gerar ganhos sustentáveis para as partes interessadas.
Adaptabilidade	Flexibilidade e capacidade de mudança em tempo hábil, frente a novas demandas das partes interessadas e alteração no contexto.
Liderança Transformadora	Ação dos líderes de forma ética, inspiradora, exemplar, realizadora e comprometida com a excelência, compreendendo os cenários e tendências prováveis do ambiente e dos possíveis efeitos sobre a organização e a sociedade, no curto e longo prazo, mobilizando as pessoas em torno de valores, princípios, objetivos da organização, explorando as potencialidades das culturas presentes, preparando líderes e pessoas e interagindo com as partes interessadas.





Desenvolvimento Sustentável	Compromisso da organização em responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades, na sociedade e no meio ambiente, contribuir para a melhoria das condições de vida tanto atuais quanto para as gerações futuras, por meio de comportamentos ético e transparente.
Orientação por Processos	Busca da eficiência e eficácia dos conjuntos de atividades de agregação de valores para as partes interessadas.
Geração de Valor	Alcance de resultados econômicos, sociais e ambientais, bem como de resultados dos processos que os potencializam, em níveis de excelência e que atendam às necessidades e expectativas das partes interessadas.

Fonte: Guia de Referência para Gestão de Excelência (2018a).

Conforme descrito no Quadro 1, os fundamentos podem ser encontrados no sistema de gestão de toda a organização, independentemente do tamanho. O MEG pode ser aplicado em qualquer tipo de organização, e são diversos os benefícios da adoção do modelo, e vale ressaltar ainda que não é um sistema prescritivo a ferramenta, à estrutura ou a forma de gerir o negócio.

Neste contexto, dentre os oito fundamentos optou-se pelo desenvolvimento sustentável, foram abordados os pilares ambientais e sociais, por questões de acessibilidade das informações (FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE, 2018a).

### 2.1.1 Desenvolvimento sustentável: interpretação a partir do MEG

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), são uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. É composto por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidas até 2030 (ESTRATÉGIA ODS, 2019). Nesta pesquisa, os objetivos foram relacionados com os fundamentos propostos pelo MEG.





Nesta agenda estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, energia, água e saneamento, cidades sustentáveis entre outros. Os temas podem ser divididos em quatro dimensões principais, que são elas: Social, Ambiental, Econômica e Institucional.

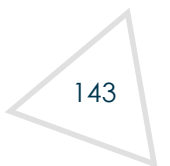
O MEG sugere a aplicação de ferramentas e metodologias que devem ser aplicadas em conjunto com outra, afim de obter melhores resultado.

Neste estudo somente os pilares ambiental e social serão analisados, sendo identificados a partir da Gestão de Resíduos e Indicadores Ethos, respectivamente. A gestão de resíduos que é um conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados com o objetivo de minimizar a produção de resíduos e promovendo a coleta adequada, tanto como o armazenamento, tratamento, transporte, visando a preservação da saúde pública e a qualidade do meio ambiente (FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE, 2018a).

No Quadro 2, apresentam-se os principais aspectos que são verificados em cada uma das dimensões gerais.

Quadro 2 - Principais aspectos apontados nas dimensões Ethos

<b>Dimensão</b>	<b>Principais aspectos</b>
Visão e Estratégia	Pelo reconhecimento de sua importância, recomenda-se que a visão e a estratégia da empresa incorporem atributos de sustentabilidade, que devem estar igualmente presentes tanto nos produtos e serviços que a empresa oferece.
Governança e Gestão	São temas que orientam a empresa a estruturar sua gestão alinhada à sustentabilidade e abrangem desde a proposição e implementação de políticas até sua integração com os processos de gestão da empresa.
Social	Inclui os temas: respeito aos direitos humanos, práticas de trabalho, questões relativas ao consumidor e envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento.



Dimensão	Principais aspectos
Ambiental	A sociedade enfrenta atualmente muitos desafios ambientais, entre os quais se incluem a exaustão dos recursos naturais, a emissão de poluentes, as mudanças climáticas, a destruição de habitats, a extinção de espécies e o colapso dos ecossistemas como um todo. Enfrentar esses problemas que, como se sabe, se inter-relacionam em níveis local, regional e global, exige uma abordagem abrangente, sistemática e coletiva.

Fonte: elaborado com base nos indicadores Ethos (2018).

Neste panorama, os Indicadores Ethos (2018), demonstram um desafio para toda e qualquer organização na busca de melhores índices de produção e qualidade para gerar competitividade. As corporações têm demonstrado investimentos neste cenário, e percebem que o aprendizado organizacional deve ser dinâmico e interativo, visando estabelecer uma conexão mais próxima com seus *stakeholders*.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite-se alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando nas decisões do cientista (MARCONI; LAKATOS, 2006).

Como forma de delimitar a pesquisa, a temática abordada foi a gestão esportiva e a possibilidade de implementação do MEG no que tange ao desenvolvimento sustentável ambiental e social. A pesquisa apresentou-se como descritiva, pois discorre sobre o cenário atual do clube.

O estudo foi realizado no período de junho de 2018 a julho de 2019 e caracteriza-se como estudo de caso que segundo YIN (2010) permite que os pesquisadores retenham características holísticas e





significativas dos eventos da vida real. A pesquisa foi realizada em um clube de futebol, situado no Oeste de Santa Catarina, fundado em 1973.

O estudo apresenta-se em uma abordagem da pesquisa qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada. A entrevista foi realizada com o(a) gerente administrativo, marketing e recursos humanos. No estudo também realizou-se o levantamento de dados a partir de informativos e o site do clube considerando temporalmente um período de 4 anos (2015/2018), uma vez que foi analisado documentos como relatório sociais do ano 2017, bem como documentos ambientais que tratam de um laudo técnico externo de condições sanitárias e de higiene e um plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. A análise de dados se deu por meio de quadros de forma descritiva e ações de forma propositiva.

## 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Na sequência apresenta-se à análise e interpretação dos resultados da pesquisa realizada em um clube de futebol, sobre a gestão esportiva no que tange as vertentes sociais e ambiental do desenvolvimento sustentável a partir do MEG.

A contextualização da organização pesquisada faz-se necessária para situar o leitor quanto ao ambiente organizacional que está sendo aplicada o estudo. Neste caso trata-se de um clube de futebol, com sede na cidade de Chapecó – SC, fundado em 1973. Historicamente, na década de 1970, na região Oeste Catarinense existiam somente alguns times de futebol amadores isolados, assim por iniciativa de desportistas da cidade unificou-se dois times, dando origem ao time estudado.





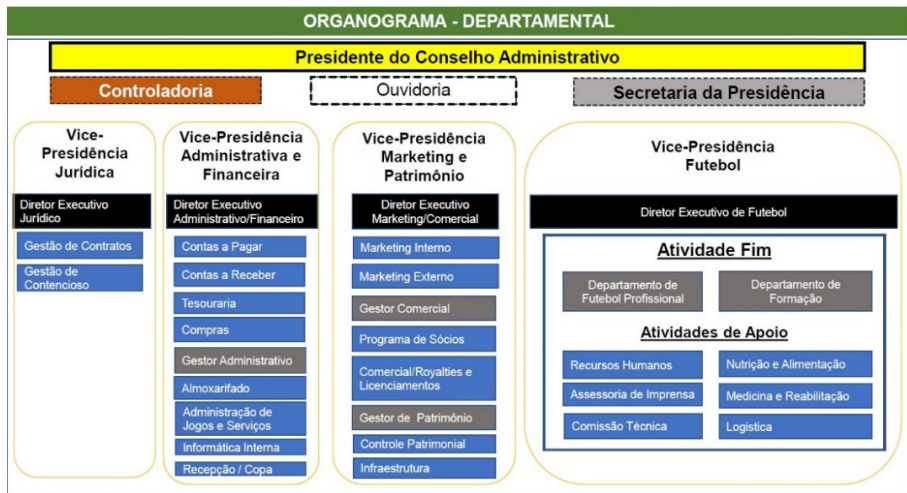
Devido a identificação local, desde sua fundação, o clube contou com o apoio dos empresários da região e assim desenvolveu-se nas décadas seguinte conquistando títulos importantes, dentre eles: Campeonato Catarinense (1977, 1996, 2007, 2011, 2016 e 2017), Taça Plínio Arlindo de Nês (1995), Taça Santa Catarina (1979, 2014), Copa Santa Catarina (2006) e a Copa Sul Americana (2016).

Em 2016, o clube enfrentou uma situação adversa a partir da ocorrência de um acidente aéreo que vitimou 71 pessoas entre jogadores, imprensa, comissão técnica, empresários apoiadores e dirigentes. Neste fato, o clube além do abalo emocional, teve que lidar com a perda da expertise da gestão. A partir do envolvimento do clube com a região e do esforço coletivo, uma nova gestão foi designada para a reconstrução do clube com o propósito de manter a eficiência da gestão e o legado deixado pelos antigos dirigentes.

Uma das ações implementadas foi a governança corporativa que se mostrou fundamental para a retomada pois envolveu o relacionamento entre conselhos, diretoria, sócios e órgãos de fiscalização e demais partes que possuem interesse na gestão e no andamento do clube. O objetivo principal da implantação da governança foi dar sequência na profissionalização da gestão do clube (ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL, 2019). Para implantar a governança, o clube precisou reorganizar-se, a partir do diagnóstico de cada departamento e a visão dos riscos existentes. Por conta desta mudança no modelo de gestão, elaborou-se um novo organograma do clube, conforme exposto na Figura 2 a seguir:



Figura 2 - Organograma departamental do clube



Fonte: Associação Chapecoense de Futebol (2019).

A partir de 2016, o clube apresentou um crescimento expressivo que exigiu a reestruturação administrativa. Desta forma, optou-se pela implementação da Governança Corporativa, com a criação da ouvidoria, auditorias semestrais, controladoria interna e a implantação de um sistema para reduzir retrabalho, alinhar informações tornando-as mais confiáveis para a tomada de decisão. Em 2019, o clube possui um quadro de aproximadamente 230 funcionários ativos, contando com atletas profissionais e comissão técnica, somados a 120 atletas (entre 12 e 20 anos) que fazem parte da categoria de base do clube, e pouco mais de 12.000 sócios.

## 4.1 GESTÃO DE RESÍDUOS NO CLUBE DE FUTEBOL

Nesta seção, buscou-se analisar a gestão de resíduos do clube, a partir dos impactos ambientais da atividade junto ao meio



ambiente e as ações desenvolvidas de modo a impactar positiva ou negativamente a sustentabilidade na sua vertente ambiental.

A vertente ambiental refere-se à prevenção de impactos ambientais e abrange a identificação desses e os principais requisitos de desempenho ambiental para as empresas como a prevenção de situações emergenciais que colocam o meio ambiente em risco, prevenção da poluição gerada pelas operações da própria empresa, adoção de tecnologias de produções limpas, prevenção de acidentes e reflexões quanto ao ciclo de vida dos produtos (FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE, 2018b). Neste contexto, para analisar a gestão de resíduos no clube, utilizou-se um roteiro semiestruturado de entrevista aplicado aos gerentes dos setores administrativo e de recursos humanos.

Primeiramente, questionou-se quanto a coleta seletiva dos resíduos sólidos e o processo de descarte dos materiais. Segundo o gerente do setor administrativo, os resíduos produzidos nas áreas administrativas do clube são separados, sendo descartados nos containers disponibilizados pelo poder público no sistema de coleta de lixo urbano, separado em lixo orgânico e reciclável, porém o destino final não é de conhecimento do gerente. Os resíduos provenientes dos eventos esportivos, a exemplo dos jogos são recolhidos pela equipe de serviços gerais do clube, separados de acordo com a classificação dos tipos de resíduos e a coleta se dá por meio de containers de uma empresa terceirizada.

Destaca-se que o clube possui um laudo técnico externo de condições sanitárias e de higiene, no qual consta é analisado as condições das instalações prediais e circulações e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos. E através dele é possível identificar que no clube é realizado a separação dos resíduos de forma correta. O descarte é efetuado por empresa terceirizada e/ou pela Prefeitura





do Município. É possível identificar ainda, que há uma preocupação com o meio ambiente. Para concluir os estudos no que tange a resíduos sólidos, verificou-se o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, que é um documento integrante do processo de licenciamento ambiental, baseado nos princípios da minimização da geração de resíduos. O plano descreve as ações e manejo dos resíduos, contemplando aspectos como a geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento, bem como a proteção a saúde pública, ao meio ambiente e a saúde e segurança do trabalhador.

Nesse contexto os resíduos são separados por sólidos, químicos, perfurocortantes e líquidos. Esses resíduos são acondicionados em recipientes próprios e indicados para o tipo de resíduo proveniente, para cada um existe uma forma apropriada para descarte, assim permitindo o reconhecimento do resíduo contido no saco e recipiente, facilitando o manejo do resíduo.

De acordo com os documentos analisados é possível identificar que há sim a separação, porém, o clube deixa a cargo da prefeitura e de empresa terceirizada a responsabilidade do destino final, não tendo conhecimento para onde está indo esses resíduos, bem como por questões de obrigatoriedade legal possui um laudo técnico emitido pela Prefeitura Municipal para condições de uso ao estádio.

A seguir questionou-se o gerente da área administrativa, quanto ao armazenamento/reaproveitamento de água da chuva, ou de energia renovável, e quais as iniciativas tomadas para reduzir os impactos ambientais. Segundo o gerente "o clube está iniciando um processo de separação de lixos nos setores, no centro de treinamento é utilizado água de açudes para a irrigação dos campos, com isso evitando a perfuração de um poço artesiano, já no estádio, o campo é regado com água de um poço artesiano, e a água que sobra da





irrigação é armazenado em uma pequena cisterna de 35 mil litros, que será utilizada na próxima irrigação." (informação verbal).

É possível identificar, que o clube está iniciando um processo de gestão de resíduos e nota-se que há uma preocupação com o meio ambiente, mas no momento o que é praticado ainda é restrito, diante das atividades exercidas, outro aspecto questionado refere-se à inexistência de um planejamento para reduzir impactos ambientais.

No caso do clube, pode afirmar o atendimento parcial quanto gestão de resíduos ambientais, uma vez que não há responsabilidade evidente quanto aos resíduos gerados por meio das suas atividades. O clube apresenta algumas ações de conscientização, que vem sendo colocados em prática, a partir de 2016 quando houve a reformulação na gestão e a implantação da governança corporativa, e parte das atitudes sustentáveis que o clube possui ainda está relacionada a obrigatoriedade para funcionamento da associação.

## 4.2 AÇÕES SOCIAIS DESENVOLVIDAS NO CLUBE

Neste item, buscou identificar as ações sociais do clube com base nos indicadores do Instituto Ethos. Os indicadores Ethos foram categorizados de acordo com a seguinte temática: respeito aos direitos humanos, práticas de trabalho, questões relativas ao consumidor e envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento.

Segundo Fundação Nacional da Qualidade (2018b) desenvolvimento social, compreende o monitoramento dos requisitos de desempenho social, bem como, o desenvolvimento de ações e projetos coerentes com estratégias adotadas que são: estímulo ao voluntariado, respeito aos direitos humanos, no engajamento das partes interessadas e na promoção da inclusão. O tratamento de possíveis impactos na área social, geralmente compreende a





redução e posterior eliminação de impactos da comunidade, gestão da imagem organizacional junto a sociedade e o cumprimento das legislações em vigor (FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE, 2018b).

Quadro 3 - **Ações sociais no clube** de 2015 a 2018

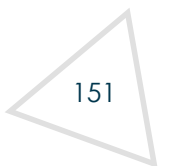
Ano	Quantidade de ações desenvolvidas			
	Direitos Humanos (Comunidade)	Práticas de Trabalho (Escolinhas)	Consumidor	Fonte consultada
2015	04	02	01	Informativos
2016	04	01	06	Informativos
2017	16	03	06	Informativos, Relatório Social e Site
2018	15	02	10	Informativo e Site

Fonte: elaborado com base em documentos do clube.

De acordo com a Quadro 3, foram divididas as ações em direitos humanos (comunidade) que são atividades que o clube desenvolve com intuito de fazer a diferença na vida das pessoas, como exemplos pode-se citar: visitas a hospitais, creches e entidades, ações de conscientização, campanhas em datas comemorativas (natal e páscoa) e parcerias.

As práticas de trabalho caracterizam-se como ações sociais realizadas internamente com a participação dos funcionários, como: escolinhas de futebol, categorias de base e a implantação de novas associações/consulados. As ações direcionadas ao consumidor são pensadas no âmbito do marketing do clube a exemplo de: promoção de eventos, ação com sócios, parcerias com outros eventos.

É possível identificar no Quadro 3, que as ações se intensificaram nos últimos dois anos, em 2017 o número dessas ações teve uma evolução de 255% principalmente nas que visam a comunidade, devido ser o ano de reconstrução do clube. Destaca-se que na medida que o número de ações com a comunidade é expressivo, no





que se trata de práticas internas ainda é baixa. Em 2018, houve um aumento de 67% nas ações relacionadas ao consumidor.

Para analisar a questão social do clube, realizou-se também uma entrevista com os gerentes dos setores administrativo, marketing e recursos humanos. Inicialmente, questionou-se a gerente de marketing se há uma gestão participativa no que tange a vertente social, e qual a estratégia do clube em relação aos projetos sociais. Identificou-se que não há estratégias definidas para esse ano, porém o clube participa de diversas ações sociais.

Na sequência, foi questionado então, o gerente administrativo, ao que discorre no clube sobre a gestão no que tange aos projetos sociais do clube, se possui um planejamento estratégico socioambiental documentado, e se há uma visão estratégica em relação aos projetos. Segundo o gerente, “no clube não há um planejamento estratégico documentado, mas é importante essa gestão para a tomada de decisões.” (informação verbal). É visível que entendem a importância dessa gestão dentro do clube, e que há sim visão estratégica, entendem que é fundamental para a tomada de decisões.

A seguir foi questionado a gerente de recursos humanos, sobre a assistência que o clube oferece aos seus colaboradores, como plano de saúde, assistência social e segurança para os seus colaboradores, bem como, se questões como raça, cor e religião são discutidas no clube. Percebe-se que o clube se preocupa com o bem-estar de seus colaboradores, de acordo com a gerente “E ofertado plano de saúde, possui profissional de segurança do trabalho, assistente social e psicólogo que atua no clube e pode ser solicitado atendimento assim que necessário. Nunca houve problemas em relação a religião, cor e raça no clube, portanto nunca foi discutido.” (informação verbal). Como se trata de um clube que teve uma ascensão rápida, e o número de funcionários aumentou consideravelmente nos últimos 2







anos, verifica-se que há uma preocupação voltada aos funcionários, pois foi possível identificar que o clube oferta benefícios e promove o bem-estar deles, com que se sintam valorizados.

Conforme a Fundação Nacional da Qualidade (2018b), dentro do pilar social do desenvolvimento sustentável, destacam-se alguns critérios como: acessibilidade a produtos, identificação dos impactos sociais, desenvolvimento de ações e projetos sociais, estímulo ao voluntariado, respeito aos direitos humanos e promoção de inclusão social.

Identifica-se que no clube, há muitas solicitações de participação e envolvimento perante a comunidade, devido a disponibilidade de pessoas e produtos, não é possível contribuir com todas, mas na medida que é possível, o clube está sempre envolvido.

Neste contexto, entende-se que o clube tem realizado um expressivo número de ações sociais, porém, é possível identificar que falta uma gestão efetiva, pode ser pelo pouco tempo que o setor foi desenvolvido. Se tratando de uma associação, não depende apenas de uma pessoa para tomar as decisões, impossibilitando a execução de algumas ações que seriam de suma importância para o clube e para a comunidade.

### 4.3 PLANO DE AÇÃO PARA VIABILIZAR A IMPLANTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nessa seção apresenta-se o plano de ações para viabilizar a implantação do desenvolvimento das vertentes ambiental e social, do diagrama MEG no clube. As ações serão baseadas nas lacunas encontradas nos objetivos específicos anteriormente analisados. Essas ações serão distribuídas por dimensão (ambiental e social), por



indicador, quais são os recursos necessários para essa ação, bem como os resultados esperados. Conforme a Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 - Plano de ação que viabiliza o Desenvolvimento Sustentável, conforme o diagrama do MEG

<b>Dimensão</b>	<b>Ação</b>	<b>Indicador</b>	<b>Recursos</b>	<b>Resultados Esperados</b>
Ambiental	Implantar a coleta e descarte de resíduos sólidos de forma correta.	Prática de Trabalho	Lixeiras ecológicas	Selecionar os resíduos e descartar na lixeira adequada, diminuir a quantidade de lixos e ter conhecimento do destino final.
Ambiental	Propor campanhas internas de conscientização de funcionários e stakeholders para gerar economia de recursos naturais renováveis.	Prática de Trabalho	Cisternas para coleta de água da chuva no estádio	Diminuir consideravelmente a utilização de água do poço artesiano para usar a água da chuva no processo de irrigação dos campos.
Ambiental/ Social	Firmar parcerias com entidades de Chapecó para reciclar o lixo reciclável.	Desenvolvimento Humano	Nenhum	Descarte adequado dos resíduos e reciclagem deles. Relatório com a quantidade e entidades beneficiadas.
Social	Aumentar o número de ações sociais visando a prática de trabalho e inclusão social.	Práticas de trabalho	Divulgação em site, revistas	Incluir funcionários para a participação de ações.
Social	Traçar um planejamento estratégico em relação aos projetos de ação social.	Práticas de Trabalho	Pessoas	Programar ações e possuir um orçamento aprovado para a realização de ações de cunho social.

Fonte: o autor (2019).



No Quadro 4, nota-se que o clube iniciou uma separação de resíduos no clube, porém, não é efetivo ainda. Uma sugestão seria a implantação de um sistema com lixeiras ecológicas dispostas nos setores para incentivar a separação do lixo, para a coleta se tornar mais fácil e adequada. Outra ação sugerida, é a construção de cisternas para a coleta de água chuva, para utilizar na irrigação dos gramados do campo, ocasionando uma diminuição do uso da água do poço artesiano. Pois um dos itens de observação de acordo com o MEG é a otimização do uso de recursos, no clube em questão é pouco evidente essa otimização de recursos, não há uma gestão efetiva no que tange a esses critérios.

Sugere-se que seja firmada uma parceria com entidades de Chapecó, como o Verde Vida e outros, afim de reaproveitar alguns tipos de lixo reciclável para fazerem trabalhos e/ou reciclarem de forma correta, ajudando na sua rentabilidade. É um item de observação do MEG o a prevenção da poluição no que tange a vertente ambiental e na social mitigação dos impactos sociais, visando que uma pode ajudar a outra, pois as entidades dependem de produtos recicláveis para gerar lucratividade e fazer atividades com as crianças carentes.

No que tange a vertente social, uma ação sugerida é o aumento das ações que possibilitem a participação de funcionários, ou seja ações de práticas de trabalho que são as ações que possui um número pequeno em relação a ações de outra dimensão. Temos um item no que tange a vertente social do MEG, que é estímulo ao voluntariado, se incluir funcionários do clube em ações já está ajudando a se tornarem pessoas com uma mentalidade mais sustentável, tanto em seu ambiente de trabalho, quanto na sociedade.

Ainda se sugere a incorporação das dimensões analisadas no planejamento estratégico, e possuir um orçamento pré-aprovado





para o ano, visto que hoje não possui um planejamento efetivo, somente o departamento social, que não tem poder de tomada de decisão. É item de observação do MEG, o desenvolvimento de ações e projetos sociais, a associação já participa de ações sociais, porém ainda não há uma gestão efetiva no que tange a sustentabilidade.

Visto que o clube possui vários itens que tornam sustentável, ainda há alguns itens para ser posto em prática e sim, se tornar uma organização de excelência, segundo FNQ uma de seus principais desafios está na adaptação do Modelo a realidade do Brasil, e organizações públicas e privadas e adota-las como referência na estruturação de processos, e que elas mesmas consigam contribuir para o desenvolvimento do país.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MEG estimula o alinhamento, a integração o direcionamento da organização, tendo em vista a excelência e a geração de resultados as partes interessadas. É um modelo em que os vários elementos da organização e partes interessadas interagem sobre as estratégias e resultados, obtendo orientações integradas de gerenciamento.

Quanto a análise dos resíduos sólidos do clube, identificou-se que o mesmo atende parcialmente ao que tange a vertente ambiental do MEG, pois é de responsabilidade de toda e qualquer empresa o descarte correto dos resíduos decorrentes da sua atividade, hoje acontece a terceirização do serviço. Destaca-se que o clube possui alguns documentos (laudos técnicos) que tratam da questão ambiental, porém não contemplam o descarte sendo processos obrigatórios para a liberação de uso do estádio e suas dependências.

No que tange a vertente social, foi possível identificar que o clube participa de diversas campanhas e ações sociais, tanto





de direitos humanos (comunidade), práticas de trabalho e para o consumidor, porém há a gestão não é efetiva, uma vez que não há um planejamento contínuo e integrado destas ações sendo por vezes reativa a demanda. Cabe ressaltar uma evolução neste sentido, em 2019 implantou-se um setor específico para as demandas sociais visando organizar a atuação do clube junto as causas sociais.

O clube iniciou em um processo de implantação da Governança Corporativa em 2017, o Modelo de Excelência de Gestão seria um modelo para ser implantado, após o término dessa implementação já iniciada. O MEG poderá ser implantado em qualquer tipo de organização e de qualquer porte, porém hoje a Clube não atende as exigências que o modelo traz em seu fundamento desenvolvimento sustentável (ambiental e social), mas são apenas alguns detalhes que sendo ajustados poderá ser certificada com o MEG, pois não nada que interfere a implantação do modelo no clube.

As limitações da pesquisa deram-se em razão da limitação do acesso das informações econômica/financeira do clube que possibilitaria ampliar o estudo, bem como na sistematização das informações coletadas. Para estudos futuros sugere-se a pesquisa dos demais fundamentos do MEG como prática de gestão juntamente com os resultados da governança corporativa que está sendo implementada. Outra possibilidade é a aplicação do MEG para outros clubes de futebol, visando a profissionalização da gestão para desenvolver a expertise por meio do atendimento dos oito fundamentos propostos pelo MEG e aprimorar a gestão de excelência.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL. **O Clube**. 2019. Disponível em: <https://chapecoense.com/pt>. Acesso em: 4 mar. 2019.





ESTRATÉGIA ODS. **O que são ODS?** 2019. Disponível em: <http://www.estrategiaods.org.br/o-que-sao-os-ods/>. Acesso em: 04 mar. 2019.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE. **História.** 2018a. Disponível em: <http://www.fnq.org.br/sobre-a-fnq/historia>. Acesso em: 20 set. 2018

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE. **Modelo de Excelência da Gestão.** 2018b. Disponível em: <http://fnq.org.br/aprenda/metodologia-meg/modelo-de-excelencia-da-gestao>. Acesso em: 20 set. 2018.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis.** 2018. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/indicadores/#.W809sEtKjIU>. Acesso em: 02 out. 2018

MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SARTORI, Tatiana; SILUK, Julio Cezar Mairesse. **Modelo de Excelência em Gestão (MEG):** Aplicação de uma empresa de software de Santa Maria (RS). Santa Maria: UFSM, 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso:** Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.





# DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CASO DO NÚCLEO DE APOIO CONTÁBIL E FISCAL (NAF) DA UNOESC CHAPECÓ

Noeli Teresinha Jung<sup>1</sup>

Daiane Pavan<sup>2</sup>

## RESUMO

A temática desenvolvimento regional possui caráter estratégico nos territórios uma vez que considera os diversos atores envolvidos e as características locais com vistas a integrar forças e potencialidades para o atendimento das demandas da sociedade. Diversos atores apresentam-se ativos na concepção de territórios atrativos economicamente, socialmente responsáveis e ambientalmente corretos, sendo uma destas as instituições de ensino superior por meio das atividades de extensão. Neste cenário, o presente estudo objetivou descrever a atuação do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) no ano de 2020 a partir do contexto da extensão universitária e do desenvolvimento regional. Para isso, realizou-se pesquisa descritiva e bibliográfica, visando dialogar com os autores a respeito da temática do desenvolvimento regional e das Universidades Comunitárias, tendo como base um estudo de caso localizado em Chapecó, Santa Catarina. Observou-se ao final do estudo que o desenvolvimento do território Oeste Catarinense tem relação direta com as universidades comunitárias uma vez que por meio delas forma-se o capital intelectual que atua na sociedade, bem como mediante a prestação de serviços por meio da extensão universitária, relevante às comunidades, sendo suporte ao Estado junto às populações carentes. Logo, observa-se mediante o projeto do NAF que o território é construído por diversos atores públicos e privados que em parceria conseguem prover atividades constitutivas as gerações futuras, serviços

<sup>1</sup> Acadêmica de Ciências Contábeis da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); noeli.tj@unoesc.edu.br.

<sup>2</sup> Doutora em Desenvolvimento Regional. Docente da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); daiane.pavan@unoesc.edu.br.





as pessoas carentes, impactando no desenvolvimento regional das localidades.

**Palavras-chave:** desenvolvimento regional; extensão universitária; NAF.

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento dos territórios quando pensado de maneira estratégica inicia pela elaboração de planejamento de curto, médio e longo prazo, considerando a situação presente como consequência do passado, portanto com características culturais, políticas e ambientais próprias e a prospecção do futuro de acordo com o desenvolvimento de um território visto na perspectiva global.

Neste contexto, surgem os diversos atores que influenciam na construção do território sejam estes públicos, privados, movimentos sociais; organizações não-governamentais e entidades a exemplo das Universidades. Este estudo, tem como tema principal a discussão sobre o desenvolvimento regional e a atuação das universidades comunitárias por meio dos projetos de extensão.

A temática território e as Universidades Comunitárias se faz relevante no contexto da região Oeste de Santa Catarina, uma vez que estas entidades são chamadas a contribuir com o desenvolvimento da região por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Outra motivação diz respeito a criação destas instituições, sendo oriundas da articulação da iniciativa da sociedade e do poder público.

A universidade desenvolve importantes papéis para o desenvolvimento humano e sustentável na sociedade, tendo como função a oferta de ensino que qualifica a mão de obra e requalificação da força de trabalho já inserida no mercado de trabalho e a pesquisa que gera conhecimentos para desenvolver inovações que melhoram a sociedade (TARTARUGA, 2010).







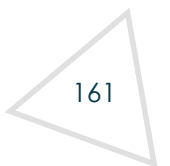
Neste contexto, a extensão pode ser entendida como ação prolongada da universidade junto à comunidade circundante e os benefícios sociais das universidades nos territórios surgem indiretamente por meio das melhorias nas comunidades. Destaca-se como papel das universidades o ensino, a pesquisa e os serviços à comunidade, esse como externalização do conhecimento gerado e como uma forma de contribuir com a sociedade em que está inserida (TARTARUGA, 2010).

Este estudo, foi desenvolvido em uma Universidade Comunitária que no Brasil são regulamentadas por meio da Lei n. 12. 881, como instituições sem finalidades lucrativas que visam contribuir para o desenvolvimento da sociedade a qual estão introduzidas (BRASIL, 2013).

Em Santa Catarina, o protagonismo das Universidades Comunitárias remonta a partir da década de 70 mediante a necessidade de expandir o ensino superior no interior do estado. Foram iniciativas das próprias comunidades que se organizaram e se mobilizaram para facilitar o acesso ao ensino superior em diferentes regiões.

Uma as Universidades Comunitárias relevantes da região Oeste de Santa Catarina é a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) criada no final da década de 1960 e mantida pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina (Funoesc), sendo credenciada pelo Ministério da Educação (MEC) para atuar como instituição universitária em 14 de agosto de 1996.

A Unoesc tem por finalidade contribuir com os processos de desenvolvimento, mediante a produção e a difusão do conhecimento e da cultura, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Para isto, desenvolve inúmeros programas de extensão na sua área de abrangência, entre eles, o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF)





que conta com o apoio e cooperação da Receita Federal do Brasil (RFB). O objetivo do programa interinstitucional é o atendimento ao contribuinte de baixa renda de forma gratuita, assim como, promover à educação fiscal a comunidade. Também possibilitar ao acadêmico de Ciências Contábeis a prática profissional por meio do acesso aos serviços e informações prestadas que se referem aos tributos federais.

Neste contexto, este estudo objetivou descrever a atuação do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) no ano de 2020 a partir do contexto da extensão universitária e do desenvolvimento regional. O trabalho será organizado da seguinte forma, a partir da introdução, os aportes teóricos sobre o desenvolvimento regional e a universidade comunitária; os procedimentos metodológicos; a atuação do NAF Chapecó.

## 2 O PAPEL DA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O papel universidade perpassa pela consolidação institucional de práticas que visem o desenvolvimento social, cultural, econômico e político. A história demonstra que as formas de expressão da riqueza são diversas. Segundo o Banco Mundial (1990) a riqueza de um país depende da combinação de três fatores: capital natural, os bens de produção e o capital social (PANIZZI, 2006).

Segundo Panizzi (2006, p. 10) "é no patamar do conhecimento que se estabelece o desenvolvimento e o lugar dos países e das regiões." Ou seja, quanto mais acesso e fomento do desenvolvimento pautado no conhecimento uma região tem, maior será a probabilidade de desenvolvimento desta. Neste contexto, assevera-se o papel das universidades nas quais são pautadas em ensino, pesquisa e extensão.



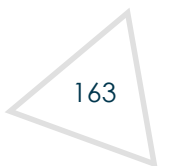


No Brasil, as universidades se caracterizam pelo ensino que contempla a formação para áreas específicas; a pesquisa inserida pela investigação e a extensão pela prestação de serviços da comunidade. No ensino, destacam-se nos projetos pedagógicos a formação para o mercado de trabalho, materializada pela organização das Diretrizes Nacionais dos Cursos (DCN) e da divisão do ensino em torno das profissões, logo o sistema forma para atender necessidades específicas para o mercado de trabalho.

Para Panizzi (2006, p. 32), “ a formação marcada por esse caráter profissional delega à universidade um papel de agente responsável para autorização do exercício profissional.” Neste sentido, denota-se a limitação, homogeneização e o engradamento das universidades como formação de mão de obra especializada, sendo tarefa importante para o setor produtivo, mas que em contrapartida limita a concepção de universidade enquanto espaço de formação de gerações capazes de contextualizar de forma crítica face a sociedade em que estão inseridos, por meio da geração de conhecimento científico e reflexões que gerem transformações sociais, econômicas e ambientais.

Na pesquisa, ressalta-se que a maior parte das investigações no Brasil estão centralizadas nas universidades, inclusive pela alocação de recursos financeiros. Para Gomes (2014, p. 4), a produção das universidades “impactam sistemática e dinamicamente num espectro sociocultural amplo e complexo, por um determinado tempo, até quando surgem inovações”, gerando assim um compromisso social das mesmas em transformar fenômenos naturais em problemáticas sociais e assim propor possíveis soluções.

Na extensão, este papel se enaltece considerando o conceito de extensão descrito no Plano Nacional de Extensão de 1999, como “o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a





pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade" (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1990), caracteriza-se desta forma, a articulação entre a universidade e a comunidade, por meio de serviços prestados, a exemplo dos núcleos de assistência jurídica e psicológicas; construção de planejamentos estratégicos locais; projetos de extensão nos quais acadêmicos podem realizar estágios e atividades com a comunidade, enfim existem diversas formas para que este processo de desenvolva de maneira benéfica para os atores envolvidos.

A universidade tem como desafio manter com seu rigor científico, técnico e metodológico, mas com olhar ampliado ao seu entorno. Torna-se necessário a universidade universal, na qual os conhecimentos gerados sejam levados para fora dos muros.

A partir da extensão, o compromisso social entre a universidade e a sociedade se efetiva à medida que a universidade contribui na formação de capital humano e colabora com o desenvolvimento socioeconômico. Tendo as funções ensino, pesquisa e extensão ela possui os elementos essenciais para o desenvolvimento da sociedade (FERNANDES et al., 2012).

Fruto da existência das universidades na região é a constatação de instalações e crescimento de empreendimentos, seja no comércio ou na prestação de serviços, gerando mais empregos, rendas e melhores condições de vida à população. Outros serviços também são ampliados ao meio universitário, como: livrarias, atividades de lazer, bares e infraestruturas de alojamento e transporte (pois muitos passam a residir na cidade em que a universidade está inserida) desencadeando um processo de desenvolvimento (FERNANDES et al., 2012).





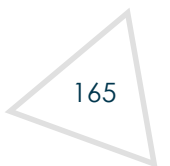
A universidade se torna assim um dos pontos de referência no processo de desenvolvimento da região, criando necessidades, estimulando empreendimentos e vinculando-se ao setor produtivo. Simplesmente pelo cumprimento de suas funções básicas já se constituem propulsoras do desenvolvimento, ainda mais quando aderem a extensão e pesquisa, onde dialogam com a sociedade, levantando suas demandas e contribuem na solução de problemas existentes.

## 2.1 AS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS E A EXTENSÃO: O CASO DA UNOESC

A relação entre as Universidades Comunitárias e o território Oeste de Santa Catarina remonta a década de 60, sendo estes atores importantes da constituição do espaço, desde a qualificação de mão de obra até a prestação de serviços de assistência social a comunidade e o fomento ao desenvolvimento regional por meio da pesquisa.

Para compreender esta analogia é preciso destacar a concepção sobre ordenamento do território descrita por Benko (1999), no qual a ordem no espaço é percebida na prática por meio da intervenção humana no ambiente. Portanto, o processo de ordenamento do território, reflete-se a ocupação e a atratividade da região para com os meios de produção.

O ordenamento do território do Oeste de Santa Catarina foi influenciado principalmente pela agricultura familiar, seguida da instalação das agroindústrias de carnes e derivados. Desde 1940, a atividade da suinocultura já transformava a região em referência na produção de carne. O processo de aprimoramento tecnológico, afetou a dinâmica territorial, sendo que em 1950, a agricultura



brasileira passou por momento de reestruturação, em razão da instalação de indústrias produtoras de insumos para a agricultura e os incentivos governamentais para a utilização destas tecnologias, os processos de produção familiar tiveram que reestruturar-se aos padrões estabelecidos internacionalmente (DEL GROSSI; SILVA, 2002).

Nas décadas de 1960 e 1970 a região Oeste a agroindústria da região consolidou-se no mercado nacional, a produção ascendeu rapidamente, expandindo as plantas produtivas e a necessidade de mão de obra, bem como a abertura de outras empresas produtoras de insumos (DEL GROSSI; SILVA, 2002).

Este cenário promissor fez com que a região atraísse um contingente populacional elevado, a necessidade de estruturação de serviços públicos como saúde, educação, mobilidade urbana. Portanto, o processo de ordenamento do território, reflete-se a ocupação e a atratividade da região para com os meios de produção. O espaço se constitui e evolui constantemente neste contexto, a urbanização e a industrialização contribuem para a transformação territorial, seja de maneira a ampliar potencialidades da região e novas formas de regionalização.

A constituição do território na região Oeste de Santa Catarina apresentava-se com estrutura produtiva pujante, mas ainda com a estrutura de acesso às localidades prejudicadas, então torna-se necessário pensar em alternativas para formação de mão de obra qualificada que tivessem condições de contribuir com o desenvolvimento regional. Na sequência apresenta-se o histórico do ensino superior no Estado de Santa Catarina, uma vez que é preciso conceber historicamente a formação dos territórios para compreender a conjuntura atual e as necessidades e potencialidades futuras.

O ensino superior em Santa Catarina, data de 1917, com a criação do Instituto Politécnico, em Florianópolis, com os cursos de



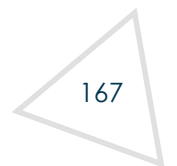
Odontologia, Farmácia, Engenharia e Comércio. Em 1930, o Instituto entra em crise, e como alternativa oriunda da organização dos professores, surge a Faculdade de Direito também em Florianópolis (PEGORARO, 2006).

Estes cursos eram ministrados de maneira isoladas, até que compuseram a criação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1960, oficialmente instalada em 1962, sendo pública e gratuita. Em 1965 surge a segunda universidade pública, por iniciativa do governo estadual, passando a denominar-se Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), mantida por uma fundação, cuja manutenção dependia, preponderantemente, das mensalidades dos estudantes e parte com recursos do Estado de Santa Catarina (TREVISOL; TREVISOL, 2009).

Nesta época, os jovens que desejassem aprofundar seus estudos tinham que se deslocar para a Capital e aos Estados, sendo que dificilmente retornavam a região de origem após a conclusão do curso. As políticas de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina nesta época eram voltadas a região litorânea, sendo que por pressões da sociedade, o Oeste despertava para os primeiros investimentos principalmente em construção de estradas que possibilitou o fluxo e o transporte da produção agroindustrial, além da eletrificação nas cidades e na área rural (CIMADON; MOTA, 2011).

Apartir deste momento, na década de 1960, independentemente da ação dos governos federal ou estadual, mas sim, pela articulação da sociedade e das pressões políticas, surgem as chamadas Fundações Educacionais de Ensino Superior, criadas pelo poder público municipal, porém de direito privado, denominadas de comunitárias (TREVISOL; TREVISOL, 2009).

Destaca-se neste contexto, que as fundações fazem parte do território construído, conforme Pecqueur (2005), destaca como aquele





resultante de um processo de construção pelos atores, no caso os educadores, que mediante os argumentos das interiorização da oferta de ensino superior; da democratização das oportunidades de acesso a cursos superiores de formação profissional; da formação de quadros vocacionados para o atendimento das necessidades locais e da disseminação de equipamentos laboratoriais e de bibliotecas especializadas, por todo o Estado, conseguiram o apoio público para a abertura das fundações.

A partir das demandas sociais e a articulação política e da sociedade, o governo federal sancionou a Lei Federal n. 4.024/61 (alterada pela Lei n. 9.394, de 1996), que concedeu estímulo às fundações educacionais mediante a estímulo via poder público em favor das fundações e instituições culturais e educativas de qualquer espécie, grau ou nível sem finalidades lucrativas, e facultará aos contribuintes do imposto de renda a redução dos auxílios ou doações comprovadamente feitos a tais entidades." (GUMBOWSKI, 2015).

A expansão destas fundações, aconteceu de maneira descentralizado no território, sendo que de 1964 a 1986 surgiram, 21 fundações de ensino superior espalhadas pelo Estado, democratizando o acesso a formação superior, com o objetivo de promoção do desenvolvimento regional. Em 24 de maio de 1974, visando o crescimento com base na união de forças, nasce a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), pensada pelos gestores das fundações como uma forma capaz de congregá-las, na busca do fortalecimento de todas e da expansão da educação superior no interior de Santa Catarina (CIMADON; MOTA, 2011).

As fundações educacionais cresceram rapidamente com a oferta de cursos nas diversas áreas do conhecimento, uma vez que não havia perspectivas de universidades públicas nas regiões nas





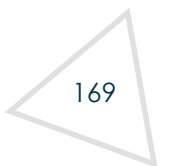


quais as mesmas estavam instaladas, assumindo o protagonismo na formação de profissionais qualificados; na pesquisa e na extensão.

Conforme Cimadon e Motta (2011) "havia a desconfiança, pelo poder público, nesse caso, pelo Conselho Estadual de Educação, da capacidade e da competência das comunidades e gestores do 'interior'." Este comportamento por parte do poder público é explicado pela concepção do Estado desenvolvimentista, que era preocupado com as reformas sociais e o bem-estar social e foi sucumbido pelas características de um Estado controlador e regulador (BRANDÃO, 2011).

A expansão do ensino superior se deu no país de forma expoente, a partir do marco regulatório das políticas de ensino superior, introduzida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996 (BRASIL, 1996). Conforme destacam Ristoff e Giolo (2006), "a política educacional em vigor criou as condições legais, políticas e ideológicas para que se estabelecesse, no Brasil, um mercado educacional stricto sensu." Por intermédio da Lei n. 9.870/99, ratificou-se a possibilidade de as instituições educacionais operarem com fins lucrativos, bem como por meio da Lei n. 9.649/98, obstruiu o caminho da expansão da educação pública federal e impediu a União de expandir a oferta da educação profissional e tecnológica (RISTOFF; GIOLO, 2006).

Nesta concepção, muitos são os desafios das ICES, na região Oeste de Santa Catarina, sendo percorridos alguns destes na sequência. Primeiramente apresenta-se a necessidade de afirmação de seu caráter comunitário junto a sociedade, que para Schmidt (2017), "essas universidades são organizações criadas e mantidas pela sociedade civil, autogeridas, que prestam serviço voltados ao público e reinvestem todos os resultados na própria instituição." Neste contexto, destaca-se o reconhecimento social das universidades comunitárias





passa pela afirmação interna e externa de sua identidade, pela atuação junto ao seu entorno e discursos institucionais sólidos.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo classifica-se como um descritivo, uma vez que objetivou descrever a atuação do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) no ano de 2020, sendo aplicado a uma Universidade Comunitária localizada em Chapecó. A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa apresenta-se como documental que recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. Neste estudo, teve como fonte de dados os relatórios das atividades desenvolvidas pelo NAF da Unoesc Chapecó no ano de 2020.

O procedimento adotado na classificação da pesquisa foi o estudo de caso, que segundo Yin (2010) "é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto da vida real", neste caso um projeto de extensão de uma universidade em Santa Catarina. Após o levantamento dos dados, realizaram-se as análises descritivas dos resultados.

### 4 ANÁLISE E INTEPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

No Brasil é um dos pilares do ensino superior, em conjunto com o ensino e a pesquisa é a extensão. A extensão está associada à ideia de transformação social, na qual a universidade por meio de





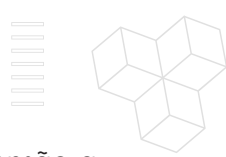
seu compromisso com a sociedade deve produzir conhecimento para ajudar na construção de respostas rápidas às demandas (ALMEIDA, 2015). O conceito de extensão universitária encontra-se na Política Nacional de Extensão Universitária de 2012 que descreve a extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Os projetos de extensão, na Unoesc Chapecó são vinculados ao Núcleo de Atendimento Comunitário (NAC), este concentra atividades de atendimento gratuito a comunidade pelos cursos de Direito, Psicologia e Ciências Contábeis, sendo realizados por acadêmicos supervisionados pelos professores profissionais da área.

Integram as ações vinculadas ao curso de Ciências Contábeis, o Núcleo de Apoio Fiscal, um projeto desenvolvido em parceria com a Receita Federal do Brasil e tem como objetivo a capacitação de alunos e a prestação gratuita de assistência contábil e fiscal à população de baixa renda. Os serviços prestados são relacionados ao imposto de renda, microempreendedor Individual (MEI), certidões negativas, CPF, isenção de IPI ou IOF para compra de veículo, isenção de IR para portadores de doença grave, regularização de obras e cadastro de imóveis rurais.

Na sequência, apresenta os dados quantitativos dos atendimentos do NAF da Unoesc Chapecó no ano de 2020, visando identificar a amplitude das ações desenvolvidas, o público envolvido e por consequência as contribuições para o território local/regional. Em 2020, o NAF da Unoesc Chapecó, desenvolveu mais de 20 atividades vinculadas a diversos públicos como escolas públicas e privadas, comunidades dos bairros do município, atendimentos diretos no NAC a comunidade; intervenções nos cursos de graduação. As atividades se dividem em palestras, atendimentos específicos, lives, ações solidárias,





formação continuada de alunos e professores, cursos de extensão a comunidade, entre outros, totalizando 12.460 pessoas atendidas de alguma forma pelo projeto.

Em 2020, destaca-se o desafio de realizar os atendimentos a comunidade em um cenário de pandemia, sendo que as atividades foram direcionadas para o atendimento remoto. Neste contexto destaca-se em especial o projeto “Educação Fiscal nas escolas públicas” que atendeu 1.040 crianças e professores. A ação buscou levar ao conhecimento dos estudantes dos 9º anos, o contexto, a importância e números sobre a questão dos tributos. Estão previstas a realização de um concurso de redação e provas de Educação Fiscal. Uma dessas provas será para a arrecadação de notas fiscais, e outras duas, de cunho social, voltadas para a arrecadação de lacres de latinhas de alumínio que posteriormente são revertidas em cadeiras de rodas. Destaca-se também o “Concurso de redação e oratória” realizado nas escolas públicas estaduais de Chapecó, com o objetivo de incentivar a leitura e escrita sobre temas atuais, envolvendo as escolas por meio dos docentes os alunos, totalizando 198 participantes.

As análises dos projetos do NAF demonstram que o território pode ser visto e discutido por diversos prismas, enquanto área física, espaço geográfico, por concepções filosóficas, sociológicas e econômicas, sendo resultado de uma ação social por isso denominado um processo de construção social. Nesta concepção de espaço enquanto processo de construção social destaca-se a atuação dos atores sociais vinculados a entidades públicas, privadas, estado, movimentos sociais, organização não-governamentais, entre outros, na articulação de estratégias voltadas ao desenvolvimento.

A atuação do NAF coaduna com as concepções de Limonad (2004), no qual o mundo não é plano e igualitário, logo, torna-se necessário considerar as particularidades regionais e a atuação sobre





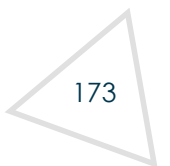
elas visando a promoção de condições igualitárias de desenvolvimento entre os indivíduos. O projeto do NAF em especial as escolas públicas com o tema educação financeira potencializam o conhecimento das crianças e adolescentes sobre o tema e que conseqüentemente transcendem para as famílias e sociedade refletindo na economia local.

Portanto, pensar em desenvolvimento regional vai da visualização do atual pois transcende o tempo, a história, conforme destaca Brandão (2011), para se ter um território para todos deve-se primar pela justiça territorial, na busca pela construção de cidadania, pelo respeito as disparidades regionais e o uso do capital produtivo para proporcionar a geração de encadeamentos intersetoriais, impostos, empregos e divisas.

O papel das universidades, enquanto espaços de formação do capital intelectual capaz de prover a discussão com a sociedade por meio da reflexão crítica, embasada em pesquisa e assim buscar juntos os caminhos para o real desenvolvimento de um território. O caso do projeto Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) ser uma cooperação entre a Unoesc e a Receita Federal do Brasil (RFB) denota a necessidade da articulação entre os atores e entidades da sociedade para prover o bem-estar social, oportunizando ganhos aos acadêmicos que podem colocar em prática na extensão os conhecimentos adquiridos no curso e a sociedade com a prestação de serviços, gerando assim ganhos múltiplos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática sobre o desenvolvimento regional deve ser tratada nos territórios de maneira estratégica, envolvendo os atores regionais capazes de contextualizar o local e suas potencialidades e fragilidades.





As Universidades Comunitárias localizadas no Oeste de Santa Catarina são prova disso, pois nasceram em um ambiente adverso, motivadas pela organização da sociedade e com suas implicações presentes no dia a dia da região por meio da formação de profissionais; pesquisas que contribuem com o desenvolvimento das diversas áreas e a extensão, na qual tomam pra si uma responsabilidade do poder público na prestação de serviços à comunidade de forma gratuita.

Portanto, a relação entre estas instituições e o território apresentam-se imersa na história do local, mas possuem desafios de formar profissionais que visualizem a relação do local com o global além da perversa visão de acumulação de riquezas, homogênea e padronizada, com produção e consumo em massa e meios de vida orientados ao capital.

Os egressos das universidades devem ter a capacidade de pensar/atuar no local e no global, para tanto, entre as ações é a criação de matrizes curriculares interdisciplinares, que tenham equilíbrio entre a formação técnica e humanística, bem a curricularização da extensão para que todos os acadêmicos conheçam as diversas faces da realidade que estão inseridos e possam aplicar seu conhecimento e estes territórios e também a promoção de pesquisas e eventos científicos que integrem as visões do local com as percepções do global por meio da integração de docentes e acadêmicos via mobilidade acadêmica.

Para que o desenvolvimento regional seja pleno e principalmente justo, destaca-se a necessidade de um planejamento integrado, pensado com vistas ao passado e olhar no futuro de forma a fomentar a organização de arranjos produtivos no território de forma horizontalizadas com vistas as características históricas e potencialidades naturais daquele povo. As universidades comunitárias neste contexto, desempenham papel relevante na formação de





agentes capazes de visualizar os territórios em suas particularidades, para agir com clarificação dos conceitos com os quais se está trabalhando e que nortearão as ações no sentido do desenvolvimento regional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. P. de. A extensão universitária no Brasil: processos de aprendizagem a partir da experiência e do sentido. *Diversité REcherches et terrains*, São Paulo, n. 7, 2015.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators Database**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil>. Acesso em: 2 fev. 2020.

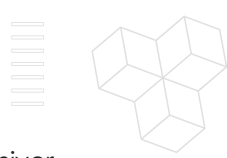
BENKO, G. **A Ciência Regional**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 18 mai. 2020.

BRASIL. Lei n. 12.881, de 12 de novembro de 2013. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12881.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12881.htm). Acesso em: 29 mar. 2020.

BRANDÃO, C. A Busca da Utopia do Planejamento Regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p. 17-37, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/263>. Acesso em: 3 de jun. 2020.





CIMADON, A.; MOTA, J. R. Perspectivas desafiadoras da gestão universitária das instituições de educação superior públicas não estatais de Santa Catarina - Uma visão do estado da arte Catarinense. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 37-50, 2011.

DEL GROSSI, M. E.; SILVA, J. G. da. **Novo rural**: uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002.

ETGES, V. E. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O.; SILVEIRA, R. **Vale do Rio Pardo**: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2001.

FERNANDES, M. C. *et al.* Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 169-194, 2012.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. MEC e SESu: 1990.

GOMES, C. P. O papel social da Universidade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, 14., 2014, Florianópolis, **Anais** [...]. Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/131807>. Acesso em: 2 de ago. 2020

GUMBOWSKY, A. Instituições de ensino superior fundacionais do estado de Santa Catarina: compromissos com o desenvolvimento regional. **Revista Univap**, São José dos Campos, v. 20, n. 36, p. 83-97, 2015.

LIMONAD, E. Brasil século XXI, regionalizar para quem? Para quem? In: LIMONAD, E. *et al.* **Brasil Século XXI**: por uma nova regionalização. São Paulo: Max Limonad, 2004.

PANIZZI, W. M. **Universidade para quê**. Porto Alegre: Libretos, 2006.







PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1 e 2, p. 10–22, jan./dez. 2005. Disponível em: [http://http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_53.pdf](http://http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_53.pdf). Acesso em: 25 set. 2020.

PEGORARO, L. O terceiro setor e o ensino superior no Brasil: o sistema fundacional catarinense. In: PERONI, V. M. V.; BAZZO, V. L.; PEGORARO, L. (Org). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**: entre o público e o privado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

RISTOFF, D.; GIOLO, J. A educação superior no Brasil – Panorama Geral. In: **Educação Superior Brasileira 1991-2004**. Brasília: INEP, 2006.

SCHMIDT, J. P. **Universidades comunitárias e terceiro setor**: fundamentos comunitaristas da cooperação em políticas públicas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017.

TARTARUGA, I. G. P. **As inovações nos territórios e o papel das universidades**: notas preliminares para o desenvolvimento territorial no estado do rio grande do sul. Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT). Porto Alegre, 2010.

TREVISOL, J. V.; TREVISOL, M. T. C. Políticas e dinâmicas do ensino superior em Santa Catarina: análise dos indicadores do Inep (1991-2004). **Congresso Nacional de Educação – EDUCARE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. 9., 2009, Paraná. Anais [...]. Paraná, PCPR, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.







# APLICAÇÃO DO CONCEITO DA INDÚSTRIA 4.0 EM UMA EMPRESA DO SETOR DE EXTRAÇÃO E MANUFATURA DA ERVA-MATE DA MACRORREGIÃO DO MEIO OESTE CATORINENSE

Jacir Favretto<sup>1</sup>

Darlan José Roman<sup>2</sup>

Joveci José de Oliveira Filho<sup>3</sup>

Leandro Dela Piccola<sup>4</sup>

## RESUMO

Mudanças significativas estão ocorrendo nos processos produtivos. O emprego e a integração de novas tecnologias dão origem a quarta revolução industrial, denominada de indústria 4.0. Sua implantação tem como base central, o uso de tecnologias e da internet das coisas. Os sistemas ciberfísicos são equipamentos capazes de integrar o mundo físico ao mundo virtual, com capacidade de representar sua realidade a partir de coleta de dados e informações em tempo real, e tomar decisões de forma autônoma. Uma análise dos pressupostos da indústria 4.0 em uma empresa do setor ervateiro, revela que o caminho a ser percorrido ainda é longo, tendo em vista que nenhum dos pilares está plenamente implantado. O trabalho busca gerar uma reflexão a respeito do tema e apresentar o estado da arte da aplicação dos preceitos da indústria 4.0 em atividades cuja compreensão de

<sup>1</sup> Pós-doutor pelo Programa de Pós-Doutorado do TECSI/EAC/FEA/USP do Departamento de Contabilidade e Atuária; Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestre em Administração pela Fundação Universidade Regional de Blumenau; jacir.favretto@unoesc.edu.br;

<sup>2</sup> Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina; Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina; darlan.roman@unoesc.edu.br

<sup>3</sup> Mestrando em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); Pós-graduado em Gestão Financeira pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); fr.joveci@gmail.com

<sup>4</sup> Mestrando em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); Pós-graduado em MBA Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas; Pós-graduado em MBA Estratégias de Marketing pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; leandro.d@unoesc.edu.br



manufatura pode beirar ao artesanal. O estudo revela que algumas dessas iniciativas dependem da conjunção de esforços entre diversos setores da sociedade, não sendo apenas fruto da vontade isolada de um ou outro empresário. Entre essas ações destacam-se a busca de uma base legal para o novo modelo industrial, o desenvolvimento de produtos e máquinas específicas para o setor e a melhoria da qualidade e da capacidade de conexão à internet.

**Palavras-chave:** Indústria 4.0; internet das coisas; setor ervateiro.

## 1 INTRODUÇÃO

A quarta revolução industrial já é uma realidade, tendo na indústria 4.0 uma resposta para o aumento da competitividade, principalmente da produção e conseqüentemente da produtividade nas empresas. Segundo Ciaramella e Celani (2019), a “alma” dessa revolução consiste na integração de sistemas, melhoria constante dos produtos e hierarquia de automação. Esta revolução tecnológica, está fazendo com que as pessoas, coisas, processos, informações e dados estejam conectados em redes, por meio de objetos inteligentes equipados com sensores, códigos e programação, chips, que auxiliam na execução de atividades e na tomada de decisão de forma confiável e integrada.

Oportunidades, como o desenvolvimento de novos produtos e de inovação, são geradas ao mesmo tempo em que são acompanhadas de diversos desafios de implementação, inclusive exigindo novas qualificações profissionais e novos requisitos para as empresas, Basl (2017) salienta que tecnologias da informação continuarão a ter papel fundamental na indústria do futuro. Buscar novos conhecimentos e a adaptar-se a uma nova realidade é fundamental para o acompanhamento do desenvolvimento dos mercados internos e externos. Schwab (2016) chega mesmo a dizer





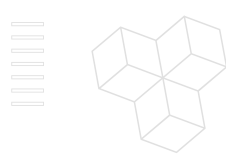
que o impacto dessa nova revolução é tão grande que é quase impossível prevê-lo.

Com a globalização a gestão caracterizada pela tecnologia, conectividade e era digital, tornou-se uma área estratégica para a competitividade. Na atualidade a tecnologia gerada para a melhoria da produtividade e inovação, evolui constantemente e rapidamente, sendo o volume de informações geradas podem criar novas necessidades na organização e na gestão empresarial. O próprio termo Indústria 4.0 tem sofrido constantes mudanças. Mrugalska e Wyrwicka (2017), salientam que uma de suas características intrínsecas é a integração entre sistemas tecnológicos e mundo físico.

A quarta revolução industrial é vivenciada no cotidiano. Estamos acompanhando toda a mudança inerente às novas tecnologias, novas formas das coisas serem feitas e realizadas. Isso se dá inclusive em setores que parecem ser exatamente iguais há bastante tempo. É o caso da indústria de manufatura da erva-mate, característica da região sul do país. O artigo em questão busca gerar uma reflexão a respeito do tema e apresentar o estado da arte da aplicação dos preceitos da indústria 4.0 em atividades cuja compreensão de manufatura pode beirar ao artesanal.

Para tanto, buscou-se, através deste estudo de caso, avaliar o nível de implantação dos pilares da Indústria 4.0 em uma empresa do setor ervateiro, localizada na macrorregião do meio oeste catarinense, perpassando sua história e observando o que já pode ser citado como indícios de uma abertura para o novo modelo industrial, bem como apontando para os desafios a serem enfrentados.





## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 INDÚSTRIA 4.0

Se as tecnologias da informação e da comunicação já se mostram relevantes para os dias atuais, serão consideradas fundamentais nas próximas décadas. Essa é a previsão realizada por Basl (2017), em seu artigo sobre a busca de implementação de princípios para uma indústria 4.0. Indo desde os processos de manufatura até as fontes de tecnologia para garantia de recursos vitais, como alimentos e água, a modelagem da indústria 4.0 se aproxima como caminho inevitável para todas as organizações.

As tecnologias, em todos os setores, se aprimoram de modo vertiginoso e começam a moldar o processo de desenvolvimento da sociedade. Jing et. (2014), ao tratarem da abordagem da indústria 4.0 no tocante às interfaces da Internet das Coisas (IoT), ressaltam que o desenvolvimento das tecnologias, das mais simples às mais complexas, buscam, sobretudo, o aperfeiçoamento e a melhoria das condições de vida, mas carregam também uma série de desafios e questões relativas à segurança, aplicabilidade e possibilidades de acesso. Solimon e Youssef (2003) também tratam da questão dos desafios impostos aos novos modelos de comércio e manufatura, tratando especialmente da questão primordial da segurança das informações coletadas e geradas pelos inúmeros processos tecnológicos.

No entanto, para além das questões e dos desafios que emergem quando proposto o tema, a entrada na discussão exige uma compreensão clarificada do conceito, ou conceitos, acerca da indústria 4.0. Essa ação nem sempre se revela como uma tarefa simples. Gontijo e Alves (2019) citam que o tema da Indústria 4.0 tem sido pesquisado por diversas áreas do conhecimento como





engenharia de negócios, sistemas de informação inovação de serviços, comunicação, saúde, arquitetura, entre outros. Além disso, os mesmos autores, em pesquisa bibliométrica, afirmam ser os termos *big data* e manufatura inteligente, uns dos mais associados ao modelo de Indústria 4.0.

Schwab (2018 apud ATAMANCZUK; SIATKOWSKI, 2019), afirma que a sociedade tem se tornado cada vez mais consciente das transformações que a tecnologia produz na vida, possibilitando a compreensão de profundas mudanças disruptivas oriundas da quarta revolução industrial. Ainda Schwab (2016) enfatiza que tais mudanças serão sentidas em todos os campos da sociedade, especialmente nas atividades econômicas, sociais e culturais, exigindo cada vez mais a abertura para modelos colaborativos de convívio social e de experiência de poder.

Stojkic, Veza e Bosnjak (2016) conceituam a indústria 4.0 a partir da dinâmica da conexão em rede dos processos de manufatura. Para os autores, na indústria 4.0 os processos são dinâmicos, permitindo mudanças em fases decisivas da produção, sempre em conexão, tanto com o ambiente interno da empresa, quanto com o ambiente externo, tais como fornecedores e outros. Ivanov, Sokolov e Ivanova (2016), também apontam para o conceito de indústria 4.0 a partir de processos em redes colaborativas, com aumento da capacidade de alcance da produção e criação de valor a partir da agilidade.

Inkermann et al. (2019) salientam que o próprio termo “Indústria 4.0” é bastante difuso e pode tratar de um amplo arcabouço de pesquisa, de tecnologias, de sistemas e de processos regulados a partir do uso da tecnologia da informação e da comunicação. Mesmo diante dessa margem ampla de interpretação, os autores enfatizam que um dos pilares é justamente o uso das tecnologias em rede para as interações físicas de produção.





Uma contribuição de peso na busca de conceitualização da Indústria 4.0 está no trabalho de Mrugalska e Wyrwicka (2017), em que as autoras explicitam não existir, por enquanto, um conceito respeitável para o termo, mas que a Indústria 4.0 se caracteriza essencialmente por quatro aspectos fundamentais, a saber: Internet das Coisas, Sistemas Ciber-físicos, Fábricas Inteligentes e Virtualização e Integração.

Ainda segundo Mrugalska e Wyrwicka (2017), num processo contínuo de evolução dos processos de produção, a Indústria 4.0 substitui os antigos sistemas de comunicação (analógico, intranet e internet) pela Internet das Coisas. Além disso, abandona os conceitos de *taylorismo*, *fordismo* e de *lean factory*, assumindo o conceito de fábricas inteligentes (*Smart Factory*). Por fim, o modelo de soluções para a produção da quarta revolução industrial é a virtualização e a integração de sistemas, superando os modelos de mecanização, automatização e computadorização assumidos no passado e no presente.

## 2.2 INICIATIVAS FUNDAMENTAIS PARA IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA 4.0

Kagermann, Wajlster e Helbig (2013), ressaltam que nesta quarta revolução industrial as empresas deverão assumir em seus ambientes de manufatura, ambientes de rede que interligue máquinas, sistemas de armazenamento e instalações de produção em sistemas ciber-físicos. Tais sistemas deverão possibilitar a troca de informações, a tomada de decisão e controles mútuos dos diversos setores de forma autônoma e independente. Esse modelo de indústria possibilitará o surgimento de novos modelos de negócio e de novas formas de criação de valor. No entanto, para se chegar ao sucesso da implementação da





Indústria 4.0, Kagermann Wajlster e Helbig (2013) salientam que são necessárias assumir iniciativas e tomadas de decisão em vários setores da sociedade, conforme quadro a seguir.

Quadro 1 – Ações para correta implementação da Indústria 4.0

INICIATIVA	AÇÃO	RESPONSABILIDADE
Padronização e arquitetura de referência	A Indústria 4.0 exige parceria colaborativa de integração e networking. Necessário um único conjunto de padrões comuns for desenvolvido. Arquitetura de referência deverá fornecer uma descrição técnica de padrões e modelos de implementação	Desenvolvedores, pesquisadores e governos
Gerenciamento de sistemas complexos	Fornecimento de bases e modelos para gerenciamento de sistemas de crescente complexidade, tais como métodos, ferramentas e instrumentais	Engenheiros e Desenvolvedores
Infraestrutura de banda larga abrangente	Fornecimento de rede de banda larga confiável, abrangente e de alta qualidade. Expansão em larga escala das redes de Internet	Governos e Empresas do setor
Proteção e segurança	Fortalecimento de rede de proteção e segurança de dados dos sistemas de manufatura inteligente. Criação de sistemas de segurança integrada, arquiteturas de segurança e identificadores exclusivos. Realizar melhorias relevantes para treinamento e desenvolvimento profissional contínuo	Pesquisadores, Desenvolvedores e Empresas.
Organização do trabalho e design	Implementação de abordagem sócio-técnico-tecnológica na organização do trabalho, com geração de maiores responsabilidades entre os trabalhadores e aperfeiçoamento do desenvolvimento pessoal	Pesquisadores e Empresas
Treinamento e desenvolvimento contínuo	Implementação de treinamento apropriado e de estratégias de organizar o trabalho com vistas ao aprendizado contínuo, especialmente no campo da aprendizagem digital	Empresas e Pesquisadores



INICIATIVA	AÇÃO	RESPONSABILIDADE
Quadro regulatório	Criação de legislação condizente com as possibilidades e desafios da Indústria 4.0, que garantam a legalidade e exijam proteção de dados pessoais e restrições comerciais	Governos (Parcerias com iniciativa privada e em diálogo com a sociedade)
Eficiência de recursos	Cálculo dos <i>trade-offs</i> entre os recursos adicionais que precisarão ser investidos em fábricas inteligentes e as economias potenciais geradas	Pesquisadores e Empresas

Fonte: adaptado de Kagermann, Wajlster e Helbig (2013)

## 2.3 PILARES FUNDAMENTAIS DA INDÚSTRIA 4.0

Rüßmann et al. (2015), afirmam que todos os setores de uma cadeia de valor estarão de certa maneira interligados, comunicando-se mutuamente. Tal comunicação tornará possível o “diálogo” entre as máquinas, possibilitando processos produtivos mais acelerados, flexíveis e eficientes. Essa tecnologia, porém, somente funcionará da maneira esperada se estiver ancorada em 9 pilares ou avanços tecnológicos básicos, conforme Ilustração 1 abaixo:



Ilustração 1 – Pilares da Indústria 4.0



Fonte: Rübmann et al. (2015).

Ainda Rübmann et al. (2015) apresentação a explicação de cada um dos itens dos pilares, conforme abaixo:

Quadro 2 – Pilares da Indústria 4.0

PILAR	DEFINIÇÃO
Robôs autônomos	Integração entre robôs no sistema de produção, com trabalho autônomo e realizado em conexão com o trabalho humano
Simulações	Simulacros em terceira dimensão (3D), de produtos, materiais e processos de produção, possibilitando testes e otimizações, aumentando qualidade e reduzindo tempos de configurações de maquinário
Integração de Sistemas	Integração total dos sistemas da empresa, fornecedores e clientes
Internet das Coisas ( <i>Internet of Things - IoT</i> )	Produtos com tecnologia de computação embarcada que se conectem, se comuniquem e interajam entre si

PILAR	DEFINIÇÃO
Cibersegurança	Necessidade de proteção de dados e sistemas e, conseqüentemente de sistemas de produção que estarão amplamente conectados
Computação em nuvem	Utilização de sistemas e <i>softwares</i> baseados em <i>clouds</i> (nuvens), visando aumento de segurança e inutilização de ambientes físicos de tecnologia das empresas
Manufatura Aditiva	produção de pequenos lotes de produtos, com alta customização, que apresentam vantagens de construção, como projetos complexos e leves. Descentralização de alto desempenho, redução de distâncias de transporte e de necessidade de estoque disponível
Realidade aumentada	Possibilidade de suporte à incontáveis serviços, tais como a seleção de peças em um depósito, bem como o envio de instruções de reparo por meio de dispositivos móveis
Big Data	coleta e avaliação de dados de inúmeras fontes distintas, em equipamentos e sistemas de produção. Gerenciamento corporativo e de cliente

Fonte: adaptado de Rübmann et al. (2015)

Martins, Simom e Campos (2020), salientam que esses pilares são fundamentais não apenas para a indústria 4.0, mas para todos os processos que envolvem a cadeia de suprimentos, tendo em vista o fato de que essa interligação sistêmica provoca uma perfeita coordenação, planejamento e controle de fornecimento de produtos e serviços, numa cadeia tecnológica que se expande desde os fornecedores de matérias primas até o consumidor final.

Fundamentados nesses pilares, o modelo industrial, num salto qualitativo, dá início a um processo de manufatura completamente diferenciado. Cavata et al. (2020) denominam esse processo de "manufatura avançada", ao mesmo tempo em que enfatizam a falta de referencial para a implementação desse novo modelo industrial. Mesmo que existam iniciativas de sucesso, faltam parâmetros e pesquisas que possam embasar decisões de governos e empresários.



Firmino et al. (2020) enfatizam que os pilares da Indústria 4.0 apontam para os pressupostos mínimos necessários para um novo modelo de produção. Para os autores, a correta implementação dos pilares e a utilização do modelo digitalizado de manufatura gerará o aumento da eficácia dos processos de produção e dos controles de gestão. O sistema produtivo, no modelo preconizado pelos pilares da indústria 4.0 não apenas é marcado pela automação, mas pela consequente auto-otimização de máquinas, equipamentos e processos sempre em atividade dialógica.

Com base nessas informações, torna-se possível a avaliação do caminho adotado por uma empresa do setor de erva-mate, situada na região do meio oeste do estado de Santa Catarina, buscando verificar as ações já adotadas para adequação ao modelo da indústria 4.0 e o percurso que ainda deve ser percorrido para o atingimento das exigências do referido modelo de produção.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando o fato de que o presente estudo visa investigar e descrever o caminho de implementação do modelo de Indústria 4.0 na atividade de extração e manufatura de erva-mate, definiu-se como abordagem o uso do método qualitativo, cujo objetivo central é interpretar os fenômenos e sua correlação com a teoria (FREITAS; JABBOUR, 2011), o que torna a pesquisa em questão com caráter eminentemente descritivo. A partir dessa constatação, compreende-se que o foco da pesquisa não incidirá mais sobre os caminhos de evolução dos sistemas de produção do que sobre a quantificação do processo produtivo (MINAYO, 1994). Concomitantemente, a pesquisa tem como fundamento um estudo de caso, onde se buscou reunir





detalhada e sistematicamente as informações de um respectivo fenômeno, conforme salienta Patton (2002).

O estudo de caso em questão desenvolveu-se em uma indústria produtora de erva mate, localizada no município de Jaborá, no meio oeste catarinense. Conscientes dos limites do estudo de caso único, como por exemplo as barreiras para criar generalizações, dificuldades para o desenvolvimento de modelos e teorias (VOSS; TSIKRIKTSIS; FROHLICH, 2002), a opção se deu pelo fato de que esse modelo de estudo pode ser uma representação do sistema de produção do setor. Os dados foram coletados através de entrevista semiestruturada com o administrador da empresa, realizada em setembro de 2020. A análise do conteúdo levou em conta a metodologia proposta por Freitas e Jabbour (2010), a saber: transcrição fidedigna dos dados coletados; descrição detalhada das evidências; análise das evidências com base no referencial teórico.

Nesse estudo, buscou-se rigor na coleta dos dados, conforme salienta Zanelli (2002), bem como pela clareza de recomposição dos dados coletados à luz do referencial teórico. Além disso, o presente estudo busca servir como enriquecimento teórico para o tema, a partir da devolutiva realizada aos respondentes/entrevistados poderá ser utilizado como material de reflexão para novas ações, fortalecimento de atitudes ou correção de atividades por parte dos gestores da empresa estudada e do setor.

A escolha pelo estudo de caso se deve ao fato de que, por meio da observação direta e das interlocuções com o entrevistado, buscou-se examinar um comportamento específico e contemporâneo (YIN, 2001). Sabe-se que não se pode inferir, a partir do estudo de caso em questão, que toda a indústria escolhida para análise, no caso o setor ervateiro, funciona de modo semelhante, uma vez que os limites





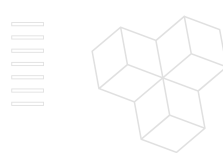
entre o fenômeno observado (empresa) e o contexto (setor ervateiro), não pode ser previamente delimitados.

A análise da aplicabilidade da indústria 4.0 em uma empresa específica do setor ervateiro, é condicionada por fatores internos e externos à empresa e por isso, os pilares que sustentam o novo modelo industrial, podem ou não ter sido devidamente implantados. Para fins de análise, definiu-se pela proposição de uma categorização dos respectivos pilares a partir do seu ponto de implantação na ervateira, compreendendo: Plenamente Implantado – quando já é possível verificar a plena implementação e utilização do pilar; Parcialmente Implantado – quando o processo de implementação ainda está em curso, mesmo que não através de uma opção clara e consciente de compor-se como indústria 4.0; e Não Implantado – quando não há a implementação de um dos pilares, seja por falta de iniciativa da empresa, seja por falta de disponibilidade de meios de implementação, ou mesmo por tal pilar estar fora das possibilidades de ação da empresa.

## 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base nas informações acima relatadas e os objetivos do artigo, o presente item possui, como foco central, apresentar, de maneira concisa, os resultados que foram colhidos da entrevista realizada com o Gerente Administrativo de uma indústria ervateira, conforme descrito nos procedimentos metodológicos, acerca do caminho de adequação dos processos de produção aos parâmetros da Indústria 4.0.





## 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA INDÚSTRIA

Presente na macrorregião do meio oeste do estado de Santa Catarina, a empresa, objeto deste estudo de caso, dedica-se ao cultivo e transformação (manufatura) da erva-mate em diversos produtos correlatos, tais como chimarrão e tererê. Da erva-mate ainda se extraem o chá-mate e o produto pode ser utilizado para a produção de destilados, chás e energéticos, entre outros. A empresa nasceu na década de 1950, no distrito de Vila Áurea, no estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma empresa de administração familiar e por conta disso, em 1959, por decisão do patriarca, a família se transfere para Santa Catarina e com eles todo o processo de produção já iniciado anteriormente. Nesse período, a família trabalhava essencialmente com o cultivo e entrega da erva-mate *in natura* para que outras empresas pudessem fazer a manufatura e também erva-mate cancheada (picotada). Somente no ano de 1987 a empresa decidiu, percebendo a aceitação do mercado, criar uma marca própria.

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2019), a cultura da erva-mate tem sido de importância fundamental para a economia de municípios da região sul do Brasil, tornando-se o principal produto não madeireiro do agronegócio florestal. O supracitado instituto de pesquisa criou um roteiro de práticas que visam o aumento da produtividade e de sustentabilidade no cultivo da erva, trata-se do Sistema Erva 20. Machado, Loss e Dortzbach (2019) salientam que o pico máximo de produção da erva-mate no Brasil se deu no ano de 2014, com uma produção recorde de 935,5 mil toneladas.

Gerhardt (2003), salienta que, historicamente, a produção da erva-mate sempre empregou pouca tecnologia. Júnior e Goulart







(2019) afirmam, inclusive, que dados que exigem bastante tecnologia, como a genética das sementes e plantas, são rarissimamente analisados. Ainda segundo a Embrapa (2019), o mercado da ervamate, apesar de não viver seu momento áureo, o setor experimenta uma positiva reação buscando, sobretudo, firmar sua posição em mercados internacionais, tais como Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile.

## 4.2 O PROCESSO PRODUTIVO

De acordo com o entrevistado, que ocupa a função de Gerente Administrativo na empresa, além de ser filho do proprietário e primeiro na linha sucessória na gestão, a ervateira, a partir de 1986, quando decidiu investir no processo de manufatura da erva, deixando a função de simples fornecedora de matéria prima para uma das principais empresas de erva-mate para consumo, os investimentos foram inúmeros, especialmente na tarefa de modernização da linha de produção. A empresa atua fortemente na busca de manutenção da qualidade de seu produto e já atinge mercados internacionais, exportando para Bolívia, Paraguai, Estados Unidos e alguns países da Europa. O investimento mais recente está na possibilidade de comercialização direta dos produtos através da modalidade de *e-commerce*, com vendas ao consumidor final pelo site da empresa.

A empresa possui processos claros e específicos para a produção da matéria prima. Há setor específico para as questões ligadas ao meio ambiente, com ações de reflorestamento e foco na gestão sustentável, o que garante maior qualidade no plantio e colheita da erva mate. Também existem ervateiros parceiros que seguem regras específicas e rígidas da empresa para garantir a qualidade da matéria prima.





O processo produtivo da empresa é mecânico, com procedimentos realizados por máquinas após o descarregamento da matéria prima. Passando por processos definidos e que garantem a qualidade do produto, e permite praticamente não existir retrabalho. Em 2019 a linha de produção do tererê foi automatizada, com investimento em máquinas modernas com conexão à internet. Também realizaram investimentos na embalagem do produto, que era de papel e apresentava uma séria de problemas e com a nova máquina de empacotamento modernizou o processo final do produto, e desde forma foi possível aumentar o tempo de conservação do produto, e garantir a qualidade. Ainda sobre qualidade, a empresa possui engenheiro de alimentos, sendo responsável pelo programa de boas práticas na fabricação de alimentos e realizar o controle de qualidade.

A empresa possui sistema de gerenciamento, mas pretende aprimorar a gestão da produção e administrativa com novos sistemas operacionais, que serão implantados após a construção de novo barracão, já planejado pela empresa, possibilitando organizar adequadamente todas as linhas de produção.

Importante destacar que a venda de erva mate precisa ser puxada e não empurrada, devido às características do produto, pois erva mate velha, pode perder a qualidade. Desta maneira, a implantação de sistema de ERP auxilia a comunicação de venda direta com grandes redes de supermercados, permitindo controle eficiente do estoque que deve ser baixo, produção e logística.

A logística da empresa é própria quando é realizada a venda direta dos produtos para os clientes próximos. Mas a principal estratégia da empresa é possuir rede de distribuidores, garantindo volumes maiores de compra e possibilitando a empresa ficar focada na produção.





## 4.3 O PROCESSO PRODUTIVO DA ERVA-MATE E SUA CORRELAÇÃO COM A INDÚSTRIA 4.0

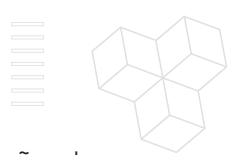
Tendo em vista o que diz Melo (2010), que o processo produtivo da erva-mate ainda possui muitas dificuldades na inserção de tecnologias e percebendo um caminho a ser feito para adequação aos pressupostos da Indústria 4.0, buscou-se perceber toda a cadeia produtiva da ervateira em questão a fim de analisar os avanços e os obstáculos ainda existentes, interna e externamente para a satisfação dos nove pilares indicadores desse modelo industrial. A presente análise considera a descrição conceitual constante da Tabela 2 – Pilares da Indústria 4.0.

Percebe-se que ainda existe um vácuo entre os preceitos da Indústria 4.0 e os atuais procedimentos da indústria ervateira. Júnior e Goulart (2019), salientam que existe uma baixa adesão à tecnologias na produção, com um cenário ainda pior quando se trata do plantio e do cuidado com os ervais. Essa realidade toca diretamente na limitação da produtividade em campo e também na manufatura. Para a análise em questão, propõe-se a subdivisão dos nove pilares da Indústria 4.0 a partir do seu ponto de implantação na ervateira, compreendendo: Plenamente Implantado; Parcialmente Implantado e Não Implantado.

### 4.3.1 Plenamente Implantado

Com base na coleta de dados e buscando as relações com o referencial teórico acerca da Indústria 4.0, percebe-se que nenhum dos pilares está plenamente implantado na indústria ervateira de modo geral bem como na empresa objeto desse estudo. Conforme





dito acima, algumas dessas iniciativas dependem da conjunção de esforços entre diversos setores da sociedade e, conforme cita Cavata et al. (2020), ainda existe uma lacuna grande em relação ao tema, seja no âmbito corporativo, seja no meio acadêmico. Compreende-se que, apesar de particulares esforços, pesquisas e iniciativas ainda estão aquém de uma robustez.

### 4.3.2 Parcialmente Implantado

No entanto, iniciativas pontuais já revelam uma tendência de adequação. Se num passado recente o processo de extração e manufatura da erva-mate era bastante rudimentar e essencialmente humano e mecânico, hoje a empresa já experimenta a assunção de tecnologias que auxiliam a produção, aumentam a qualidade e abrem oportunidades de ampliação da tecnologia no setor. Entre essas destacam-se:

**Robôs autônomos:** Apesar de incipiente, toda a produção do produto “tererê” (erva-mate com aditivos de sabores, que deve ser consumida com adição de líquidos frios), já é feito em ambiente totalmente digitalizados até o seu completo empacotamento.

**Internet das Coisas:** Considerando o processo de produção do tererê, conforme relatado acima, a empresa utiliza-se de máquinas conectadas à internet e que podem ser controladas remotamente em todo o seu ciclo. Além disso, o processo de manutenção de tais máquinas, para eventuais situações, já é feito remotamente, sem a necessidade da presença física de um técnico.

**Integração de Sistemas:** Hoje já é possível o trabalho de gestão central, através da utilização de sistema ERP. Tal sistema interliga todas as fases da produção, desde a chegada da matéria prima até o seu empacotamento e venda. Tal sistema controla todo o estoque,





possibilitando um acompanhamento eficaz da demanda, que, conforme dito acima, deve ser puxada e não empurrada. Faz ainda um diálogo com fornecedores e alguns poucos distribuidores que já conseguem se conectar ao sistema e enviar seus pedidos. Há ainda uma interface com um sistema interno de controle de pedidos.

Computação em nuvem: Apesar de um sistema ainda dependente das interações humanas e de arquivos físicos, a empresa já faz uso, em larga escala, de sistemas em nuvem e conexão direta com fornecedores e distribuidores. Além disso, a utilização do site da empresa para o relacionamento com os consumidores finais já representa 5% das vendas, conforme afirma o entrevistado.

Tais ações revelam um caminho já realizado na busca de implementação dos robôs autônomos, da integração de sistemas, do uso da Internet das Coisas (IoT) e da computação em nuvem. Trata-se de um uso ainda inicial dessas realidades e ainda sem a correta e completa interconexão pretendida pela Indústria 4.0, porém, como dito anteriormente, são indícios de que a empresa e o setor iniciaram um processo de informatização e de uso constante das tecnologias.

### 4.3.3 Não Implantado

Apesar dos avanços supracitados, a indústria ervateira e a empresa em questão tem processos que ainda dependem profundamente do uso de mão de obra humana. Por isso, alguns dos pilares teriam bastante dificuldades de ser implantados na empresa e no setor. Alguns aparentam ser ainda muito distantes da realidade, outros, apesar de não implantados, seguem o caminho de futuras adequações.

Simulações: A realidade da empresa revela que o modelo de manufatura ainda é um processo excessivamente mecânico, por isso,





o planejamento e desenvolvimento de produtos ainda não é uma área com grande extensão, pois o produto principal ainda é o mesmo de tempos remotos. Segundo o entrevistado, questões periféricas, tais como embalagens, garrafas, entre outros, poderão demandar maior tecnologia no futuro, mas o mercado ainda não carrega tais exigências.

**Realidade aumentada:** Segue a mesma lógica do pilar das simulações. Não existe ainda tecnologia disponível no setor para tal ação. Segundo o entrevistado, a futura utilização poderá se dar, sobretudo, para suporte à máquinas e equipamentos utilizados na linha de produção, porém, por se tratar de um produto do gênero alimentício, a empresa ainda não vê uso para esse pilar.

**Manufatura Aditiva:** Por se tratar de um processo em cadeia, com produção em linha, a empresa ainda não consegue realizar uma produção com alto grau de customização e se vê ainda distante da necessidade de simulacros em terceira dimensão. Alia-se a isso o fato de que o produto final possui pequenas variações, que não configuram essa customização.

**Cibersegurança:** A empresa se utiliza dos protocolos de segurança atualmente existentes, porém, o pilar que trata da cibersegurança não depende apenas do desejo da empresa, mas de ações a nível de pesquisa, desenvolvimento e legislação, que ainda estão em inícios de discussão.

**Big Data:** ainda não funciona, pois, os dados coletados, seja na extração da matéria-prima, na manufatura ou na distribuição do produto, não realizam o “diálogo” entre si, dependendo necessariamente das interações e percepções humanas.

A presente análise, conforme dito acima, revela um caminho que está sendo trilhado pela empresa, e talvez pelo setor ervateiro,





para adequação à uma realidade cada vez mais tecnológica e digitalizada. Percebe-se, como

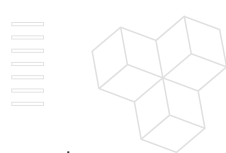
## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o alicerce da indústria 4.0 em tecnologias como internet das coisas e objetos inteligentes, permitiu a construção de sistemas com maior capacidade de autogestão, possibilitando uma elevação da customização dos produtos sem perder as vantagens da produção em massa. O setor ervateiro, ainda dominado por uma cultura “conservadora” em relação aos processos de produção, começa a dar os primeiros passos na busca de uma adequação aos pressupostos de um novo modelo industrial, marcado essencialmente pelo uso contínuo de tecnologias de ponta.

A indústria 4.0 prevê a integração entre humanos e máquinas, mesmo que em posições geográficas distantes, formatadas por grandes redes, fornecendo produtos e serviços de forma autônoma. Na empresa pesquisada, bem como em todo o setor de extração e manufatura da erva-mate ainda impera um modelo produtivo baseado em processos mecânicos, onde a ação humana e sua percepção acerca do processo é fundamental. No entanto, o avanço de tecnologias e a chegada de membros da chamada “nova geração” aos setores de administração da empresa, abrem caminho para a chegada de novos meios de produção, controle e vendas do produto.

Esta evolução permite agregar valor a toda a cadeia organizacional, a partir de mudanças que afetarão todos os níveis produtivos, permitindo trocar informações em tempo real e de forma automatizada. O acesso à essa evolução, porém, dependerá não apenas da vontade isolada de um ou outro empresário, mas da junção





de esforços dos mais variados setores da sociedade, a fim de conceder as bases legais, desenvolver produtos e máquinas específicas para o setor, melhorar a qualidade e a capacidade de conexão, entre outros. Esta realidade, inclusive, é uma das quais podem ser exploradas por outros estudos, ou seja, de que modo o setor ervateiro tem contribuído para a evolução e informatização da cadeia produtiva.

## REFERÊNCIAS

ATAMANCZUK, M. J.; SIATKOWSKI, A. Indústria 4.0: O Panorama da publicação sobre a Quarta Revolução Industrial no Scientific Periodicals Electronic Library - Spell. **Future Studies Research Journal: Trends & Strategies**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 281–304, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24023/FutureJournal/2175-5825/2019.v11i3.459>. Acesso em: 15 set. 2020.

BASL, J. Pilot Study of Readiness of Czech Companies to Implement the Principles of Industry 4.0. **Management and Production Engineering Review**, Czech Republic, v. 8, n. 10, 2017.

CAVATA, J. T. *et al.* Highlighting the benefits of Industry 4.0 for production: an agent-based simulation approach. **Gestão & Produção**, São Carlos, SP, v. 27, n. 3, p. e5619, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-530x5619-20>. Acesso em: 15 set. 2020.

CIARAMELLA, A.; CELANI, A. Industry 4.0 and manufacturing in the city: a possible vertical development. **TECHNE - Journal of Technology for Architecture and Environment**, [s. l.], n. 17, p. 133-142. Disponível em: <https://doi.org/10.13128/Techne-24009>. Acesso em: 18 set. 2020

EMBRAPA. **Erva-mate - Portal Embrapa**. 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/florestas/transferencia-de-tecnologia/erva-mate>. Acesso em: 15 set. 2020.







FIRMINO, A. S. *et al.* Towards Industry 4.0: a SWOT-based analysis for companies located in the Sorocaba Metropolitan Region (São Paulo State, Brazil). **Gestão & Produção**, São Carlos, SP, v. 27, n. 3, p. e5622, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-530X5622-20>. Acesso em: 1 out. 2020.

FREITAS, W. R. S.; JABBOUR, C. J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, p.7- 22, 2011.

GERHARDT, M. **História ambiental da erva-mate**. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

GONTIJO, T. S.; ALVES, F. M. A Bibliometric study on Industry 4.0. **Journal of Profess. Bus. Review**, [s. l.], v. 4, n. 2, 2019.

INKERMANN, D. *et al.* A framework to classify Industry 4.0 technologies across production and product development. **In Procedia CIRP**, , Póvoa de Varzim, Portugal, v. 84, pp. 973–978, 2019.

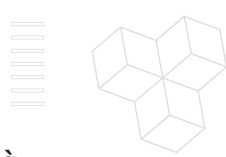
IVANOV, D.; SOKOLOV, B.; IVANOVA, M. Schedule coordination in cyber-physical supply networks Industry 4.0. **IFAC-PapersOnline**, Troyes, France, v. 49, n. 12, p. 839–844, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ifacol.2016.07.879>. Acesso em: 1 out. 2020.

JING, Q. *et al.* Security of the Internet of Things: perspectives and challenges. **Wireless Networks**, Switzerland, v. 20, p. 2481-2501, 2014.

JÚNIOR, J. F. P.; GOULART, I. C. G. R. **Erva 20** - Sistema de Produção de Erva Mate. Brasília: Embrapa, 2019.

KAGERMANN, H.; WAJLSTER, W.; HELBIG, J. Recommendations for implementing the strategic initiative Industry 4.0. **National Academy of Science and Engineering**, Alemanha, 2013.





MACHADO, L.; LOSS, A.; DORTZBACH, D. **Estatísticas Relacionadas à Produção de Erva-Mate na Região do Planalto Norte de Santa Catarina.** 2019. Disponível em: <https://pec.unisul.br/index.php/SPI/XSPI/paper/view-File/74/50>. Acesso em: 15 set. 2020.

MELO, I. B. **Mapeamento da cadeia produtiva de erva-mate no município de Machadinho:** desafios e propostas. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

MARTINS, F. de C., SIMON, A. T.; CAMPOS, R. S. de. Supply Chain 4.0 challenges. **Gestão & Produção**, São Carlos, SP, v. 27, n. 3, p. e5427, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-530x5427-20>. Acesso em: 16 out. 2020.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MRUGALSKA, B.; WYRWICKA, M. Towards Lean Production in Industry 4.0. **Procedia Engineering**, Białystok, Poland, v. 182, p. 466-473, 2017.

MULLER, C. J. **Modelo de gestão integrando planejamento estratégico, sistemas de avaliação de desempenho e gerenciamento de processos.** (MEIO-Modelo de Estratégia, Indicadores e Operações). [S. l.], 2003.

PASQUINI, T. C. D. S. **Proposta de ferramenta para relacionar os princípios da gestão da qualidade aos pilares da indústria 4.0:** a influência da indústria 4.0 na área da qualidade. [S. l.], 2018.

PATTON, M. Q. Two Decades of Developments in Qualitative Inquiry: A Personal, Experiential Perspective. **Qualitative Social Work**, Cincinnati, v. 1, n. 3, p. 261-283, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/147332500201003636>. Acesso em: 21 out. 2020.

PEREIRA, A.; SIMONETTO, E de O. Indústria 4.0: conceitos e perspectivas para o Brasil. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, MG, v. 16, n. 1, 2018.





RÜBMAN, M. *et al.* Industry 4.0 The Future of Productivity and Growth in Manufacturing Industries. **Retrieved 5**, Boston, 2015. Disponível em: [https://image-src.bcg.com/Images/Industry\\_40\\_Future\\_of\\_Productivity\\_April\\_2015\\_tcm9-61694.pdf](https://image-src.bcg.com/Images/Industry_40_Future_of_Productivity_April_2015_tcm9-61694.pdf). Acesso em: 18 set. 2020.

SCHWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016

SOLIMAN, F.; YOUSSEF, M. A. Internet-based e-commerce and its impact on manufacturing and business operations. **Industrial Management & Data Systems**, Bingley, v. 103, n. 8, p. 546-552. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/02635570310497594>. Acesso em: 15 set. 2020.

STOJKIC, Z.; VEZA, I.; BOŠNJAK, I. **A Concept of Information System Implementation (CRM and ERP) within Industry 4.0**. [S. l.], 2016.

VOSS, C.; TSIKRIKTSIS, N.; FROHLICH, M. (2002), Case research in operations management. **International Journal of Operations & Production Management**, London, v. 22, n. 2, p. 195-219. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/01443570210414329>. Acesso em: 18 out. 2020.

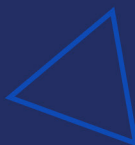
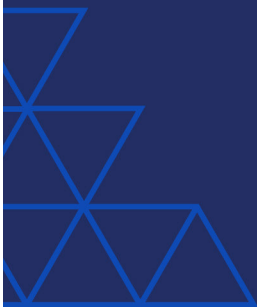
YIN, R. **Estudo de Caso**. Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZANELLI, J. C. Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. **Estudos de Psicologia**, Natal, n. 7, p. 79-88, 2002. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2002000300009>. . Acesso em: 1 out. 2020.





CIÊNCIAS  
DA  
VIDA E SAÚDE







# PROSOCIALIDADE E ATITUDES INTERPROFISSIONAIS NO PET-SAÚDE

Bruna Romilda de Azevedo<sup>1</sup>

Luana Kethlyn Bellini<sup>2</sup>

Sayonara de Fátima Teston<sup>3</sup>

## RESUMO

O objetivo do trabalho foi descrever as atitudes interprofissionais e comportamentos prosociais dos participantes do PET-Saúde/ Interprofissionalidade em Chapecó, Santa Catarina. A pesquisa caracterizou-se como um *survey* de corte transversal. Para a coleta de dados foram utilizados questionários de autopreenchimento e os dados foram analisados por meio de estatística descritiva. Constatou-se que os participantes se autoavaliam como prosociais e com atitudes interprofissionais. O estudo contribui empiricamente para as IES e os gestores dos projetos PET refletirem sobre quais competências podem ser potencializadas em estudantes dos cursos de saúde. Além disso, teoricamente, o estudo amplia as investigações no lócus de pesquisa e apresenta resultados da validação das escalas adotadas para a amostra do estudo.

**Palavras-chave:** prosocialidade; interprofissionalidade; PET-Saúde.

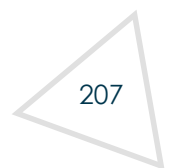
## 1 INTRODUÇÃO:

O Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) é um projeto desenvolvimento pelo Ministério da Saúde que se caracteriza como instrumento de qualificação profissional e visa

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; bruna.romilda18@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; luana.b@unoesc.edu.br

<sup>3</sup> Professora dos Cursos de Psicologia; Mestre e Doutora em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; sayonara.teston@unoesc.edu.br





promover ensino-pesquisa, abrangendo estudantes de cursos de graduação, pós-graduação, profissionais e docentes da área da saúde (GRZYBOWSKI; LEVANDOWSKI; COSTA; 2017). Tendo como foco o desenvolvimento do sistema único de saúde (SUS) (BRASIL, 2010). O PET-Saúde em 2018 iniciou às atividades da nona edição, com a proposta do eixo estruturante a educação interprofissional (EIP), que visa integrar ensino-serviço-comunidade, por meio de práticas colaborativas e com um olhar integral para a saúde do indivíduo na atenção básica (BRASIL, 2019).

Em 2018, 105 projetos foram aprovados no Brasil pelo Ministério da Saúde para participar do Programa, e Chapecó teve o único projeto no país classificado com parceria interinstitucional, do qual participam uma instituição federal, uma estadual e uma comunitária (BRASIL, 2018). Além dos professores e estudantes de três instituições de ensino (UFFS, Udesc e Unoesc) também participam profissionais da Secretaria Municipal de Saúde. Aproximadamente 65 participantes bolsistas e voluntários, sendo estudantes e professores dos Cursos de Medicina (UFFS), Enfermagem (UFFS/Udesc), Psicologia (Unoesc) e Educação Física (Unoesc), em conjunto com os profissionais da Rede, desenvolveram atividades desde abril de 2019 até abril de 2021.

As atitudes interprofissionais ocorrem quando duas ou mais profissões buscam aprender e/ou compreender, sobre os outros, entre si e com os outros, pensando também nas especificidades de cada profissão, visando integrar esses aprendizados de formar a colaborar para uma melhor qualidade e atenção ao paciente/cliente (COSTA et al., 2015; ALMEIDA; TESTON; MEDEIROS, 2019). Sabe-se que essas atitudes interprofissionais precisam ser melhor desenvolvidas ainda no período acadêmico, para que os mesmos cheguem ao mercado de trabalho mais preparados para desenvolver ações interprofissionais de forma mais espontânea.







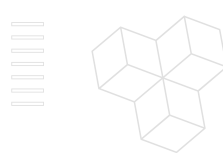
Assim, torna-se importante estudar e desenvolver atitudes comportamentais de prosocialidade, pois essas se definem como fatores determinantes para civilidade, cooperação e suporte social, além de ser um processo benéfico e de ajuda a um ou mais indivíduos (PILATI et al., 2010). Essas competências contribuem para interação e relação com outros indivíduos, para convivência em grupos, em ambientes de trabalho, e até mesmo no contexto de acadêmico. Diante disso, definiu-se como objetivo central do trabalho descrever as atitudes interprofissionais e comportamentos prosociais dos participantes do PET-Saúde/Interprofissionalidade em Chapecó, Santa Catarina.

Entende-se que o trabalho possui contribuição empírica, já que por meio dele é possível tomar decisões acerca de quais atitudes e comportamentos podem ser considerados como potencialidades e quais podem ser mais desenvolvidos no grupo de participantes, tanto por meio de ações nas instituições de ensino, quanto no próprio projeto PET-Saúde. Teoricamente, a pesquisa contribui para o avanço dos estudos com o PET-Saúde, já apontada como uma necessidade por Souza e Costa (2019). Outros autores como Magnago et al. (2019), apontam para a necessidade de novos estudos, que visem aperfeiçoar e fortalecer o PET-Saúde, assim como relatam que esse programa é um instrumento relevante de promoção de mudanças.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Buscou-se abordar os temas PET-Saúde/Interprofissionalidade, habilidades sociais, atitudes interprofissionais e comportamentos prosociais.





## 2.1 PET-SAÚDE/INTERPROFISSIONALIDADE

As mudanças no processo de saúde-doença tornaram-se mais perceptíveis com a Reforma Sanitária de 1970, passando para a formulação da Constituição em 1988, e posteriormente o surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990. Devido a isso, o saber e a formação profissional são embasados nos preceitos do SUS, visando atender as mudanças que ocorrem frequentemente na sociedade. É necessário desenvolver um olhar integral e ampliado do cuidado ao indivíduo, para que assim se consiga construir um profissional qualificado e que vá ao encontro de uma perspectiva política, social e ética da saúde (GARCIA et al., 2019).

Pensando nessas mudanças na percepção de saúde-doença, surgiu a necessidade de reorientação no processo de ensino e formação de profissionais. A partir de então ocorreram articulações entre os Ministérios da Educação e Ministério da Saúde para se pensar nesse novo processo de formação em saúde tendo como foco norteador as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e nas diretrizes do SUS (FARIAS-SANTOS; NORO; 2017).

Nesse momento, as Instituições de Ensino Superior (IES) passaram a alterar a prática de ensino, pensando em aproximar os acadêmicos da realidade social, e que atendam as demandas do SUS (GRZYBOWSKI; LEVANDOWSKI; COSTA; 2017). No ano de 2005 o Governo Federal, para realizar a integração ensino-prática, implementou o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) (GARCIA et al., 2019).

Em seguida, foi desenvolvido o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) no ano de 2008, sendo o foco principal a formação de grupos tutoriais de aprendizagem para





os profissionais, discentes e docentes das variadas áreas da saúde (GARCIA et al., 2019).

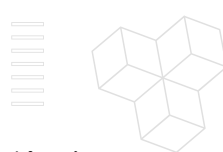
Em 2021 o PET-Saúde finalizou a nona edição, iniciando as atividades no ano de 2018, com o eixo estruturante a educação interprofissional, o que “permite uma prática de colaboração eficaz, capaz de aperfeiçoar serviços de saúde, fortalecer as redes e melhorar os resultados de saúde.” (ABED, 2015). As ações são voltadas para integrar o ensino-serviço-comunidade, através de práticas colaborativas, envolvendo acadêmicos, docentes, profissionais da saúde, usuários e gestores, por meio da interprofissionalidade, intersetorialidade e interdisciplinaridade (BRASIL, 2018). As atividades do PET-Saúde devem ser desenvolvidas na Atenção Básica, mas contempla os outros níveis de atenção. O PET-Saúde deve instigar as discussões sobre as práticas colaborativas e interprofissionais, além de contribuir para mudanças curriculares dos cursos participantes do programa.

A educação interprofissional é constituída por um conjunto de ações voltadas aos profissionais das diversas áreas da saúde que aprendem e contribuem conjuntamente com a finalidade de melhorar a qualidade do atendimento ao indivíduo, através de um olhar mais integral à saúde do mesmo (BRASIL, 2018). O PET-Saúde possui ações em diversos estados do Brasil, e Chapecó foi uma das cidades contempladas na nona edição. A partir desse programa, busca-se o (re)pensar a educação interprofissional, a partir da aproximação entre profissionais, gestores, docentes, discentes e comunidade.

## 2.2 HABILIDADES SOCIAIS:

As relações interpessoais, são qualquer interação humana, que acontece a todo o momento, seja com uma outra pessoa ou com





um grupo (MINICUCCI, 1992). Diversas teorias abordam a importância do contato e convívio social tanto para a saúde mental como também para o desenvolvimento (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2011). Nesse processo de interação, existem as habilidades sociais. As Habilidades Sociais (HS) são um conjunto de comportamentos apresentados pelos indivíduos frente a demandas de uma relação interpessoal, que inclui as diferenças culturais (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2011).

Ainda de acordo com Del Prette e Del Prette (2011), as HS podem ser pensadas de duas maneiras, como tendo uma carga hereditária ou sendo desenvolvida através da interação interpessoal. Como as HS se mostram como repertórios que auxiliam nas relações sociais, podendo estas serem verbais ou não verbais, também sabe-se que existem indivíduos que possuem dificuldades. Estas dificuldades podem se dar em decorrência da deficiência de aprendizagem dos padrões comportamentais, deficiência intelectual, inibição causada pela ansiedade e/ou dificuldade no processo de estímulo social (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2011; MATIA; SEHNEM, 2018).

Como o PET-Saúde nesta edição tem como foco a interprofissionalidade, em que envolve diversos indivíduos, torna-se importante um bom desempenho de habilidades sociais voltadas à interprofissionalidade e prosocialidade, para que sejam efetivas as ações realizadas na atenção básica e contribuindo para o desenvolvimento do SUS em sua totalidade.

## 2.3 ATITUDES INTERPROFISSIONAIS E COMPORTAMENTOS PROSOCIAIS:

Práticas interprofissionais vêm se mostrando cada vez necessárias, para atender a demanda na saúde, e assim possibilitar uma melhora na qualidade de vida dos pacientes (ABED, 2015). É





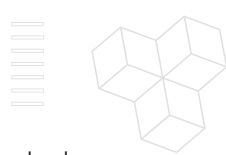
através da educação interprofissional que se encontra a possibilidade de articulação das especificidades de cada profissão, das suas singularidades, a possibilidade de integração das demandas de cuidado e do aprender com as demais profissões (COSTA et al., 2015; DIAS et al., 2016; ALMEIDA; TESTON; MEDEIROS, 2019).

Nessa lógica, de aprender e poder contribuir com outros profissionais, possibilita-se a diminuição de práticas fragmentas, proporciona-se uma atuação mais colaborativa, sempre visando o melhor para o paciente, assim como se promove uma melhor comunicação entre os profissionais da saúde (DIAS et al., 2016). Estes aspectos em conjunto resultam em maior efetividade nos tratamentos, uma vez que mais de uma faceta do problema é contemplada (DIAS et al., 2016).

Costa et al. (2015), menciona a necessidade de integração das diferentes áreas da saúde, e faz-se necessário desenvolver competências para essas práticas colaborativas, e dentre essas possibilidades, encontra-se a educação interprofissional. Para que isso ocorra, é preciso engajamento de todos os indivíduos, iniciando através dos acadêmicos e perpassando a todos os profissionais da área (DIAS et al., 2016). Assim como, ações que visam à construção e consolidação de vínculos entre os profissionais com o usuário, do usuário com o serviço, além de profissionais com acadêmicos (ABED, 2015).

O desenvolvimento dessas competências interprofissionais, possibilita que o profissional esteja mais preparado para atender as demandas, além de obter melhor comunicação com os demais profissionais, além da melhora da atenção à saúde (DIAS et al., 2016). Neste contexto, também se torna importante identificar e compreender os comportamentos prosociais dos participantes do programa. Os comportamentos prosociais, referem-se à civildade, cooperação e





suporte social. Além disso, são comportamentos de ajuda, regulados pelas normas sociais (PILATI et al., 2010).

Desta forma, é evidente que os comportamentos prosociais permitem uma cultura empática, de cooperação, de cuidado, de generosidade, de solidariedade, entre outras características (FERNANDES; MONTEIRO, 2017). Portanto, contribui para uma melhor adaptação social, em todos os contextos que os indivíduos se encontram (FERNANDES; MONTEIRO, 2017).

Ressalta-se a importância de identificar e potencializar as atitudes interprofissionais e os comportamentos prosociais, enfatizando o desenvolvimento das habilidades sociais, para que assim os indivíduos tornem-se mais qualificados profissionalmente, pensando no contexto PET-Saúde. Assim como suas atitudes prosociais em contexto privado.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de concepção objetivista, método *survey* ou de levantamento de corte transversal, que visou coletar dados sobre algum aspecto da população foco do estudo.

A pesquisa foi realizada exclusivamente com os membros do PET-Saúde Interprofissionalidade de Chapecó/SC com idade acima de 19 anos. Sendo os participantes estudantes e professores das três instituições de ensino superior (IES) vinculadas ao Projeto, sendo: Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), dos cursos de educação física, enfermagem, medicina e psicologia. Também foram convidados os profissionais da secretaria de saúde vinculados ao PET. No momento da coleta de dados, que ocorreu no segundo semestre de 2020, participavam em torno de 65 pessoas (bolsistas e voluntários) do Projeto. No total,





37 (56,92%) participantes responderam ao instrumento de coleta de dados.

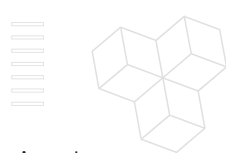
Primeiramente se solicitou assinatura do termos de instituição coparticipante. Após, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Oeste de Santa Catarina, e após parecer favorável, os participantes foram convidados a ler o termo de consentimento livre e esclarecido, e estando de acordo, responderam ao instrumento utilizado.

A principal maneira de coleta das informações é por meio de perguntas feitas aos sujeitos (FLOWLER JUNIOR, 2011). No caso da presente pesquisa, a coleta de dados se deu de forma on-line, através de um questionário eletrônico. O instrumento foi composto por dois questionários e dados demográficos.

O primeiro questionário avaliou o comportamento prosocial, chamado Bateria de Personalidade Prosocial (BPP), validado inicialmente por Penner et al. (1995). O instrumento foi validado para utilização no Brasil por Rabelo e Pitali (2013). O segundo questionário busca avaliar as atitudes relacionadas à colaboração interprofissional e foi chamado originalmente de *Jefferson scale of attitudes toward interprofessional collaboration* (HOJAT et al., 1999). Na versão traduzida para o português, chamada de Escala Jefferson de Atitudes Relacionadas à Colaboração Interprofissional (EJARCI), a validação brasileira foi feita em profissionais da Atenção Básica por Abed (2015).

O BPP é composto por trinta questões, e a escala EJARCI é composta por vinte afirmações. Para ambas foi utilizada escala *Likert* de sete pontos. Para os dados demográficos foram solicitadas as seguintes informações: idade, sexo, data de ingresso no projeto, função no projeto (se estudante – curso e fase; se professor – curso; se profissional da rede - área de formação).





As respostas dos questionários foram tratadas por meio de técnicas estatísticas descritivas (VIEIRA, 2009). De acordo com Silva et al. (2018), a estatística descritiva tem como finalidade descrição e redução dos dados. Através de tabelas ou gráficos torna-se possível verificar o comportamento da variável apresentada no conjunto dos dados analisados (MARTINS; DOMINGUES, 2019). A confiabilidade dos instrumentos para a amostra investigada foi constatada por meio do índice Alfa de Cronbach ( $\alpha$ ). Para o instrumento sobre prosocialidade  $\alpha=0,834$ , e para atitudes interprofissionais,  $\alpha=0,767$ , sendo índices que atendem aos critérios de confiabilidade propostos por Hair Junior et al. (2009). A não-normalidade dos dados foi verificada pelos índices de assimetria ( $\pm 2$ ) e curtose ( $\pm 7$ ) conforme afirmam Finney e Distefano (2006). Portanto, adotou-se a verificação das medianas para a análise descritiva.

## 4 RESULTADOS

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

No total, participaram da pesquisa 37 pessoas, sendo 29,73% (11) de homens e 70,27% (26) de mulheres. Destes, 18,92% (7) declararam ser do curso de Medicina; 21,62% (8) declararam ser do curso de Psicologia; 45,95% (17) declararam ser do curso de Enfermagem e 13,51% (5) do curso de Educação Física. Além disso, 10,81% (4) afirmaram ser profissionais da rede, 21,62% (8) afirmaram ser professores e 67,58% (25) afirmaram ser estudantes.







## 4.2 RESULTADOS DESCRITIVOS

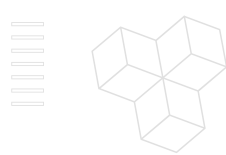
Na Tabela 1 podem ser observados os resultados descritivos para prosocialidade.

Tabela 1 – Resultados descritivos Prosocialidade

	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo	Assimetria	Curtose
<b>Pro30</b>	6	2.13	1	7	-1.150	-0.070
<b>Pro29</b>	7	2.23	1	7	-1.050	-0.514
<b>Pro28</b>	7	1.94	1	7	-1.210	0.245
<b>Pro27</b>	7	0.644	5	7	-1.360	0.784
<b>Pro26</b>	7	0.985	4	7	-1.470	0.894
<b>Pro25</b>	6	1.21	2	7	-0.953	0.615
<b>Pro24</b>	6	0.976	4	7	-0.852	-0.313
<b>Pro23</b>	6	1.04	3	7	-0.581	-0.060
<b>Pro22</b>	5	1.43	2	7	-0.403	-0.788
<b>Pro21</b>	6	1.28	1	7	-1.860	4.790
<b>Pro20</b>	5	1.54	1	7	-0.487	-0.191
<b>Pro19</b>	2	1.27	1	6	1.170	1.100
<b>Pro18</b>	5	1.69	1	7	-0.508	-0.373
<b>Pro17</b>	3	1.8	1	7	0.669	-0.849
<b>Pro16</b>	6	1.11	4	7	-0.493	-1.110
<b>Pro15</b>	7	1.12	2	7	-2.400	6.320
<b>Pro14</b>	5	1.31	2	7	-0.364	-0.793
<b>Pro13</b>	1	1.08	1	6	2.230	6.230
<b>Pro12</b>	3	1.94	1	7	0.401	-1.160
<b>Pro11</b>	1	0.551	1	3	0.924	-0.159
<b>Pro10</b>	6	1.14	3	7	-1.010	0.0727
<b>Pro9</b>	6	1.02	4	7	-0.421	-0.893
<b>Pro8</b>	4	1.8	1	7	0.350	-0.934
<b>Pro7</b>	2	1.36	1	5	0.784	-0.564
<b>Pro6</b>	5	2.1	1	7	-0.776	-0.723
<b>Pro5</b>	2	1.57	1	6	0.875	-0.356
<b>Pro4</b>	2	1.61	1	7	1.390	1.230
<b>Pro3</b>	6	2.27	1	7	-0.773	-0.948
<b>Pro2</b>	1	1.65	1	6	1.280	0.00793
<b>Pro1</b>	4	1.85	1	7	0.110	-1.310

Fonte: os autores.





Destancam-se três questões com a mediana 1, sendo: Quando vejo alguém sendo maltratado, às vezes não sinto muita pena dessa pessoa (Pro13); A miséria dos outros geralmente não me incomoda muito (Pro11) , e por fim, Eu me sentiria menos incomodado ao deixar lixo em um parque sujo do que em um parque limpo (Pro2). E cinco questões com a mediana 7, sendo: Eu já me ofereci para cuidar dos animais de estimação ou crianças de um vizinho sem ser remunerado por isso (Pro29); Eu já emprestei um item de algum valor para um vizinho que não conhecia bem (exemplo: ferramentas, um prato, etc.) (Pro28); Eu permiti que alguém passasse na minha frente em uma fila (exemplo: supermercado, fotocopiadora, etc.) (Pro27); Eu já ajudei a carregar os pertences de um estranho (exemplo: livros, pacotes, etc.) (Pro26).

Pode-se observar que as questões com a mediana mínima são, justamente, aquelas que fariam os petianos serem vistos como pessoas menos prosociais. Portanto, entende-se que o grupo se autoavalia com índices elevados de prosocialidade, uma vez que as questões que as contrariariam (Pro13, Pro11 e Pro2) tiveram a mediana mínima. Por outro lado, aquelas que demonstram além de habilidades sociais bem desenvolvidas, demonstram prosociabilidade (Pro29, Pro28, Pro27 e Pro27), tiveram a mediana máxima demonstrando, assim, que se autoavaliam com excelência no quesito de prosociabilidade nas questões mencionadas.

Os comportamentos prosociais, referem-se à civilidade, cooperação e suporte social. Além disso, são comportamentos de ajuda, regulados pelas normas sociais (PILATI et al., 2010). Desta forma, pode-se afirmar que os petianos se autoavaliam com boas interações sociais, e que não tiveram dificuldades em decorrência de deficiências de aprendizagem dos padrões comportamentais,





deficiência intelectual, inibição causada pela ansiedade e/ou dificuldade no processo de estímulo social, o que lhes causaria uma baixa considerável em seu nível de habilidades sociais (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2011; MATIA; SEHNEM, 2018).

Desta forma, é evidente que os comportamentos prosociais permitem uma cultura empática, de cooperação, de cuidado, de generosidade, de solidariedade, entre outras características (FERNANDES; MONTEIRO, 2017). Sendo assim, os petianos se autoavaliaram como indivíduos prosociais, o que poderá refletir em seu desempenho profissional onde, em contato direto com o público, poderão demonstrar maiores habilidades sociais e, por consequência, um melhor tratamento interpessoal para com os pacientes e demais pessoas com as quais interagirão.

Na Tabela 2 podem ser observados os resultados descritivos de atitudes interprofissionais.

Tabela 2 – Resultados descritivos atitudes interprofissionais

	<b>Mediana</b>	<b>Desvio padrão</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Assimetria</b>	<b>Curtose</b>
<b>Int1</b>	7	1.12	1	7	-3.95	17.8
<b>Int2</b>	7	0.956	4	7	-1.33	0.406
<b>Int3</b>	1	1.91	1	7	1.91	2.51
<b>Int4</b>	7	0.315	6	7	-2.63	5.21
<b>Int5</b>	1	1.17	1	7	3.45	13.9
<b>Int6</b>	7	0.277	6	7	-3.2	8.71
<b>Int7</b>	7	0.442	5	7	-2.87	8.28
<b>Int8</b>	1	1.43	1	7	3.37	11.2
<b>Int9</b>	1	1.21	1	7	3.78	14.8
<b>Int10</b>	7	0.164	6	7	-6.08	37
<b>Int11</b>	7	0.419	5	7	-3.33	11.4
<b>Int12</b>	1	1.51	1	7	2.05	3.81
<b>Int13</b>	7	0.277	6	7	-3.2	8.71
<b>Int14</b>	7	1.01	4	7	-1.2	0.344
<b>Int15</b>	3	1.75	1	7	0.751	-0.121
<b>Int16</b>	1	1.23	1	7	2.77	9.42



	<b>Mediana</b>	<b>Desvio padrão</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Assimetria</b>	<b>Curtose</b>
<b>Int17</b>	7	1.47	1	7	-2.53	5.89
<b>Int18</b>	7	1.18	2	7	-2.33	5.53
<b>Int19</b>	2	1.65	1	7	1.35	1.06
<b>Int20</b>	7	0.895	2	7	-4.65	23.5

Fonte: os autores.

Destacam-se as afirmações com as maiores e menores medianas obtidas no instrumento de pesquisa EJARCI. Sendo as de mediana 1, ou seja, a menor: O trabalho em equipe no cuidado à saúde não pode ser um resultado do ensino interdisciplinar (Int3); Os profissionais de saúde não devem questionar as decisões tomadas por colegas, mesmo que eles achem que essas possam ter efeitos prejudiciais ao paciente/cliente (Int5); O ensino interdisciplinar e a colaboração interprofissional não estão ligados entre si (Int8); A função principal de outros profissionais de saúde é seguir, sem questionamento, as orientações dos médicos que estão tratando os pacientes/clientes (Int9); A satisfação no trabalho não está relacionada às práticas de colaboração interprofissional (Int12); e, por fim, Para promover o melhor benefício ao paciente/cliente, os profissionais de saúde devem usar seu próprio julgamento ao invés de consultar seus colegas de outras áreas relacionadas à saúde (Int16).

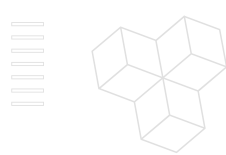
Observa-se que todas são afirmações que negam a interprofissionalidade priorizando um tratamento individualizado, a opinião pessoal de cada profissional, impedindo a formação de um rede de tratamento. Ao contrário do que propõe Dias et al. (2016), que enaltece os benefícios da interprofissionalidade, a falta dela aumenta as práticas fragmentas e colabora para uma péssima comunicação entre os profissionais. Por consequência, não é possível que se disponibilize um tratamento integrativo e completo para o paciente, o qual será mais efetivo.



Por outro lado, as afirmações que receberam a mediana máxima (7) foram 12, sendo elas: Os profissionais de saúde devem ser vistos como colaboradores, ao invés de superiores ou subordinados (INT1); Todos os profissionais de saúde devem ter a responsabilidade de monitorar os efeitos de intervenções em seus pacientes/clientes (INT2); As instituições acadêmicas devem desenvolver programas de ensino interdisciplinar para aumentar a prática colaborativa (INT4); Todos os profissionais de saúde podem contribuir para as decisões relacionadas ao bem-estar de pacientes/clientes (INT6); A prática colaborativa sempre funciona melhor quando os profissionais de saúde desenvolvem relações de trabalho para atingir os mesmos objetivos (INT7); A colaboração interprofissional, que inclui respeito mútuo e comunicação, melhora o ambiente de trabalho (INT10); Todos os profissionais de saúde devem contribuir para as decisões relativas à melhora do cuidado de seus pacientes/clientes (INT11); Os profissionais de saúde devem estar cientes de que seus colegas de outras áreas relacionadas à saúde podem contribuir para a qualidade do cuidado (INT13); Os profissionais de saúde devem estar envolvidos na tomada de decisões político-administrativas relativas ao seu trabalho (INT14); Os erros clínicos serão minimizados quando existir colaboração entre os profissionais de saúde (INT17); Todos os profissionais de saúde possuem competências específicas próprias para prestar atendimento de qualidade aos seus pacientes / clientes (INT18); e Durante sua formação, todos os estudantes da área da saúde devem ter a experiência de trabalhar em equipes com estudantes de outras áreas da saúde, para que possam compreender melhor sua respectiva função (INT20).

É perceptível que as afirmações que propunham a interprofissionalidade são aqueles que os petianos mais se autoavaliaram positivamente, mostrando que os mesmos compreendem a





importância deste ato para um tratamento mais efetivo e para o bem-estar no ambiente de trabalho.

Práticas interprofissionais vêm se mostrando cada vez mais necessárias para atender a demanda na saúde, e assim possibilitar uma melhora na qualidade de vida dos pacientes (ABED, 2015). Portanto, é de grande importância que a interprofissionalidade seja desenvolvida desde o período de graduação e seja mantida em progresso durante toda a vida profissional do indivíduo.

Ademais, mostra-se diante das autoavaliações dos participantes que o objetivo do PET-Saúde em promover a interprofissionalidade apresenta potencial de ser atingido no grupo pesquisado, uma vez que as ações são voltadas para integrar o ensino-serviço-comunidade, através de práticas colaborativas, envolvendo acadêmicos, docentes, profissionais da saúde, usuários e gestores, por meio da interprofissionalidade, intersetorialidade e interdisciplinaridade (BRASIL, 2018).

Portanto, as perspectivas para que, neste grupo de petianos, o tratamento na atenção básica aos pacientes\clientes seja voltada para a prosocialidade e interprofissionalidade são altas. De forma geral, ao respeitar e compreender a visão de profissionais de outras subáreas da saúde torna o profissional capaz de ampliar sua visão diante do problema apresentado pode facilitar um diagnóstico e um tratamento mais amplo e eficaz. Por meio do constante aprimoramento das habilidades sociais os profissionais poderão aprimorar a compreensão acerca da necessidade da integralização na saúde, buscando não só opiniões diferentes da sua, mas também favorecendo a criação de uma teia de tratamento e cuidado para com o indivíduo.

Práticas interprofissionais vêm se mostrando cada vez mais necessárias para atender a demanda na saúde, e assim possibilitar uma melhora na qualidade de vida dos pacientes (ABED, 2015).





Desta forma, como descreve Dias et al. (2010), a interprofissionalidade torna o tratamento mais efetivo, uma vez que mais de uma faceta do problema é contemplada ao mesmo tempo. Ademais, é evidente que os comportamentos prosociais permitem uma cultura empática, de cooperação, de cuidado, de generosidade, de solidariedade, entre outras características (FERNANDES; MONTEIRO, 2017). Portanto, contribui para uma melhor adaptação social, em todos os contextos que os indivíduos se encontram (FERNANDES; MONTEIRO, 2017). É necessário que para ocorrer a interprofissionalidade de forma saudável e equilibrada os indivíduos sejam prossociais, uma vez que está característica permite a ajuda sem interesse, cooperação e suporte social (PILATI et al., 2010).

## 5 CONCLUSÕES

O principal objetivo da presente pesquisa foi descrever as atitudes interprofissionais e comportamentos prosociais dos participantes do PET-Saúde/Interprofissionalidade em Chapecó, Santa Catarina. O qual, de modo geral, foi atingido, podendo se demonstrar que na autoavaliação dos petianos há índices elevados das características pesquisadas.

Entretanto, enfrentaram-se algumas limitações na realização do estudo. A amostra coletada foi pequena, o que, de certa forma, limita os resultados. O uso apenas do método quantitativo para constructos que são subjetivos e poderiam ser mais aprofundados e, por fim, a limitação regional do estudo. Além disso, não se pode estender as conclusões para a efetividade do Programa somente por meio da observação de resultados de autoavaliação, uma vez que os respondentes já poderiam ter estas características antes da participação do Programa.





Portanto, sugere-se que para estudos futuros haja uma amostra maior do que a que foi coleta abrangindo, assim, pessoas mais discrepantes entre si, podendo validar este instrumento para uma porção maior de petianos. Outro ponto a ser levado em consideração é o aprofundamento naquelas questões que apresentaram medianas muito discrepantes, utilizando-se de um método qualitativo para se aprimorar os resultados. Além disso, sugere-se investigar o desenvolvimento de habilidades sociais por meio de aplicação periódica dos instrumentos para o grupo.

Entende-se que o trabalho possui contribuição empírica, já que por meio dele é possível tomar decisões acerca de quais habilidades podem ser consideradas como potencialidades e quais podem ser mais desenvolvidas no grupo de participantes, tanto por meio de ações nas instituições de ensino, quanto no próprio projeto PET-Saúde. Teoricamente, a pesquisa contribuiu para o avanço dos estudos com o PET-Saúde, já apontada como uma necessidade por Souza e Costa (2019). Além disso, o estudo apresenta a validação das escalas para a amostra investigada.

## REFERÊNCIAS

ABED, Marcelo Musa. **Adaptação e validação da versão brasileira da Escala Jefferson de atitudes relacionadas à colaboração inter-profissional**: um estudo em profissionais da atenção básica. 2015. 98f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Saúde) – Programa de pós-graduação em ensino na Saúde, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2015.







ALMEIDA, Rodrigo Guimarães dos Santos; TESTON, Elen Ferraz; MEDEIROS, Arthur de Almeida. A interface entre o PET-Saúde/Interprofissionalidade e a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. spe1, p. 97-105, ago. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042019000500097&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019000500097&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 1 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial MS/MEC n. 421 que institui o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde-PET-Saúde, e n. 422, que estabelece orientações e diretrizes técnico-administrativas para a execução do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde, de 3 de março de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, mar. 2010. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/pr0421\\_03\\_03\\_2010.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/pr0421_03_03_2010.html). Acesso em: 13 fev. 2020.

BRASIL. Edital n. 10, 23 De Julho 2018 Seleção Para O Programa De Educação Pelo Trabalho Para A Saúde Pet- saúde/ Interprofissionalidade - 2018/2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, jul. 2018. Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/33889041/do3-2018-07-24-edital-n-10-23-de-julho-2018-selecao-para-o-programa-de-educacao-pelo-trabalho-para-a-saude-pet-saude-interprofissionalidade-2018-2019-33889037](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/33889041/do3-2018-07-24-edital-n-10-23-de-julho-2018-selecao-para-o-programa-de-educacao-pelo-trabalho-para-a-saude-pet-saude-interprofissionalidade-2018-2019-33889037). Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PET-Saúde abre inscrições para projetos**. Brasília, DF, jul. 2018. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/sgtes/43908-pet-saude-abre-inscricoes-para-projetos>. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PET-Saúde divulga lista dos projetos selecionados**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/sgtes/44552-pet-saude-divulga-lista-dos-projetos-selecionados>. Acesso em: 18 fev. 2020.





BRASIL. Ministério da Saúde. **PET-Saúde/Interprofissionalidade inicia atividades da nona edição**. Brasília, DF, abr. 2019. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/sgtes/45332-pet-saude-interprofissionalidade- inicia-atividades-da-nona-edicao>. Acesso em: 13 fev. 2020.

COSTA, Marcelo Viana da *et al* . Pró-Saúde e PET-Saúde como espaços de educação interprofissional. **Interface**, Botucatu, v. 19, supl. 1, p. 709- 720, 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414- 32832015000500709&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414- 32832015000500709&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 1 abr. 2020.

DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira; DEL PRETTE, Almir. **Psicologia das habilidades sociais**: terapia, educação e trabalho. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. **Psicologia das relações interpessoais**: Vivências para o trabalho em grupo. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DIAS, Ieda Maria Ávila Vargas *et al*. Educação interprofissional e formação em saúde: pontes e diálogos. *In*: UCHÔA-FIGUEIREDO, Lúcia da Rocha; RODRIGUES, Terezinha de Fátima; DIAS, Ieda Maria Ávila Vargas (org.). **Percursos interprofissionais**: formação em serviços no Programa Residência Multiprofissional em Atenção à Saúde. Porto Alegre: Rede Unida, 2016. p. 107-123.

FARIAS-SANTOS, Bárbara Cássia de Santana; NORO, Luiz Roberto Augusto. PET- Saúde como indutor da formação profissional para o Sistema Único de Saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 997-1004, mar. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413- 81232017002300997&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413- 81232017002300997&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 fev. 2020.





FERNANDES, Amanda Oliveira; MONTEIRO, Nancy Ramacciotti de Oliveira. Comportamentos Pró-Sociais de Adolescentes em Acolhimento Institucional. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 33, e3331, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722017000100301&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722017000100301&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 1 abr. 2020.

FINNEY, S. J.; DISTEFANO, C. Non-normal and Categorical data in structural equation modeling. In: HANCOCK, G. R.; MUELLER, R. O. **Structural equation modeling: a second course**. Greenwich, Connecticut: Information Age Publishing, 2006, p. 269-314.

FOWLER JUNIOR, Floyd . **Pesquisa de levantamento**. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

GARCIA, Sandra de Oliveira *et al* . Integração ensino-serviço: experiência potencializada pelo Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – Eixo Educação Permanente. **Interface**, Botucatu, v. 23, p. e180540, 2019. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832019000100512&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100512&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 fev. 2020.

GRZYBOWSKI, Luciana Suárez; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro; COSTA, Emerson Luís Nunes. O que Aprendi com o PET? Repercussões da Inserção no SUS para a Formação Profissional. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, p. 505-514, dez. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-55022017000400505&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022017000400505&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 15 fev. 2020.

HAIR JUNIOR, Joseph *et al*. **Análise Multivariada de Dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HOJAT, M. *et al*. Psychometric Properties of an Attitude Scale Measuring Physician-Nurse Collaboration. **Evaluation & the Health Professions**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 169-183.





MAGNAGO, Carinne *et al.* PET-Saúde/GraduaSUS na visão de atores do serviço e do ensino: contribuições, limites e sugestões. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 24-39, ago. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042019000500024&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019000500024&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 fev. 2020.

MARTINS, Gilberto de Andrade; DOMINGUES, Osmar. **Estatística geral e aplicada**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MATIA, Lunara D.; SEHNEM, Scheila Beatriz (Orient.). Avaliação do nível de habilidades sociais em adolescentes em conflito com a lei em medida socioeducativa. **Artigos Psicologia 2018.2.**, Joaçaba, Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <http://pergamum.unoesc.edu.br/pergamumweb/vinculos/00003a/00003afe.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.

MINICUCCI, Agostinho. **Relações Humanas**: psicologia das relações humanas interpessoais. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

PILATI, Ronaldo *et al.* Experimentos de campo em comportamento prosocial: sexo, densidade e grupo cultural. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 361- 370, jun. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722010000200018&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000200018&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 1 abr. 2020.

PENNER, L. A. *et al.* Measuring the prosocial personality. In: BUTCHER, J.; SPIELBERGER, C. D. **Advances in personality assessment**. Hillsdale, NJ: LEA, 1995.

RABELO, André L. A; PILATI, Ronaldo. Adaptação e evidências de validade da Bateria de Personalidade Prosocial no Brasil. **Psico-USF**, Bragança Paulista, r. 18, n. 3, p. 455-468, set/dez, 2013.

SILVA, Ermes Medeiros da *et al.* **Estatística**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.





SOARES, Adriana Benevides *et al.* Vivências, Habilidades Sociais e Comportamentos Sociais de Universitários. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 34, e34311, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722018000100410&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722018000100410&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 16 fev. 2020.

SOUZA, Rosa Maria Pinheiro; COSTA, Patrícia Pol. **Nova formação em Saúde pública**: aprendizado coletivo e lições compartilhadas na RedEscola. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.

VIEIRA, Sonia. **Como Elaborar Questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.







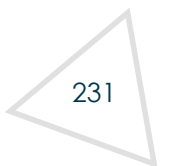
# PERFIL DO DESEMPENHO MOTOR E COGNITIVO DE CRIANÇAS COM INDICADORES DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO (AH/SD)

Alisson Junior Cozzer<sup>1</sup>  
Francine Cristine Garghetti<sup>2</sup>

## RESUMO

A identificação de pessoas com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) se apresenta como um desafio para o campo da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e para a Psicologia, na medida em que as definições de AH/SD geralmente apontam para um potencial extremamente superior em vários construtos além da esfera intelectual, incluindo o campo psicomotor. Assim sendo, este estudo possui o objetivo analisar o perfil de desempenho motor e cognitivo de crianças com indicadores de AH/SD. Trata-se de uma pesquisa transversal, descritiva, de abordagem mista, e que se utilizou dos instrumentos: SON-R 2 ½-7 ou Escala Wechsler de Inteligência para Crianças 4ª Edição – WISC-IV para avaliação cognitiva, respeitando critério de idades, e a Escala de Desenvolvimento Motor - EDM para a avaliação motora. Foi realizada também uma anamnese com os pais para melhor entender a história de vida das crianças. Os dados foram transcritos, descritos e categorizados no programa Excel e analisados por meio da Análise de Conteúdo. Os resultados apontaram que as crianças com indicadores de AH/SD possuem cognitivamente perfil superior em relação a seus pares, enquanto os escores motores apresentam-se na média para sua faixa etária. As considerações finais apresentam que a análise do perfil motor e cognitivo de crianças com AH/SD pode contribuir na identificação deste público, permitir a percepção de possíveis assincronismos relacionados ao

<sup>1</sup> Graduando de Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); alisson.cozzer@hotmail.com  
<sup>2</sup> Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Docente do curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) campus Chapecó; francine.garghetti@unoesc.edu.br





desenvolvimento motor/cognitivo de crianças com AH/SD, além de configurar possibilidades de análise e elaboração de estratégias de intervenção.

**Palavras-chave:** altas habilidades/superdotação; perfil motor; perfil cognitivo.

## 1 INTRODUÇÃO

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), as pessoas com AH/SD geralmente são reconhecidas por demonstrar elevado potencial em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Todavia, Fleith e Alencar (2007) destacam que o sistema educacional formal, em sua objetividade, não apresenta subsídios eficazes para identificar, dar suporte eficaz e conseqüentemente potencializar o sujeito a partir de suas reais necessidades dentro de suas áreas de interesse.

A preocupação com as condições de acesso e garantia de ensino às pessoas com indicadores de Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) torna-se cada vez mais relevante frente aos dados que sugerem o elevado número de pessoas com AH/SD que constituem a população brasileira, conforme os estudos de Guenther (2000). Estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam que a população brasileira de superdotados gira em torno de 3,5% a 5%, o que representa algo próximo a 8 milhões de pessoas (ANDRÉS, 2010). No entanto é preciso salientar que esses números são obtidos com base em testes de quociente de inteligência (QI), de modo que refletem apenas superdotados na área cognitiva.



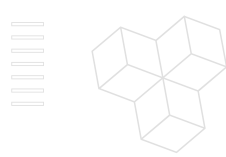




Pesquisa realizada por Fernandes, Dantas e Mourão-Carvalho (2014) ainda aponta que o desenvolvimento motor e perceptivo antecede e é fundamental para o desenvolvimento conceitual e cognitivo, e estima-se que 30% a 50% das crianças que apresentam dificuldades motoras, também possuem dificuldades de aprendizagem associadas, o que varia de acordo com os padrões utilizados para a avaliação (RAMUS et al., 2003 apud SILVA; BELTRAME, 2011). Considerando que as definições de AH/SD geralmente apontam para um potencial extremamente superior em vários construtos além da esfera intelectual, incluindo o campo psicomotor (BRASIL, 2008), e que conquistar um bom controle motor pode contribuir para a formação integral do indivíduo como um todo coeso, constituindo a base do desenvolvimento cognitivo, emocional e social (FONSECA, 1995), a avaliação motora e cognitiva de crianças com AH/SD pode proporcionar um panorama extremamente rico no que concerne a campos de identificação e intervenção.

Nesse sentido, este estudo analisou o perfil de desenvolvimento motor e cognitivo de crianças com indicadores AH/SD, com o objetivo de contribuir na identificação deste público junto à esfera psicomotora, perceber possíveis assincronismos no que concerne ao desenvolvimento motor/cognitivo de crianças com AH/SD, e configurar, em estudos posteriores, possibilidades de análise e elaboração de estratégias de intervenção. Considerando o público e a abrangência da temática, a pesquisa torna-se relevante para diferentes campos de conhecimento, incluindo a Psicologia, a Educação Física e a Pedagogia.





## 2 PSICOMOTRICIDADE E APRENDIZAGEM

O desenvolvimento humano pode ser considerado um processo que acontece progressivamente ao longo do tempo, podendo ser influenciado por questões subjetivas e ambientais. Ainda, considera-se que existe uma interrelação entre as dimensões cognitiva, física e psicossocial. Nesse sentido, a Psicomotricidade surge como um campo de estudo que envolve toda a ação realizada pelo indivíduo, que represente suas necessidades e permita suas relações com os demais, é a relação Psiquismo-motricidade (ALVES, 2008).

A Psicomotricidade pode ser entendida como uma ciência que tem por objeto o estudo do homem por meio de seu corpo em movimento nas suas relações com seu mundo interno e externo (ALVES, 2008). Fonseca (1995) descreve a relação entre a organização da motricidade e as funções vitais de aprendizagem e adaptação ao mundo, sendo que a motricidade integra as vias de contato com o mundo, organizando sensações e percepções que, associadas, darão origem a aprendizagens cada vez mais complexas.

A mobilidade deve ser compreendida em sua evolução, a partir dos movimentos reflexos e incoordenados, até os movimentos coordenados que possuem finalidade e gestos, de valor simbólico (Alves, 2008). Para a autora, cada elemento da motricidade deve ser considerado no conjunto e na história que lhe dá significado, assim, a função psicomotora não pode ser estudada senão como uma unidade onde se integram a incitação, a preparação, a organização temporal, a memória, a motivação, a atenção, entre outros.

Santos (2004 apud PIRES et al., 2014) apresentam que é no início do processo de escolarização que ocorre um amplo incremento das habilidades motoras, que possibilita à criança um amplo domínio do seu corpo em diferentes atividades, como: saltar, correr, rastejar, chutar





uma bola, arremessar um arco, equilibrar-se num pé só, escrever, entre outras. Cabe salientar que a obtenção destas habilidades motoras está intimamente ligada ao desenvolvimento da percepção do corpo, espaço e tempo, e essas habilidades constituem componentes de domínio básico tanto para a aprendizagem motora quanto para as atividades de formação escolar (MEDINA; ROSA; MARQUES, 2001 apud ROSA NETO et al, 2010). Assim, Rosa Neto et al. (2010 apud PIRES et al., 2014) conclui que ao conquistar um bom controle motor, a criança estará construindo as noções básicas para o seu desenvolvimento intelectual.

## 2.1 ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

A perspectiva da educação para todos constitui um grande desafio, já que a realidade converge para uma numerosa parcela de excluídos do Sistema educacional brasileiro. Entre os grupos que encontram dificuldades para uma atenção diferenciada encontram-se os alunos com Altas Habilidades/Superdotação (FREITAS; PÉREZ, 2010). Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), estes são reconhecidos por demonstrar potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Historicamente o Brasil passou por diversos momentos importantes até a consolidação de políticas que considerassem as pessoas com AH/SD também carentes de atendimento especializado. Atualmente, na legislação que ampara a educação especial, observa-se evolução na nomenclatura e no entendimento acerca do público-alvo, denotando





avanços na compreensão das necessidades educacionais especiais das pessoas com AH/SD. Assim, na contemporaneidade os alunos com AH/SD são amparados pelo Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado (PANCHINIAC et al., 2016). Dessa forma, o amparo das políticas públicas se faz fundamentais para a inclusão desta parcela da população a educação, todavia, o processo de identificação dessas pessoas ainda se apresenta como um desafio para os profissionais das áreas envolvidas.

Panchiniak (2016) aponta que "ao longo dos anos, diferentes visões teóricas acerca de pessoas com AH/SD surgiram, algumas envolvem metodologia de identificação, avaliação, atendimento e apresentam características comuns nesses indivíduos". Adotar conceitos de inteligência e de AH/SD multidimensionais implica traduzi-los de forma organizada nos indicadores utilizados para torná-los eficientes (FREITAS; PÉREZ, 2010). Dessa forma, o presente estudo apresentará sucintamente um dos modelos teóricos altamente utilizados como critérios para a identificação das AH/SD, uma vez que compatibiliza um conceito de inteligência e de AH/SD, sendo: a Teoria dos Três Anéis de Renzulli (2004).

Renzulli (2004), através do Modelo dos Três Anéis, atribuiu aos alunos identificados com AH/SD um conjunto de três características (as quais ele denominou "anéis"): habilidade acima da média; alta criatividade; e grande envolvimento com a tarefa. Essas características se entrelaçam e precisa haver uma interseção destes anéis para que se possa afirmar que alguém possui comportamento de AH/SD (NICOLOSO; FREITAS, 2002 apud PANCHINIAC et al., 2016).

O modelo apresentado possui um modo de visualizar e compreender as AH/SD, assim sendo, tal teoria têm sido uma das mais utilizadas para o embasamento que norteia a identificação do



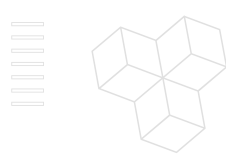


público. Todavia, Freitas e Pérez (2010), destacam que é comum na literatura especializada, considerar algumas características gerais que comumente se fazem presentes nas pessoas com AH/SD, sendo: precocidade, gosto e nível elevado de leitura, interesses variados e diferenciados, tendência ao envolvimento com pessoas mais velhas, assincronismo, independência, autonomia, senso de humor elevado, liderança e gosto ou preferência por jogos que exijam estratégia, como o xadrez.

Dentre as características apresentadas cabe o destaque para um aspecto comumente presente em pessoas com AH/SD e que deve ser considerado, o assincronismo. Tal característica é considerada a carência de sincronização nos ritmos de desenvolvimento intelectual, afetivo e motor em relação ao desenvolvimento “normal” e pode causar problemas de desempenho, social e de personalidade (FREITAS, PÉREZ, 2010). Em alguns casos, essa assincronia é tão forte que aparece na mesma pessoa, por um lado, através de desempenhos excepcionais, e, por outro, em déficits de algumas funções, esses casos se denominam dupla excepcionalidade (CUPERTINO, 2008).

Considerando a complexidade que envolve o desenvolvimento psicomotor e sua interrelação com a inteligência e as AH/SD, a visualização de como tais construtos se mostram pode ser importante para compreender a dinâmica funcional do indivíduo, bem como colaborar no processo de identificação de possíveis assincronias e consequentemente embasar um plano de intervenção. Nesse sentido, a avaliação motora e cognitiva de pessoas com AH/SD pode ser um recurso importante no processo de identificação e delineamento de um perfil, respeitando a subjetividade e os nuances temporais de desenvolvimento de cada sujeito.





## 2.2 AVALIAÇÃO DE PESSOAS COM AH/SD

A avaliação psicológica no Brasil é uma das funções exclusivas do psicólogo assegurada pela Lei n. 4119 de 27/08/1962, que regulamenta a profissão (BRASIL, 2012). Esta atividade abrange uma série de características importantes para a obtenção de resultados fidedignos e importantes em relação ao paciente. A resolução 06/2019 do Conselho Federal de Psicologia expõe o conceito de Avaliação Psicológica como o processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos.

No que diz respeito a avaliação de indivíduos intelectualmente superdotados, está se constitui uma tarefa bastante complexa e desafiadora para o profissional avaliador, já que tratará de uma atividade que envolve aspectos ainda não muito bem estabelecidos a nível geral, apresenta-se na literatura uma controvérsia da definição de inteligência, tem-se as limitações dos atuais testes psicométricos e o concomitante pouco conhecimento acerca da natureza bem como do mais variados fatores relacionados a altas habilidades (FLEITH; ALENCAR, 2007).

Assim sendo, denota-se a importância e necessidade de uma avaliação a nível global do indivíduo. Barbieri et al. (2013) apresenta que pesquisadores expoentes na área, como Renzulli e Gardner concordam que a identificação deve ser realizada através de um conjunto de procedimentos metodológicos, que possibilitem uma compreensão integral deste sujeito. De modo que a utilização de múltiplos critérios seja pensada como necessária, considerando-se informações obtidas de diferentes fontes. Fleith e Alencar (2007)





ainda expõem que a avaliação de sujeitos com AH/SD precisa ser enriquecida por outras fontes de identificação, sendo importante privilegiar uma visão sistêmica e global do indivíduo, e não apenas sua inteligência superior medida através de um teste de QI.

Com base nos pressupostos apresentados, destaca-se a importância de considerar a subjetividade e a necessidade de envolvimento integral do sujeito junto ao processo de avaliação. Ainda, deve-se levar em conta a limitação dos instrumentos de avaliação e a complexidade que envolve cada construto analisado, já que este possui uma dinâmica funcional em cada sujeito. Ciente disso, e verificando a escassez de estudos voltados a relação do desempenho cognitivo e motor em pessoas com AH/SD, o presente estudo buscará identificar um perfil psicomotor e cognitivo deste público, já que dessa forma poderá auxiliar na potencialização de construtos e colaborar com a identificação, intervenção e bem-estar dos envolvidos.

### 3 MÉTODO

A presente pesquisa se caracteriza como descritiva, transversal e de abordagem mista. O estudo foi realizado com três crianças do gênero masculino entre 5 e 11 anos (aqui apresentadas como Criança 1, 2 e 3), que frequentam um serviço de atendimento para crianças com indicadores de AH/SD, ou seja, já passaram por avaliação por profissionais para adentrar no serviço. Os critérios de inclusão foram: possuir indicadores de AH/SD e os responsáveis e a criança concordarem em participar do estudo. Com o parecer positivo de participação, os responsáveis assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido fornecido pelos pesquisadores e as crianças assinaram um Termo de Assentimento.





Observando os fatores que envolvem a descrição do delineamento, dos sujeitos, instrumentos, procedimentos de coleta e análise dos dados relacionados à presente pesquisa, verifica-se que a mesma é caracterizada como uma pesquisa que envolve seres humanos, de maneira direta e indireta, para sua execução. Desta forma, se fez necessário levar em consideração todas as implicações éticas, fundamentadas, principalmente, na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS e no Código de Ética do profissional de Psicologia.

A investigação partiu da análise de prontuários junto ao serviço que atende crianças com indicadores de AH/SD, de modo a identificar crianças com os critérios de inclusão. Para isso, foi elaborado um termo de solicitação de autorização para pesquisa em prontuário, assinado pela responsável da instituição. O local de coleta de dados foi o Serviço de Atendimento Psicológico – SAP da Universidade do Oeste de Santa Catarina Campus Chapecó, que possibilitou um espaço amplo para a efetivação da avaliação motora, bem como local e materiais para a investigação de aspectos cognitivos das crianças participantes.

Os instrumentos de coleta de dados foram: uma anamnese com os responsáveis da criança de modo a compreender brevemente a história de vida, e a aplicação junto à criança dos instrumentos: o SON-R 2 ½-7 ou a Escala Wechsler de Inteligência para Crianças – 4ª Edição (WISC-IV) para avaliação cognitiva e a Escala de Desenvolvimento Motor (EDM) de Rosa Neto. Os instrumentos possibilitaram uma análise detalhada de construtos, cada um voltado à sua área de enfoque, que auxiliaram no processo de análise e resolução dos objetivos do estudo.

A Escala Wechsler de Inteligência para Crianças – 4ª Edição (WISC-IV) é um instrumento clínico de aplicação individual que



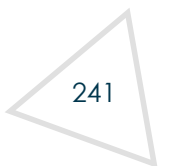




tem como objetivo avaliar a capacidade intelectual das crianças. Dispõe de quatro índices: Índice de Compreensão Verbal, Índice de Organização Perceptual, Índice de Memória Operacional e Índice de Velocidade de Processamento, além do QI Total (WECHSLER, 2013). O SON-R 2 ½-7 é um teste Não-verbal de Inteligência que tem por objetivo a avaliação das habilidades cognitivas, fornecendo escores que avaliam habilidades espaciais e viso-motoras e de raciocínio abstrato e concreto (TELLEGEN, 2012). Ainda, possibilita a visualização de um quociente de inteligência possível de ser relacionado com os escores da avaliação motora. Ambos são de uso exclusivo de profissionais de Psicologia e encontram-se em situação favorável junto ao Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos do Conselho Federal de Psicologia – SATEPSI, regulamentado pela resolução CFP n.º 002/003.

A Escala de Desenvolvimento Motor (EDM) compreende um conjunto de provas diversificadas e de dificuldade graduada que conduz a uma exploração minuciosa de diferentes setores do desenvolvimento. A aplicação em um sujeito permite avaliar seu nível de desenvolvimento motor, considerando êxitos e fracassos. A EDM compreende, além de um quociente geral motor (QGM), a avaliação dos construtos: Motricidade fina; motricidade global; equilíbrio; esquema corporal; organização espacial e temporal e lateralidade (ROSA NETO, 2002).

Todos os instrumentos de coleta de dados (SON-R 2 ½-7; WISC-IV e EDM) apresentam padronização e análise estatística própria, as quais foram interpretadas conforme os manuais de cada teste, e posteriormente transcritas em tabelas no programa Excel. Dessa forma, os dados foram analisados de maneira descritiva e inferencial. Depois os dados foram transcritos para as tabelas e interpretados por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2009). Segundo a autora, a análise de conteúdo é considerada uma técnica de análise de





comunicações que busca a descrição dos conteúdos de mensagens quantitativas ou qualitativas que poderão possibilitar a indução de conhecimentos e a condição de obtenção de informações. Cabe destacar, que a análise partiu dos quocientes gerais apresentados pelos instrumentos, cabendo para posteriores trabalhos a análise dos itens específicos.

## 4 APRESENTAÇÃO DOS CASOS

A criança 01 é do gênero masculino, frequenta o primeiro ano do Ensino Fundamental de uma escola privada e no momento da pesquisa possuía 5 anos. Em entrevista com os pais, estes relataram que a criança nasceu de parto cesariana com 39 semanas de gestação, pesando 4 kg. Apresentou Apgar 1º min: 9 e no 5º min: 10. Marcos do desenvolvimento apresentados pela criança: rolou no segundo mês, sentou sozinho com seis meses, engatinhou com sete e passou a andar com 11 meses. Com um ano de idade começou a pronunciar as primeiras palavras. Ainda, no primeiro ano, com um ano e sete meses controlou os esfíncteres.

Segundo os pais, com pouco mais de quatro anos já era alfabetizado, se organiza bem com as atividades escolares, se envolvendo com os afazeres. Os responsáveis ainda relatam que é comunicativo e possui destaque em matemática, já executando as quatro operações, apresentando maior facilidade na adição (realiza contas de até 3 dígitos sem necessidade de anotar). A criança gosta de montar lego, geralmente diferentes dos instruídos na embalagem, faz amizades com facilidade, principalmente com pessoas mais velhas e apresenta facilidade de concentração, quando em atividades de seu interesse.





No que diz respeito ao perfil motor e cognitivo da Criança 1 em relação aos seus pares, o SON-R apresentou em termos de Quociente geral de inteligência (SON-QI) resultado igual a 142, percentil: 99, indicando que a habilidade cognitiva geral da criança supera aproximadamente 99% das crianças da sua idade. Na aplicação do Escala de Desenvolvimento Motor, a qual avalia o desenvolvimento motor da criança, o qual é considerado fundamental para seu desenvolvimento conceitual e cognitivo, a criança obteve um Quociente Motor Geral: 111, o que qualitativamente a classifica como normal alto, sugerindo que se encontra dentro da média para seu grupo etário. A Tabela 01 apresenta os escores e suas classificações qualitativas.

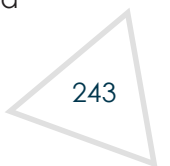
Tabela 1 – Escores Gerais SON-R – EDM – Criança 1

Índices	Valor	Classificação
SON – QI	142	Muito Superior
Quociente Motor Geral	111	Normal Alto

Fonte: os autores.

A Criança 2, gênero masculino, possui 11 anos no momento da pesquisa e estuda no sexto ano do Ensino Fundamental de uma escola privada. Em entrevista com familiar, estes relataram que a criança nasceu de parto cesariana com 40 semanas de gestação, pesando 3,350 kg. Marcos do desenvolvimento apresentados pela criança: sorriu no primeiro mês, sustentou a cabeça com 4 a 5 meses, quando começou a rolar e sentar-se sozinha. Não engatinhou, passando direto a andar com pouco mais de 10 meses, andando com facilidade e já chutando bola com 1 ano. Começou a balbuciar com mais de 10 meses, logo em seguida começou a falar as primeiras palavras.

Segundo os pais, com pouco mais de quatro anos, já era alfabetizado, lendo e apresentando facilidade para a música. Ainda



segundo os responsáveis, sempre se interessou por lego e montagens diferentes, sendo providenciado brinquedos de montar, pois era de sua preferência. A hipótese de habilidades cognitivas, bem como de facilidade de aprendizagem foram percebidas pela primeira escola de ensino regular que frequentou, sendo realizado o avanço de ano escolar no primeiro ano. Tem preferência manual destra e possui atividades extracurriculares como natação e curso de língua inglesa.

No que concerne ao perfil motor e cognitivo da Criança 2 em relação aos seus pares, o WISC IV apresentou em termos de Quociente geral de inteligência (QIT) resultado igual a 137, percentil: 99, indicando que a habilidade cognitiva geral da criança supera aproximadamente 99% das crianças da sua idade. Na aplicação do Escala de Desenvolvimento Motor, a criança obteve um Quociente Motor Geral: 100, o que qualitativamente a classifica como normal médio, sugerindo que se encontra dentro da média para seu grupo etário. A Tabela 2 apresenta os escores e suas classificações qualitativas.

Tabela 2 – Escores Gerais WISC IV – EDM – Criança 2

Índices	Valor	Classificação
WISC IV – QIT	137	Muito Superior
Quociente Motor Geral	100	Normal Médio

Fonte: os autores.

A Criança 3, gênero masculino, possui 9 anos no momento da pesquisa e frequenta o quinto ano do Ensino Fundamental em Escola Pública. Em entrevista com responsável, esta relatou que a criança nasceu de parto cesariana com 35 semanas de gestação, pesando 2,65 kg. Apresentou Apgar 1º min: 9 e no 5º min: 10. Marcos do desenvolvimento apresentados pela criança: rolou aproximadamente no oitavo mês, sentou sozinho com 10 meses, engatinhou com 10 e passou a andar com 1 e 2 meses. Com 6 meses começou a pronunciar



as primeiras palavras e logo em seguida falar. Ainda, no segundo ano controlou os esfíncteres.

A responsável relata que a criança gosta muito de jogos, computador e lego. No que diz respeito à autonomia envolvendo relações e/ou atividades sociais, a responsável comenta que o filho sai de casa muito pouco, apenas para cumprir seus compromissos diários; prefere ficar em casa lendo ou jogando. Em relação à criatividade, comenta que a criança faz letras de músicas, inclui melodias e produz redações muito bem escritas.

No que diz respeito ao perfil motor e cognitivo da criança 03 em relação aos seus pares, o WISC IV apresentou em termos de Quociente geral de inteligência (QIT) resultado igual a 121, percentil: 87, indicando que a habilidade cognitiva geral da criança supera aproximadamente 87% das crianças da sua idade. Na aplicação do Escala de Desenvolvimento Motor, a criança obteve um Quociente Motor Geral: 99, o que qualitativamente a classifica como normal médio, sugerindo que se encontra dentro da média para seu grupo etário. A Tabela 3 apresenta os escores e suas classificações qualitativas.

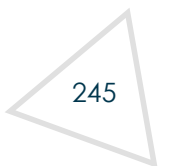
Tabela 3 – Escores Gerais WISC IV – EDM – Criança 3

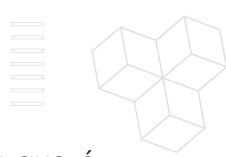
Índices	Valor	Classificação
WISC IV – QIT	121	Superior
Quociente Motor Geral	99	Normal Médio

Fonte: os autores.

## 5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Antes de enfatizar o perfil motor e cognitivo apresentados pelas crianças do estudo, cabe expor algumas características evidenciadas e que concernem a pessoas com AH/SD. Renzulli (2004) ao apresentar





os critérios de identificação de pessoas com AH/SD destaca que é necessário que o indivíduo, comparado com os seus pares, apresente uma habilidade significativamente superior em alguma área do conhecimento, podendo se destacar em uma ou mais áreas. Considera que os indicadores de Superdotação resultam de três conjuntos de características que são: habilidade acima da média; envolvimento com a tarefa e criatividade. Nesse sentido, é possível identificar a partir dos instrumentos aplicados, que as três crianças apresentam os indicadores para AH/SD.

A capacidade acima da média é verificada na entrevista e confirmada pelos testes de inteligência, todavia, apenas na criança 01 é possível identificar uma possível ênfase na área específica de matemática, sendo que as três, pela condição de serem crianças, ainda poderão se identificar com uma ou mais áreas. A criatividade é vista no envolvimento e criação de letras de músicas, melodias e produção de redações muito bem escritas (Criança 3) e montagem de lego diferente dos desenhos que se apresentam na embalagem, com originalidade (crianças 01 e 02). O envolvimento com a tarefa permeia todas as ações, uma vez que é exigido atenção, responsabilidade e tempo para executar as tarefas de interesse, considerando que geralmente as crianças possuem agenda com várias atividades (Criança 3).

Uma das características que se mostraram presentes nas três crianças e que comumente é relacionado com indicadores de AH/SD, mas que carecem de acompanhamento, foi a precocidade. "O aluno precoce é aquele que se destaca perante crianças da mesma idade, em razão habilidades que apresenta, porém, estas tanto podem ser a expressão de um potencial superior, quanto podem ter suas origens na simples prematuridade do desenvolvimento de aspectos cognitivos, que se normalizarão com o decorrer do tempo"





(MARTINS; CHACON, 2016). A Criança 1, com pouco mais de quatro anos, já era alfabetizado e realiza contas de até 3 dígitos sem necessidade de anotar; A Criança 2, com pouco mais de quatro anos, já era alfabetizado lendo e apresentando facilidade para a música; E a Criança 3, com seis meses, começou a pronunciar as primeiras palavras e logo em seguida a falar fluentemente.

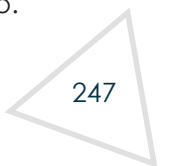
Em relação ao perfil cognitivo, pode-se evidenciar que as três crianças apresentam resultados superiores quando comparados a seu grupo etário. Eysenck (1993 apud MACEDO; MOTTA; METRAU 2017) apontam que embora é importante lembrar que as diferenças individuais entre as pessoas impedem a existência de um superdotado "padrão" ou de um só tipo de superdotado, a Superdotação, como quer que seja interpretado, quase sempre envolve Quociente de Inteligência (QI) alto, mesmo quando este não é considerado o único fator. Tal elemento é confirmado na presente pesquisa, conforme evidenciado na Tabela 04, em termos de Quociente de Inteligência geral.

Tabela 4 – Índices cognitivo das três crianças

Participantes	Índices	Valor	Classificação
Criança 1	SON – QI	142	Muito Superior
Criança 2	QIT	137	Muito Superior
Criança 3	QIT	121	Superior

Fonte: os autores.

Em relação aos marcos do desenvolvimento motor apresentados pelas crianças, evidencia-se que em nenhuma houve algum prejuízo e/ou atraso significativo. Todavia, quando comparado os resultados motores (perfil), obtidos pela EDM, e cognitivos, obtidos pelos testes, (Quadro 1), verifica-se o fenômeno do assincronismo motor-cognitivo presente nas três crianças. Embora não se apresentem déficit, é possível verificar uma diferença em termos de desenvolvimento.



Segundo Freitas e Pérez (2010) o assincronismo intelectual-psicomotor trata-se de uma diferença entre as dimensões cognitiva e motora e podem acarretar, em determinados casos, em prejuízos significativos.

Quadro 1 – Índices cognitivo das três crianças.

Participantes	Índices cognitivos	Índices motores
Criança 1	Muito Superior	Normal Alto
Criança 2	Muito Superior	Normal Médio
Criança 3	Superior	Normal Médio

Fonte: os autores.

Em análise podemos considerar que as três crianças não possuem características do superdotado com interesse na área motora, mas sim, no âmbito acadêmico. Segundo Renzulli (2004), este possui como características: Concentração nas atividades que lhe interessam; Consumo de conhecimento; Melhor adaptação ao ritmo da sala de aula e é o tipo mais facilmente identificado por testes de QI. Nesse sentido, observa-se um perfil de poucas atividades físicas, como apresentado pelas crianças (apenas a 03 pratica natação), e esperava-se enquanto hipótese possível déficit, todavia os instrumentos não o confirmaram.

De forma geral, o presente estudo se deteve apenas aos quocientes gerais apresentados pelos instrumentos e na sua relação com os dados obtidos pela anamnese com os responsáveis e pressupostos teóricos. Nada obstante, cabe destacar que os instrumentos, a nível de índices específicos, podem proporcionar possibilidades consistentes de intervenção e estimulação, auxiliando de forma significativa no desenvolvimento das crianças.





## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises pode-se inferir que as três crianças confirmaram os indicadores de Altas Habilidades/Superdotação, tanto nos instrumentos psicológicos de avaliação de inteligência, quanto em aspectos qualitativos expostos através da anamnese com os responsáveis. Cabe expor que os três anéis expostos por Renzulli (2004) como critério de identificação de pessoas com AH/SD não necessariamente necessitam ter a mesma dimensão, mas sim, estarem presentes de forma dinâmica e relacional.

Em relação ao perfil motor, pode-se evidenciar que as três crianças não apresentaram déficits ou prejuízo significativos junto aos marcos do desenvolvimento motor desde a concepção. Ainda, a EDM apresentou em seus resultados, que as crianças com os indicadores de AH/SD do estudo, mesmo não tendo características de constantes atividades físicas, encontram-se dentro do esperado para sua faixa etária. Todavia, quando em relação aos resultados cognitivos, foi possível, mesmo que sem déficit, identificar assincronia entre as esferas motora e cognitiva. Nesse sentido, é possível, considerando construtos específicos do instrumento, em análise posterior, elaborar planos de estimulação dentro de tal área.

A aplicação dos instrumentos de avaliação de inteligência (SON-R e WISC-IV) demonstraram, em relação ao perfil cognitivo, que as três crianças apresentam resultados superiores quando comparados a seu grupo etário. Esses escores fortalecem a identificação dos indicadores de AH/SD, uma vez que possibilitam, aliados a observação clínica e análise dos escores específicos, na relação com os indicadores preconizados por Renzulli (habilidade acima da média, comprometimento com a tarefa e criatividade).





Por fim, a análise do perfil cognitivo e motor de crianças com indicadores de AH/SD se demonstrou importante na medida em que foi possível evidenciar aspectos que corroboram na identificação de tal condição, mesmo sem ser a área motora como a de interesse; perceber assincronismos no que concerne ao desenvolvimento motor/cognitivo de crianças com AH/SD; e configurar, com base em tais resultados e em estudos posteriores, possibilidades de análise e elaboração de estratégias de intervenção.

## REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Psicomotricidade: Corpo, Ação e Movimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

ANDRÉS, A. **Educação de Alunos Superdotados/Altas Habilidades**. Câmara dos Deputados. Brasília, DF. 2010.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARBIERI, T. M. *et al.* Processo de identificação de indicadores de altas habilidades/Superdotação em acadêmicos do PET na UFSM. **Revista Brasileira de Altas Habilidades/Superdotação**, [s. l.], v. 1, n. 1, jan./jun. 2013, p. 40-49.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Livro 1. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Lei n. 4119 de 27/08/1962. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. **Conselho Federal de Psicologia**, Brasília, DF, 2012.

CUPERTINO, C. M. B. **Um olhar para as altas habilidades: construindo caminhos**/Secretaria da Educação, CENP/CAPE. São Paulo: FDE, 2008.





FERNANDES, C. T; DANTAS, P. M. S; MOURÃO-CARVALHAL. Desempenho psicomotor de escolares com dificuldades de aprendizagem em cálculos. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 95, n. 239, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n239/a07v95n239.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2018.

FLEITH, D. S.; ALENCAR, E. M. L. S. **Desenvolvimento de Talentos e Altas Habilidades** – Orientação a pais e professores. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FONSECA, V. **Manual de Observação psicomotora**: Significação psico-neurológica dos fatores psicomotores. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.

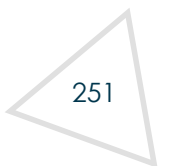
FREITAS, S. N; PÉREZ, S. G. P. **Altas Habilidades/Superdotação Atendimento Especializado**. Marília: ABPEE, 2010.

GUENTHER, Z. C. **Desenvolver capacidades e talentos**: um conceito de inclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACEDO, M. M. F; MOTA, M. E; METTRAU, M. B. WISC-IV: evidências de validade para grupos especiais de superdotados" WISC-IV. **Psicol. pesq.**, [s. l.], v. 11, n. 1, pp. 1-2, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24879/2017001100100213>. Acesso em: 1 fev. 2018.

MARTINS, B, A; CHACON, M. C. M. Características de Altas Habilidades/Superdotação em Aluno Precoce: um Estudo de Caso. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília , v. 22, n. 2, p. 189-202, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382016000200189&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000200189&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 5 set. 2018.

PANCHINIAK, A. R. A. *et al.* **Altas habilidades/superdotação**: rompendo as barreiras do anonimato. Secretaria de Estado da Educação, Fundação Catarinense de Educação Especial – 2a . ed. rev. e amp. Florianópolis: DIOESC, 2016.





PIRES, M. S. *et al.* Avaliação do desenvolvimento motor de crianças da educação infantil. **EFDeportes.com, Revista Digital**, Buenos Aires, v. 18, n. 189, 2014. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd189/avaliacao-do-desenvolvimento-motor.htm>. Acesso em: 1 fev. 2018.

RENZULLI, J. S. O que é esta coisa chamada superdotação, e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. **Educação**, Porto Alegre, PUCRS, n. XXVII, v. 1, n. 52, p. 75-131, 2004.

ROSA NETO, F. **Manual da Avaliação Motora**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ROSA NETO, F. *et al.* **A Importância da avaliação motora em escolares: análise da confiabilidade da Escala de Desenvolvimento Motor**. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde e do Esporte, Laboratório de Desenvolvimento Humano. Florianópolis, 2010.

SILVA, J.; BELTRAME, T. S. Desempenho motor e dificuldades de aprendizagem em escolares com idade entre 7 e 10 anos. **Motricidade**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 56-68, 2011.

TELLEGEN, P. J. **SON-R 2 1/2 – 7**. [S. l.], Hogrefe, 2012.

WECHSLER, D. **Escala Weschsler de inteligência para crianças: WISC-IV**. Manual Técnico. Tradução de Maria de Lourdes Duprat. (4. ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.





## CONFLITOS FAMILIARES: PODEM ELES SER MOTIVOS PARA PROCURA PSICOLÓGICA?

*Family Conflicts: Can they be reasons for psychological search?*

SANTOS, Emanuéli Mendes<sup>1</sup>

CVIATKOVSKI, Aline<sup>2</sup>

FANTIN, Márcio Rodrigo<sup>3</sup>

### RESUMO

O artigo trata do tema conflitos familiares, entende-se que a família é a primeira instituição que a pessoa participar e por isso é uma das mais importantes que que pode agregar muito para o indivíduo. Porém quando a influência é negativa muitos problemas psicológicos podem surgir daí. Pensando nisso foi realizado uma pesquisa de cunho qualitativa e documental que aconteceu em uma clínica escola, onde os dados foram coletados a partir dos prontuários dos plantões psicológicos. Tem como principal objetivo analisar as demandas psicológicas da cidade de Chapecó, Santa Catarina e realizar embasamento teórico de acordo com os atendimentos prestados pelo SAP, no período de 24 de setembro de 2019 a 10 de fevereiro de 2020. Foram realizados 74 plantões, a procura prevaleceu pela população adulta e a principal queixa manifestada, foi sobre problemas/conflitos familiares. Entende-se que conflitos familiares estão envolvidos no desenvolvimento e manifestação de agravos psicológicos prejudiciais a saúde.

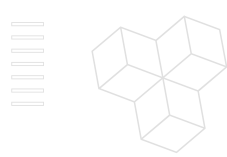
**Palavras-chave:** plantão psicológico; conflitos; família.

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Psicologia da Unoesc Chapecó e bolsista do projeto Art. 171; manuhmendes7@gmail.com

<sup>2</sup> Mestra em Psicologia; Especialista em Terapia Familiar Sistêmica Psicóloga; Professora do Curso de Psicologia da Unoesc Chapecó; Psicóloga; aline.cviatkovski@unoesc.edu.br

<sup>3</sup> Pós-graduando em Gerontologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; marcio.fantin@unoesc.edu.br





## ABSTRACT

*The article deals with the theme family conflicts, it is understood that the family is the first institution that the person participates and for this reason it is one of the most important ones that can add a lot to the individual. However, when the influence is negative, many psychological problems can arise from there. Thinking about it, a qualitative and documentary research was carried out that took place in a school clinic, where the data were collected from the records of the psychological shifts. Its main objective is to analyze the psychological demands of the city of Chapecó - SC and perform a theoretical basis according to the services provided by SAP, from September 24, 2019 to February 10, 2020. 74 shifts were carried out, the demand prevailed by the adult population and the main complaint manifested, it was about family problems / conflicts. It is understood that family conflicts are involved in the development and manifestation of psychological problems harmful to health.*

**Keywords:** *psychological duty; conflicts; family.*

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa documental e exploratório de cunho qualitativo, realizada em uma clínica escola do município de Chapecó, e tem como principal objetivo analisar as demandas psicológicas da cidade de Chapecó, e realizar embasamento teórico de acordo com os casos as demandas atendidos atendidas no Serviço de Atendimento Psicológico (SAP) no período de 24 de setembro de 2019 a 10 de fevereiro de 2020.

A clínica escola é vinculada ao curso de Psicologia da Unoesc-Chapecó, tem como principal objetivo auxiliar na formação dos acadêmicos, e é intitulada de Serviço de Atendimento Psicológico (SAP), além de visar a formação dos acadêmicos, também tem em vista



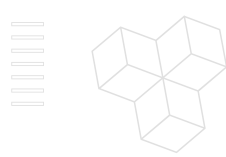


o cuidado com a sociedade em geral, proporcionando atendimentos variados aos indivíduos que procuram o serviço. Um dos serviços oferecidos pelo SAP é o plantão psicológico, esse por sua vez tem como base a modalidade de atendimentos clínicos, com características de atendimentos psicoterapêutico de emergência para a comunidade. O principal objetivo da pesquisa é analisar as demandas psicológicas da cidade de Chapecó e realizar embasamento teórico de acordo com os casos atendidos na clínica.

O Plantão Psicológico é o primeiro contato da população com o SAP. Neste primeiro momento é realizada uma triagem, que por sua vez é composta pela escuta e pequena coleta de dados para identificar a demanda do caso. Subsequente a isso, é realizada uma análise para sugerir a abordagem teórica que o caso irá seguir, delimitando também sua intensidade, como urgente ou não.

Após ser realizada a triagem, os casos foram avaliados e identificados as principais queixas, realizando assim, um levantamento sobre as mesmas. A motivo que mais gerou procura da clínica escola nos plantões psicológicos, foi relacionada a problemas familiares. Desta maneira é possível criar um cenário de procura da população e a dinâmica e o funcionamento sistêmico familiar, possibilita compreender aspectos relevantes, a respeito do adoecimento psíquico entre seus integrantes. Tais relevâncias, levam ao entendimento de que os conflitos familiares devem ser estudados e interpretados, para que novas descobertas sejam alcançadas em relação ao adoecimento mental das pessoas, que buscam atendimento psicológico no município de Chapecó.





## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 PSICOLOGIA CLÍNICA

A psicologia é considerada uma área da ciência que estuda os processos mentais e os comportamentos humanos, juntamente com os contextos envolvidos com os indivíduos (FELDMAN, 2015). A psicologia abrange várias áreas, entre elas psicologia organizacional, hospitalar, escolar, institucional, entre outras (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2001). Uma das áreas onde temos mais profissionais inseridos é a Psicologia Clínica, esta por sua vez visa trabalhar com tratamento e diagnóstico de problemas psicológicos (FELDMAN, 2015).

O profissional psicólogo por sua vez utiliza a conversa, como principal fonte de coleta de dados e também de forma terapêutica, fazendo com que o paciente possa ouvir o que esta lhe incomodando, sendo assim, por meio disso, pode descobrir estratégias para lidar com a situação. Após o plantão psicológico os pacientes podem iniciar a psicoterapia, esta por sua vez é um método de tratamento concretizado por um profissional capacitado com objetivo de observar a queixa, ou seja, o motivo que traz o paciente até o consultório, e após a análise desta queixa, pode ser encontrado um meio de remover esse problema (CORDIOLI, 2008).

Neste contexto, a psicologia clínica trabalha com indivíduos que buscam auxílio para melhorar sua qualidade de vida, encontrando pontos de mudanças, proporcionando uma ressignificação de sua experiência. Os problemas visualizados em clínica podem ser desde problemas do dia a dia dos indivíduos, problemas de adaptação a uma nova fase, como separação, casamento ou nascimento de filhos, morte ou até mesmo casos envoltos às psicopatologias, como







depressão, ansiedade, ou transtornos de personalidade (FELDMAN, 2015).

## 2.2 PLANTÃO PSICOLÓGICO

O plantão pode ser entendido como uma modalidade de atendimento, onde a escuta não fica somente em um consultório privado, pelo contrário, pode se implantar em diversos cenários sociais por conta da sua característica de clínica expansiva democrática e flexível (TASSINARI; DURANGE, 2012). Além da função social atender inúmeras demandas pessoais, o plantão psicológico, também ajuda com o papel político de estabelecer e garantir o lugar da psicologia nas inúmeras extensões sociais que existem e precisam do auxílio da psicologia (BORGES; DANTAS; BRITO, 2017).

Assim, abre-se a discussão para a política de Proteção Social que tem por objetivo informar situações de risco por meio do progresso de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, sendo que seus planos, projetos, serviços e benefícios destinam-se à população que apresenta situação de vulnerabilidade social resultante da pobreza, privação ou fragilização de vínculos afetivos entre outros (BRASIL, 2006).

Assim como sintetiza Saulo e Tommy, o CRAS é uma unidade pública estatal, que tem como compromisso oferecer serviços continuados de proteção social básica de assistência social para famílias, grupos e indivíduos em situações de riscos sociais, tratando-se também de uma unidade de referência e contra referência para o usuário na rede de atendimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sendo assim, o CRAS acaba por se tornar uma unidade que organiza a vigilância social e realiza o direito de acesso a serviços de proteção básica para os cidadãos, dando dessa maneira ênfase





aos territórios de referencia. Com isso fica a critério de cada município se ocupar e identificar os territórios de vulnerabilidade social e com isso implantar os CRAS, de maneira que estes estejam instalados em locais que sejam de maior acessibilidade para população (MOTA; GOTO, 2009).

Para a realização do primeiro atendimento psicológico não necessita de hora marcada, os plantões Psicológicos são realizados por estagiários do curso da psicologia para que os mesmos tenham uma vivencia na prática das diferentes demandas que surgem em dias de plantões.

Segundo os autores Rebouças e Dutra (2010), o atendimento não almeja resolver as demandas vivenciadas pelos pacientes que chegam ao programa, ou até mesmo aprofundar-se nos mesmos, mas o intuito é oferecer um momento de compreensão para seu sofrimento. Os Plantões Psicológicos buscam ajudar as pessoas, para que assim as mesmas consigam ter uma autonomia emocional, ajudando então compreender suas vivencias, sendo assim, o plantão psicológico acaba contribuindo com o comprometimento social com seus pacientes, atendendo assim pessoas com a livre demanda e os encaminhamentos de variadas instituições do estado do Ceará (BRITO; DANTAS, 2016).

Entendendo que os plantões não visam propor melhorias para o indivíduo no primeiro momento, é necessário encaminhar para os atendimentos psicológicos que virão para auxiliar e gerar mudanças para os mesmos. Os acadêmicos que assumirão os casos precisam estudar sobre os assuntos a serem trabalhados em sessão a fim de auxiliar as pessoas que buscaram o serviço. Um dos assuntos que é de extrema relevância em terapia e que muitas vezes geram problemas são situações ligadas à família, situações essas que muitas vezes não são levados em consideração e com o passar do tempo se tornam





problemas maiores, ou até mesmo traumas que podem atrapalhar a vida do indivíduo (ROSÁRIO; KYRILLOS NETO, 2015).

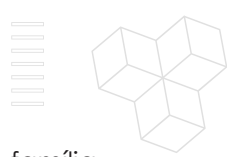
## 2.3 QUESTÕES FAMILIARES

A palavra família representa um grupo de pessoas que convivem em uma mesma casa ou não necessariamente vivem juntos, mas que existem regras e mecanismos que faz com que esses integrantes sigam os mesmos princípios morais, psicológicos e sociais. Conforme Escardó (1955) nem sempre essas famílias seguem as mesmas regras e tem as mesmas opiniões, mas mesmo assim não deixam de ser integrantes da mesma família.

A família é a sociedade mais antiga existente, onde se agrupam pessoas com diferentes interesses e sentimentos, mas unidos pelo sentimento que existe entre os indivíduos que ali vivem. A família não é uma instituição padrão, invariável e fixa, com o passar do tempo as famílias vão se adaptando de acordo com as gerações, já não se pode dizer que existe um padrão de família perfeita, mas sim, famílias diferentes em que os integrantes vivam bem. As famílias passam de geração em geração os padrões éticos e morais, que com o tempo vão se moldando e se reorganizando de acordo com as novas famílias que se formam (LUIZI; CANGELLI FILHO, 2010).

As famílias têm uma função básica, a qual seria de oferecer educação, socialização, alimentação, afeto, e estabilidade financeira para os filhos, porém vai além dessas funções. É por meio da família que os indivíduos vão compreendendo o que é passado de geração em geração, como a cultura a moralidade, os rituais realizados em determinadas famílias. Ela pode ser considerada também como uma rede social, e nesta convivência íntima os integrantes da família podem vivenciar experiências de sofrimento, dor, felicidade, alegria,





perda, amor, em relação um ao outro. Os integrantes da família auxiliam uns aos outros, proporcionando apoio emocional, social e financeiro (BAPTISTA; TEODORO, 2012).

O bebê quando nasce está inteiramente ligado a família, ele cresce observando os comportamentos dos pais, para com ele e com seus irmãos. As crianças também são capazes de visualizar os comportamentos dos pais entre o casal. Depois que essa criança cresce e começa a se relacionar tanto com amigos quanto com companheiros, esse indivíduo tende a repetir as mesmas ações que seus pais, sendo complicado quebrar o padrão familiar que conviveu até ali. Muitos jovens saem de casa visualizando as ações que podem fazer diferente, e acreditam que saindo da casa dos pais poderá ser diferente, porém não é somente saindo da casa que nos indivíduos tem maior possibilidade de se libertar dos mitos e das crenças familiares. Em muitas situações, mesmo saindo de casa os filhos mantêm os mesmos padrões que os pais (SCHEIN, 2011).

Além do apoio entre os membros da família, os pais proporcionam aos filhos um estilo de parentalidade, esse estilo diz respeito a forma de como os pais tratam e apoiam seus filhos. Existem famílias que auxiliam os filhos em todas as situações e tem famílias que negligenciam a criação dos filhos. Esses filhos provavelmente irão usar esse estilo de parentalidade na hora de formar a sua própria família. Muitas vezes aqueles que são negligenciados poderão dar mais assessoria aos seus filhos, por perceber que não tiveram auxílio quando pequenos, em outros casos pode acontecer o inverso, esses filhos negligenciados poderão negligenciar seus filhos, por entender que esse padrão de funcionamento é o correto e que é assim que os filhos vão criar autonomia. Enquanto aqueles que receberam o cuidado e atenção, provavelmente irão retribuir o que receberam, podendo ser até mais atenciosos. Em outros casos aqueles que as famílias eram muito





próximas podem dar mais espaço aos seus filhos por perceber que na sua infância e adolescência foram “sufocados” por seus pais (BAPTISTA; CARDOSO; GOMES, 2012).

Além de os filhos poderem repetir o estilo de parentalidade com seus filhos, eles podem repetir com seus pais. Quando recebem carinho, afeto e dedicação poderão retribuir da mesma forma para os pais quando estiver no estágio tardio da vida. Porém, quando não recebem atenção e carinho de seus pais, fica mais difícil criar vínculo com eles e assim ter mais dificuldades quando os pais precisarem de ajuda na fase tardia da vida, pois o vínculo não foi criado, e os filhos aprenderam que não precisam oferecer cuidados para seus próprios filhos e para seus pais (BAPTISTA; CARDOSO; GOMES, 2012).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

A pesquisa realizada foi documental e exploratório de cunho qualitativos. Com esse modelo de pesquisa exploratória, é possível, para obter maiores conceitos sobre o assunto em questão, que até anteriormente ainda não haviam sido observados ou analisados. Utilizando desta pesquisa abre uma nova visão, mais prática sobre o assunto proporcionando um conhecimento maior, podendo assim gerar hipóteses mais certas sobre o assunto (RAUPP; BEUREN, 2003).

Os dados foram coletados por meio de análise dos documentos (prontuários) dos indivíduos que buscaram atendimento no plantão psicológico no serviço de atendimento psicológico (SAP) no período de 24 de setembro de 2019, até o dia 10 de fevereiro de 2020, sendo que os plantões acontecem somente nas segundas-feiras à tarde e nas terças-feiras pelo período da manhã. Deve-se levar em consideração que o SAP, permaneceu fechado de 20 de dezembro a 26 de janeiro devido às férias da instituição de ensino. Sendo assim, os plantões





psicológicos aconteceram aproximadamente em um período de 3 meses e 15 dias.

Essa pesquisa buscou avaliar documentos, esses podem apresentar uma riqueza de dados possibilitando ao pesquisador ter um mapeamento do assunto abordado (CECHINE, 2016). No caso dessa pesquisa, auxiliará os pesquisadores a visualizar as maiores demandas do Serviço de atendimento Psicológico – SAP para posteriormente realizar intervenções junto com os pacientes/clientes do serviço. Para análise dos prontuário foi utilizada uma tabela no excel do google drive, constando os seguintes dados: Prontuário (número referente a inscrição no serviço), data (dia do plantão), sujeito (se era mulher, homem, criança, adolescente), idade, encaminhamento (se alguém encaminhou ou veio por livre demanda), queixa principal (os motivos da procura), urgência (se é caso urgente ou não) e fila de espera (adulto, adolescente, criança, casal, família ou avaliação).

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS:

Após o levantamento de dados por meio da pesquisa documental, pode-se perceber que dentro do período avaliado, 24 de setembro de 2019, até o dia 10 de fevereiro de 2020 o SAP recebeu 74 plantões, estes atendidos pelos estagiários e pelas pesquisadoras. A fim de melhor expor os dados elaboraram-se duas tabelas para evidenciar o público que procurou o serviço, bem como as demandas que vieram para o SAP. Leva-se em consideração o período de férias em que o serviço permaneceu fechado, tiveram aproximadamente 14 semanas de plantões, sendo assim em **média** foram realizados 5 plantões por semana.





Tabela 1 – Levantado dos dados - População que procurou o SAP

Quantidade	Público
42	Adultos
15	Infantil
8	Famílias
7	Adolescentes
2	Casais

Fonte: os autores.

Tabela 2 – Principais queixas

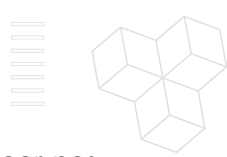
Quantidade	Queixa
20	Problemas Familiares
15	Sintomas de Ansiedade
9	Ideação Suicida
9	Sintomas de Depressão
7	Aprendizagem
5	Luto
5	Abuso Sexual
4	Outros

Fonte: os autores.

Com os resultados foi possível identificar que a demanda encontra-se mais em pessoas adultas, seguido por crianças, logo após famílias, adolescentes e casais, conforme a Tabela 1. Desta maneira pode-se compreender que essa população está disposta a buscar ajuda e encontrar mudanças necessárias para a melhora na qualidade de vida.

Dentre as queixas que mais apareceram nos plantões, conforme a Tabela 2, foram, problemas familiares, seguido por sintomas de ansiedade, logo após ideação suicida e sintomas de depressão, questões relacionadas a aprendizagem, luto, abuso sexual e outros motivos. Pode-se perceber que os problemas familiares foram os que mais apareceram, sendo que estes por sua vez, podem trazer outros





problemas aliados e que aparentemente podem não aparecer nos primeiros momentos.

É possível que muitos problemas enfrentados por pessoas, sejam de cunho familiar, podem ter dificuldade em se relacionar devido a alguns padrões, podem encontrar dificuldade em se organizar financeiramente, socialmente ou entre outros setores da vida cotidiana. Essas dificuldades muitas vezes não são percebidas facilmente e necessitam de auxílio para supera-las. Quando as dificuldades em uma família são detectadas é necessário que os membros se unam para que possam resolver esses conflitos, quando a família utiliza estratégias construtivas, sinaliza que estão dispostos a encontrar a solução sem precisar encontrar o culpado (COSTA et al., 2017).

Grandes dificuldades são enfrentadas pelas famílias, principalmente por muitas vezes alguns integrantes não aceitem e respeitem a forma de vida e as ações dos outros membros. Por este motivo é necessário compreender a diversidade que existe em uma família e também entre várias famílias (WAGNER, 2008).

Quando a família presta suporte ou apoio familiar para seus filhos, estes por sua vez poderão agir com seus futuros filhos da mesma maneira. Os autores comentam que quando é oferecido o suporte por parte dos pais, os filhos provavelmente terão com eles os mesmos atos. Principalmente quando os pais estiverem vivendo na fase tardia da vida, onde precisam de atenção e cuidados especiais (BAPTISTA; CARDOSO; GOMES, 2012). Ou seja, os cuidados familiares entre os membros fazem com que os mesmos repitam alguns comportamentos, e faz com que os indivíduos não o façam por obrigação, mas sim por gostar de estar ajudando seu familiar.

Quando esses compartilhamentos e ajuda são mútuos, nenhum membro familiar sai prejudicado, porém em algumas situações o auxílio vem somente de um lado, e isso pode afetar os relacionamentos







familiares. Em algumas situações podem acontecer desentendimentos e até discussões sobre isso. Quando isso acontece é necessário que alguém busque auxílio.

Normalmente quem busca a terapia é um indivíduo que visualiza o problema e busca ajuda para a sua família, ou muitas vezes busca ajuda para si próprio, mas que é observado à necessidade de trabalhar sobre os outros integrantes da família também. Na maioria das vezes é no primeiro encontro/plantão psicológico, já é identificado que fica definido se a terapia será familiar ou individual, neste encontro serão ouvidas as queixas, e será estabelecido um contrato terapêutico, e serão estabelecidas as regras do atendimento (FALCETO, 2008). Porém os conflitos familiares nem sempre poderão ser trabalhados em terapia familiar, em muitos casos o indivíduo que percebe as situações difíceis que a família está passando, busca auxílio para que possa se fortalecer e auxiliar seus familiares de maneira sutil.

Em muitas situações as crianças são os pacientes identificados, ou seja, aqueles que apresentam sintomas, ou comportamentos agressivos, impulsivos e atitudes que podem oferecer risco a ela mesma ou a pessoas ao redor. As crianças, por serem mais sensíveis as emoções, podem transparecer sofrimentos, de maneiras diferentes, não somente em choro, mas raiva, ansiedade, inquietude, entre outros sinais que podem ser apresentados (GROISMAN, 2000).

Quando a criança apresenta alguns sintomas, a família procura o plantão psicológico, muitas vezes acreditando que a criança está com um problema isolado. Porém logo neste primeiro contato é possível observar que a criança apenas está repetindo alguns comportamentos familiares ou está reagindo a problemas que visualiza na sua casa. Esses problemas são considerados familiares, pois quando muda o comportamento dos indivíduos, os desentendimentos





podem diminuir, fazendo com que a criança que possuía os sintomas vai melhorando gradativamente.

## 5 CONCLUSÃO

Com a pesquisa, pode-se observar que neste período de tempo a coleta realizada no Serviço de Atendimento Psicológico (SAP), teve grandes procuras, com o intuito de melhorar a qualidade de vida e a saúde psicológica/mental, bem como a busca de auxílio para a o tratamento causado por problemas familiares. Os resultados da pesquisa revelaram que a população adulta, foi a que mais buscou atendimento psicológico, o que nos leva a pensar que nossa sociedade está mais interessada em buscar a ajuda da psicologia e que conflitos familiares, podem sim ser um motivo para a procura psicológica.

A maior demanda de atendimento pelos plantões psicológicos se trata de problemas familiares, ou seja, muitas pessoas estão passando por dificuldades em seus contextos familiares, e que em suas concepções, esta instituição deveria prover boas condições afetivas, financeiras e de convivência. As negligências e demais problemáticas familiares, são capazes de impactar negativamente o comportamento das pessoas, gerando grandes sofrimentos, traumas e mágoas que podem levar anos para serem superados ou amenizados.

Neste estudo, foi possível identificar as demandas e assim pensar em estratégias de enfrentamento e prevenções sobre os conflitos familiares. Fazendo com que ações possam ser realizadas em ambientes como escolas, redes municipais como CREAS e CRAS para que intervenções sejam pensadas e executadas, para identificar as principais causas dos problemas familiares, com isso abordar temas relevantes e identificar o perfil sociodemográfico familiar, destes indivíduos. Os dados que foram revelados na pesquisa, despertam





reflexões a respeito da família e seus conflitos, causadores da alta demanda nos atendimentos dos plantões psicológicos, motivos estes que devem ser estudados, compreendido e ampliados pelo campo de estudo da psicologia, para que novas descobertas sejam possíveis

### REFERÊNCIAS

BAPTISTA, M. N.; CARDOSO, H. F.; GOMES, J. O. Intergeracionalidade Familiar. In: BAPTISTA, M. N.; TEODORO, M. L. M. **Psicologia De Família: Teoria, Avaliação e Intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

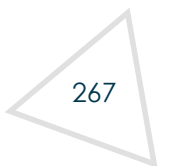
BAPTISTA, M. N.; TEODORO, M. L. M. **Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias, uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

BORGES, I. L. F.; DANTAS, J. B.; BRITO, L. de S. Plantão Psicológico: Acolhimento e escuta na Clínica Escola da UFC. **Extensão em Ação**, Fortaleza, v. 2, n. 14, p. 94-107, jul./dez., 2017. Disponível em: file:///C:/Users/cliente/Downloads/591-134-PB.pdf . Acesso em: 24 mar. 2020.

BRASIL. **Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social-Orientações técnicas**: Centro de Referência da Assistência Social. Versão preliminar. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, 2006.

BRITO, L. S.; DANTAS, J. B. Plantão Psicológico: ampliando possibilidades de escuta. Fortaleza. **Extensão em Ação**, v. 1, n. 10, jan/jun, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/5597>. Acesso em: 10 abr. 2020.





CECHINEL, A. *et al.* Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação**, Criciúma, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/aline/Downloads/2446-7427-1-SM.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2020

CORDIOLI, A. V. As principais psicoterapias: fundamentos teóricos, técnicas, indicações e contra-indicações. In: CORDIOLI, A. V. **Psicoterapia: abordagens atuais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

COSTA, C. B. *et al.* Terapia de Casal e Estratégias de Resolução de Conflito: Uma Revisão Sistemática. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37 n.1 jan/mar. 2017, Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932017000100208](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000100208). Acesso em: 20 mar. 2020.

ESCARDÓ, F. **Anatomia de la Familia**. Buenos Aires: Ateneo, 1995.

FALCETO, O. G. Terapia De Família. In: CORDIOLI, A. V. **Psicoterapia: abordagens atuais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FELDMAN, R. S. **Introdução à psicologia**. Porto Alegre: AMGH Editora, 2015.

GROISMAN, M. **Família é Deus**. Rio de Janeiro: Eldorado, 2000.

LUISI, L. V. V.; CANGELLI FILHO, R. A família em fase adolescente. In: CERVENY, C. M. de O.; BERTHOUD, C. M. E. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

MOTA, S. T.; GOTO, T. A. Plantão psicológico no CRAS em Poços de Caldas. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 21, n. 3, p. 521-529, 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922009000300007](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000300007). Acesso em: 25 abr. 2020.





RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicada às ciências sociais**. São Paulo, 2003. Disponível em: [http://www.empresendetche.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/metodologia\\_de\\_pesquisa\\_aplicavel\\_as\\_ciencias\\_sociais.pdf](http://www.empresendetche.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_de_pesquisa_aplicavel_as_ciencias_sociais.pdf). Acesso em: 8 de mar de 2020.

REBOUÇAS, M. S. S.; DUTRA, E. Plantão psicológico: uma prática clínica da contemporaneidade. **Revista da Abordagem Gestáltica**: Phenomenological Studies, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 19-28, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3577/357735613004.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

ROSÁRIO, Â. B. do; KYRILLOS NETO, F. Plantão Psicológico em uma Clínica-Escola de Psicologia: saúde pública e psicanálise. **A PESTE: Revista de Psicanálise e Sociedade e Filosofia**., Governador Valadares, v. 7, n. 1, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/apeste/article/view/30463/21074>. Acesso em: 1 abr. 2020.

SCHEIN, L. R. F. Escolha e destino: casais interculturais. In: OSÓRIO, L. C.; VALLE, M. E. P.. **Manual de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

TASSINARI, M. A.; DURANGE, W. Plantão psicológico o florescimento da psicologia pósmoderna: o drama de uma transmutação. **Revista Enfoque Humanístico**, Buenos Aires, 2012. Disponível em: <https://www.revistaenfoquehumanistico.com/-tassinari-mrcia-y-durange-wagner>. Acesso em: 15 abr. 2020.

WAGNER, A; LEVANDOWSKI, D. C. Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.7 n.1 p. 88-97. jan/jun., 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/3940>. Acesso em: 27 mar. 2020.







# FAMÍLIAS MULTIESPÉCIES: DIREITO DE CONVIVÊNCIA DOS FILHOS COM OS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

## MULTIESPECIES FAMILIES: CHILDREN'S LIVING RIGHT WITH PETS IN CASE OF DIVORCE

Brenda Kelly Sartori<sup>1</sup>  
Claudia Cinara Locateli<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho propõe como tema a análise do direito de convivência dos filhos com os animais de estimação. Tem por objetivo geral discutir a importância da convivência dos filhos com os animais de estimação que foram afastados após a dissolução da união conjugal dos genitores. Como objetivos específicos propõe abordar as diversas formas de família presentes na sociedade contemporânea, em especial a família multiespécie, caracterizando os vínculos afetivos constituídos entre membros da família e animais de estimação, bem como a condição jurídica deles; analisar a ruptura familiar, o afastamento dos animais de estimação e os possíveis danos; por fim, abordar o direito de convivência com os animais de estimação após o divórcio. O problema de pesquisa visa a responder ao questionamento de como é possível preservar os laços afetivos dos filhos com os animais de estimação após o afastamento gerado pelo divórcio dos pais, uma vez que o animal de estimação estaria apenas sob a posse de um dos genitores e a criança privar-se-ia do convívio diário com o animal. Para isso, buscou-se, por meio da técnica bibliográfica, legislação e normas, estudar pelo raciocínio dedutivo. Constatou-se que há uma lacuna legislativa quanto ao procedimento

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Direito da Unoesc Campus de Chapecó, SC; brendasartori26@gmail.com.

<sup>2</sup> Docente no Curso de Graduação em Direito na Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Chapecó. Advogada. Doutoranda em Direitos Fundamentais Cíveis: A ampliação dos direitos subjetivos pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da Unoesc Chapecó, claudia.locateli@unoesc.edu.br.





a ser adotado no contexto da separação conjugal, ainda verificou-se que a implantação do instituto de guarda compartilhada dos filhos e do animal de estimação é melhor solução para o conflito, uma vez que efetiva o direito de convivência.

**Palavras-chave:** família multiespécie; animais de estimação; direito de convivência.

## ABSTRACT

*This paper proposes the analysis of the right of children to live with pets in the event of divorce. Its general objective is to discuss the importance of children living with pets that were removed after the dissolution of the parents' conjugal union. As specific objectives, it addresses the different forms of family present in contemporary society, especially the multispecies family, characterizing the affective bonds formed between family members and pets, as well as their legal condition; analyzes the family breakdown, the removal of pets and possible damage; finally, it addresses the right to live with pets after the divorce. The research problem aims to answer the question of how it can be possible to preserve the children's emotional bonds with pets after the separation caused by the parents' divorce, since the pet would only be in the possession of one of the parents and child would be deprived of daily contact with the animal. For this purpose, we sought through bibliographic technique, legislation and standards, to study by deductive reasoning. It was found that there is a legislative gap regarding the procedure to be adopted in the context of marital separation, it was also found that the implementation of the shared custody of children and pets is the best solution to the conflict, since it is effective the right to coexist.*

**Keyword:** multispecies family; pets; coexistence right.

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade passa por profundos confrontos e transformações, também a família – que é sua base – passa por esse dinamismo







instável que o direito de família vem sofrendo por meio de inúmeras modificações. Em meio a tantas inovações, um movimento ainda sutil tem começado a chamar a atenção: o dos familiares não humanos, mais conhecidos como animais de estimação. Os animais de estimação, presentes na maioria dos lares, têm estabelecido laços afetivos intensos e, diante do cenário de rompimento das relações convivências entre genitores, os filhos, afastados dos animais de estimação, teriam direito à convivência com eles? Qual é a proteção jurídica das famílias multiespécies? O direito regulamenta as sequências práticas do rompimento das relações convivências entre pessoas e animais de estimação? Diante de tantas inquietações pessoais e jurídicas, surge o problema de pesquisa que norteia o presente estudo: existe garantia da convivência, por parte dos filhos, com os animais de estimação quando separados deles em razão do divórcio dos genitores? Os filhos podem reivindicar a convivência com os animais de estimação?

O objetivo geral da pesquisa é analisar o direito de convivência com os animais de estimação que foram afastados pelo divórcio dos genitores. Como objetivos específicos propõe abordar as diversas formas de família presentes na sociedade contemporânea, em especial a família multiespécie; caracterizar os vínculos afetivos constituídos entre membros da família e animais de estimação, bem como a condição jurídica deles; analisar a ruptura familiar, o afastamento dos animais de estimação e os possíveis danos; por fim, abordar um direito, o de conviver com os animais de estimação mesmo após o rompimento do convívio gerado pelo divórcio dos genitores como causa do afastamento.

Para isso, o procedimento metodológico utilizado na realização e planejamento do trabalho referem-se à técnica bibliográfica, pois utiliza-se referências teóricas contextualizadas de autores que já





analisaram e publicaram seu posicionamento, de modo a entender melhor o assunto. Também foi utilizada a técnica documental, com base em fontes legislativas vigentes de modo a explanar o fundamento legal da pesquisa. A abordagem é qualitativa, o tratamento dos dados é subjetivo e propõe-se a descobrir e compreender a questão da pesquisa.

O artigo caracteriza a família multiespécie e para fundamentá-la contempla o princípio da pluralidade e a relação convivencial entre humanos e animais de estimação como seres equiparados aos entes familiares. Em seguida, se avança nos aspectos relativos aos vínculos afetivos constituídos entre membros familiares e animais de estimação, bem como a condição jurídica deles. Na sequência, se explana sobre a ruptura familiar, o afastamento do animal de estimação e seus danos aos filhos privados do convívio. Por último, constam a conclusão, resumo em língua estrangeira e as referências.

O desenvolvimento da presente pesquisa, ainda de forma incipiente, mostra um crescente interesse de estudiosos e pesquisadores de várias áreas sobre a temática, considerando os aspectos culturais da sociedade e a popularização a valorização do afeto com os animais de estimação. Ressalta-se a importância do tema na atualidade e afasta-se qualquer alegação de futilidade.

## **2 PLURALIDADE FAMILIAR: O RECONHECIMENTO JURÍDICO DAS FAMÍLIAS MULTIESPÉCIES**

Em decorrência das mudanças na sociedade, se tornou inevitável a mudança do conceito tradicional de família tido anteriormente, conforme descrevia Bevilaqua (1976), como um conjunto de pessoas ligadas por vínculos de consanguinidade. Com a reestruturação do organismo familiar, não se admite apenas um único modelo familiar,





de prole comum, formado pelo pai e a mãe ligados pelo casamento, como preconizava a forte influência da igreja católica, que levou o legislador a reconhecer como família apenas as uniões formadas pelo matrimônio (DIAS, 2016).

Apenas em 1988, com a Constituição Federal e o advento da união estável, o casamento deixou de ser a única forma legal de constituição de família. Assim, foi ampliado o conceito de família, passando a considerar como entidades familiares as relações extramatrimoniais, que antes do advento da Constituição eram ilegítimas (BRASIL, 1988). A abertura semântica da norma constitucional permitiu ampliar o reconhecimento das famílias, assim as novas composições familiares foram sendo constituídas baseadas não somente nos vínculos biológicos, mas especialmente no afeto e nas relações de companheirismo.

As entidades familiares descritas nos parágrafos do artigo 226 da Constituição Federal são meramente exemplificativas, de forma que o amplo e indeterminado conceito de família presente no caput abrange todas as demais formas familiares implícitas que preenchem o requisito da afetividade. Neste contexto, a doutrinadora Dias (2016) afirma a importância das diversas formas de família, uma vez que a organização da sociedade se dá em torno da estrutura familiar, e não de outros grupos ou de indivíduos em si.

Diante das adaptações à nova realidade, em função das grandes alterações históricas, culturais e sociais, e do impulso extensivo promovido pela norma constitucional, amenizou-se o caráter canonista e dogmático intocável no conceito de família, as formas de famílias foram se multiplicando, não mais sendo consideradas apenas como família matrimonial, mas também a monoparental, a união estável, a família informal, anaparental, reconstituída, paralela, ampliada,





substituída, eudemonista, unipessoal, homoafetiva e multiespécie (MADALENO, 2018).

As novas configurações familiares tornaram-se possíveis com a institucionalização da tutela estatal das famílias, deste modo o princípio da pluralidade familiar legítima e protege todos os arranjos familiares. O princípio do pluralismo familiar oferece maior liberdade, limita o poder de interferência do Estado na vida privada dos indivíduos (VIEGAS, 2015) e, para Madaleno (2018), terminou com qualquer processo social de exclusão de famílias diferentes. É um princípio democrático que privilegia a autonomia e a felicidade.

Nesse sentido, o princípio do pluralismo é considerado como cláusula geral de inclusão, assim, nas reflexões de Madaleno (2018) encontra-se o alerta de que não é possível excluir qualquer entidade que preencha os requisitos de afetividade e estabilidade. À vista disso, o princípio do pluralismo familiar é considerado um dos alicerces de condução do Estado Democrático de Direito. É inevitável que as relações familiares possuam enorme poder de mutabilidade, de acordo com Rosa (2017) mudam os costumes, mudam os homens, muda a história, o que não muda é a necessidade que cada um de nós sente em encontrar o seu porto seguro, o seio familiar. Esse é o fundamento da adoção do referido princípio.

A partir do seu reconhecimento, o conceito de família tornou-se universal, mais humanizado, e aderiu a uma nova roupagem para além dos laços sanguíneos que anteriormente eram primordiais na constituição da família. Agora privilegiam-se os sentimentos como afeto, lealdade, amor e confiança. Para Dias (2016), essa mudança gerou um fenômeno ao qual ela denomina repersonalização das relações familiares, com o objetivo de atender aos interesses mais relevantes da pessoa humana: amor, afeto, lealdade, solidariedade, confiança e respeito.





Neste contexto plural, devido às mudanças familiares, os animais de estimação começaram a assumir uma nova função no seio da família, são considerados companheiros não só para crianças, mas também para adultos. A interação entre animais e humanos está cada vez mais íntima, e nesse sentido Chaves (2015) explica que animal não é apenas um componente da entidade familiar, mas um membro íntimo, próximo, e não apenas membro da família no sentido figurado.

Assim, baseada na afetividade e pela abertura semântica, surge a proposta de reconhecimento da família multiespécie. Para Gazzana (2015), a família multiespécie é um grupo familiar composto por pessoas que legitimam e reconhecem seus animais de estimação como membros da família, seu convívio é respeitoso e com interações significativas. Para Geissler, Pozzatti Junior e Disconzi (2017) são os laços afetivos que caracterizam a família multiespécie.

Apesar de o conceito de família multiespécie ser novo, sua prática é antiga. Há muitos anos os animais de estimação estão presentes nas famílias humanas, contudo, foi somente com a valorização do afeto em detrimento do elemento patrimonial que houve a popularização da família multiespécie, composta pelos animais de estimação no núcleo familiar e conceituada para Dias (2016) sendo constituída pelos donos e seus animais de estimação, membros não humanos.

A crescente da família multiespécie se justifica por diversas razões, dentre elas: em razão do mercado de trabalho; da rotina exaustiva; dos estudos; por inúmeros casais que decidem não ter filhos e procuram manter-se focados em sua carreira profissional. Independente dos motivos de apego aos animais de estimação, inclusive para romper com a solidão, para Cardin e Vieira (2017) os animais de estimação foram inseridos no contexto das entidades familiares como integrantes e desta maneira ampliam a possibilidade da expansão dos direitos fundamentais.





Faraco (2010) define a família multiespécie como aquela em que os membros humanos e os animais de estimação são reconhecidos diante de uma convivência respeitosa e interações significativas. Oliveira, Batista e Alves Neto (2018) explicam que os animais de estimação têm uma intensa relevância em uma família, podendo até suprir o lugar de um filho, recebendo cuidados muitas vezes como tal.

Lima (2015) alerta que existe um conjunto de características que devem ser consideradas para demonstrar a constituição efetiva da família multiespécie: reconhecimento familiar, consideração moral, apego, convivência íntima e inclusão na rotina familiar, festas, em ambiente doméstico ou social. Nesse sentido, o reconhecimento familiar é o trato humanizado que pode ser estendido aos animais de estimação, referindo-se a uma analogia do grau de parentesco. Para Lima (2015), esse laço de afeto é exteriorizado quando as pessoas se referem aos animais de estimação como “bebês”, “filhos”, “sobrinhos”, ou outro grau de parentesco, o que denota o grau de sentimento e afeto envolvido.

Além desse vínculo de afeto, a caracterização da família multiespécie depende de uma relação moral, de convivência respeitosa. Singer (2008) sintetiza que a consideração moral é a existência de preocupação sobre determinadas ações em relação ao animal, a partir dela se estabelece um leque de ações que são importantes, em relação as quais são feitas ponderações éticas, podendo ser definida também como a capacidade de fazer sacrifícios em prol do animal.

O apego constitui outra característica para a formação da família multiespécie. Segundo Shir-Vertesh (2012), é demonstrado através de gestos indicativos de afeto, como carinho, acariciar, conversar, trazer para perto de si, cheirar, beijar, e deixa-se lamber e morder, além disso, também são considerados como demonstrações de apego





carregar fotos do animal e expor como fonte de conforto. Portanto, a convivência íntima e a inclusão na rotina familiar doméstica e social estão relacionadas à presença do animal não apenas no cenário da casa, mas na interação com os familiares nos diversos ambientes e interferem no planejamento e na rotina, além disso, a permissão para dormirem no quarto ou na cama reforçam a ideia de convivência íntima (RITTO; ALVARENGA, 2015) projetando-se nas redes sociais.

Por fim, a característica de convivência íntima e inclusão na rotina familiar se relaciona com a participação dos animais em atividades realizadas pelo grupo familiar, como festas, fotos de família, aniversários, datas comemorativas, tais ações só ocorrem em famílias que apresentam relação íntima de convívio com o animal (LIMA, 2015).

Diante dessas características: reconhecimento familiar, consideração familiar, consideração moral, apego, convivência íntima e inclusão na rotina familiar, a família multiespécie se firma com a presença de três ou mais características, as quais, conforme Lima (2015), diferem os animais “membros da família dos animais de “propriedade da família”. Nesse sentido, a família multiespécie está presente em centros urbanos. O Brasil é um dos países com maior população de animais de estimação do mundo, portanto o direito necessitou passar por adaptações, reconhecendo que o animal de estimação não deve mais ser tratado como objeto, em virtude dos laços afetivos construídos pelas famílias, especialmente após o divórcio (SEGUIN; ARAÚJO; CORDEIRO NETO, 2017).

A nova configuração familiar substituiu o precedente do elemento biológico para ceder lugar aos vínculos psicológicos do afeto. Para Lima (2015), a família foi repersonalizada a partir do valor do afeto, não de qualquer relação afetiva, como pudesse alguém argumentar, mas de um afeto especial e complementar de uma





relação de estabilidade, coabitação, intenção de constituir um núcleo familiar de proteção, solidariedade e interdependência econômica, tudo inserido em um projeto de vida em comum.

### 3 ALCANCE JURÍDICO DO VÍNCULO AFETIVO

A espontaneidade do ato de amar e cuidar do outro é tida como o impulso propulsor da afetividade (SILVA *et al.*, 2018). O Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi responsável por consolidar o princípio da afetividade no Direito de Família, conforme o trecho de acórdão do STJ:

O que deve balizar o conceito de “família” é, sobretudo, o princípio da afetividade, que fundamenta o direito de família na estabilidade das relações socioafetivas e na comunhão de vida, com primazia sobre as considerações de caráter patrimonial ou biológico (STJ, REsp n. 945.283, Rio Grande do Norte. Rel. Luis Felipe Salomão, j. em 15/09/2009). (BRASIL, 2009).

Pelo princípio da afetividade, os vínculos consanguíneos não se sobrepõem aos liames afetivos, para Madaleno (2018) é o afeto que firma os laços familiares e as relações interpessoais movidas pelos sentimentos. Ainda de acordo com Madaleno (2018), a sobrevivência humana depende intensamente da interação de afeto.

Para Diniz (2012), o princípio da afetividade é norteador das relações familiares da solidariedade familiar, além de ser corolário do respeito da dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, os Tribunais de Justiça têm decidido pela supremacia dos vínculos afetivos familiares, o que ficou evidenciado na Apelação Cível do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:







DIREITO DE FAMÍLIA. INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS. AUTOR ADOTADO, EM TENRA IDADE, PELA REPRESENTANTE LEGAL DELE NA DEMANDA, A QUAL MANTEVE LONGA UNIÃO ESTÁVEL COM O REQUERIDO. LAÇOS AFETIVOS PATERNO-FILIAL CONSOLIDADOS DURANTE MAIS DE 13 (TREZE) ANOS. EXISTÊNCIA DE ACORDO EXTRAJUDICIAL FIXANDO A OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO DE ALIMENTOS. PATERNIDADE SÓCIO-AFETIVA RECONHECIDA. ALIMENTOS DEVIDOS. RECURSO DESPROVIDO. 1. Na conformidade do art. 1.593 do Código Civil o reconhecimento de paternidade ou de maternidade não está vinculado, tão só, a laço biológico, podendo ser constituído também a partir de denso e afetuosos relacionamento humano e social. 2. Sendo assim, se a prova produzida no processo evidencia, com segurança, a existência desse relacionamento gerado entre a criança e o convivente da mãe adotiva dela - convivência essa longa, amorosa, afetuosos, pública e notória - age com inegável acerto a sentença que reconhece a filiação paterna sócio-afetiva entre eles (TJ-SC - AC: 20100399654 Blumenau 2010.039965-4, Relator: Eládio Torret Rocha, Data de Julgamento: 30/09/2010, Quarta Câmara de Direito Civil). (SANTA CATARINA, 2020).

Na apelação foi reconhecida a paternidade sócio afetiva sob o fundamento de que a paternidade ou maternidade não está vinculada apenas aos laços biológicos (SANTA CATARINA, 2010). Ainda corroborando com tal princípio da afetividade, o Tribunal de Justiça do Pará decidiu pelo reconhecimento da paternidade socioafetiva no recurso de Apelação Cível número 0001405-98.2015.8.14.0028, a decisão abordou que a filiação se estabeleceu justamente pelo afeto durante a convivência, e o afeto tem valor jurídico (PARÁ, 2018). A socioafetividade foi abordada pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral nos autos do Recurso Extraordinário número 898060, assentando a tese de que a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica com os efeitos jurídicos próprios (BRASIL, 2016).





Diante do contexto de reconhecimento da paternidade socioafetiva formada pelos vínculos afetivos, torna-se evidente que o princípio da afetividade é um reflexo do princípio da dignidade da pessoa humana, pois seu reconhecimento como uma abstração jurídico constitucional é conferir uma visão mais humana às famílias. Dias (2016) aborda que o afeto, além de ser um laço que une membros de uma mesma família, também interliga as famílias entre si, funcionando como um elo externo e inserindo humanidade nas famílias.

Por isso, de acordo com Pereira (2015), não reconhecer o intenso vínculo entre humanos e animais é negar a importância do afeto. Para Pastori (2012), nas sociedades modernas que são marcadas pelo isolamento e pela solidão, os animais de estimação minimizam essas características individualistas.

Nos discursos dos donos de animais de estimação, é muito presente a afirmação de que se deseja um ser vivo que se move dotado de afetos e com uma qualidade específica – a impossibilidade de trapacear. Procura-se aquilo que alguns interlocutores meus nomeiam de “amor incondicional” – um amor que não falha, que é pura entrega e depurado de quaisquer equívocos, em uma palavra, perfeito. (PASTORI, 2012, p. 36).

No entendimento de Pastori (2012), relacionou-se o “amor incondicional” a um sentimento de afeto intenso, em excesso, que é doado pelo animal de estimação e tido como puro pelos proprietários. Diante desse sentimento o princípio da afetividade tem aplicabilidade. O afeto tem múltipla dimensão e extravasa os aspectos biológicos e sexuais e envolve as pessoas em núcleos familiares. Conforme Lôbo (2006), enquanto houver afeto haverá família, que deve estar unida por laços de liberdade e de responsabilidade.





Faraco (2010) expõe a teoria do apego, na qual os seres precisam ter alguém de referência para crescer e se desenvolver, elevando a explicação para a relação “mãe/bebê”, este fato se reproduz nos relacionamentos entre humanos e animais uma vez que ambos precisam de apego. Para Blouin (2011), se desenvolveu um comportamento humanista entre os tutores e os animais, baseado no intenso sentimento de apego emocional, ao ponto que os donos veem os animais como filhos ou amigos extremamente íntimos. Assim, caracteriza a convivência afetiva com os animais de estimação como uma forma de protegê-los proporcionando afeto, tempo e dinheiro.

Diante dessa nova realidade e baseada no princípio da afetividade, a sociedade vem buscando caminhos para que o sistema legal passe por mudanças qualitativas a fim de redefinir o tratamento dado pelos tribunais aos animais domésticos. O direito precisou se adaptar, não mais reconhecendo o animal de estimação como objeto, para preservar os laços afetivos criados com a família. Alterações no âmbito penal e civil, bem como alterações doutrinárias, fazem impulsionar a expansão da tutela jurídica e o aumento dos direitos estendidos aos animais no contexto familiar (LIMA, 2015).

Cultivar a ideia de que o animal de estimação é um objeto coisificado não mais acolhe as expectativas da sociedade. A Declaração Universal dos Animais (UNESCO, 1978) promoveu, em seus artigos 2º e 5º, que cada animal “[...] tem direito ao respeito e o direito de viver e crescer segundo o ritmo e as condições de vida e de liberdade que são próprias de sua espécie [...]”. No Brasil, de acordo com o Código Civil, os animais compõem a categoria dos bens semoventes, são considerados bens móveis por natureza, que possuem movimento próprio e se deslocam de um lugar para o outro. Não obstante, a Constituição Federal em seu artigo 225 inciso VIII §1º, proíbe expressamente toda e qualquer atividade ou ato que





submeta os animais a crueldade. (BRASIL, 1988). Em virtude disso, algumas jurisprudências nacionais já se fundamentam com base no bem-estar dos animais e incluiu-se o animais de estimação na esfera da moralidade, rompendo-se com o padrão antropocêntrico. Para o Desembargador Buthatem:

Justamente por ser de estimação e de afeto, não destinado ao abate ou ao trabalho, mas ao preenchimento das necessidades humanas emocionais, afetivas, que, atualmente, de tão caras e importantes, não podem passar despercebidas aos olhos dos operados. Não custa dizer que há animais de estimação que compõem afetivamente a família dos seus donos, a ponto da sua perda ser penosa. (RIO DE JANEIRO, 2015).

Em consoante está o Projeto de Lei n. 6.799 de 2013, o qual prevê a criação do parágrafo único do artigo 82 do Código Civil para dispor sobre a natureza jurídica dos animais domésticos e silvestres, os quais possuem a natureza jurídica *sui generis*, sendo sujeitos de direitos despersonalizados, podendo gozar e obter a tutela jurisdicional em caso de violação, sendo vedado o seu tratamento como coisa. Este projeto de lei sofreu modificações e se transformou no Projeto de Lei da Câmara n. 27 de 2018. No Senado Federal, sofreu emenda ressaltando os animais da agropecuária de sua abrangência e retornou para a Câmara sob novo número: Projeto de Lei n. 6054 de 2019, que propõe alterar a Lei n. 9.605 de 1998 ao invés do Código Civil. Atualmente, o Projeto de Lei 6.054 de 2019 encontra-se na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável desde 29 de novembro de 2019.

A proposta para a alteração da lei visa afastar o juízo legal de "coisificação" dos animais, com o objetivo de afastar a ideia utilitarista, procurando reconhecê-los como seres sencientes, que sentem dor,





emoção e que se diferenciam dos humanos apenas pelos critérios da racionalidade e da comunicação verbal (BRASIL, 2019).

Neste sentido, embora o animal não tenha personalidade jurídica de pessoa humana, adquire personalidade própria, de acordo com a sua espécie, sensibilidade e natureza biológica. Assim, a natureza jurídica *sui generis* facilita o reconhecimento e a tutela do direito dos animais, que conseguirão ser postulados por sujeitos específicos que agridem com legitimidade substitutiva (BRASIL, 2019).

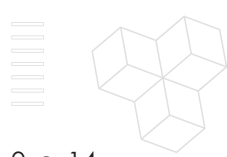
As propostas de alteração legislativa fomentam as famílias multiespécies, nas quais as relações entre humanos e animais são baseadas na afetividade, na ternura e no respeito (LIMA, 2015). Todavia, apesar desse arranjo familiar estar cada vez mais presente na sociedade, não há legislação para amparar o convívio com os animais de estimação após o afastamento gerado pelo término de uma relação conjugal em que o animal fica com o genitor não guardião.

#### **4 RUPTURAS: O AFASTAMENTO ENTRE O ANIMAL DE ESTIMAÇÃO E OS FILHOS**

A presença dos animais de estimação nas famílias e o desenvolvimento do afeto intenso dessa relação gera benefícios para todos os membros familiares. Costa (2018) preconiza que os animais de estimação promovem a melhoria da qualidade de vida, além de diminuir os sentimentos de solidão, proporcionando um estado de felicidade obtido pelo simples convívio, além de outros benefícios que são imensuráveis.

Nesse sentido, é importante observar que Zwetsch (2015) declara que existem mais animais de estimação do que crianças nas famílias brasileiras, são cerca de 52,2 milhões de cachorros e 22,1 milhões de





gatos contra 44,9 milhões de crianças e adolescentes entre 0 e 14 anos. Zwetsch (2015) frisa que a atuação dos animais de estimação é de substitutos emocionais e ajudam na motivação quando as pessoas se encontram sozinhas, diminuindo sua solidão.

No seio familiar, Lima (2015) entende que os animais assumiram a função de companhia para adultos e crianças, simultaneamente às transformações familiares. Para Tatibana e Costa-Val (2009), as crianças tornam-se mais afetivas, solidárias, sensíveis, desenvolvem maior senso de responsabilidade e compreendem melhor o ciclo da morte quando convivem com animais de estimação. Além disso, o animal de estimação promove a melhora da autoestima da criança, estimula a convivência social e a prática de exercícios físicos, além de estimular o desenvolvimento de sentimentos positivos.

Barbosa (2013), afirma que a relação ser humano-animal minimiza os sentimentos de solidão e angústia, assim, sem a presença do animal surge a solidão. Barbosa (2013) constatou ainda que a perda, o afastamento do animal de estimação, gera sofrimento e mudanças na vida de uma pessoa. Os benefícios da convivência das crianças com os animais de estimação são indiscutíveis. Para Dotti (2014), as crianças que têm animais de estimação são mais sensíveis e compreendem melhor os sentimentos de outras pessoas, desenvolvem empatia, tornam-se mais espertas, desenvolvem rapidamente a coordenação motora, o campo visual e a interpretação com o mundo exterior, adquirem uma série de características positivas. Dessa forma, o afastamento entre a criança e o animal de estimação é totalmente prejudicial para o seu desenvolvimento pessoal e espiritual, gerando lacunas imensuráveis na vida.

Nessa toada, é notório que os animais de estimação promovem inúmeros benefícios para as crianças ao longo do seu desenvolvimento, contudo, quando a sociedade conjugal se dissolve, o infante não



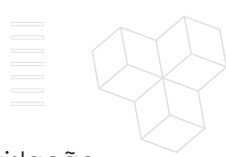


pode ser privado do convívio direto com o animal de estimação, não sendo saudável romper os vínculos após o rompimento das relações afetivas. Jeckel (2016) considera que, por esse motivo, os tribunais têm se deparado com situações que ainda não foram positivadas em lei, como sucede nos divórcios ou dissoluções de relações afetivas de casais que possuem filhos e animais de estimação sem que tenham chegado a um acordo a respeito da guarda do animal.

Desta forma, segundo Costa (2002), na ruptura familiar o regime de bens pré-estabelecido entre o casal irá projetar a divisão dos bens de forma justa e equilibrada, para casais com filhos serão assegurados os interesses do infante definindo a modalidade de guarda, visitação e pensão alimentícia, prezando-se pelo princípio do melhor interesse do menor. Ainda conforme Silva (2015), a presença de animais de estimação no momento da ruptura familiar traz um impasse quanto ao procedimento aplicável, não mais considerando os animais não humanos como coisas ou objetos, mas sim como seres que possuem sentimentos e sensações como nós humanos. O artigo 5º da Constituição Federal, juntamente com o artigo 1º da Declaração dos Direitos dos Animais, de maneiras diferentes, remetem ao tratamento igualitário entre os seres, ou seja, a igualdade de tratamento.

Diante deste cenário, no Brasil as rupturas de família multiespécie geram muitas vezes disputas que somente existem por causa dos vínculos emocionais e das relações afetivas entre humanos e animais de estimação. As demandas da família multiespécie alcançaram respaldo no poder judiciário, especialmente em varas de família (CHAVES, 2015). Desse modo, enfrenta-se hoje demandas nesse novo contexto sociojurídico, discutindo-se a posse, a guarda, alimentação e visitas com o fim da relação conjugal. No ordenamento jurídico pátrio, as demandas relativas à guarda, alimentos e visitas de animais têm se tornado comuns, as lides são resolvidas por analogia à legislação de





família, relativa a guarda dos filhos, e também é observada a legislação atinente à propriedade. Diante da falta de legislação específica, fica no poder dos magistrados resolver o mérito das questões.

Dessa forma, as decisões estão sendo tomadas, conforme explica Chaves (2015), de acordo com o critério do melhor interesse do animal. São igualmente levados em consideração o bem estar do animal, condições de vida, frequência que o proprietário irá interagir com o animal e a afeição pelo animal.

Diante dessas considerações, explana-se o caso do cachorrinho Dully, o recurso de apelação cível número 0019757-79.2013.8.19.0208 chegou no ano de 2015 à 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, contra a decisão da 5ª Vara de Família do Fórum Regional do Meier, a demanda original consistia na dissolução de união estável cumulada com partilha de bens e guarda de semovente, movida pela apelada em face do apelante. A lide foi julgada parcialmente procedente reconhecendo o pedido de dissolução de união estável, foi definido que a posse do cão Dully ficasse com a mulher em razão de ter comprovado sua legítima propriedade. As razões do apelante foram no sentido de que o cachorrinho Dully foi um presente seu à apelada, em momento dissabor enfrentado pelo casal, em razão de um aborto natural sofrido pela apelada, dessa forma o vínculo afetivo construído em torno do animal deveria ser mantido. O recurso de apelação foi contra a sentença, tendo em vista a ausência de previsão normativa regente sobre o tema, contudo, o Tribunal decidiu que o apelante tivesse consigo a companhia do cão Dully, exercendo sua posse provisória, facultando-lhe buscar o cão em fins de semana alternados, das 10h de sábado às 17h de domingo (RIO DE JANEIRO, 2015).

Não obstante, ainda que inexista previsão legal específica para tais demandas, a maioria dos precedentes judiciais têm determinado





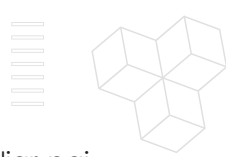


que os animais possuem valor subjetivo único e perante a amplitude atual do conceito de família, do princípio da pluralidade familiar e da evolução dos direitos dos animais e o lugar que estes passaram a ocupar, é possível aplicar as regras de guarda e custódia de filhos com devidas adaptações até a criação de um estatuto próprio que abranja todas as peculiaridades da relação entre humanos e animais de estimação (CHAVES, 2015). Assim, as relações afetivas construídas ao longo do tempo entre os animais de estimação e as crianças não devem ser rompidas, mas sim preservadas (LIMA, 2015). Nesta lacuna legal, cria-se a necessidade de o próprio infante reivindicar o direito de convivência do animal de estimação. A necessária regulamentação faz-se urgente, entre outros fatores, para que haja uma uniformização de decisões dos tribunais em relação ao assunto, pois o magistrado acaba decidindo conforme seu entendimento, trazendo grandes inseguranças para essas relações jurídicas.

## **5 DIREITO DE CONVIVÊNCIA ENTRE OS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO E OS FILHOS APÓS AS RUPTURAS RELACIONAIS**

O direito à convivência familiar é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A criança e o adolescente têm o direito de conviver com proteção e amor, desenvolvendo o afeto necessário para seu crescimento. Dessa forma, conforme Custódio e Veronese (2009), todos os atos que se relacionam ao desenvolvimento dos menores devem obedecer ao critério da perspectiva do seu melhor interesse, assim, é dever das famílias, da sociedade e do Estado promover o direito à convivência familiar.





A família é o primeiro vínculo adquirido, o padrão familiar pai, mãe e filhos, reinventou-se formando inúmeros outros agrupamentos familiares. Na família multiepécies, composta por animais de estimação e humanos, também deve ser assegurado o direito de convivência, sendo que a convivência familiar é além de um direito uma necessidade (ZEVIANI; BURARRELI, 2019).

Para assegurar o direito de convivência, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece que toda vez que houver a fixação de guarda, de acordo com o Código Civil (BRASIL, 2002), será obrigatoriamente estabelecido o direito de convivência. Rosa (2016) também traz a denominação do direito de visitas. O direito de convivência está arraigado no artigo 1.589 do Código Civil (BRASIL, 2002), sendo que o genitor que não possuir a guarda do filho terá o direito de visita-lo e tê-lo em sua companhia.

Diniz (2012) aborda o direito de convivência como o dever que o pai e mãe têm de não só se encontrar e comunicar com os filhos menores conforme as condições determinadas judicialmente, mas também de velar pela sua qualidade de vida, educação e desenvolvimento. O direito de convivência é interesse prioritário das crianças e deve ser observado sobre o princípio do melhor interesse da criança. Segundo Costa (2002), o princípio do melhor interesse da criança tem o intuito de proteger aqueles que não podem fazê-lo por conta própria, devendo o bem estar da criança se sobrepor aos direitos dos pais.

Dessa forma, a convivência da criança com o animal de estimação deve ser preservada diante da dissolução do vínculo conjugal dos genitores. É comprovado cientificamente que os animais de estimação aumentam a qualidade de vida dos infantes, proporcionam ainda um estado de felicidade obtido pelo convívio. O convívio das crianças com os animais de estimação, na família





multiespécie, faz com que ela se torne mais afetiva, solidária, sensível, com maior senso de responsabilidade, ainda estimula a prática de exercícios físicos, além disso os animais de estimação prestam de forma ampla apoio emocional para a criança (COSTA, 2018).

Assim, o laço afetivo formado entre a criança e animal de estimação dentro das famílias multiespécies deve ser preservado na dissolução da união dos genitores. Nos casos da dissolução do vínculo conjugal, há divergências quanto aos procedimentos adequados que se aplicam. Observando que os animais para o Código Civil brasileiro tratam-se de bens semoventes, aplicando a letra da lei, enquadraram-se nas hipóteses de partilha. Em contrapartida, as famílias multiespécies possuem estreitos laços de afetividade entre os animais para com os seus donos, não se equiparando, na prática, como os demais bens suscetíveis às modalidades de partilha. Não obstante, no âmbito científico e biológico e no texto constitucional, verifica-se os animais como objetos, assim como prevê o Código Civil (SILVA, 2015).

Não havendo consenso entre o casal, nos casos de dissolução da união é preciso recorrer ao Poder Judiciário para resolver a lide, todavia depara-se com a inaplicabilidade do regime indicado pela lei, sendo o animal de estimação um bem regendo-se pela partilha de bens. O Poder Judiciário depara-se com a impossibilidade de aplicar aos animais o regime de bens e surge o impasse de como definir o futuro do animal doméstico. Em diversas lides foram resolvidas com a aplicação por analogia ao direito de família, uma vez que versa sobre guarda e visitação (SILVA, 2015).

Entretanto, diante desse contexto, a aplicação dos institutos de Direito de Família fica exclusivamente a critério pessoal do Magistrado, uma vez que não existe na legislação uma padronização das soluções para tais lides. Para Rocha (1995) é importante adotar a solução mais apta a alcançar os fins colimados, não estando o





juiz obrigado a observar os critérios da legalidade estrita na tomada de decisões, as quais se fundamentam, inúmeras vezes, em critérios de conveniência e oportunidade. Dessa forma, o Poder Judiciário assume a discricionariedade de legislar a sobre o futuro das famílias multiespécies, sem nenhuma instrução explícita emanada da lei. É necessário, ainda, observar a desarmonia das decisões provocadas pelos diversos entendimentos dos Magistrados. Embora cresçam as demandas, em muitas situações os garantidores da lei olham essa abordagem com uma visão preconceituosa em razão da caracterização dos animais de estimação como bens (MARINHO, 2019).

Todavia, outros magistrados, com base na ponderação dos princípios e analisando cautelosamente os casos, não aplicam a caracterização dos animais de estimação como bens, conforme prevê o Código Civil. Deste modo, a judicialização da demanda irá depender única e exclusivamente do ponto de vista do juiz, se apresenta uma visão conservadora ou contemporânea visto que o arcabouço legal é infinito (MARINHO, 2019).

Diante deste contexto, surge muitas vezes uma lacuna na convivência da criança com o animal de estimação. O rompimento da convivência contínua gera para ambos prejuízos na qualidade de vida. Para Roma (2015), a criança pode desenvolver o aumento da ansiedade, a perda da confiança, diminuição da sensação de segurança emocional nos genitores, além da perda de autoestima. Quanto ao animal de estimação, segundo Odendaal (apud ROMA, 2015, p. 37), pode afetar negativamente em quadros fisiológicos relacionados ao stress do animal e estado de tristeza.

Desse modo, são inevitáveis os prejuízos do afastamento da criança com o animal de estimação na dissolução da sociedade conjugal na família multiespécie. O vínculo familiar deve ser mantido





e assegurado pelo direito de convivência, preservando o melhor interesse da criança. Assim, para manter a efetiva convivência entre a criança e o animal de estimação, é possível estabelecer o instituto da guarda compartilhada para ambos. Madaleno (2016) aborda a guarda compartilhada no contexto em que os pais devem tomar decisões harmoniosas para que o fato da separação conjugal não seja lembrado com sofrimento.

A Lei 13.058/2014 regulamentou este instituto, positivando que o tempo de convívio dos filhos com os genitores deve ser estabelecido de forma equilibrada (BRASIL 2014). Para Madaleno (2016), a guarda compartilhada deve ser compreendida como o coexercício dos pais acerca da responsabilidade do desenvolvimento sadio dos filhos menores, relacionando ao princípio da corresponsabilidade familiar implicado nas atribuições relativas à vida diária do filho, sem a necessidade de habitar o mesmo teto, para assim efetivar a convivência da criança com o animal de estimação e para garantir um desenvolvimento saudável de ambos e igualmente visando o melhor interesse da criança e do animal ao decidir a guarda no termino da relação conjugal (OLIVEIRA, 2019).

Conforme exposto, em que pese na legislação atual constar apenas os vínculos familiares entre pais e filhos, deve-se passar a considerar de forma diferente. As famílias multiespécies são uma realidade e estão casa vez mais presentes, portanto, deve haver uma legislação que verse sobre tal situação (OLIVEIRA, 2019). Na carência de uma legislação que trate sobre o assunto devidamente, deve ser aplicada por analogia a legislação atual que versa sobre os direitos de convivência, com fundamento no melhor interesse da criança, adolescente e bem estar do animal de estimação. Em se tratando de crianças envolvidas, ante todos os benefícios que a permanência do animal de estimação acarreta à criança, deve ser preferencialmente





mantido o animal de estimação sob a guarda do genitor que detém também a guarda da criança.

## 6 CONCLUSÃO

Conforme desenvolvido durante o artigo, restou demonstrado a inexistência de legislação específica que ampare as famílias multiespécies e os animais de estimação, essa lacuna jurídica gera insegurança para esse agrupamento familiar, sendo que no momento de sua dissolução não existem procedimentos específicos a serem adotados, restando aos magistrados resolver o mérito dessas questões. Ainda há carência de uma classificação coerente para os animais de estimação, uma vez que o Código Civil os classifica como semoventes e projetos que objetivam torná-los seres sencientes ainda não foram aprovados pelo Poder Legislativo. Assim, faz-se necessário uma abordagem que considere os animais de estimação integrantes do seio familiar e possuidores de natureza jurídica *sui generis*.

Considerando a dissolução da sociedade conjugal na família multiespécie esta reproduz disputas em face dos infantes e dos animais de estimação gerados pelos vínculos emocionais e pelas relações afetivas formadas na constância da união, os filhos e os animais de estimação perderiam o convívio íntimo e direto devido à separação, gerando inúmeros prejuízos para ambos.

Apesar de reconhecer novos agrupamentos familiares, e considerar família todo e qualquer agrupamento de pessoas dotado de amor, afeto e independentes de laços sanguíneos, a realidade é que atualmente o ordenamento jurídico brasileiro não atende o novo contexto sociojurídico das famílias multiespécies. Nessa circunstância os animais de estimação como membros familiares não devem ser tratados como objetos e considerando a separação conjugal deve-se





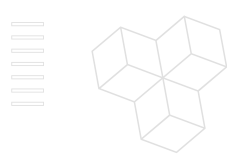
aplicar por analogia os institutos previstos no direito de família: guarda com possibilidade de aplicação da guarda compartilhada, além de alimentos e visitas em face do animal de estimação.

Em se tratando de casais que possuam crianças e considerando todos os benefícios da relação com o animal de estimação para a criança e para a garantia efetiva do direito de convivência, sugere-se a aplicação do instituto da guarda compartilhada para a criança e o animal de estimação como maneira de promover o melhor interesse dos dois, preservando os vínculos familiares. Com a instituição da guarda compartilhada os prejuízos decorrentes da separação conjugal seriam minimizados, uma vez que a criança preserva os laços com os genitores, os quais devem tomar decisões harmoniosas e igualmente preservar os vínculos afetivos com o animal de estimação.

Portanto, atingindo o objetivo do presente artigo, em uma análise sucinta acerca do tema, sugere a criação de um estatuto que abranja todas as particularidades da relação afetiva entre os seres humanos e os animais de estimação. Da forma, que sejam garantidos os direitos fundamentais da família multiespécies, afim de uniformizar as decisões dos tribunais em relação ao assunto.

Por conta da alta sensibilidade do tema, o presente artigo não é suficiente para sugerir precisamente as alterações necessárias, mas serve como impulsionador de questionamentos e fomentador de ideias, para que futuramente, o direito de família esteja em harmonia com as famílias multiespécies preservando o direito à dignidade humana, melhor interesse do menor e os princípios da pluralidade familiar, afetividade e socioafetividade.





## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Cibele Vieira. **Quando o melhor amigo é um cão**: reflexões sobre o impacto da morte de animais de estimação. 2013. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade do Vale do Ipojuca-FAVIP, Caruaru, 2013.

BEVILAQUA, Clovis. **Direito de família**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

BLOUIN, David. Animais de adoração. **Revista Planeta**, n. 465, 2011. Disponível em: <https://www.revistaplaneta.com.br/animais-de-adoracao/>. Acesso em: 3 abr. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 10.406/2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, 10 jan. 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm#:~:text=LEI%20N%20o%2010.406%2C%20DE%2010%20DE%20JANEIRO%20DE%202002&text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20Civil.&text=Art.,e%20deveres%20na%20ordem%20civil](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm#:~:text=LEI%20N%20o%2010.406%2C%20DE%2010%20DE%20JANEIRO%20DE%202002&text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20Civil.&text=Art.,e%20deveres%20na%20ordem%20civil). Acesso em: maio 2020.

BRASIL. **Lei 13.058/2014**. Altera os arts. 1.583, 1.584 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm). Acesso em: maio 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 6054 de 2019**. Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a natureza jurídica dos animais não humanos. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1198509&filename=PL+6054/2019+%28N%C2%BA+Anterior:+PL+6799/2013%29](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1198509&filename=PL+6054/2019+%28N%C2%BA+Anterior:+PL+6799/2013%29). Acesso em 09 dez 2019.





BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial 945283 RN 2007/0079129-4**. Relator Ministro Luiz Felipe Salomão. 15 set. 2009. Disponível em: [https://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STJ/IT/RESP\\_945283\\_RN\\_1263882535530.pdf?AWSAccessKeyId=AKIARMMD5JEAD4VJ344N&Expires=1603377572&Signature=iLY6Gq2OV1A%2FXb5U0WvjJO6KR6o%3D](https://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/STJ/IT/RESP_945283_RN_1263882535530.pdf?AWSAccessKeyId=AKIARMMD5JEAD4VJ344N&Expires=1603377572&Signature=iLY6Gq2OV1A%2FXb5U0WvjJO6KR6o%3D). Acesso em: 15 out. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 898.060**. Relator: Ministro Luiz Fux, Santa Catarina, 22 de setembro de 2016. São Paulo. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE898060.pdf>. Acesso em: maio 2020.

CARDIN, Valéria Silva Galdino; VIEIRA, Tereza Rodrigues. On multi-species families: pets as subject of rights in cases of marital dissolution. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 12, 2017.

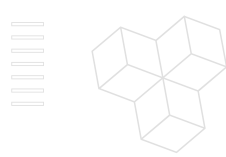
CHAVES, Marianna. **Disputa de guarda de animais de companhia em sede de divórcio e dissolução de união estável**: reconhecimento da família multiespécie? 2015. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/1052/Disputa+de+guarda+de+animais+de+companhia+em+sede+de+div%C3%B3rcio+e+dissolu%C3%A7%C3%A3o+de+uni%C3%A3o+est%C3%A1vel%3A+reconhecimento+da+fam%C3%ADlia+multiesp%C3%A9cie%3F>. Acesso em: 03 abr. 2020.

COSTA, Antonio Carlos Gomes. **Natureza e implantação do novo Direito da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

COSTA, Deborah Regina Lambach Ferreira da; FERREIRA, Fabiano Montiani. O direito dos animais de companhia. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 13, n. 2, 2018.

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças esquecidas**: o trabalho infantil doméstico no Brasil. Curitiba: Multidéia, 2009.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 11. ed. Revisada e atualizada. São Paulo, 2016.



DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: teoria geral do direito civil. 29. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. v. 1.

DOTTI, Jerson. **Terapia & animais**. Editora Livrus, 2014.

FARACO, Ceres Berger *et al.* **Interação humano-cão**: o social constituído pela relação interespecie. 2008. 112 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FARACO, Ceres. **Família Multiespecie é tendência mundial**. Fortaleza: Diário do Nordeste, 28 maio 2010.

GAZZANA, Cristina; SCHMIDT, Beatriz. **As configurações e vínculo comunitários de estimação em uma perspectiva de Família Multiespecie**. 2015. 18 f. Artigo Científico - III Congresso de Pesquisa e Extensão da Faculdade da Serra Gaúcha, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <http://ojs.fsg.br/index.php/pesquisaextensao/article/view/1600/1487>. Acesso em: 09 dez. 2019.

GEISSLER, Ana Cristina Jardim; POZZATTI JUNIOR, Ademar; DISCONZI, Nina. Reconhecimento dos animais de estimação como membros da família multiespecie, no ordenamento jurídico-brasileiro. *In: Fronteiras da bioética: os reflexos éticos e socioambientais*. Caxias do Sul: Educus, 2017. p. 13.

JECKEL, Michele Sanches Barbosa. Guarda compartilhada de animais no divórcio. *In: Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões*, Porto Alegre: Lex-Magister IASP, v. 11, p. 129, mar./abr. 2016.

LIMA, Maria Helena Costa Carvalho Araújo. Considerações sobre a família multiespecie. *In: V REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA / XIV REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE*. 15., Arábicos, 2015, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: UFAL, 2015.





LÔBO, Paulo Luiz Netto. A Repersonalização das Relações de Família. In: DEL' OLMO, Florisbal de Souza; ARAÚJO, Luís Ivani de Amorim (coord.).

**Direito de família contemporâneo e novos direitos:** estudo em homenagem ao Professor José Russo. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MADALENO, Rolf. **Direito de família.** Editora Forense, 2018.

MARINHO, Luiza Martins. **Os animais de Estimação sob a ótica dos processos de dissolução conjugal das famílias multiespécies.** 2019. 70 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal Fluminense, Macaé, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/11005/1/TCC%20-%20Os%20animais%20de%20estima%C3%A7%C3%A3o%20sob%20a%20%C3%B3tica%20dos%20processos%20de%20dissolu%C3%A7%C3%A3o%20conjugal%20das%20fam%C3%ADlias%20multiesp%C3%A9cies%20%28Lu%C3%ADza%20Marinho%29.pdf>. Acesso em: out. 2020.

OLIVEIRA, Amanda Damianne Prata de. **A adequabilidade da aplicação do instituto da guarda aos animais de estimação nos casos de rompimento do vínculo familiar conjugal.** 2019. 52 f. Monografia (Graduação em Direito) – Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

OLIVEIRA, Marco Aurélio de Souza e; BATISTA, Yann Almeida; ALVES NETO, Fausto Amador. **Breves apontamentos acerca do destino do animal de estimação após a dissolução conjugal.** 2018. Disponível em: [https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/breves\\_apontamentos\\_acerca\\_do\\_destino\\_do\\_animal\\_de\\_estimacao\\_apos\\_a\\_dissolucao\\_conjugal.pdf](https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/breves_apontamentos_acerca_do_destino_do_animal_de_estimacao_apos_a_dissolucao_conjugal.pdf). Acesso em: 15 set. 2020.

PARÁ. Tribunal de Justiça do Pará. **Apelação Cível Nº 0001405-98.2015.8.14.0028.** Relator Des. Edinéa Oliveira Tavares. Marabá, 2018. Disponível em: <https://tj-pa.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/804286673/apelacao-civel-ac-14059820158140028-belem?ref=serp>. Acesso em: 15 out. 2020.





PASTORI, Erica Onzi. **Perto e longe do coração selvagem**: um estudo antropológico sobre animais de estimação em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

PEREIRA, Rodrigo Cunha Pereira. A Revolução do Amor. In: PEREIRA, Rodrigo Cunha Pereira (org.). **Tratado de direito das famílias**. Belo Horizonte: IBDFam, 2015.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. **Apelação 0019757-79.2013.8.19.0208** - 22.ª Câm. Civ. - Relator Des. Marcelo Lima Buhatem. J. 27/01/2015. Diário de Justiça Eletrônico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/posse-compartilhada-cao-estimacao.doc>. Acesso em: 09 dez. 2019.

RITTO, Cecília; ALVARENGA, Bianca. A casa agora é deles. **Revista Veja**, Editora Abril, ed. 2429, 2015.

ROCHA, José de Albuquerque. **Estudos sobre o poder judiciário**. São Paulo: Malheiros, 1995.

ROMA, Renata Paula da Silva. **A influência do cão na expressividade emocional de crianças com transtorno do espectro do autismo**. 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ROSA, Conrado Paulino da. **Curso de direito de família contemporâneo**. Salvador: Juspodivm, 2016.

ROSA, Conrado Paulino da. **IFamily**. Saraiva Educação SA, 2017.





SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Apelação Cível Nº 2010.0399654**. Relator: Des. Eládio Torret Rocha, Blumenau, 2010. Disponível em: <https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1104087849/apelacao-civel-ac-20100399654-blumenau-2010039965-4?ref=serp>. Acesso em: 15 out. 2020.

SEGUIN, Élida; ARAÚJO, Luciane Martins de; CORDEIRO NETO, Miguel Dos Reis. Uma nova família: a multiespécie. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, n. 82, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/retrieve/107527/%c3%89lida%20S%c3%a9guin2.pdf>. Acesso em: maio 2020.

SHIR□VERTESH, Dafna. Flexible personhood: Loving animals as family members in Israel. **American Anthropologist**, v. 114, n. 3, p. 420-432, 2012.

SILVA, Camilla Dantas Gonçalves da *et al.* **A(s) família(s) sob a ótica da afetividade**: uma análise da personalização das relações familiares. 2018. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2018.

SILVA, Camilo Henrique. Animais, divórcio e consequências jurídicas. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 12, n. 1, p. 102-116, jan./jun. 2015.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Tradução de Marly Winckler. Salvador: Evolução, 2008.

TATIBANA, Lilian Sayuri; COSTA-VAL, Adriane Pimenta da. Relação homem-animal de companhia e o papel do médico veterinário. **Projeto de Educação Continuada**, Minas Gerais, 2009.





UNESCO. Declaração Universal dos Direitos dos Animais, 17 de janeiro de 1978. **Assegura os direitos básicos dos animais não-humanos.** Proclamada Solenemente em 15 de outubro de 1978. Disponível em: <http://www.urca.br/ceua/arquivos/Os%20direitos%20dos%20animais%20UNESCO.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2019.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo; POLI, Leonardo Macedo. O reconhecimento da família poliafetiva no brasil: uma análise à luz dos princípios da dignidade humana, autonomia privada, pluralismo familiar e isonomia. **Revista Duc In Altum: Cadernos de Direito**, v. 7, n. 13, 2015.

ZEVIANI, Alexiani Kristy Winter; BUTARELLI, Gianete Paola. Adoção tardia e o direito à convivência familiar e comunitária. **Revista InterJuris**, v. 1, n. 8, p. 135-174, 2019.

ZWETSCH, Lívia Borges. **Guarda de animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da conjugalidade.** Florianópolis: Empório do Direito, 2015.





# SER FILHO E IRMÃO NA PERSPECTIVA DO PRIMOGÊNITO

Patrícia Tomazelli<sup>1</sup>  
Michele Gaboardi Lucas<sup>2</sup>

## RESUMO

Em um sistema familiar, cada membro tem seu papel. Ao visualizar o sistema da fratria/filhos, sabe-se que cada filho será diferente e assim contribuirá de forma diferente dentro do sistema familiar. Com isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa exploratória com estudo de caso múltiplo, que buscou ouvir qual é a autopercepção do primogênito sobre seu papel dentro do contexto familiar, compreendendo como ele se vê dentro de sua família como filho e irmão. Participaram da pesquisa dez sujeitos filhos primogênitos entre 16 e 24 anos. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas individualmente com cada participante, os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2009) e elencaram-se as seguintes categorias: exigências, sentimentos e importância dos irmãos.

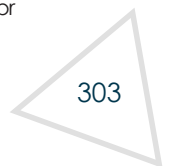
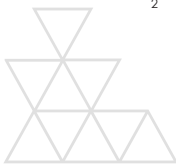
**Palavras-chave:** irmãos; fratria; primogênito.

## 1 INTRODUÇÃO

Todo sujeito nasce, cresce e se desenvolve dentro de uma família, seja biológica, seja adotiva. Quando este sujeito torna-se adulto, é provável que ele constituirá uma nova família, que não será igual a família em que viveu, mas terá muitos traços dela. Cada família encontra um jeito único de ser, e entre momentos agradáveis e difíceis cada família vai se moldando e aprendendo a ser família.

<sup>1</sup> Psicóloga; Especialista em Terapia Familiar Sistêmica; patricia09tomazelli@gmail.com

<sup>2</sup> Psicóloga; Mestre; Professora na Unoesc Campus Chapecó, michele.lucas@unoesc.edu.br





Todas as famílias, desde seu início, passam por diferentes ciclos familiares, cada ciclo traz consigo mudanças que exigem reorganizações e novas adaptações. Sendo a família um sistema, estes ciclos envolvem toda a família, alguns deles podem ser vivenciados com mais naturalidade, já outros podem ser mais complexos.

Dentro de uma família cada membro tem uma função, entretanto, não há uma regra que determine que tenha de ser de uma forma ou de outra, e que uma determinada função é de responsabilidade exclusiva de determinado membro. O importante na definição dos papéis dentro do sistema familiar é que estes sejam claros e saudáveis para o membro que o desempenha e para o sistema familiar como um todo.

O primeiro filho nasce e transforma o homem e a mulher, que até então eram apenas um casal, em pai e mãe, e mais, é a partir do nascimento do primeiro filho que o casal se torna uma família. Desde este momento o filho já recebe funções que vão determinar qual será seu papel no decorrer dos anos.

A chegada do(s) filho(s) seguinte(s) já tem uma nova dimensão, pois, mesmo sendo em outro momento e tendo uma proporção única, o casal já tem a experiência de ser pai e mãe, e já teve vivências na família que constituiu. O filho primogênito, por sua vez, vivenciará um novo papel, pois ele que até então era apenas o filho, agora passa a ser filho e irmão. O nascimento do segundo filho constitui, de maneira simultânea, o início da relação fraterna e do conflito intrageracional (SILVA; LUCAS, 2020).

A convivência com os irmãos é uma experiência rica dentro do subsistema da fratria, pois no relacionamento entre irmãos um aprende com o outro tanto nos momentos harmônicos quanto nos momentos conflitivos. A partir de todos estes fenômenos que ocorrem dentro do sistema familiar, buscou-se, por meio desta pesquisa,







compreender: Qual é a autopercepção do filho mais velho sobre seu papel na família?

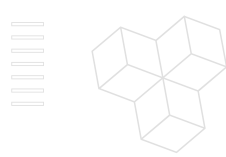
## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 UM OLHAR SISTÊMICO SOBRE AS FAMÍLIAS

Compreendendo a família sob uma perspectiva de circularidade, logo a percebemos como um grande sistema. Este sistema denominado família é composto por vários subsistemas. De acordo com Falceto (2008), uma família nuclear é formada basicamente por dois subsistemas. O primeiro subsistema é o do casal, esse tem como função exercer as relações conjugais e parentais, em que é fundamental que a principal aliança hierárquica seja entre o casal. Ou seja, se houver uma triangulação (inclusão de um terceiro) sendo na maioria das vezes um dos filhos, em uma questão cuja função seja parental ou conjugal, o casal fragilizará seu subsistema. O relacionamento com a família de origem de cada cônjuge é importante, mas a unidade básica deve ser mantida entre o casal.

O segundo subsistema de uma família nuclear, de acordo com Falceto (2008), é o subsistema fraternal. Neste subsistema, mesmo com os irmãos estando em uma mesma posição hierárquica no sistema familiar, cada um têm funções e papéis diferentes na família de acordo com a idade de cada um. Sabe-se que muitas famílias não são compostas por pai, mãe e filhos, como neste exemplo de família nuclear; assim, outros subsistemas podem estar presentes, quando avós, tios ou outras pessoas coabitam juntos no mesmo sistema.





## 2.2 O FILHO PRIMOGÊNITO

O nascimento do primeiro filho gera uma mudança drástica na vida do casal, bem como de toda a família extensa. Essa é a principal mudança entre todos os outros ciclos de vida da família, pois com a chegada de uma criança o casal que até então desempenhava papel de filhos agora se tornam pais, e tornar-se pais implica em renunciar muitas outras coisas para assumir novas responsabilidades (MATOS; MAGALHÃES, 2014).

Sendo assim, o primogênito dá início à família, que antes era apenas um casal.

Com a transição para a paternidade, a família se torna um grupo de três, o que a transforma em um sistema permanente. Se um dos cônjuges sem filhos parte, não resta nenhum sistema, mas se uma pessoa deixa a nova díade do casal e do filho, o sistema sobrevive. (CARTER; MCGOLDRICK, 2001, p. 42).

Porém, apesar de ser o primeiro filho aquele que torna o casal uma família, também há possibilidade de, a partir de seu nascimento, que os conflitos do casal se intensifiquem, pois o casal precisa se reorganizar com seu tempo, trabalho, vida financeira. Assim, se o casal não for resiliente a ponto de conseguir lidar com os fatores estressores após a chegada do filho, pode haver a ruptura do relacionamento, levando à separação (GOUVEIA; PIRES; HIPÓLITO, 2015).

Apesar de o nascimento do filho primogênito implicar em uma série de dificuldades a serem vivenciadas pelo casal, o nascimento do primeiro filho também pode ser compreendido como uma meta atingida pelo casal, resultando na realização pessoal de ambos os cônjuges. (GOUVEIA; PIRES; HIPÓLITO, 2015). De acordo com Oliveira e Cerveny (2010), com a tríade o vínculo que surge entre os pais e o





filho torna-se laços fortíssimos, e mesmo sendo o nascimento da família uma experiência desafiadora, este momento traz a todos riquíssimas aprendizagens.

A partir da chegada do segundo filho o casal já é pai e mãe, e já sabem como desempenhar este papel, entretanto, surge na família um novo subsistema, a fratria. E novas adaptações precisam ser feitas, pois filho até então único precisará aprender a conviver com alguém que pertencerá ao mesmo subsistema que o seu, e cuidados e atenção, presentes até então de forma exclusiva, precisarão ser divididos.

## 2.3 A CHEGADA DE MAIS UM FILHO E O NASCIMENTO DE UM IRMÃO MAIS VELHO

O nascimento de mais um filho colocará o filho primogênito na condição de irmão, e é mais uma das mudanças que ocorrem dentro do ciclo de vida familiar que exige da família adaptação e mudanças de comportamento.

Carter e McGoldrick (2001) destacam que o nascimento de um irmão é um acontecimento nodal dentro do sistema familiar, pois com a chegada de mais um filho desestrutura a estabilidade que anteriormente a tríade (pai, mãe e primogênito) viviam. Agora, esse novo membro que constitui a família exige atenção e cuidado, e as tarefas de cuidado da casa e do primogênito precisam ser reorganizadas. Mesmo que o casal faça maior esforço para continuar dando atenção ao primogênito, essa atenção não é mais exclusiva.

As mudanças na família podem ser sentidas ainda na gestação do segundo filho. De acordo com Pereira e Piccinini (2011), durante a gestação, há certo afastamento da mãe com seu filho primogênito, pois ela passa a contar com mais ajuda de sua rede de apoio e





deixa alguns cuidados de seu filho a terceiros, inclusive na hora da hospitalização para o parto, onde passa alguns dias totalmente afastada do seu filho mais velho.

Outro fator relevante que ocorre ainda durante a gestação é a formação dos vínculos fraternos. De acordo com Oliveira e Cervený (2010), o início da construção do vínculo fraterno ocorre desde o momento em que o irmão mais velho cria consciência da chegada do novo irmão. Com o passar do tempo, com o crescimento do irmão mais novo, o primogênito passa a se interessar mais pelo seu irmão, pois ele já sabe interagir melhor, pode participar das brincadeiras e envolver-se mais ativamente nas interações com a família, fortalecendo o vínculo entre os dois (OLIVEIRA; CERVENY, 2010).

Apesar de todas as dificuldades que precisam ser enfrentadas ao ganhar um irmão, Goldsmid e Carneiro (2011) relatam que, mesmo não sendo possível escolher um irmão, é com ele que se divide uma boa parte da sua vida, que vai desde a carga genética até as mais profundas lembranças familiares. O vínculo fraterno inicia ainda na infância do filho mais velho, e o filho mais novo, por sua vez, vivencia isso desde o seu nascimento. Esse vínculo pode ser um dos maiores da vida de um ser humano, pois no sistema familiar os irmãos estão juntos no mesmo sistema da fratria. Isso permite que eles tenham um relacionamento que se torna muito importante para os seus desenvolvimentos, vivenciando experiências que não poderiam ser compartilhadas com outras pessoas, senão com um irmão (OLIVEIRA; CERVENY, 2010).

Para Rosset (2016), o sistema fraternal é um verdadeiro laboratório social em que as crianças terão a oportunidade de exercitar aprendizagens e comportamentos, que posteriormente serão vividos fora do sistema familiar. Este grande vínculo permite que nesta relação entre irmãos estes aprendam sentimentos "[...] da disputa, da





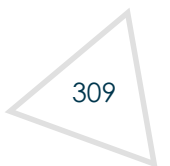
admiração, da inveja, da cooperação, da negociação, da imitação, da possibilidade de comparar-se ou diferenciar-se, do dominar, do amar, do ceder." (OLIVEIRA; CERVENY, 2010, p. 94).

Essa variedade de sentimento e a intensidade como eles são vividos podem fazer dos irmãos melhores amigos ou piores inimigos, ou ainda os dois em questão de pouco tempo. Direito à privacidade, ocupação de espaço, respeito às diferenças, exercício do poder pessoal, aprender a pertencer e a separar-se, lutar pelas suas necessidades e direitos, lidar com ciúme, rejeição, solidão e intimidade são algumas das aprendizagens que acontecem nesse espaço familiar e que podem desencadear brigas e enfrentamentos (ROSSET, 2016).

Oliveira e Cervený (2010) relatam que todo tipo de relacionamento passa por fases de vínculos: formação, manutenção e dissolução ou término. Na relação fraternal, a fase de formação inicia-se na infância, com o nascimento do irmão mais novo. Essa fase vai crescendo e se transformando no decorrer da infância e adolescência, e na vida adulta passa pela fase manutenção, em que o término somente ocorre com a morte de um dos irmãos.

Para Goldsmid e Carneiro (2011), a maioria dos autores em suas pesquisas abordam questões sobre a rivalidade dos irmãos, dando a impressão de que a fratria é sempre marcada por questões, na maioria das vezes, conflituosas. Entretanto, a relação fraterna tem sim muitos fatores positivos, e os irmãos podem ser solidários, cúmplices, companheiros, tendo uma relação extremamente saudável. Para que isso aconteça é preciso que os irmãos tenham intimidade e valores pessoais semelhantes, o que não é difícil de acontecer considerando que eles estão dentro de um mesmo contexto familiar.

Teixeira (2011) também ressalta os benefícios trazidos pela fratria, que, mesmo podendo ter conflitos, é uma fonte de apoio, na qual os





irmãos se dão segurança. Em muitos casos, a relação com os irmãos é a mais próxima e íntima da vida de um sujeito.

Uma boa relação fraterna pode ser a força que a família precisa em momentos de crise, como separação dos cônjuges, mortes ou outras dificuldades, pois os irmãos podem ser apoio uns aos outros, partilhando o sentimento e se fortalecendo em uma ajuda mútua. Muitas vezes, essa relação saudável e de companheirismo dos irmãos pode servir de modelo de aprendizagem para os próprios pais. Experiências e intimidades construídas pelos irmãos podem também ser marcas levadas para toda a vida (GOLDSMID; CARNEIRO, 2011).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho foi uma pesquisa qualitativa (GODOY, 1995), de cunho exploratória (FREITAS *et al.*, 2000), e se desenvolveu por meio de estudo de caso múltiplo (VENTURA, 2007), realizado com dez sujeitos.

Os critérios de inclusão da pesquisa foram: ser filho primogênito, ter no mínimo um irmão mais novo, residir com os pais e ter entre 16 e 25 anos. A escolha dos sujeitos foi feita por meio de bola de neve, onde "os participantes iniciais indicam novos participantes" (FREITAS *et al.*, 2000, p. 107). As entrevistas foram realizadas individualmente com cada participante. As respostas coletadas foram agrupadas e alisadas utilizando como técnica a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2009). Com isso, iniciou-se a organização da análise por meio da categorização dos resultados coletados na pesquisa.



## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

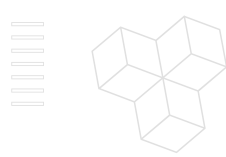
Primeiramente, apresentam-se os dados para a caracterização da amostra de participantes da pesquisa. Para preservar o anonimato dos sujeitos, optou-se por nomeá-los como: Sujeito 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

Tabela 1 – Amostra de participantes da pesquisa

Participante	Idade	Sexo	Quantidade de irmãos	Escolaridade
Sujeito 1	16	Feminino	1	Cursando Ensino Médio
Sujeito 2	16	Feminino	1	Cursando Ensino Médio
Sujeito 3	16	Feminino	2	Cursando Ensino Médio
Sujeito 4	17	Feminino	1	Cursando graduação
Sujeito 5	18	Feminino	1	Ensino Médio completo
Sujeito 6	18	Masculino	1	Ensino Médio completo
Sujeito 7	19	Feminino	2	Cursando graduação
Sujeito 8	20	Feminino	2	Ensino Médio completo
Sujeito 9	20	Masculino	1	Cursando graduação
Sujeito 10	23	Masculino	2	Graduação completa

Fonte: os autores (2021).

Após a coleta de dados realizada com os filhos primogênitos, dividiu-se em três categorias, sendo elas: categoria um: exigências; categoria dois: sentimentos; categoria três: importância dos irmãos. A categoria um, denominada exigências, subdivide-se em: subcategoria um, ser exemplo; subcategoria dois, receber mais cobranças; e subcategoria três, ter mais responsabilidade. A categoria dois, sentimentos, subdivide-se em: subcategoria um, cuidado e proteção; e subcategoria dois, divisão/perda de espaço. Por fim, a categoria três abordará a importância dos irmãos mais novos na vida do filho primogênito.



## 4.1 AUTOPERCEPÇÃO DO FILHO PRIMOGÊNITO

Em todas as famílias há uma organização, em que cada membro desempenhará determinadas funções. Nestas funções algumas exigências acontecem para que o membro realize seu papel, e tais exigências podem vir de outro membro da família ou do próprio membro que realiza uma autocobrança.

Nesta categoria exigência, a primeira subcategoria é ser exemplo. Dos dez sujeitos entrevistados nesta pesquisa, oito relataram que é função do filho mais velho ser exemplo aos seus irmãos mais novos. “É meio automático sentir uma necessidade de ser exemplo.” (Sujeito 2) (informação verbal).

Sobre a necessidade de ser exemplo, Goldsmid e Carneiro (2007, p. 298) afirmam que o filho mais velho “[...] se percebe como ‘plano-piloto’ da família, como modelo para os irmãos, que imitarão suas ideias, vontades e comportamentos.” A frase expressada pelo Sujeito 7 reafirma a teoria de Goldsmid e Carneiro (2007), quando o entrevistado afirma: “O filho mais velho em minha percepção é aquele que serve de exemplo para os irmãos, eu, por exemplo, fui a primeira a passar pelas dificuldades no relacionamento com os pais e o que percebo agora é que facilito muito para meus irmãos.” (informação verbal). Por ser aquele que vive determinadas experiências primeiro que os irmãos mais novos, o filho mais velho sente a necessidade de “ensinar” aos irmãos, facilitando o processo para eles. Isso, porém, deixa ao filho mais velho a responsabilidade de ter atitudes assertivas, pois se ele falhar, em sua percepção, estará ensinando algo que não é bom aos seus irmãos.

Perez (2002, p. 133) traz em sua pesquisa uma frase verbalizada muitas vezes nos contextos familiares: “Tu és o mais velho, deves dar o exemplo!” Com isso, percebe-se que este comportamento de ser







exemplo também é algo cobrado e esperado pelos familiares, e desde cedo o primogênito acaba sendo educado para isso, carregando consigo esta responsabilidade.

O Sujeito 9 relata como ocorre de forma natural a imitação do caçula e a necessidade de ser exemplo do primogênito. "Porque querendo ou não os mais novos nos usam como exemplo, nos imitando." (informação verbal). A imitação do irmão mais novo, que coloca o primogênito na condição de exemplo, de acordo com Perez (2002), torna-se ainda mais forte quando os irmãos são do mesmo gênero. Essa situação pode aproximar os irmãos, que, conseqüentemente, acabam tendo gostos similares, fazendo com que o primogênito seja um grande conhecedor de seu irmão, tendo abertura e conhecimento para realizar críticas, dar sugestões, opiniões, conselhos, tornando-se uma grande referência para os mais jovens.

Nesta teoria, Silveira (2002, p. 96) também expressa que "[...] o mais velho possui, assim, uma maior facilidade para inferir os sentimentos e desejos do irmão menor." Ou seja, o primogênito é capaz de se colocar no lugar do irmão, em uma condição de empatia.

Ainda sobre a condição de exemplo, Oliveira e Cervený (2010) destacam o filho mais velho como líder, reforçando a imitação dos mais novos. "Tudo o que faço com meus atos dentro e fora de casa refletem para eles [irmãos], me sinto um exemplo." (Sujeito 7) (informação verbal). O entrevistado expressa a preocupação de fazer as coisas de forma assertiva para beneficiar seus irmãos, exercendo esse papel de liderança, em que o líder, mais do que cobrar, precisa mostrar como se faz.

A cobrança em ser um bom exemplo, observada nas respostas dos entrevistados, ocorre por eles perceberem a imitação de seus irmãos, entretanto, os pais também têm uma importante influência. Assim, uma soma de fatores dentro do contexto familiar faz com que





os filhos mais velhos assumam este papel de ser exemplo, que por um lado é bom, pois o faz ser cauteloso e desejar fazer as coisas sempre da melhor forma possível. Porém, por outro lado, o peso de nunca errar pode ser um pouco penoso em seu dia a dia, trazendo-lhe sofrimentos quando isto acontece, considerando que o filho primogênito não tem a ajuda ou referência de um irmão mais velho, podendo ser tornar ainda mais difícil.

A segunda subcategoria aborda a percepção do filho mais velho em ter mais cobranças, conforme relato do Sujeito 4: “Os meus pais esperam mais de mim.” (informação verbal). As cobranças relatadas pelos primogênitos referem-se às exigências dos pais em que eles ajudem a cuidar da casa, dos irmãos, mas indo além disso, há uma grande cobrança de que tenham sucesso nas diversas áreas da vida.

Silveira (2002) afirma que a ordem de nascimento dos filhos influencia os pais com suas expectativas sobre eles, sendo que o filho mais velho recebe expectativas maiores e mais positivas. Perez (2002) também constatou em sua pesquisa, realizada com primogênitos, que as expectativas e esperanças dos adultos sobre eles são maiores. Isso é relatado pelo Sujeito 5: “Às vezes por ser mais velho as pessoas cobram mais do que o normal [...]” (informação verbal), reforçando que os motivos das cobranças são por ser o filho mais velho.

Bee (2003) compactua desta mesma afirmativa, relatando que a expectativa de maturidade pelos pais em relação ao primogênito é maior. Isso faz com que a educação que este receba seja voltada a realizações. Conforme relata o Sujeito 3: “Me sinto muito cobrada, pressionada, às vezes até mesmo sufocada.” (informação verbal). As cobranças sofridas pelos primogênitos vão além da ajuda em casa, sendo cobranças como de ingressar na faculdade, conquistar um





bom emprego, atingir um grau de destaque e agir sempre da forma que seus genitores julgam ser a melhor.

Mesmo com toda a pressão que essas cobranças em demasia podem causar na vida do primogênito, Bee (2003) relata que eles assumem essas cobranças, como se percebe no relato do Sujeito 10: “Me sinto sem permissão de ser fraco.” (informação verbal). Ou seja, isso usaria uma decepção para seus genitores, que cobram do filho nada menos do que o sucesso. Com isso, o filho assume essa necessidade de ser forte para agradar os pais.

Ter mais responsabilidade denomina-se a terceira subcategoria. Responsabilidade em cuidar dos irmãos, ajudar nos afazeres da casa, contribuir quando a família precisa tomar decisões importantes, ajudar os irmãos em suas tarefas e apoiar os pais foram verbalizações presentes nas respostas de todos os participantes.

Percebe-se que o fato de receber mais cobranças faz, automaticamente, com que os filhos mais velhos tenham mais responsabilidades diante da família. Responsabilidades estas que ajudam a definir os rumos da família, conforme expressado pelo Sujeito 10: “Minha responsabilidade na família é ajudar a obter dinheiro para poder pagar o aluguel e comida, participar nas decisões de onde a família vai morar, as mudanças que precisamos fazer.” (informação verbal). Percebe-se que há uma grande proximidade aos seus genitores, partilhando as responsabilidades de zelar pela família.

Esta responsabilidade exigida dos genitores é algo que os primogênitos pesquisados assumem como seu papel dentro do sistema. “Parece admirável, em alguns casos, o grau de comprometimento que os primogênitos possuem em relação ao bem-estar de sua família.” (PEREZ, 2002, p. 124). Auxiliam desde as questões mais práticas, como o cuidado da casa, até as mais complexas, como tomar decisões importantes. Isso é exatamente o que relata o Sujeito





2: “Além das responsabilidades da casa, ajudo a pensar nas situações que geralmente trazem conflitos, ajudo no planejamento de viagens, compras, etc...” (informação verbal). Demonstra, assim, preocupação em contribuir com diversas situações para promover benefícios à família.

Goldsmid e Carneiro (2007, p. 298) também relatam este sentimento de responsabilidade assumido pelo primogênito. “Apesar de não se sentir tão especial, possui o sentimento de ser mais importante que os demais, em uma posição hierarquicamente superior e com mais responsabilidade.” Ou seja, por ser o mais velho, precisa assumir algumas funções, sentindo-se nesta obrigação.

Outra responsabilidade assumida pelos primogênitos, de acordo com Perez (2002), é manter a ordem na família, sendo um grande mediador de conflitos, facilitando a comunicação entre os genitores e os filhos mais novos, servindo de apoio ora aos pais, auxiliando-os com conselhos e ouvindo suas angústias, ora aos irmãos, dando-lhe orientações e compreendendo seus sentimentos. Conforme relatado pelo Sujeito 9: “Ser o filho mais velho faz com que a responsabilidade seja maior... Por ser o mais velho me sinto na obrigação de proteger e cuidar.” (informação verbal). Isso expressa essa preocupação de cuidar da família.

Ao observar as três subcategorias – ser exemplo, receber mais cobranças e ter mais responsabilidades – percebe-se que todas elas estão interligadas, e uma reforça a outra, gerando um ciclo. Nota-se que autopercepção sobre seu papel no contexto familiar do primogênito é de um membro que precisa agir dentro de princípios éticos, pensando no bem-estar do restante da família, contribuindo ativamente com as necessidades que essa tem. Na segunda categoria, a primeira subcategoria relata o sentimento de cuidado, proteção. Todos os entrevistados relataram ter um carinho especial e





uma grande preocupação com seus irmãos e pela família, conforme relata o Sujeito 1 sobre o sentimento de ser o filho mais velho: “Sou o braço direito dos meus pais, preciso ter responsabilidade e cuidado.” (informação verbal).

Com isso, muitas vezes, o primogênito assume papéis dentro do sistema familiar que poderiam e, em alguns casos, deveriam ser realizados pelos genitores. O Sujeito 2 expressa uma frase que não é rara de se ouvir entre os primogênitos: “Eu vejo meu irmão como se fosse um filho... É como se meu dever fosse ser como uma segunda mãe.” (informação verbal). Para Perez (2002), quando um filho ocupa o papel de seus genitores, ele se afasta de seu subsistema, a fratria, e isso pode gerar conflitos e distanciamento entre os irmãos, conflitos esses que atingem todo o sistema, gerando uma desarmonia.

Para Goldsmid e Carneiro (2007, p. 296), “[...] ao nascer tardiamente, o bebê pode ser ‘adotado’, mobilizando no filho mais velho identificações parentais com consequentes sentimentos de ternura e proteção.” Entretanto, percebeu-se na pesquisa que não há a necessidade de uma grande diferença de idade para aflorar sentimentos paternais e maternais no primogênito, visto que o sentimento de cuidado e proteção foi relatado nos entrevistados em que a diferença de idade do irmão era grande, mas também onde a diferença entre os irmãos foi de apenas 2 anos.

Perez (2002) relata que este sentimento de cuidado é ainda mais forte quando a primogênita é mulher, e atribui isso ao papel social que ainda hoje fortalece a ideia de que a mulher deve ser educada para realizar estes cuidados no sistema familiar.

Pelo fato de nossa mãe trabalhar fora o dia todo costumamos ficar os três filhos em casa durante o dia, eu auxilio eles nas atividades da escola durante o dia e a mãe ajuda durante a noite... me sinto extremamente responsável por eles, hoje





posso dizer que entendo a preocupação de mãe. (Sujeito 7).  
(informação verbal).

Assim, durante a ausência da mãe, a filha mais velha assume seu papel de cuidado, auxílios e preocupação.

Perez (2002) complementa, ainda, que muitas funções desempenhadas pelo primogênito são inadequadas para sua idade cronológica. Quando na infância o primogênito precisa estar constantemente ajudando seus pais no cuidado da casa e dos irmãos, ele fica com tempo reduzido para brincar, podendo comprometer seu desenvolvimento. Já na adolescência, muitas vezes, o irmão orienta, aconselha, preocupa-se com problemas familiares que deveriam ficar só entre os adultos, ocasionando uma maturidade forçada ao primogênito.

Mesmo os pais tomando todo o cuidado para tratar de igual forma os seus filhos, é inevitável que, com a chegada do segundo filho, o primogênito precise dividir seu espaço com seu irmãozinho, deixando de ser o centro de todas as atenções e cuidados. Com isso, a segunda subcategoria sobre os sentimentos é a divisão/perda de espaço. "Antes do nascimento do meu irmão meu pai visava somente eu, eu era a maior preocupação dele, e nos dias atuais após a chegada do caçula ele parece não se importar mais comigo [...]" (informação verbal), expressa o Sujeito 8 ao falar sobre as mudanças que aconteceram em sua família depois de receber um irmão.

"Você ainda vai gostar de mim?" (informação verbal), relata o Sujeito 2 ter questionado sua mãe quando seu irmão nasceu. "Com a chegada do irmão, a criança é obrigada a renunciar a considerar-se o objeto exclusivo e privilegiado da figura materna..." (GOLDSMID; CARNEIRO, 2007, p. 295). Assim, o primogênito, além de ter de aprender a conviver com seu irmão, precisa compreender que seus pais não são





mais só seus. Considerando que um recém-nascido necessita de mais cuidados, as crises de ciúmes e o medo da perda do mais velho podem se tornar mais intensas.

Apesar de a chegada de um irmão causar grandes mudanças na organização familiar, o início da fratria é uma grande experiência para o primogênito aprender a partilhar, e relacionar-se mais intensamente com aquele que pertence ao mesmo sistema que o seu (GOLDSMID; CARNEIRO, 2007). “Você precisa aprender a dividir suas coisas, dividir a atenção [...]” (informação verbal), relata o Sujeito 2, após o nascimento de seu irmão.

No início, se a chegada do segundo filho acontecer na infância do primogênito, é comum que ele possa ter sentimentos regressivos e agressivos, na tentativa de chamar a atenção. O objetivo é ter seus pais mais presentes para si, tentando evitar a perda e continuar ao centro. Entretanto, o relacionamento fraterno irá se tornando mais intenso e a tendência é que o primogênito volte a comportar-se normalmente (PICCININI *et al.*, 2007).

Com o passar do tempo, conflitos pela divisão de objetos continuam acontecendo. “Quando pequenos por causa de um brinquedo. Depois por causa de roupa, depois por causa do carro...” (PEREZ, 2002, p. 122). “Quando criança a gente brigava bastante, por meus irmãos pegarem meus brinquedos e não cuidarem deles, mas hoje já aprendemos a respeitar o espaço e as coisas de cada um.” (Sujeito 10) (informação verbal). A cada conflito, os irmãos aprendem uma nova forma de negociação, solução dos problemas e a continuidade de uma convivência, onde mesmo com conflitos há sentimentos bons muito intensos.

Por fim, a última categoria relata a importância dos irmãos mais novos na vida do filho primogênito. Conforme Oliveira e Cervený (2010), o vínculo entre os irmãos pode ser um dos mais fortes de toda a





vida do sujeito, e este só se finda com a morte de um dos irmãos. “Meu irmão é alguém pelo qual eu daria a vida, caso fosse preciso.” (Sujeito 2) (informação verbal). Um vínculo fortíssimo que nasce de seres que não dividem apenas uma carga genética, mas uma vida.

Apesar dos conflitos, que parecem ser inevitáveis quando se pensa em relacionamentos extremamente próximos e íntimos, os primogênitos relatam ser grandes amigos de seus irmãos, e aprender muito com essa relação, além de ter uma vida mais alegre. “Elas alegam meus dias, são minhas companheiras... A amizade mais sincera é entre irmãos.” (Sujeito 3) (informação verbal). Para Perez (2002), as situações mais favorecedoras e os sentimentos positivos, como a amizade, o amor, as aprendizagens e os momentos de companheirismo, são muito mais lembrados pelos primogênitos do que as situações conflitivas com seus irmãos.

“Não consigo ver minha vida sem eles!” (Sujeito 7) (informação verbal). Após viver a experiência de ser irmão, e fortalecer este vínculo, esses necessitam emocionalmente uns dos outros, pois a relação fraterna, de acordo com Oliveira e Cervený (2010), também traz um sentimento de bem-estar, segurança, proteção.

Goldsmid e Carneiro (2011) relatam que a proximidade dos irmãos necessita de valores e gostos em comum, e supõe-se que não seja difícil para os irmãos gostarem de coisas semelhantes, quando vivem juntos e recebem uma educação parecida. Porém, mesmo nas diversidades, é possível que haja uma união, pois, como citado neste referencial teórico, a relação fraterna é um verdadeiro laboratório de experiências sociais, e ensina também a conviver com as diferenças. Portanto, mesmo com diferença de idade, gênero, gostos, os irmãos relataram ser muito unidos, conforme expressado: “Ele está sempre comigo quando eu preciso, ele me ajuda, somos bem unidos.” (Sujeito 5) (informação verbal).







Quando a relação entre a fratria é terna e harmônica, as dificuldades e conflitos com a convivência tornam-se episódios passageiros. Como relatam Goldsmid e Carneiro (2011, p. 779), “[...] a vertente amorosa das relações fraternas cimenta a solidariedade e a complementaridade entre os irmãos.” Conforme afirma o Sujeito 6 acerca do principal sentimento sobre sua fratria: “Nos amamos acima de tudo!” (informação verbal). Assim, além de sentimentos de cuidado, empatia e compreensão, o sentimento de amor, que é um dos pilares de todo o sistema familiar, cresce e fortalece a relação fraterna.

## 5 CONCLUSÃO

Ao final desta pesquisa, conclui-se que seus objetivos foram atingidos de forma exitosa. Com ela foi possível ouvir os filhos primogênitos e fazer uma breve análise sobre os principais sentimentos expressados com relação a ser filho mais velho, e quais impactos isso traz na vida do primogênito. Verificou-se que o primogênito carrega consigo uma série de responsabilidades, e tem uma grande função de contribuir com a harmonia e bem-estar da família. Todos os entrevistados demonstraram assumir com dedicação as funções que a ele são designadas no dia a dia da família, contribuindo no auxílio e cuidado dos irmãos, estando próximos aos genitores em momentos de conflitos e tomada de decisões, bem como auxiliando financeiramente quando necessário.

Percebeu-se que a fratria ganhou um espaço importante, e os primogênitos referiram-se aos irmãos em diversos momentos, mesmo quando as perguntas não estavam diretamente ligadas aos seus irmãos. As verbalizações sobre os irmãos aconteceram de forma positiva, ressaltando a importância que eles têm em sua vida, e





mesmo passando por situações de conflito os sentimentos de amor e de cuidado prevalecem.

Mesmo com relatos de que às vezes as responsabilidades pesam um pouco sobre os primogênitos, oito dos dez entrevistados relataram que se pudessem escolher entre ser o filho mais velho ou outra posição de nascimento escolheriam ser mais velhos. Isso porque as experiências adquiridas desta oportunidade são únicas e contribuem positivamente para que cada um se tornasse o que é hoje, demonstrando ter orgulho de tais responsabilidades e da maturidade que estas lhe trazem.

Por fim, ressalta-se que os dados aqui obtidos não se esgotam, pois pesquisar o sistema familiar, ou parte dele, traz uma riqueza de informações e detalhes. Considerando que se vive um tempo de constantes transformações, onde tudo muda muito rápido, inclusive as famílias, ressalva-se a importância de continuar estudando esses fenômenos familiares.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- BEE, H. **A criança em Desenvolvimento**. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- FALCETO, O. G. Terapia de família. In: CORDIOLI, A.V. (Org.). **Psicoterapias: abordagens atuais**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 221-244.
- FREITAS, H. *et al.* O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set. 2000. Disponível em: [http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1138\\_1861\\_freitashenriquerausp.pdf](http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1138_1861_freitashenriquerausp.pdf). Acesso em: 12 out. 2020.





GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

GOLDSMID, R.; CARNEIRO, T. F. A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 293-308, dez. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v13n2/v13n2a06.pdf>. Acesso em: 9 out. 2020.

GOLDSMID, R.; CARNEIRO, T. F. Relação fraterna: constituição do sujeito e formação do laço social. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 22, n. 4, dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642011005000031>.

GOUVEIA, P. R. R.; PIRES, M. R. T.; HIPÓLITO, J. E. de J. O novo ciclo familiar após o nascimento do primeiro filho. **Psique**, Lisboa, v. 11, p. 135-160, 2015. Disponível em: <http://journals.ual.pt/psique/wp-content/uploads/2014/12/PSIQUE-XI-Miolo-FINAL1.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.

MATOS, M. G. de; MAGALHÃES, A. S. Tornar-se pais: sobre a expectativa de jovens adultos. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 78-91, jun. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v18n1/v18n1a08.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

OLIVEIRA, A. L. de; CERVENY, C. M. O. O vínculo entre irmãos. In: OLIVEIRA, A. L. de; CERVENY, C. M. O. (Org.). **Irmãos, meio-irmãos e coirmãos: a dinâmica das relações fraternas no recasamento**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 93-113.

PEREIRA, C. R. R.; PICCININI, C. A. Gestação do segundo filho: percepções maternas sobre a reação do primogênito. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 65-77, jan./mar. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000100007>.





PEREZ, A. F. O filho primogênito: suas características e seus relacionamentos no contexto familiar. In: WAGNER, A. (Org.). **Família em cena**: tramas, dramas e transformações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 113-131.

PICCININI, C. A. *et al.* O nascimento do segundo filho e as relações familiares. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 253-261, jul./set. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000300003>.

ROSSET, S. M. **Brigas no casal e na família**: aprendendo a brigar de forma construtiva e elegante. Curitiba: Artesa, 2016.

SILVA, E. P.; LUCAS, M. G. Relação entre irmãos: a percepção do primogênito. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 144-159, jul. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v24n1/v24n1a11.pdf>. Acesso em: 10 out. 2020.

SILVEIRA, L. M. de O. B. O relacionamento fraterno e suas características ao longo do ciclo vital da família. In: WAGNER, A. (Org.). **Família em cena**: tramas, dramas e transformações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 93-112.

TEIXEIRA, V. R. L. **As redes sociais pessoais de crianças e jovens em acolhimento residencial**: o papel das fraternias. 2011. 46 f. Tese (Mestrado em Psicologia da Justiça) – Universidade do Minho, Gualtar, 2011. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/18635>. Acesso em: 10 out. 2020.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista de SOCERJ**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007. Disponível em: [http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007\\_05/a2007\\_v20\\_n05\\_art10.pdf](http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf). Acesso em: 10 out. 2020.





## A PERCEPÇÃO DE QUALIDADE CONJUGAL PARA MULHERES NA FASE ADULTO-JOVEM

Carla Janete Ritter<sup>1</sup>  
Michele Gaboardi Lucas<sup>2</sup>

### RESUMO

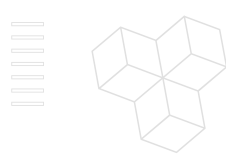
O estudo buscou analisar a qualidade conjugal a partir da perspectiva de mulheres na fase adulto-jovem. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório com entrevista semiestruturada em dez mulheres em idade entre vinte e quarenta anos e mínimo de cinco anos de relacionamento conjugal, escolhidas a partir da conveniência e da rede de contatos das pesquisadoras. Para a análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo. O estudo foi dividido em quatro temáticas, cuja verificação permitiu que esta pesquisa apontasse a percepção e o significado de qualidade conjugal, assim como os fatores e as expectativas das mulheres entrevistadas diante do tema. Com base nos resultados, pôde-se compreender que, conforme os relatos das participantes, a qualidade conjugal deriva de companheirismo, carinho, respeito, paciência, viver em harmonia com o parceiro e ter planos juntos. Constatou-se também que a manutenção de seus relacionamentos se trata de uma construção diária, que envolve compreensão, diálogo e a busca pela mudança na rotina.

**Palavras-chave:** relacionamento amoroso; conjugalidade; qualidade conjugal.

<sup>1</sup> Psicóloga graduada pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc campus de Chapecó); carlinhajr@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Psicóloga graduada pela Unochapecó; Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); Professora na Unoesc campus de Chapecó; michele.lucas@unoesc.edu.br





## 1 INTRODUÇÃO

A união dos indivíduos e os padrões conjugais passam constantemente por alterações e transformações de paradigmas. Com isso, a conjugalidade passou a acontecer conforme o surgimento de novas configurações, as quais começaram a mudar o modelo tradicional (OLIVEIRA, 2012). Em virtude de serem dois contextos familiares diferentes que se deparam, duas culturas distintas, duas vertentes de mundo, duas subjetividades que vão de encontro uma com a outra para começarem a se unir (AMAZONAS; DIAS; SANTOS, 2009), essa quebra de paradigma é necessária para o sucesso da união conjugal.

Portanto, desenvolver a conjugalidade exige um meio de interação e afinidade entre os dois, o que impõe amadurecimento diante do convívio individual e a relação entre os parceiros. A partir disso, é necessário vivenciar a realidade do casal diante de sua relação conjugal, de seus desejos e planos (CARNEIRO, 1998). Também devem ser levados em conta fatores que perpassam às atribuladas rotinas de trabalho, cuidados pessoais, filhos e incontáveis outras situações, por isso muitas vezes torna-se um desafio manter a qualidade conjugal nas relações amorosas.

A qualidade conjugal resulta da extensa estrutura existente entre a intimidade, as responsabilidades, os sentimentos de paixão, a estrutura de vida apresentada por cada um dos cônjuges, seus bens pessoais e a forma como enfrentam os problemas que surgem em suas vidas e também no relacionamento do casal. Contudo, não restam dúvidas que a manutenção e o estabelecimento de uma relação conjugal tornam-se função muito complexa no ciclo de vida dos indivíduos (RIZZON; MOSMANN; WAGNER, 2013).





Reiterada a complexidade dessas questões, considera-se relevante a investigação acerca da qualidade conjugal nas relações conjugais, pois ela está ligada a diversos aspectos, como recursos pessoais advindos do nível de escolaridade, experiências na família, traços de personalidade, contexto onde cada um dos indivíduos está inserido, o processo adaptativo vivenciado por meio da capacidade dos cônjuges em enfrentar os problemas na relação e a forma como se adaptam a eles (MOSMANN *et al.*, 2015).

Desta forma, a questão central da pesquisa apresenta-se como: Quais são os aspectos que contribuem para a qualidade conjugal, de acordo com mulheres na fase adulto-jovem?

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 RELACIONAMENTO AMOROSO

Durante o ciclo evolutivo do ser humano, as relações amorosas ocorrem de diferentes formas e apresentam várias características. Na fase adulto-jovem, ocorrem importantes mudanças nas relações pessoais. Considera-se como a etapa onde indivíduos constituem, renegociam e estabilizam vínculos, fundamentados no amor, na sexualidade ou na amizade. Ao admitirem seus compromissos e suas responsabilidades, os indivíduos buscam tomar decisões, até desejarem relacionar-se de forma mais íntima (BIELSKI; ZORDAN, 2014).

Comparando com o século XIX, pode-se observar que adultos jovens estão vivenciando relações mais breves, o que conduz a uma troca constante de parceiros e também a diferentes formas de relacionamentos. A busca constante por parceiros e parceiras, com o intuito de vivenciar e partilhar momentos, é de grande relevância, pois cada relação amorosa é única e sempre começará do zero.





Assim, com o passar do tempo, os parceiros passam a evoluir no relacionamento, transformam-se e superam obstáculos perante aos conflitos, frustrações e até mesmo rompimentos não esperados (SMEHA; OLIVEIRA, 2013).

Homens e mulheres são livres para realizarem suas escolhas conjugais. Cada um reconhece seu espaço, autonomia, fortalezas, potenciais, a partilha de tarefas entre si, seja para cuidar dos filhos, seja da casa. As amizades em comum, as distrações e também os prazeres fazem parte de um relacionamento amoroso, em que ambos partilham suas necessidades para ter uma boa qualidade em seus relacionamentos (GOLDENBERG, 2001).

Para Menezes e Lopes (2007), é necessário um equilíbrio entre a conjugalidade e a individualidade, pois essa está relacionada aos desejos, percepções, identidade, enquanto a conjugalidade só existe nos relacionamentos amorosos, a partir de algo que os dois indivíduos queiram, ou seja, tenham objetivos e projetos para viverem juntos.

## 2.2 A CONJUGALIDADE

A formação e a manutenção de uma relação conjugal possuem grande influência de aspectos individuais. Os princípios contemporâneos destacam mais a independência e a satisfação de cada indivíduo do que ligações de submissão em relação ao cônjuge. Portanto, estabelecer a conjugalidade exige um meio de interação e uma afinidade muito grande entre o casal, o que impõe um confronto perante o convívio individual e a relação entre os parceiros (CARNEIRO, 1998).

O início de um relacionamento conjugal é importante e especial, pois nesta etapa homem e mulher lidam com mudanças de condições sociais, exigência de se administrar a relação conjugal







diante da individualidade, assim como esperanças e estímulos vêm à tona, ou não. Também começam a se fazer presentes as relações com os membros da família do casal. Em função disso, considera-se que os primeiros meses e o ano inicial de um relacionamento tornam-se extremamente importantes e especiais para o casal (MENEZES; LOPES, 2007).

A construção de vínculos entre indivíduos remete a várias tarefas de desenvolvimento, ou seja, a experiência e o enfrentamento de muitos desafios que surgem conforme as relações vão se desenvolvendo. A forma como o casal vivencia e define essas tarefas apresenta uma grande influência na qualidade conjugal ao longo do relacionamento.

## 2.3 A QUALIDADE CONJUGAL

Tornar-se um casal abrange um processo de melhoramento e de amadurecimento pessoal, assim como a possibilidade de constituir mais intimidade. Esse processo está ligado à forma como cada indivíduo experienciou e observou as relações amorosas de seus pais como casais e de outros casais próximos e conhecidos. Os estilos do relacionamento conjugal se estabelecem desde a infância, progridem e se modificam durante a vida por diferentes ciclos que diversificam experiências desenvolvidas com a convivência (MOSMANN *et al.*, 2015).

Portanto, existe uma consideração muito grande e essencial na união de um casal, assim como a autoconfiança originada nesta relação, que, ao constituir apoio e revigoramento emocional, o casal demonstra-se muito mais confiante, fiel e respeitoso na relação entre os dois. Um relacionamento saudável sempre será destacado como vigoroso para a felicidade, o bem-estar de cada indivíduo e satisfatório para as suas necessidades (MACHADO, 2007).





Conforme Mosmann *et al.* (2015), para cada indivíduo, o grau de contentamento em sua relação sujeita-se a diversos elementos, que se referem à afetividade, ao sexo, à existência de filhos ou não, ao período em que o casal fica junto no dia a dia e hostilidades que experienciam. Em função disso, entende-se que os elementos que auxiliam na permanência e felicidade do casal estão ligados à flexibilidade, ao amor, à concordância, à forma de comunicação e às técnicas para resolução de conflitos. Além disso, são muito relevantes em uma relação a preocupação e cuidado com o outro, amizade, constituição de planos futuros e investimentos na relação conjugal.

A confiança existente entre o casal os faz acreditar na competência que cada um possui diante de sua dignidade e das expectativas criadas sobre ambos, assim como a responsabilidade, tanto social como individual, que cada um possui perante aos outros. Junto com esses quesitos importantes está o compromisso de um com o outro e o reconhecimento de obrigações que serão recorrentes ao longo da relação (GARCIA, 2004).

Conforme Rizzon, Mosmann e Wagner (2013), tornar-se e permanecer como um casal é uma função de maior complexidade nas fases da vida, pois é necessário levar em consideração que a felicidade plena em uma relação conjugal é uma perspectiva utópica e convicção irrealizável. A qualidade conjugal resulta da extensa estrutura existente entre intimidade, responsabilidades, sentimentos de paixão, estrutura de vida dos cônjuges, bens pessoais e a forma como enfrentam problemas ligados a suas vidas e relacionamento do casal.

Estar em uma relação conjugal exige dedicação e reinvestimentos, mesmo com dificuldades. Isso não é algo simples, pois requer do casal a contribuição mútua nas dificuldades e a busca por fazer diferente. Quando não acontece, percebe-se que o casal busca na separação e em outros indivíduos a solução para suas dificuldades,





mas que com o tempo essas dificuldades podem retornar a suas vidas conjugais atuais (MOSMANN *et al.*, 2015).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Analisar a qualidade conjugal a partir da perspectiva de mulheres na fase adulto-jovem é a tarefa fundamental que se apresenta neste estudo. Para realizar tal propósito, optou-se pela abordagem de pesquisa qualitativa (CRESWELL, 2014) e exploratória (GIL, 2008).

As participantes desta pesquisa foram dez mulheres na fase adulto-jovem, que, conforme Bee (1997), abrange a idade entre vinte a quarenta anos, as quais se encontram em um relacionamento conjugal há pelo menos cinco anos, sendo escolhidas a partir da conveniência e da rede de contatos das pesquisadoras. Os principais critérios de inclusão são as mulheres na fase adulto-jovem que se encontrem em um relacionamento heterossexual a pelo menos cinco anos e que residem com o cônjuge. Com o intuito de preservar suas identidades, optou-se por nomeá-las com nome de flores.

Diante disso, realizou-se contato telefônico com as possíveis participantes, com o propósito de divulgar as finalidades da pesquisa. Confirmado o interesse em colaborar com o estudo, agendaram-se as entrevistas em locais estabelecidos por elas. As entrevistas ocorreram de 5 de setembro a 4 de outubro e tiveram o tempo de duração de 15 a 25 minutos. Na data de cada entrevista, foram esclarecidas as finalidades da pesquisa e seus procedimentos. Seguindo os preceitos éticos, conforme estabelecido na Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016 (BRASIL, 2016), deu-se início à coleta de dados. A técnica utilizada na coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada (BONI; QUARESMA, 2005).



A análise foi efetuada a partir de relato e interpretação dos dados coletados, para alcançar o entendimento de seus significados. Como forma de investigação, usou-se a análise de conteúdo, que é um conjunto de técnicas de interpretações referentes à comunicação (BARDIN, 2011). Por meio das informações obtidas nas entrevistas, foram definidas as categorias de análise de dados e a seleção dos referenciais teóricos que contribuem para a organização do trabalho, com vistas ao atendimento dos objetivos da pesquisa.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentam-se a seguir os dados das participantes da pesquisa.

Tabela 1 – Perfil das entrevistadas

Participante	Margarida	Rosa	Orquí-dea	Tulipa	Azaleia	Gar-dênia	Viole-ta	Calên-dula	Amor-perfeito	Íris
Idade	31 anos	28 anos	38 anos	27 anos	39 anos	26 anos	34 anos	37 anos	39 anos	30 anos
Idade do Cônjuge	38 anos	28 anos	39 anos	27 anos	39 anos	30 anos	36 anos	40 anos	44 anos	36 anos
Tempo total do relacionamento conjugal	6 anos	8 anos	19 anos	7 anos	6 anos	7 anos	8 anos	22 anos	18 anos	15 anos
Tempo em que estão morando juntos	6 anos	5 anos	6 anos	6 anos	5 anos	5 anos	8 anos	14 anos	16 anos	10 anos
Tem filhos?	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Quantidade de filhos	1	1	-	1	-	-	1	1	-	1

Fonte: os autores (2021).

Por intermédio da análise de conteúdo das entrevistas, para atender os objetivos da pesquisa, os dados foram classificados em



categorias temáticas. A primeira categoria busca compreender os aspectos que contribuem para a qualidade conjugal conforme mulheres na fase adulto-jovem; a segunda categoria visa analisar o significado de qualidade conjugal para mulheres na fase adulto-jovem; a terceira categoria pretende determinar os fatores que influenciam as mulheres na fase adulto-jovem na manutenção da sua relação conjugal; por fim, a quarta categoria objetiva identificar as expectativas das mulheres entrevistadas diante de suas relações conjugais.

## 4.1 ASPECTOS QUE CONTRIBUEM PARA A QUALIDADE CONJUGAL

Quando questionadas sobre os aspectos que contribuem para a qualidade conjugal, todas as participantes destacaram elementos que consideram importantes para a qualidade dos seus relacionamentos. Para a participante Margarida, os principais aspectos são: “O companheirismo, a parceria, que é uma das coisas primordiais, o respeito e o saber se divertir juntos, que é algo bem importante.” (informação verbal). Para a participante Gardênia: “Os principais aspectos eu acredito que sejam o respeito, a atenção, a confiança, a parceria principalmente, compartilhar tarefas e responsabilidades, sejam elas em todos os aspectos.” (informação verbal). Para a participante Tulipa: “É o amor, o carinho, o respeito, a paciência e a intimidade também.” (informação verbal).

Estes aspectos apresentados nas falas de Margarida, Gardênia e Tulipa encontram-se presentes no que menciona Prado (2009), ao afirmar que ter uma relação qualificada envolve manifestar sentimentos, ideias, afinidades, princípios e crenças elementares diante dos diferentes conhecimentos na vida. Estas falas vão ao





encontro do que dizem as participantes Violeta “Nada vai seguir em frente se não tiver respeito que é à base de tudo, o respeito gera a atenção e o toque do corpo.” (informação verbal) e Calêndula “Eu acho que o principal [aspecto] é o respeito, depois a confiança e então a privacidade de tu dar um espaço para o outro.” (informação verbal).

Conforme Mosmann *et al.* (2015), entende-se que os elementos fundamentais que auxiliam na permanência de um casal unido e feliz estão ligados à flexibilidade, amor, concordância, forma de comunicação e técnicas para solução de seus conflitos. Nota-se uma relação com apontamentos das autoras nas falas de Rosa, quando diz: “Os aspectos que contribuem para mim é conversar, é ter paciência, estar sempre disposto a entender e nunca desistir de dar certo.” (informação verbal); Orquídea: “Acima de tudo é a amizade que nós temos, nós somos muito parceiros e conseguimos conversar, discutir, eu acho que esse é o aspecto principal do nosso relacionamento.” (informação verbal); e Amarílis: “A comunicação, o respeito, o companheirismo, o carinho” (informação verbal), sendo fatores que influenciam na manutenção de sua relação conjugal.

A participante Azaleia cita: “O que contribui é ter uma boa amizade, para poder ter a liberdade de expressar o que está sentindo, [...] para que um saiba respeitar o espaço do outro e saber que pode contar com o outro em todos os sentidos.” (informação verbal). Íris descreve que considera como aspectos importantes: “Aceitar o outro, aceitar a opinião do outro, aceitar que as pessoas são diferentes, pois você nunca vai achar alguém que pense exatamente como você.” (informação verbal).

As considerações de Azaleia e Íris vêm ao encontro com o que preconiza Anton (2012), ao mencionar que se deve dar importância às diferenças existentes em cada indivíduo, reconhecê-las e aceitá-





las, assim como a sua individualidade, criando condições para que possa existir uma melhor convivência entre os parceiros.

Com base nas falas das participantes, compreende-se que o respeito, o companheirismo, o diálogo, a amizade, a parceria, a diversão a dois, a confiança, a paciência, a liberdade de se expressar sobre o que se está sentindo e aceitar o espaço e opinião do outro são aspectos que contribuem para a qualidade do relacionamento. Diante disso, Anton (2012) menciona que em um relacionamento duradouro, quando há preocupação mútua, o casal se ampara, se respeita, se incentiva, possui todos os propósitos para que a convivência entre si possibilite que suas individualidades possam se expandir, de forma duradoura e afetiva.

## 4.2 SIGNIFICADO DE QUALIDADE CONJUGAL

Com relação ao significado de qualidade conjugal, as participantes Gardênia e Tulipa trazem argumentos que se complementam. Ou seja, para a participante Gardênia, o significado de qualidade conjugal é: "Viver em harmonia com o parceiro, na qual ambos possam contribuir para o bem-estar do relacionamento e na vida dos dois." (informação verbal). Para Tulipa: "Qualidade conjugal são as coisas boas que um tem a oferecer ao outro, como o amor, o respeito, a paciência, a compreensão e muito carinho." (informação verbal).

A partir destes trechos das falas, percebe-se que ambas buscam aspectos que levem ao bem-estar com seus parceiros, que, conforme Mosmann *et al.* (2015), são muito relevantes em uma relação, a preocupação e o cuidado com o outro, serem amigos, constituírem planos futuros e investirem na relação conjugal. Esses aspectos também se apresentam quando a participante Calêndula diz: "Qualidade é





viver em harmonia, é ser feliz, estar feliz com a pessoa, é se sentir bem, [...] ter planos juntos." (informação verbal).

Ainda sobre o significado de qualidade conjugal, Sattler, Tavares e Silva (2017) entendem que cada casal possui as suas liberdades em estruturar seu relacionamento conjugal, da maneira que lhe parecer melhor, mais adequada e satisfatória, pois ambos possuem um contrato que reflete o significado da relação e aquilo que cada um espera do outro. Neste sentido, Íris considera que o conceito é mais individual, pois: "A qualidade conjugal é você primeiro estar bem consigo mesmo, para poder estar de bem com outra pessoa." (informação verbal). Estas palavras se dirigem também à fala da participante Orquídea: "Eu acho que é algo subjetivo, não é algo padrão. Para mim, a qualidade conjugal tem a ver com a reciprocidade que temos. Essa parceria que a gente tem como casal." (informação verbal).

Para Margarida e Rosa, a qualidade conjugal está voltada à maneira como cada um se relaciona, seja com respeito, amizade, amor, carinho, seja ela voltada à rotina do casal, às pequenas coisas do dia a dia ou até mesmo na realização profissional de ambos. Diante disso, a participante Margarida menciona: "A qualidade está muito voltada e inter-relacionada à rotina do casal, às pequenas coisas do dia a dia." (informação verbal). Rosa diz: "Para mim, a qualidade é ter confiança, é se sentir feliz, é poder desabafar com a pessoa que está junto com a gente, é poder compartilhar as coisas juntos, ser melhor amigo e também companheiro para todas as horas." (informação verbal). De acordo com Goldenberg (2001), as amizades em comum, distrações e prazeres fazem parte de um relacionamento amoroso, onde ambos partilham suas necessidades com o intuito de ter uma boa qualidade em seus relacionamentos.

Conforme a participante Violeta: "A qualidade envolve amorosidade, respeito um com o outro, carinho, atenção, realização







profissional de ambos." (informação verbal). Esta fala vem ao encontro com o que diz a participante Azaleia: "Qualidade conjugal para mim é a forma em que a gente se relaciona, que seria o respeito, a cumplicidade, a amizade, o carinho." (informação verbal). Percebe-se que estas falas se assemelham com Garcia (2004), quando menciona que a confiança existente entre o casal os faz acreditar na competência que cada um possui diante de suas expectativas, assim como suas responsabilidades, tanto social como individual, além do compromisso de um com o outro e o reconhecimento de obrigações que serão recorrentes ao longo da relação.

Neste contexto, a participante Amarílis traz significados similares com as falas de Violeta e Azaleia: "Qualidade conjugal para mim é a amizade, o companheirismo, é ter alguém que te ajuda a encarar as dificuldades da vida." (informação verbal). Para Neto, Strey e Magalhães (2011), o amor no relacionamento conjugal está ligado ao estabelecimento da confiança e amizade entre o casal, pois buscam afetivamente conseguir pertencer ao outro e ser solidário com ele.

Com base nas respostas das participantes sobre o significado de qualidade conjugal, nota-se que esse está voltado para as coisas boas que um tem a oferecer ao outro: viver em harmonia com o parceiro, ter planos juntos e buscar realização profissional, mas se deve destacar que, para as participantes, a qualidade conjugal pode ser algo subjetivo, como estar bem consigo. Neste sentido, Rizzon, Mosmann e Wagner (2013) defendem que a qualidade conjugal resulta da extensa estrutura existente entre a intimidade, as responsabilidades, os sentimentos de paixão, a estrutura de vida dos cônjuges, seus bens pessoais e a forma como enfrentam os problemas individuais e aqueles ligados ao relacionamento do casal.





## 4.3 FATORES QUE INFLUENCIAM NA MANUTENÇÃO DA RELAÇÃO CONJUGAL

As entrevistas com as participantes da pesquisa possibilitaram o reconhecimento de alguns fatores que influenciam na manutenção de seus relacionamentos. Orquídea declarou: “O que influencia é um pouco da individualidade de cada um, mas a compreensão é algo que influencia muito, pois sem ela você não consegue compreender o outro.” (informação verbal).

Sobre a manutenção do relacionamento, as participantes Azaleia e Gardênia trazem uma visão de que se trata de uma construção e precisa de elementos para mais bem se configurar. Para a participante Azaleia: “A manutenção é uma construção diária, é feita de pequenas gentilezas, de respeito, de amor, ter um bom diálogo para poder resolver os pequenos conflitos, para que não virem grandes problemas.” (informação verbal). Do mesmo modo, Gardênia traz que: “É preciso dialogar, abordar argumentos no qual possamos contribuir para um bom relacionamento do casal, evitando ao máximo as discussões, às vezes desnecessárias e até mesmo a perda de controle.” (informação verbal). Estas falas condizem com Goldenberg (2001), quando menciona que as mudanças às vezes ocorrem e se fazem necessárias para o amadurecimento da relação. Conflitos são normais, mas para a manutenção da relação conjugal é importante saber lidar com os conflitos. Neste sentido, Calêndula diz: “Os fatores que influenciam na manutenção do meu relacionamento são o amor, o carinho, a compreensão, a tolerância.” (informação verbal).

Estas falas correspondem ao que dizem Gonçalves, Caramaschi e Feijó (2018), que os cônjuges desenvolvem acordos e normas,





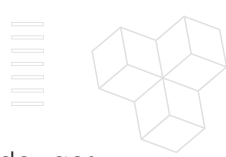
verbalizados ou não. É importante que mantenham concordâncias para que não haja competições entre si, gerando conflitos.

Para Tulipa e Íris, um dos fatores importantes é a comunicação. Conforme Tulipa: “É ter diálogo: conversar para a gente se entender melhor e resolver os problemas do dia a dia.” (informação verbal). Íris diz que: “O respeito, o ouvir, o saber ficar em silêncio, o saber falar, muitas vezes.” (informação verbal). Estas falas de Tulipa e Íris alinham-se com Braga e Silva (2007), ao mencionarem que a comunicação é uma maneira de se entender e partilhar mensagens, as quais desempenham influência sobre o comportamento dos indivíduos.

Já para a participante Margarida, os fatores que influenciam na manutenção da relação são “o respeito, o querer bem, a conversa, o se preocupar, sentir falta, o carinho” (informação verbal), enquanto para Amarílis são os objetivos em comum. De acordo com Neto, Strey e Magalhães (2011), quando conhecemos os fatores que motivam o desenvolvimento da conjugalidade, estes proporcionam a elaboração de técnicas educativas que se tornam crescentes durante o relacionamento conjugal, além de melhorar a compreensão sobre as escolhas e favorecer maior satisfação sobre a relação.

Para Rosa: “O importante para a manutenção é sempre fazer diferente. É a gente nunca ficar acomodado, [...] não se acostumar com aquela rotina.” (informação verbal). Violeta já diz que: “O trabalho de um e de outro influencia muito na qualidade de vida, porque a gente passa muito pouco tempo juntos.” (informação verbal). Sobre isso, Scheeren *et al.* (2015) explicam que o tempo para o casal estar junto não é somente nos momentos de lazer, que ocasionam qualidade de vida, mas estarem juntos no desenvolvimento de atividades no seu dia a dia, através de diálogo e momentos em que tenham mais intimidade e convívio entre si.





A partir das respostas ao questionamento relacionado aos fatores que influenciam na manutenção dos relacionamentos, percebe-se que estes estão ligados à subjetividade de cada um, pois é uma construção diária que necessita de diálogo para que possa contribuir na solução de conflitos. Um bom relacionamento envolve amor, carinho, respeito, querer o bem do outro, tolerância, compreensão, pequenas gentilezas, saber ouvir, falar, se calar quando for necessário e não se acomodar. Diante disso, Mosmann *et al.* (2015) mencionam que há vários fatores que auxiliam na qualidade de um relacionamento, por esse motivo a felicidade para o casal pode ser compreendida como uma função que está sempre em construção.

#### 4.4 EXPECTATIVAS DIANTE DAS RELAÇÕES CONJUGAIS

Todas as entrevistadas consideraram as expectativas sobre suas relações conjugais como positivas. Algumas mencionaram que pretendem manter-se junto aos seus cônjuges, como é de Margarida e Orquídea. Na fala de Margarida, aparece da seguinte forma: "As minhas expectativas é se manter unido, conversando, se querendo bem e se respeitando." (informação verbal). Para Orquídea, a expectativa é "[...] que a gente continue tendo a liberdade de conversar um com o outro [...] e continue construindo tudo juntos." (informação verbal). Bauman (2004) diz que o amor é o desejo de cuidar, de proteger o que se ama. É ir além, é preocupar-se, auxiliar, dar carinho e afeto.

Na fala da participante Tulipa, destaca a expectativa de permanecer com seu parceiro: "Que a gente fique junto, [...] que as coisas não caiam na rotina, que a gente se dê bem para passar para o nosso filho como devemos tratar as pessoas." (informação verbal). O mesmo aparece na fala da participante Gardênia: "As expectativas que tenho é que, a cada dia que passamos juntos, podemos nos





conhecer melhor, melhorar ainda mais a nossa relação, aprendendo com os erros e assim viver uma relação de qualidade.” (informação verbal). Conforme Bauman (2004), no amor, o “eu” torna-se parte por parte e se transfere ao universo, aumenta na entrega ao objeto amado. Remete-se à persistência através da diferença, que assim o torna algo que merece carinho, proteção, precisa se alimentar, cuidar, se pôr à disposição, mas que gera responsabilidade.

Rosa e Calêndula relatam que esperam muitas coisas. A participante Rosa espera “[...] bastante compreensão, que o homem sempre ajude a mulher, um se colocar no lugar do outro e tentar fazer as coisas que a outra pessoa gosta também, [...] ter intimidade e preservar essa privacidade.” (informação verbal). Já a participante Calêndula relata: “Eu espero que continue assim, [...] e quando as crises chegarem, que a gente tenha maturidade.” (informação verbal). O convívio entre o casal abrange vários aspectos, como perceber e admitir as suas próprias necessidades e as necessidades do cônjuge, a capacidade de entrar em consenso sobre as diferenças e aplicar adequadamente soluções efetivas para a resolução dos conflitos. Portanto, homens e mulheres apresentam princípios para a relação, que irão norteá-los para um bom funcionamento conjugal (DINIZ, 2011).

Neste sentido, as participantes Violeta e Íris também trazem expectativas importantes. Violeta diz: “Eu quero engravidar, me tornar mãe novamente, [...] outra expectativa é os dois estarem realizados profissionalmente.” (informação verbal). Para Íris: “A minha expectativa é que a gente possa passar um tempo mais juntos, nós dois, pois eu sinto falta disso no meu relacionamento.” (informação verbal). Zordan, Falcke e Wagner (2009) revelam que são significativas as expectativas, habilidades e propósitos relacionados à união e conjugalidade dos





indivíduos, pois podem se diversificar, de acordo com os contextos social, histórico, cultural e a fase do ciclo vital em que se encontram.

Azaleia relata que suas expectativas são: “Que a gente possa não se acomodar no relacionamento, que sempre esteja correndo atrás dos mesmos objetivos, [...] que possam ser feitos de pequenos gestos, uma viagem, um carinho, um bilheteinho.” (informação verbal). Esta fala é semelhante a de Amarílis: “Acredito que em um relacionamento, a gente está sempre evoluindo, [...] e que a qualidade num relacionamento é algo que deve ser constantemente trabalhado e reforçado.” (informação verbal). Neto, Strey e Magalhães (2011) reiteram que as afinidades, construção e compromisso com o relacionamento proporcionam mudanças e diversas possibilidades.

A partir destas falas, percebe-se que as expectativas diante de suas relações conjugais estão voltadas para o querer bem, o continuar unido com o parceiro, conversar, ter intimidade, maturidade, conhecer melhor um ao outro, se colocar no lugar do outro, passar mais tempo juntos, sem deixar as coisas caírem na rotina e sempre evoluir. Segundo Anton (2012), aceitar no outro suas histórias e individualidades e junto dele realizar as combinações correspondem à autoestima, à maturidade emocional e ao sentimento de amor pelo cônjuge.

## 5 CONCLUSÃO

A partir deste estudo, pode-se identificar que a qualidade conjugal é um elemento determinante para a manutenção e desenvolvimento da relação a dois. O conceito de qualidade é subjetivo e varia conforme o ponto de vista do indivíduo. As particularidades de cada componente do casal devem ser levadas em consideração e o diálogo funciona como uma importante ferramenta para estabelecer





pontos fortes e fragilidades identificadas no relacionamento. A partir disso, trabalhar em conjunto na melhoria da convivência a dois.

Com base nas informações coletadas, foi possível compreender que o diálogo é uma peça importante à resolução dos conflitos e à organização das tarefas e rotinas do casal. A liberdade de se expressar torna o relacionamento mais harmonioso. As mulheres na fase adulto-jovem consideram o respeito, a confiança, a intimidade e a parceria como os principais aspectos que contribuem positivamente na qualidade do relacionamento conjugal.

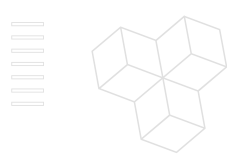
Embora esses aspectos sejam importantes, a individualidade precisa ser respeitada, pois a vida não pode se resumir em dedicação exclusiva ao parceiro. Cada um precisa ter momentos de privacidade, preservando a relação familiar e social na vida extraconjugal.

Além de um relacionamento ter aspectos importantes para a qualidade, há fatores que podem influenciar em sua manutenção, através da compreensão do outro, saber respeitar, fazer pequenas gentilezas no dia a dia, ter bom diálogo e não se acomodar, e para melhorar a resolução dos conflitos que podem vir a ocorrer durante o relacionamento.

Neste sentido, fazem parte do relacionamento conjugal as expectativas sobre o relacionamento, sejam positivas, sejam negativas. Se forem positivas, estabelecem união, o querer bem, respeito ao outro e busca por evolução, para que a relação se fortaleça e não se caia na rotina. Devem-se evitar coisas negativas, para que essas expectativas sirvam como aprendizado, amadurecimento individual diante das crises, sonhos e planos futuros.

Ao reiterar que os objetivos foram alcançados, espera-se, a partir desta discussão, estimular estudos que possam contribuir para o entendimento da qualidade conjugal na percepção de mulheres na fase adulto-jovem e na compreensão do seu significado.





## REFERÊNCIAS

- AMAZONAS, M. C. L. A.; DIAS, C. M. S. B.; SANTOS, G. A. Conjugalidades interculturais e relações de gênero. In: OSORIO, L. C.; VALLE, M. E. P. (Org.). **Manual de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 74-90.
- ANTON, I. L. C. **A escolha do cônjuge**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BEE, H. **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- BIELSKI, D.; ZORDAN, E. P. Sentimentos predominantes, após o término do relacionamento amoroso, no início da adultez jovem. **Revista Perspectiva**, Erechim, v. 38, n. 144, p. 17-24, dez. 2014. Disponível em: [https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/144\\_448.pdf](https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/144_448.pdf). Acesso em: 10 out. 2018.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 13, p. 68-80, jul. 2005. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>.
- BRAGA, E. M.; SILVA, M. J. P. Comunicação competente: visão de enfermeiros especialistas em comunicação. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 410-414, dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000400004>
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016**. Brasília, DF: CNS, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.







CARNEIRO, T. F. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 379-394, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000200014>.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa & projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DINIZ, G. Conjugalidade e violência: reflexões sob uma ótica de gênero. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família**: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 11-26.

GARCIA, M. L. T. **Problemas no casamento**: a presença utópica do amor romântico. São Paulo: Edusp, 2004.

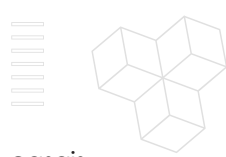
GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. Sobre a invenção do casal. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2001. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/7693/5557>. Acesso em: 15 out. 2018.

GONÇALVES, A. L.; CARAMASCHI, S.; FEIJÓ, M. R. Conjugalidade e gestão do orçamento doméstico: um estudo qualitativo. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 29-43, jun. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v22n1/v22n1a04.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

MACHADO, L. M. **Satisfação e insatisfação no casamento**: os dois lados de uma mesma moeda? 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17275/1/LMMachadoDIS-PRT.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.





MENEZES, C. C.; LOPES, R. D. C. S. Transição para o casamento em casais coabitantes e em casais não-coabitantes. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 52-63, abr. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v17n1/05.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

MOSMANN, C. P. *et al.* Qualidade conjugal: como os casais avaliam seu relacionamento? In: WAGNER, A.; MOSMANN, C. P.; FALCKE, D. (Org.). **Viver a dois: oportunidades e desafios da conjugalidade**. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2015. p. 19-32.

OLIVEIRA, D. S. D. Conjugalidade e a união de duas histórias de vida: uma discussão ilustrada a partir do filme a história de nós dois. **Interação Psicológica**, Curitiba, v. 16, n. 1, p. 125-133, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v16i1.21197>.

PRADO, L. C. O casamento e as relações extraconjugais. In: OSORIO, L. C.; VALLE, M. E. P. D. (Org.). **Manual de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 164-183.

RIZZON, A. L. C.; MOSMANN, C. P.; WAGNER, A. A qualidade conjugal e os elementos do amor: um estudo correlacional. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 6, n. 1, p. 1-9, jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2013.61.05>.

SATTLER, M. K.; TAVARES, A. I.; SILVA, I. M. A infidelidade no relacionamento amoroso: possibilidades no trabalho clínico com casais. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 162-175, jul. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v21n1/v21n1a13.pdf>. Acesso em: 9 out. 2018.

SCHEEREN, P. *et al.* Como se caracterizam os conflitos conjugais? In: WAGNER, A.; MOSMANN, C. P.; FALCKE, D. (Org.). **Viver a dois: Oportunidades e desafios da conjugalidade**. São Leopoldo: Sinodal, 2015. p. 41-65.





SILVA NETO, J. A. S.; STREY, M. N.; MAGALHÃES, A. S. Sobre as motivações para a conjugalidade. In: WAGNER, A. (Org.). **Desafios psicossociais da família contemporânea**: pesquisas e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 39-57.

SMEHA, L. N.; OLIVEIRA, M. V. D. Os relacionamentos amorosos na contemporaneidade sob a óptica dos adultos jovens. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 33-45, maio/ago. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v15n2/03.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

ZORDAN, E. P.; FALCKE, D.; WAGNER, A. Casar ou não casar?: motivos e expectativas com relação ao casamento. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 56-76, ago. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v15n2/v15n2a05.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.







# AÇÃO SOLIDÁRIA NAS RUAS DE LAZER DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ - SC

Nathalia dos Santos<sup>1</sup>  
Mariluce Poerschke Vieira<sup>2</sup>

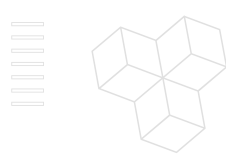
## RESUMO

Este projeto vincula-se a Área da Ciências da Vida e da Saúde e tem como objetivo buscar novas possibilidades para desenvolvimento de atividades no projeto “Rua de Lazer” que desenvolvam as características físicas, sociais, artísticas e intelectuais das crianças, jovens, adultos e idosos no município de Chapecó (SC). O estudo é definido como uma pesquisa qualitativa, descritiva, com uso de entrevistas estruturadas e pesquisa bibliográfica. A análise dos dados será realizada por meio de uma análise de conteúdo e revisão sistematizada dos dados. O levantamento realizado junto aos acadêmicos e a comunidade, bem como com os gestores dos projetos ruas de lazer, propiciou o levantamento de diversas informações e de novas possíveis atividades a serem incluídas nas Ruas de Lazer. Cada uma das muitas áreas do conhecimento tem muito a oferecer, tanto em termos de atividades quanto em perspectivas multidisciplinares de combinação de conhecimento e de atividades físicas e de lazer, tanto para a criação de novas atividades, como para agregar elementos às atividades já realizadas no projeto. Diversas atividades foram sugeridas pelos participantes, sendo relevante, sugerindo-se a realização de um momento colaborativo rotineiro (semestral) entre os envolvidos no Projetos Ruas de Lazer, para a discussão de novas possibilidades de atividades, inclusive, sendo incorporadas as novas atividades as perspectivas da interdisciplinaridade e o lazer enquanto ferramentas pedagógicas.

**Palavras-chave:** comunidade; ruas de lazer; ação solidária.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Educação Física da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); nathalia.santos@unoesc.edu.br

<sup>2</sup> Professora Mestre no Curso de Educação Física Licenciatura e Bacharelado na Unoesc, Campus Chapecó; Coordenadora das atividades de Ruas de Lazer propostas pela Unoesc Solidária; mariluce.vieira@unoesc.edu.br



## 1 INTRODUÇÃO

O lazer é um fenômeno moderno que cada vez mais ganha espaço no âmbito social e, sobretudo, no espaço acadêmico, inserindo-se na vida das pessoas dentro das comunidades e nas discussões acerca de seus potenciais e reflexos no mundo em que vivemos (DUMAZDIER, 1979).

No município de Chapecó aos finais de semana a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer (SEJEL) em parceria com a Universidade do Oeste de Santa Catarina oferecem a comunidade, ruas de lazer. Este programa se justifica devido ao fato da referida secretaria realizar um trabalho que busca fomentar a participação de pais, filhos e amigos num momento de lazer e de integração comunitária e tem como objetivo proporcionar a comunidade vivências de lazer com características físicas, sociais artísticas e intelectuais, possibilitar vivências dos conteúdos apreendidos em sala de aula, proporcionar aos acadêmicos confrontar as teorias estudadas com a dimensão prática do lazer, dentre outras<sup>3</sup>.

A parceria entre ambas as instituições no Projeto “Ruas de Lazer”, além de proporcionar o lazer propriamente dito para as crianças, jovens e adultos, também proporciona um espaço de aprendizagem aos acadêmicos dos diversos cursos da Universidade do Oeste de Santa Catarina ao atuarem como estagiários e monitores durante as atividades.

Esta parceria já se estende a aproximadamente 10 anos e, a cada ano, o número de pessoas atendidas nestes eventos aumentam. A forma de participação da Universidade nas Ruas de lazer, é por meio

<sup>3</sup> Tais como: oferecer acesso gratuito ao lazer à comunidade economicamente carente; integrar e aproximar a Unoesc da comunidade chapecoense; incrementar de forma consciente datas comemorativas; promover parceria salutar entre a universidade, prefeitura, lideranças comunitárias e demais instituições públicas do município.





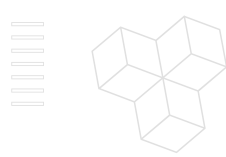
do Programa Unoesc Solidária em que os acadêmicos bolsistas devem cumprir pelo menos 20 horas de trabalho voluntário por semestre, os quais auxiliam durante todo o evento, cuidam dos brinquedos e demais atividades realizadas no projeto (PREFEITURA DE CHAPECÓ, 2019).

O Projeto “Rua de Lazer” tem uma forte atuação na comunidade, de modo a atender várias solicitações de entidades e escolas em Chapecó e conta com uma variedade de brinquedos o que atrai um grande público, na maioria crianças, (PREFEITURA DE CHAPECÓ, 2019). Por meio de seus organizadores e dos acadêmicos são organizados jogos dos diversos esportes, atividades adaptadas, brinquedos infláveis, cama elástica, pula-pula, touro mecânico, piscina de bolinha, tobogã, dentre outros brinquedos para o lazer infantil. Geralmente este evento acontece em ruas, praças, quadras poliesportivas, salões comunitários, entre outros locais.

Por ser um meio de investigar se através das ruas de lazer é possível criar novos projetos que envolvam os acadêmicos da Unoesc Solidária e que venha proporcionar outros resultados comunitários, para além dos já proporcionados – interação comunitária, lazer e educação social, este estudo tem como objetivo principal buscar novas possibilidades para o desenvolvimento de atividades no projeto “Rua de Lazer” que desenvolvam as características físicas, sociais, artísticas e intelectuais das crianças, jovens, adultos e idosos no município de Chapecó (SC).

Ressalta-se ainda que, a relevância do projeto não está apenas em auxiliar no desenvolvimento de projetos relacionados à recreação social, mas, também, na evidência da relevância do desenvolvimento psicossocial dos acadêmicos envolvidos em projetos como a Ruas de Lazer.





## 2 MATERIAIS E MÉTODO

O referente estudo define-se como uma pesquisa qualitativa, descritiva, onde foram entrevistados 16 acadêmicos dos cursos de graduação da Unoesc e dois organizadores do projeto Ruas de Lazer vinculados a SEJEL. A maioria dos entrevistados reside na cidade de Chapecó e possui entre 19 e 25 anos. Os acadêmicos foram escolhidos de maneira aleatória e como critério de inclusão eles deveriam participar do projeto Unoesc Solidária.

Quanto aos procedimentos metodológicos relacionados à coleta dos dados, foram aplicadas entrevistas estruturadas (MAY, 2004), realizadas via telefone, devido o momento atual relacionado a pandemia Covid-19 e gravada pelo celular.

Após, as respostas foram transcritas para o computador e posteriormente os dados foram reunidos em grupos e sistematizados, definidos pelo curso de cada entrevistado, facilitando na interpretação de cada linha de raciocínio. A análise dos dados foi realizada por meio de uma análise de conteúdo, tendo por base Bardin (1979). Além de possuir caráter descritivo, a abordagem adotada nessa pesquisa é a qualitativa, visto que não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas de forma predominante (PRADANOV; FREITAS, 2013; GIL, 2002).

A entrevista estruturada (MAY, 2004) aborda um tema pesquisado por meio de entrevistas em que seguem um roteiro previamente elaborado (perguntas fixas), e, como na entrevista semiestruturada, garante aos sujeitos pesquisados uma livre manifestação de opinião e pensamento (MEKSENAS, 2002).

Neste estudo, as informações obtidas foram sistematizadas em três aspectos: positivos, o significado pessoal da participação e as potencialidades do projeto, tendo em vista o curso de graduação do entrevistado.







Primeiramente foi solicitado aos acadêmicos quais são os aspectos positivos que podem ser verificados no Projeto Ruas de Lazer a partir de suas experiências junto ao mesmo. Em um segundo momento, a cada acadêmico foi solicitado que explicitasse o significado de sua participação junto ao Projeto Ruas de Lazer, ou seja, de que modo o projeto estaria contribuindo para sua formação pessoal e profissional.

Num terceiro momento (potencialidades da área), foi pedido a cada acadêmico que sugerisse atividades a serem incluídas no Projeto Ruas de Lazer e que tivessem relação com seu curso de graduação.

Não foram realizadas nenhuma espécie de categorização, foram apenas transcritas as informações repassadas pelos entrevistados. Cada um dos questionamentos teve por finalidade induzir o acadêmico há uma atitude reflexiva da importância de sua participação no projeto e como ele pode tornar-se sujeito ativo de mudanças, não apenas na Universidade, mas, também, em todos os outros espaços de vivência.

### 3 RESULTADOS

Durante a realização da pesquisa foi notável a aceitação do projeto por parte dos entrevistados, onde em sua totalidade mostraram-se empolgados com a chance de mudar de alguma forma a rotina dos participantes do projeto Rua de Lazer, impactando em sua formação como indivíduos pertencentes e atuantes em uma sociedade. Percebe-se no Quadro 1 que os acadêmicos do mesmo curso possuem linhas de pensamento bastante próximas, no que tange a relevância do projeto:



Quadro 1 - Respostas dos acadêmicos participantes do estudo

<b>Curso – fase</b>	<b>Aspectos positivos</b>	<b>Significado da participação</b>	<b>Potencialidades da área</b>
Ciências contábeis – 2ª fase	Boa organização – distribuição dos voluntários	Interação com a comunidade / crianças	Precisaria pensar em atividades, a partir do curso
Ciências contábeis – 2ª	Entende que o projeto é muito bom	Proporciona momentos de lazer	Precisaria pensar em atividades lúdicas, envolvendo números (raciocínio lógico matemático)
Ciências contábeis – 2ª fase	Interação com as crianças, realização de brincadeiras	Interação com a comunidade	Desenvolvimento de novos brinquedos, a partir do curso de graduação
Direito – 9ª fase	Incentivo para a convivência das crianças	Interação social	Disponibilização de informação jurídica aos participantes
Direito – 8ª fase	Integração com a sociedade – oferecimento de atividades de lazer	Voluntariado / crescimento pessoal	Oficinas para disponibilizar informação jurídica aos participantes
Direito - 4ª fase	Momento de interação e de lazer com as crianças	Momento de diversão e distração para os participantes	Precisaria pensar mais para responder
Direito – 5ª fase	Interação comunitária	Trabalho em equipe, proporcionar felicidade às crianças	Oferecimento de estrutura e apoio às atividades
Direito – 3º período	Bem organizado, estrutura e pessoal	Interação com as crianças e com a comunidade	Disponibilização de informação jurídica aos adultos
Engenharia – 7ª fase	Interação comunitária e familiar	Interação com a comunidade	Resistência de materiais
Engenharia civil – 8ª fase	Interação comunitária	Sem resposta	Atividades de engenharia – resistência de materiais (pontes de palitos, macarrão, etc.)

<b>Curso – fase</b>	<b>Aspectos positivos</b>	<b>Significado da participação</b>	<b>Potencialidades da área</b>
Educação física bacharelado	Socialização com moradores – interação	Promoção da felicidade entre os participantes / missão social do projeto	Atividades físicas – grandes potencialidades <sup>4</sup>
Educação física - bacharelado	Interação social e Missão social do projeto (Garantia de lazer à comunidade)	Aprendizado prático da teoria, profissional e vivências humanas	Atividades físicas, contação de histórias, música.
Educação física (licenciatura)	Recreação, atividades em grupo	Vivência profissional e agregação de conhecimentos	Atividades físicas para os cuidadores das crianças, atividades físicas (zumba, funcional, etc.)
Pedagogia – 2ª fase	Oportunização de momentos de lazer e diversão às crianças	Importância das atividades em grupo (espírito de colaboração)	Contação de história – reviver brincadeiras antigas
Pedagogia – 2ª fase	Oportunizar felicidade e convivência em grupo para as crianças	Reflexão sobre a atitude das crianças em relação à vida (espontaneidade)	Leituras – contação de histórias
Psicologia – 2ª fase	Interação com outros acadêmicos e com as crianças	Possibilidade de aplicar o conhecimento aprendido em sala de aula	Criação de brincadeiras

Fonte: os autores.

De uma forma geral, abaixo são transcritas algumas sugestões relacionadas as potencialidades que envolvem os cursos de graduação da Unoesc sugeridas pelos acadêmicos e organizadores:

<sup>4</sup> Circuito, brincadeiras típicas de escola, jogos, apresentações artísticas, dança, zumba, aulas funcionais.



- **Ciências contábeis:** os acadêmicos desse curso ressaltaram a possibilidade de desenvolvimento de jogos e atividades educativas e lúdicas, envolvendo números, raciocínio lógico/matemático e atividades que envolvam a capacidade de pensar.

- **Direito:** Oficinas envolvendo a disponibilização de informação jurídica, tanto para as crianças (direitos, educação, lazer, saúde, convivência familiar e comunitárias), contação de histórias envolvendo a garantia de direitos e para os pais e ou cuidadores (direito trabalhista, previdenciários, etc.).

- **Pedagogia/psicologia:** sugeriram atividades como contação de histórias, reviver brincadeiras antigas, do tempo dos pais e dos avós, atividades lúdicas e com cunho pedagógico.

- **Engenharia:** os alunos do curso de engenharia sugeriram atividades que envolvam resistência e durabilidade de materiais, tais como pontes de palitos, ponte de espaguete, entre outros. Uma das coordenadoras do programa Rua de Lazer, sugeriu o desenvolvimento de uma demonstração e ou oficina envolvendo robótica.

- **Educação física:** de todas as áreas, a que mais tem potencialidades, sem sombra de dúvida, é a educação física, em razão da possibilidade de desenvolvimento de atividades em praticamente todos os espaços e com uso de recursos simples. Os acadêmicos, sugeriram, a realização de atividades relacionadas ao movimento, com possibilidade de uso de música, contação de histórias, ginástica funcional, zumba, e atividades similares, apresentações artísticas, corridas, inclusive, para pais e acompanhantes das crianças.

Como observado, os acadêmicos puderam destacar as grandes potencialidades do projeto, com a inclusão de atividades específicas de cada área, bem como, sugerindo, ademais, pontos fortes e fracos do projeto, os quais podem, parcialmente, auxiliar na melhoria do mesmo.





O programa de lazer é uma iniciativa popular, orientado pelo voluntariado esportivo, possuidor de personalidade voltadas para promoções e organizações de multidões a exemplo, uma rua onde os moradores se envolvem com ações e lazer sem auxílio da prefeitura, organizam atividades para crianças e adolescentes (STOPPA *et al.*, 2011).

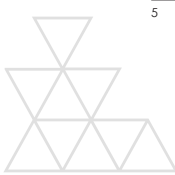
São momentos de importância ímpar, pois podem ser instrumentalizados para atividades de cunho pedagógico, como ferramenta com significativos impactos a serem produzidos no nomeio social.

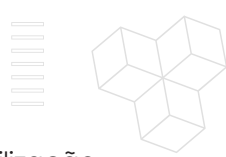
A coordenadora do programa<sup>5</sup> ressalta que está no projeto há cerca de 2 anos e que até o ano de 2019, as atividades das ruas de lazer eram realizadas a pedido de instituições da comunidade (por associação de moradores, escolas, Igrejas), sendo a solicitação recebida, analisada e, conforme a disponibilidade, o pedido era encaixado na agenda de eventos. Porém, em 2020, houve a necessidade de revisão das atividades das Ruas de Lazer por conta da pandemia SARS-Cov2.

A parceria com a Unoesc é importante, pois, sem a Universidade haveria a necessidade de remanejamento de servidores públicos para auxiliar nas atividades das Ruas de Lazer, tanto na montagem e desmontagem dos brinquedos, como no cuidado dos equipamentos e de outras atividades.

Em certos momentos o curso de educação física leva atividades ao projeto, agregando mais valor às atividades desenvolvidas. Seria importante que fossem desenvolvidos outros projetos, relacionados à produção de conhecimento, melhoramento de projetos e agregação de valor às atividades existentes.

<sup>5</sup> Sandra Rogéria de Oliveira.





A coordenadora sugere, nesse sentido, a disponibilização temática de informações, por exemplo, acadêmicos da área de direito disponibilizassem informações de cunho trabalhista ou de área, buscando orientar os participantes da atividade (pais, avós e outras pessoas que acompanhem as crianças), bem como, numa parceria com uma escola, promover um curso de economia doméstica.

O curso de engenharia, poderia, nesse sentido, realizar oficina de robótica, haja vista que as crianças gostam muito de tecnologia e de atividades lúdicas, é preciso pensar atividades não apenas para as crianças, mas para todos que as acompanham durante o evento.

Em entrevista, o outro coordenador do projeto<sup>6</sup>, o qual atua há mais de 18 anos junto ao Ruas de Lazer, declara que a organização do evento se dá a partir da vontade da comunidade em realizar atividades orientadas, lúdicas, recreativas e de lazer. É sempre um momento muito esperado por crianças e adolescentes, tanto na área urbana quanto na área rural da cidade.

Por vezes, as atividades são mais complexas, quando o evento da comunidade atendido pelo programa possui mais participantes, momentos em que podem haver mais de mil crianças a serem atendidas, exigindo-se, no caso, uma maior organização por parte dos participantes (equipe de professores, estagiários, acadêmicos, voluntários e dos prestadores de serviços comunitários).

A solicitação para que o projeto se desloque até a comunidade é realizado através do contato dos líderes das comunidades com a Prefeitura, os quais encaminham a solicitação para o coordenador do projeto, na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, sendo os agendamentos realizados por ordem de recebimento, salvo prioridades específicas para atendimento.

<sup>6</sup> Sr. Ciro Villa Sanches.





O coordenador salienta, ainda que a parceria com a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) é fundamental, pois qualifica o atendimento à comunidade, bem como proporciona estágio aos acadêmicos, contribuindo em sua formação profissional. Os acadêmicos participantes do projeto Unoesc Solidária auxiliam na montagem de brinquedos, operacionalização dos atendimentos, desmontagem e organização de materiais para o transporte.

O coordenador ressalta a importância da inclusão de novas atividades nos projetos, a serem pesquisadas e operacionalizadas, para qualificar o atendimento a crianças e adolescentes, através do oferecimento de atividades lúdicas e recreativas por parte dos cursos de graduação.

A partir das falas dos coordenadores e dos participantes, denota-se a relevância da inclusão de novas atividades no projeto Ruas de Lazer e da importância da parceria entre a Prefeitura de Chapecó e a Unoesc, do projeto Ruas de Lazer e da necessidade de incorporação de novas atividades ao projeto.

Levando-se em conta todas as atividades sugeridas, sugere-se o desenvolvimento de um projeto de pesquisa ou de um momento colaborativo (reiterado) entre os acadêmicos e professores, assim como outros envolvidos no projeto (coordenadores do programa), para a busca de melhoria das atividades e de novas atividades a serem incluídas no Projeto Ruas de Lazer.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização da pesquisa foi notável a aceitação do projeto por parte dos entrevistados, onde em sua totalidade mostraram-se empolgados com possibilidade de melhorar as atividades realizadas pelas crianças, como, também, criar novas atividades, impactando





em sua formação como indivíduos pertencentes e atuantes em uma sociedade. Tornando-os indivíduos mais felizes, ativas e capazes de pensar e refletir sobre as situações do seu cotidiano.

O lazer tem como objetivo orientar o tempo livre para a prática esportiva, com o prazer e a alegria de modo involuntário e sem prejudicar as demais possibilidades educacionais e culturais e oportuniza também melhorias de saúde do povo, no que se refere à prática de atividade física e recreativas, nas medidas possíveis adequadas as condições locais das diferentes comunidades (RODRIGUES, 1998).

O levantamento realizado junto aos acadêmicos e a comunidade, bem como com os gestores dos projetos ruas de lazer, propiciou o levantamento de muitas informações relevantes – a importância do projeto para a comunidade, a Universidade e todos os participantes envolvidos no projeto.

Sugere-se a realização de oficinas com os acadêmicos e professores dos cursos de graduação, apresentando o projeto ruas de lazer e, propondo a esses que apresentem atividades da sua própria área de conhecimento para agregar as atividades já realizadas no projeto “Ruas de Lazer”.

Cada área com suas próprias especificidades pode enriquecer de maneira inestimável o Projeto Ruas de Lazer. A denotar que, o mais relevante, é o constante estímulo aos participantes das atividades, desenvolvendo um espírito de integração e de colaboração, favorecendo a construção de ideias e da implementação do projeto.

Seria, nesse sentido, importante o desenvolvimento de um projeto de pesquisa e ou um momento colaborativo rotineiro (semestral) entre os acadêmicos e professores, assim como outros envolvidos no projeto, para a busca de atividades a serem incluídas no Projeto Ruas de Lazer.







Várias possibilidades foram aventadas, como jogos de circuito, brincadeiras típicas de escola, jogos, apresentações artísticas, dança, zumba, aulas funcionais. Também, o uso de jogos como de tabuleiros, dominós, damas, sudoku, tangran, torre de Hanói, jogos envolvendo tabuada e similares.

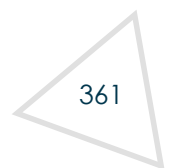
Seria interessante, também, a realização de atividades teatrais e lúdicas (SOARES; SILVA; SILVA, 2011), relacionadas às questões problemáticas vivenciadas pelas crianças e ou jovens, em seu contexto social, buscando a conscientização dos participantes sobre a temática enfrentada, por exemplo, preconceito, direito das pessoas com deficiência, violência contra a mulher e temas afins.

Inúmeras são as possibilidades da pedagogia (SOUZA, 2015), como a realização de rodas de leitura, fantoches, desenho e pintura, contação de histórias, entre outras, auxilia no pleno desenvolvimento da criança, possibilitando uma boa experiência em seu aprendizado. São possibilidades, também: pula corda, pega-pega, bobinho, corre cotia, estátua, esconde-esconde, amarelinha, circuitos com obstáculos e atividades similares.

Sugere-se, também, a possibilidade de exposição com temas científicos, atividades envolvendo uso de legos, uso de madeira para fins de percepção da estruturalidade, materiais, construção cidades em miniatura e aplicações similares (MORAES; CARDOSO, 2018).

A complexidade das atividades de lazer, assim como os significativos impactos que ela produz no meio social, denotam a importância de seu estudo e, também, da importância da promoção dessas atividades, especialmente pelas instituições de caráter público.

Por fim, o projeto Ruas de Lazer é um projeto de grande relevância, tanto para acadêmicos como para a comunidade, pois, nele, todos os envolvidos em atividades de recreação e lazer, poderão adquirir





novas vivências, conhecimentos – sobretudo no tocante a interação social e comunitária.

Os momentos de lazer podem ser aproveitados como ferramentas pedagógicas, através da agregação de valor as atividades existentes, como através do desenvolvimento de novas atividades, tendo por base as mais diversas áreas do conhecimento humano (educação física; engenharia; direito; ciências contábeis).

O levantamento realizado junto aos acadêmicos e a comunidade, bem como com os organizadores dos projetos ruas de lazer, propiciou o levantamento de diversas informações relevantes (importância do projeto; possibilidade de novas atividades). Seria, nesse sentido, importante o desenvolvimento de um momento colaborativo entre os participantes do projeto para a criação e implementação de novas atividades.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

DUMAZDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEKSENAS, P. **Sociologia da educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MORAES, M. N.; CARDOSO, P. A. Jogos para ensino em engenharia e





desenvolvimento de habilidades. **Revista Principia, DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO IFPB**, João Pessoa, n. 39, p. 19-29, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/download/1769/840>. Acesso em: 08 abr. 2021.

PRADANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: [shorturl.at/hsQVX](http://shorturl.at/hsQVX). Acesso em: 19 mai. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. 2019. Disponível em: <https://chapeco.sc.gov.br>. Acesso em: 19 fev. 2021.

RODRIGUES, A. B. Os lazeres urbanos: valorização do local no contexto da globalização. *In: Lazer, cidadania, meio ambiente*, São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, v. 3, n. 9, 1998. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/270224305.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2020.

SOARES, S. M.; SILVA, L. B.; SILVA, P. A. B. O teatro em foco: estratégia lúdica para o trabalho educativo na saúde da família. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 818-824, dez. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452011000400022&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452011000400022&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 9 abr. 2021.

SOUZA, A. L. **A importância das atividades lúdicas na educação infantil**. 2015. Disponível em: [https://www.pedagogia.com.br/artigos/a\\_importancia\\_das\\_atividades\\_ludicas/index.php](https://www.pedagogia.com.br/artigos/a_importancia_das_atividades_ludicas/index.php). Acesso em: 08 mai. 2021.

STOPPA, E. A. *et al.* **Gestão de esporte e lazer**: análise dos espaços e equipamentos de esporte recreativo e de lazer em Ermelino Matarazzo, zona leste de São Paulo. São Paulo: Editora Plêiade, 2011.







# MOTRICIDADE FINA EM CRIANÇAS COM SUSPEITA DE TDAH: MÉTODOS DE AVALIAÇÃO UTILIZADOS NA NEUROPSICOLOGIA

Julio Cesar da Silva Maciel de Lima<sup>1</sup>

Morgana Orso dos Santos<sup>2</sup>

## RESUMO

Atraso na motricidade fina pode caracterizar também dificuldade em aprender a ler e escrever, sendo reconhecido que o desempenho das crianças com TDAH sugere dificuldades na coordenação motora fina distal e complexa e na velocidade psicomotora. Esta pesquisa buscou, através de uma metodologia exploratória-descritiva, descrever o perfil de neuropsicólogos que atendem crianças com suspeita de TDAH e levantar dados sobre os aspectos relacionados ao processo de avaliação diagnóstica, especialmente quanto à avaliação da motricidade fina de crianças. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário online. Os resultados indicam que os profissionais são em sua grande maioria mulheres jovens e residentes da região sudeste do Brasil, que se sentem preparadas para avaliar o desenvolvimento motor, utilizando fontes diversas e complementares para avaliação, nos casos de suspeita de TDAH. A avaliação neuropsicológica sugeriu a escola como a principal fonte de encaminhamento que sugeriu. Não há consenso quanto à utilização de testes psicológicos para avaliação da motricidade fina. Parte dos neuropsicólogos apoiou suas avaliações em testes como o Figuras Complexas de Rey, o WISC-IV e o Bender. Por outro lado, foi amplamente citado o uso das escalas, tarefas ecológicas, atividades, utilização do desenho e a escrita.

**Palavras-chave:** TDAH; neuropsicologia; criança.

<sup>1</sup> Especialista em Neuropsicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); Graduado em Psicologia pela Unicentro; jcdv07@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestra em Psicologia pela Imed Passo Fundo; Professora do Curso de Psicologia Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Campus de Chapecó; morgana.satos@unoesc.edu.br



## ABSTRACT

*Delay in fine motor skills may also characterize difficulties in learning to read and write, and the academic community recognizes that the performance of children with ADHD suggests struggles in fine and complex distal motor coordination and psychomotor speed. This research sought, through an exploratory-descriptive methodology, to describe the profile of neuropsychologists who assist possibly ADHD diagnosed children and to raise data on aspects related to the diagnostic evaluation process, especially regarding the assessment of fine motor skills in children. The data was collected using an online questionnaire. The results indicate that the vast majority of professionals are young Brazil's southeast-resident women, who feel prepared to assess motor development, using different and complementary sources to evaluate cases of suspected ADHD. The school is the primary source of referral that suggested neuropsychological assessment. There seems to be no consensus on the use of psychological tests to assess fine motor skills. One neuropsychologist group supported their evaluations in quizzes such as The Rey Complex Figure, WISC-IV and Bender. The other group frequently mentioned the utilization of scales, ecological tasks, activities, use of drawing and writing.*

**Keywords:** ADHD; neuropsychology; child.

## 1 INTRODUÇÃO

O diagnóstico do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) tem sua história ligada à investigação de quadros patológicos, convergindo, recentemente, para descrições que apontam para uma predominância de sintomas de desatenção, hiperatividade e impulsividade. À luz das neurociências, a íntima relação entre percepção e ação ou motricidade e psiquismo apresenta novos paradigmas, como o da neuropsicomotricidade (FONSECA, 2018). Estudos têm demonstrado uma forte correlação

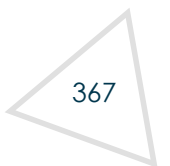


entre a motricidade e a cognição (DIAMOND, 2000), ampliando a forma de investigação em relação ao desenvolvimento emocional, motor e cognitivo, especialmente no que se refere ao processo de alfabetização. A aprendizagem de leitura e escrita requer, desta maneira, compreensão de diversas regiões cerebrais, divergindo do que se pensava anteriormente.

O TDAH é considerado um distúrbio neurocomportamental ou do neurodesenvolvimento, caracterizado por um padrão envolvendo desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade, o que tende a trazer um prejuízo no rendimento escolar e desenvolvimento pessoal. Uma perspectiva diagnóstica que incida sobre o perfil motor de escolares com TDAH pode auxiliar na identificação do transtorno e suas comorbidades, bem como na conduta terapêutica e educacional, uma vez que escolares com TDAH apresentam atraso na coordenação motora fina, demonstrando dificuldade em atividades que exijam destreza (OKUDA et al., 2011).

As evidências apontam para a tarefa de observar o desenvolvimento motor de crianças como central no diagnóstico do transtorno, considerando que há uma correlação positiva entre a capacidade motora e a cognitiva, com ênfase na habilidade motora fina (AYHAN et al., 2007). É preciso considerar, além disso, uma sobreposição das dificuldades motoras e do TDAH, recaindo sobre a importância da avaliação e tratamento realizado por uma equipe multidisciplinar (ROSA NETO et al., 2015), bem como das estratégias de intervenção que busquem contemplar a interação entre os sintomas e o contexto ambiental (GOULARDINS et al., 2018).

Riou et al. (2009), ao estudarem se crianças com atraso motor global também apresentavam atraso cognitivo, observaram que o desempenho motor fino foi preditor do valor de Quociente de Inteligência global, sugerindo a importância da sobreposição da





coordenação motora e da cognição na criança em idade escolar. Desta maneira, se faz necessário investigar a habilidade motora fina em crianças, especialmente para oferecer o atendimento adequado e prevenir a desmotivação na aprendizagem, baixa autoestima, bullying e dificuldade no relacionamento interpessoal.

As habilidades motoras finas são importantes sobretudo no ato de desenhar e envolvem a coordenação olhos-mãos e dos pequenos músculos, aprimorando-se na segunda infância (3 a 6 anos de idade). À medida que desenvolvem capacidades motoras, as crianças em idade pré-escolar combinam continuamente as habilidades que já possuem com aquelas que estão adquirindo para produzir capacidades mais complexas (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Para avaliação tanto de função cognitiva, quanto da motricidade fina, muitos testes psicológicos utilizam o meio de levantamento através do lápis-papel, necessitando, portanto, de respostas motoras. Aponta-se, portanto, uma grande dificuldade: estas respostas poderiam afetar o resultado geral de outros testes, como o de atenção?

A idade pré-escolar é uma fase de aquisição e aperfeiçoamento das habilidades motoras e a escola tem papel fundamental na aprendizagem e desenvolvimento. O atraso na motricidade fina pode caracterizar, também, uma dificuldade em aprender a ler e escrever, integrada ao ato de preensão, traçado inseguro e movimentos impulsivos (GALLAHUE; OZMUN; GOODWAY, 2013). Além disso, é reconhecido que o desempenho das crianças com TDAH apresenta dificuldades na coordenação motora fina distal, complexa e na velocidade psicomotora (MOKOBANE; PILLAY; MEYER, 2019).

Constata-se que 30 a 50% das crianças com o diagnóstico de TDAH apresentam problemas motores (FLIERS et al., 2008) e que o desempenho motor em crianças continua sendo uma condição







negligenciada, recebendo pouca atenção (ROSA NETO, 2015; FLIERS et al., 2008).

Logo, o objetivo principal deste estudo é identificar os processos de avaliação diagnóstica que envolvam a motricidade fina em casos de suspeita de TDAH, conferindo competências, estratégias, instrumentos de observação e avaliação para compreensão diagnóstica. Embora possa haver diferenças na conceituação da avaliação psicológica e neuropsicológica, ambas consistem em um processo complexo que utiliza diversas ferramentas, como: instrumentos padronizados, observação em contexto clínico ou situações cotidianas, escalas, anamnese, exame do estado mental, entrevista, dentre outras possibilidades que investiguem aspectos do funcionamento cognitivo e socioafetivo individual (MANSUR-ALVES, 2018).

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adere predominantemente à concepção ideográfica, concentrando-se na compreensão, na valoração de interpretações do indivíduo e interessando-se pelos significados e intenções das ações humanas (GAYA, 2008). Essa perspectiva é utilizada ainda que tenha características da descrição da realidade, possibilitando inferir sobre os dados analisados, considerando um modelo hipotético-dedutivo.

Assim como a avaliação neuropsicológica necessita de complementaridade da abordagem ideográfica, na qual hipóteses são elaboradas e verificadas a partir dos dados clínicos e os resultados são interpretados à luz de um modelo de correlação estrutura-função (HAASE et al., 2008), a presente pesquisa busca compreender as peculiaridades do processo diagnóstico, exigindo um olhar diverso





e padrões ou modelos de interpretações plurais, adotando uma perspectiva interdisciplinar.

A metodologia escolhida foi a exploratória-descritiva, proporcionando maior aproximação com o tema, ampliando, assim, o foco sobre a avaliação clínica neuropsicológica. Além disso, a análise de determinado fenômeno, a definição de pressupostos e o esclarecimento de possíveis relações com outras variáveis são alguns de seus objetivos (GAYA, 2008).

O objetivo da pesquisa foi descrever o perfil de neuropsicólogos que atendem crianças com suspeita de TDAH e levantar dados sobre os aspectos relacionados ao processo de avaliação diagnóstica, especialmente quanto à avaliação da motricidade fina de crianças.

A coleta de dados foi realizada por intermédio de um questionário online, disponibilizado na internet através da plataforma Formulários Google, entre os dias 19 de junho e 07 de agosto de 2020. Foi aplicado um questionário preliminar com alunos do curso de especialização de Neuropsicologia da Unoesc (Universidade do Oeste de Santa Catarina), analisando a adequação do instrumento e considerando o objetivo da presente pesquisa. O recrutamento dos participantes ocorreu através de mídias sociais utilizando hashtag ou grupos com a temática Neuropsicologia, sendo disponibilizado o link para acesso ao questionário.

Obteve-se 84 respostas ao questionário, das quais 52 preencheram todos os critérios da pesquisa, sendo os critérios para participação: psicólogo(a) com especialização em Neuropsicologia e CRP ativo; atuar na área clínica pelo menos 2 anos; e ter experiência na avaliação psicológica de crianças com suspeita de TDAH.

O questionário continha perguntas abertas e fechadas. A análise dos dados quantitativos ocorreu por frequência matemática simples, não correlacional, e a tabulação dos dados foi realizada com



a produção de gráficos e tabelas. As perguntas incluíram questões de múltipla escolha, de escala Likert de cinco pontos de concordância e de frequência.

A análise de dados das perguntas abertas incluiu a técnica de análise de conteúdo, compreendida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que compõe procedimentos sistemáticos que envolvem a descrição, a inferência e a interpretação das respostas (BARDIN, 2016). Elas foram analisadas com base nas unidades de registro, considerando que esta é a menor parte do conteúdo, cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas (FRANCO, 2008), utilizando a frequência para organizá-la entre palavras ou temas, conforme eixos temáticos levantados a *posteriori*.

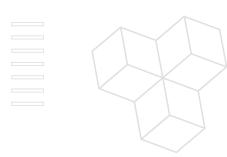
### 3 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A pesquisa revelou que a grande maioria dos profissionais que responderam ao questionário são do gênero feminino (90,4%), na faixa de idade de 30 a 39 anos (53,8%), residentes da região Sudeste do Brasil (55,8%), de acordo com a Tabela 1. Quanto à idade, na sequência, observamos a faixa de 40 a 49 anos (28,8%), menos de 30 anos (13,5%), 50 a 59 anos (3,8%) e nenhum participante acima de 60 anos.

Tabela 1 – Perfil dos neuropsicólogos (região do Brasil em que reside)

Região	N.	%
Norte	0	0
Nordeste	6	11,5
Centro-Oeste	4	7,7
Sudeste	29	55,8
Sul	13	25
Total	52	100

Fonte: os autores.



Quanto ao tempo de atuação na área clínica dos profissionais, 22 responderam que atuam entre 2 e 5 anos (42,3%); 17 responderam entre 6 e 10 anos (32,7%); 8 pessoas responderam entre 11 e 15 anos de atuação (15,4%), 4 entre 16 e 20 anos (7,7%) e 1 pessoa que possui mais de 20 anos de experiência (1,9%).

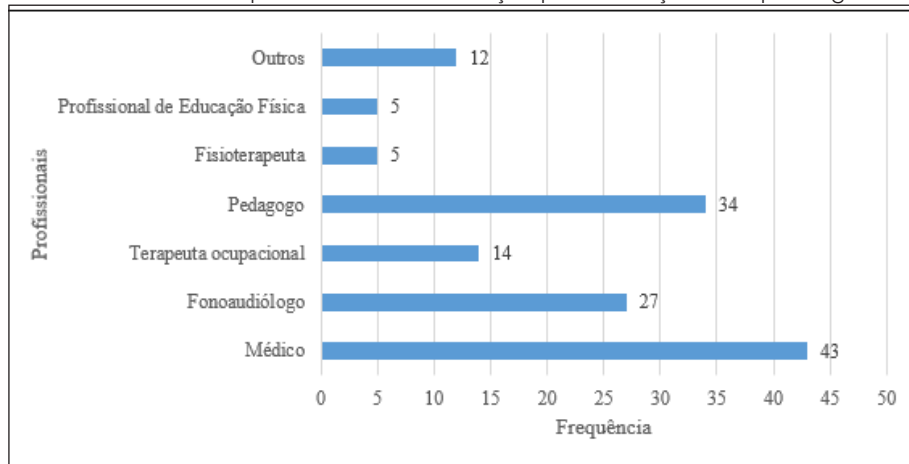
Quanto à sua formação, responderam se sua graduação e especialização contemplaram a avaliação do desenvolvimento motor de crianças. A maioria (36,5%) discorda de tal afirmação, seguido de 26,9% indeciso, de 17,3% que concordam, 13,5% que concordam totalmente e apenas 5,8% que discordam totalmente.

Sobre a fonte de encaminhamento: na questão em que deveriam indicar a principal instância que sugeriu a avaliação neuropsicológica da criança com suspeita de TDAH, a escola ou instituição de ensino recebeu a grande maioria das respostas (61,5%), seguido de 18 respostas para profissionais de saúde (34,6%), 1 resposta para pais ou responsáveis (1,9%) e 1 resposta para outros (1,9%).

Em relação aos profissionais que costumam ser fonte de informação para a avaliação neuropsicológica, os participantes puderam selecionar mais de um profissional (caixa de seleção), sendo que a maioria relata que a categoria profissional principal que melhor se adequa a tal necessidade é a do "Médico" (82,7%), conforme aponta o Gráfico 1. Na sequência, em ordem decrescente, estão o "Pedagogo" (65,4%), "Fonoaudiólogo" (51,9%), "Terapeuta Ocupacional" (26,9%), "Outros" (23,1), "Fisioterapeuta" (9,6%) e, por fim, o "Profissional de Educação Física" (9,6%).



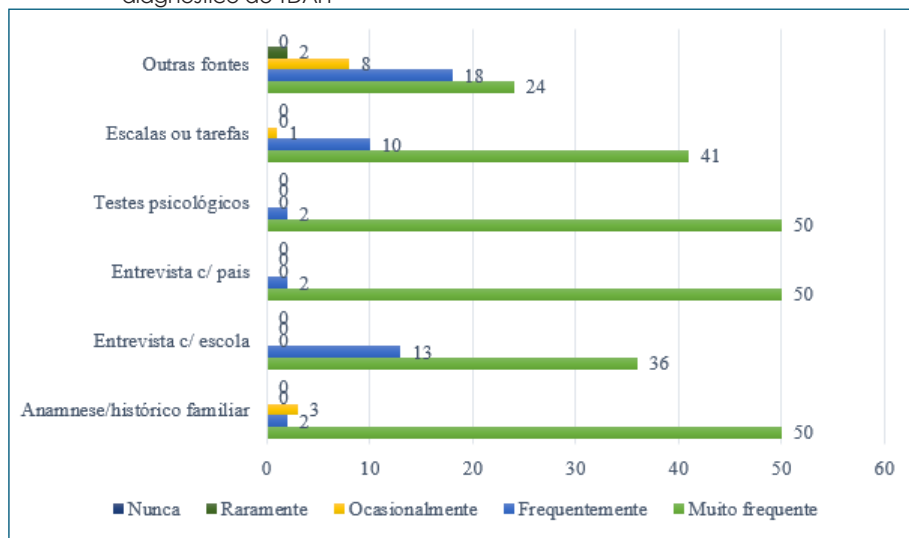
Gráfico 1 – Profissionais que são fonte de informação para avaliação neuropsicológica



Fonte: os autores.

Sobre a frequência com que os participantes utilizam meios de obtenção de informações para o diagnóstico de TDAH, a opção “muito frequentemente” obteve maior respostas para: “Anamnese”, com um total de 50 respostas; “Entrevista com a escola”, com 36; “Entrevista com os pais ou responsáveis”, com 50; “Entrevista ou observação com a escola”, com 50; “Testes psicológicos”, com 41; “Escala ou tarefas”, 41; e “Outras fontes”, com 24 respostas. Os dados com a frequência detalhada estão descritos no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Frequência do uso dos principais meios de obtenção de informações para o diagnóstico de TDAH



Fonte: os autores.

A pesquisa indica que os sujeitos se consideram preparados para avaliar o desenvolvimento motor em crianças; 36% concordam com tal afirmação, enquanto 28,8% se consideram indecisos, 17,3% discordam, 15,4% concordam totalmente e 1,9% discordam totalmente.

Na questão aberta, em que os participantes levantaram os testes comerciais utilizados como fonte de informação para avaliação da motricidade fina, houve 25 categorias de palavras. O teste mais mencionado pelos sujeitos de pesquisa foi o “Figuras Complexas de Rey”, com um total de 17 respostas (32,7%). Na sequência, obtiveram 11 respostas (21,1%) o “teste WISC IV” e “Nenhum teste comercial” (21,1%), seguidos da “Escala de Desenvolvimento Motor de Rosa Neto – EDM”, com 17,3%, “Escalas, Tarefas ou atividades” e o “Teste Gestáltico Visomotor de Bender”, com 15,3%. A “Escala Bayley” foi mencionada por 11,5% dos sujeitos e o “Neupsilin-Infantil” por 7,6%. Os testes “Denver-II” e “TDE-II” obtiveram, cada um, 5,7%. Quatro testes receberam 3,8%, sendo eles: o “Desenho da Figura Humana



(DFH)”; “SON-R”; “o Teste de Atenção D2”; e “NEPSY-II”. Os demais receberam apenas 1,9% de respostas: “POP-TT”; “AC”; “BPA”; “Bateria Psicomotora de Fonseca”; “Teste de Habilidades e Conhecimento Pré-Alfabetização (THCP)”; “Instrumento Básico do Repertório Básico para a Alfabetização (IAR)”; “Bateria de Testes Neuropsicológicos (BTN)”; “Teste Wisconsin de Classificação de Cartas”; “Palográfico”; “Encaminhamento para Terapeuta Ocupacional”; e “Teste dos Cinco Dígitos (FDT)”.

Já no que diz respeito a outras fontes que são utilizadas para avaliação da motricidade fina, destaca-se a unidade levantada por meio do tema: o “Desenho como principal meio” (30,7%), seguido de “Observação” (25%); “Atividade lúdica ou tarefas ecológicas” (25%) e “Escrita” (19,2%). Os jogos aparecem com 13,4%; enquanto os movimentos de pinça, recorte ou colagem e escalas pedagógicas ou exames psicomotores com 13,4%. Com 7,6% aparecem os livros ou bibliografias. Com menor expressão, inclui-se o “Nine Hole Peg Teste”, “Contato com a professora” e “Nenhum”.

## 4 DISCUSSÃO

Os dados sociodemográficos revelam certa tendência que vem ocorrendo desde a década de 80 no Brasil, a de um predomínio absoluto de mulheres (BASTOS; GOMIDE, 1989). Vê-se que o perfil dos neuropsicólogos hoje é composto por adultos na faixa dos 30 anos, com experiência clínica de no máximo cinco anos – é possível inferir que a forma de recrutamento dos participantes, por meio das mídias sociais, pode refletir um público mais jovem.

O fato de a Neuropsicologia ser considerada uma área interdisciplinar de saber e atuação (HAASE et al., 2012) implica no conhecimento de diversos métodos de áreas distintas que vão muito





além da Psicologia, com grande aproximação da área da Medicina, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Educação e diversas outras. A busca por informação em outras áreas pode ser um fator que levou os profissionais a realizar formações complementares. A pesquisa sinaliza que os neuropsicólogos não consideram que a graduação e pós-graduação contemplaram a avaliação do desenvolvimento motor de crianças.

O prejuízo no rendimento escolar é uma das razões de crianças com suspeita de TDAH serem encaminhadas para avaliação neuropsicológica. Esta pesquisa confirma tal hipótese, mostrando que a escola ou instituição de ensino tem encaminhado com frequência seus alunos para avaliação. Carvalho e Guerra (2018) ressaltam que os educadores possuem necessidade sobre o conhecimento da influência do sistema nervoso e da saúde geral no processo de ensino-aprendizagem.

Parece haver diversas pesquisas que tratam do TDAH no âmbito da educação física, inclusive aquelas que consideram que o tratamento deve levar em consideração estratégias de ensino que incluam a atividade física (ROHDE et al., 2000) e outras que apontam benefícios relacionados ao tratamento ou reabilitação (NIEHUES; NIEHUES, 2014; PALACIO et al., 2017).

O fato de haver uma diferença significativa em relação à fonte de encaminhamento (instituição de ensino versus pais ou responsáveis) sugere haver uma percepção diferente sobre os problemas comportamentais ou de aprendizagem de crianças. Além disso, essa discrepância se revela contraditória, uma vez que, no SNAP-IV,<sup>3</sup> os pais tendem a apontar mais sintomas de TDAH do

<sup>3</sup> SNAP-IV para crianças e adolescentes foi construído a partir dos sintomas do Manual de Diagnóstico e Estatística – IV Edição (DSM-IV) da Associação Americana de Psiquiátrica.







que os professores, especialmente quando se trata de sintomas de hiperatividade (COUTINHO et al., 2009).

Mostra-se importante, neste sentido, ter fontes de informação diversas e complementares. Silva et al. (2009) indica que a combinação de instrumentos e informantes possibilita uma compreensão mais completa e segura. Capovilla, Assef e Cozza (2007) compreendem que há uma relação entre transtornos psiquiátricos ou cognitivos e distúrbios das funções executivas e no córtex pré-frontal, mencionando evidências que levam a considerar que o TDAH apresentaria comprometimento de alguns componentes das funções executivas. Em contrapartida, Barkley (2019) afirma não haver necessidade da utilização de testes, especialmente os que avaliam funções executivas, para o diagnóstico do TDAH. Também se constata o dissenso em relação ao uso de testes em relação à avaliação da motricidade fina, uma vez que, entre as seis categorias mais mencionadas quanto à utilização de testes comerciais, apenas três relatam seu uso.

A Escala de Desenvolvimento Motor, construída por Rosa Neto, foi mencionada por diversos participantes. Ela apresenta resultados consistentes (SANTOS et al., 2019), apesar de as metodologias utilizadas nas pesquisas estarem abaixo do esperado ou não atenderem aos padrões de qualidade metodológica (SANTOS et al., 2019; LUZ et al., 2018).

Dentre as principais funções avaliadas pelo teste Figuras Complexas de Rey, pode-se destacar as habilidades visoespaciais e a memória, havendo correlação significativa entre o desempenho neste e em outros testes, utilizados na investigação de funções executivas (CRUZ; TONI; OLIVEIRA, 2011). Tanto o Figuras Complexas de Rey e o WISC-IV, quanto o Bender, em alguma medida, avaliam a integração visomotora, a qual pode ser comprometida pelo TDAH (CRAWFORD; DEWEY, 2008; GERMANO et al., 2013). Todavia, os constructos principais





destes testes são a percepção visual, a memória e a inteligência em maturação percepto-motora.

Barkley (2019) considera que o uso de testes neuropsicológicos para o diagnóstico de TDAH é injustificado. A utilização do desenho é uma das principais fontes para avaliação da motricidade fina, junto da observação. De acordo com Serrano e Luque (2019), a criança com dificuldade na motricidade fina pode: não gostar de atividades que exijam coordenação de olhos com mãos; apresentar dificuldade de autocuidado; ter dificuldade no uso da tesoura; dificuldade em abotoar botões; ter preensão imatura; escrever ou pintar lentamente; dentre outros.

## 5 CONCLUSÃO

Observa-se grandes desafios em relação à avaliação do desenvolvimento motor, em especial o da motricidade fina, por parte de neuropsicólogos brasileiros. Os neuropsicólogos são, em grande maioria, mulheres jovens e residentes da região sudeste. Essas profissionais se sentem preparadas para avaliação do desenvolvimento motor e têm utilizado fontes diversas e complementares para avaliação dos casos de suspeita de TDAH.

A escola ou instituição de ensino é a principal fonte de encaminhamento que propõe a avaliação neuropsicológica de crianças com suspeita de TDAH. Constata-se a importância da equipe, seja ela multi ou interdisciplinar, para avaliação ou tratamento do desenvolvimento motor em crianças. Há menção de informantes de diversas categorias profissionais, porém, os neuropsicólogos baseiam frequentemente sua avaliação nos dados de profissionais da Medicina. Destacamos que, dentre as fontes de informação para a avaliação neuropsicológica, o profissional de Educação Física foi pouco referido,





apesar de estar diretamente ligado ao conhecimento sobre o corpo e motricidade.

Esta pesquisa demonstrou não haver consenso quanto à utilização de testes psicológicos para avaliação da motricidade fina. Outros privilegiaram o uso das escalas, tarefas ecológicas, atividades, utilização do desenho e a escrita. A não utilização de testes, bem como o uso do desenho, a observação e os jogos, revela uma postura mais qualitativa, o que é essencial para manter as crianças engajadas no processo avaliativo.

Ressaltamos a importância da avaliação do comportamento motor, o que implica considerar os obstáculos ao desenvolvimento da criança, supondo que o desenvolvimento ocorra de forma não homogênea para os componentes da motricidade; ou seja, caso os componentes da motricidade apresentam ritmos irregulares de desenvolvimento (CAETANO; SILVEIRA; GOBBI, 2005).

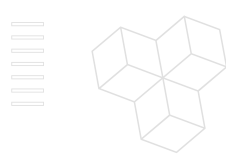
As controvérsias em relação ao diagnóstico de TDAH podem ser justificadas devido à multiplicidade de variáveis que são necessárias para um diagnóstico ou à heterogeneidade de perfis de sintomáticos e neuropsicológicos, características neurobiológicas e genéticas. Da mesma maneira, essa variabilidade pode também ser uma limitação da presente pesquisa, uma vez que o diagnóstico inclui uma faceta de sintomas de desatenção, excluindo, neste caso, os sintomas de hiperatividade e impulsividade.

## REFERÊNCIAS

AYHAN, A. *et al.* Correlations of conceptual development with motor skills for a Turkish sample of kindergarten children. **Perceptual and Motor Skills**, [s. l.], v. 105, n. 1, p. 261–264, 2007. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17918574/> Acesso em: 22 mar. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.





BARKLEY, R. A. Neuropsychological Testing is Not Useful in the Diagnosis of ADHD: Stop It (or Prove It)!. **The ADHD Report**, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 1-8, mar. 2019. Disponível em: <https://guilfordjournals.com/doi/10.1521/adhd.2019.27.2.1>. Acesso em: 5 set. 2020.

BASTOS, A. V. B.; GOMIDE, P. I. C. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 6-15, 1989. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931989000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931989000100003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 ago. 2020.

CAETANO, M. J. D.; SILVEIRA, C. R. A.; GOBBI, L. T. B. Desenvolvimento Motor de Pré-escolares no intervalo de 13 meses. **Rev. Bras. De Cine-antropometria & Desempenho Humano**, Rio Claro, v. 7, n. 2, p. 5-13, jun. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/rbcdh/article/view/3791>. Acesso em: 22 mar. 2021.

CAPOVILLA, A. G. S.; ASSEF, E. C. dos S.; COZZA, H. F. P. Avaliação neuropsicológica das funções executivas e relação com desatenção e hiperatividade. **Aval. psicol.**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 51-60, jun. 2007. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712007000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712007000100007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 5 set. 2020.

CARVALHO, A. M; GUERRA, L. B. Contribuição da avaliação neuropsicológica na educação. In: MALLOY-DINIZ *et al.* (org). **Avaliação Neuropsicológica**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. p. 297-300.

COUTINHO, G. *et al.* Concordância entre relato de pais e professores para sintomas de TDAH: resultados de uma amostra clínica brasileira. **Rev. psiquiatr. clín.**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 97-100, 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-60832009000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832009000300003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 31 ago. 2020.





CRAWFORD, S. G.; DEWEY, D. Co-occurring disorders: a possible key to visual perceptual deficits in children with developmental coordination disorder? **Hum Mov Sci**, [s. l.], v. 27, n. 1, p.154-169. fevereiro. 2008. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18192047/> Acesso em: 22 março. 2021.

CRUZ, V. L. P. da; TONI, P. M. de; OLIVEIRA, D. M. de. As funções executivas na Figura Complexa de Rey: relação entre planejamento e memória nas fases do teste. **Bol. psicol**, São Paulo, v. 61, n. 134, p. 17-30, jun. 2011. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0006-59432011000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432011000100003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 5 set. 2020.

DIAMOND, A. Close interrelation of motor development and cognitive development of the cerebellum and prefrontal cortex. **Child Development**, [s. l.], v. 71, n. 1, p. 44-56, janeiro. 2000. Disponível em: <https://srcd.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1467-8624.00117> Acesso em: 22 mar. 2021.

FLIERS, E. *et al.* Motor coordination problems in children and adolescents with ADHD rated by parents and teachers: effects of age and gender. **Journal of neural transmission**, [s. l.], v. 115, n. 2, p. 211-220, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00702-007-0827-0> . Acesso em: 22 mar. 2021.

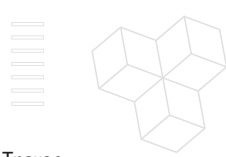
FONSECA, V. da. **Neuropsicomotricidade**: ensaio sobre as relações entre corpo, motricidade, cérebro e mente. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2018.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. **Compreendendo o desenvolvimento motor**: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

GAYA, A. *et al.* **Ciências do movimento humano**: introdução à metodologia da pesquisa. Porto Alegre: Artmed, 2008.





GERMANO, G. D. *et al.* Percepção viso-motora de escolares com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade. **CoDAS**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 337-341, 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2317-17822013000400007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-17822013000400007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 22 mar. 2021.

GOULARDINS, J. *et al.* The Relationship Between Motor Skills, Social Problems, and ADHD Symptomatology: Does It Vary According to Parent and Teacher Report? **Journal of Attention Disorders**, [s. l.], v. 22, n. 8, p. 796–805, abr. 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1087054715580394>. Acesso em: 22 mar. 2021.

HAASE, V. G. *et al.* Um sistema nervoso conceitual para o diagnóstico neuropsicológico. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 1, n. 2, p. 125-138, dez. 2008. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-34822008000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822008000200008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 27 fev. 2020.

HAASE, V. G. *et al.* Neuropsicologia como ciência interdisciplinar: consenso da comunidade brasileira de pesquisadores/clínicos em Neuropsicologia. **Neuropsicologia Latinoamericana**, Calle, v. 4, n. 4, p. 1-8, 2012. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2075-94792012000400001&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2075-94792012000400001&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 29 ago. 2020.

LUZ, M. M. *et al.* A utilização da escala de desenvolvimento motor (edm) e a sua aplicação na fase escolar: uma realidade brasileira? **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, São Caetano do Sul, v. 3, n. 5, jan./jun. 2018.

MANSUR-ALVES, M. Contrastando avaliação psicológica e neuropsicológica: acordos e desacordos. *In: MALLOY-DINIZ et al (org).* **Avaliação Neuropsicológica**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. p. 3-9.





MOKOBANE, M.; PILLAY, B. J.; MEYER, A. Fine motor deficits and attention deficit hyperactivity disorder in primary school children. **S Afr J Psychiat**, Cidade do Cabo, v. 25, 2019. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/sajpsyc/article/view/184130>. Acesso em: 6 set. 2020.

NIEHUES, J. R.; NIEHUES, M. R. Equoterapia no Tratamento de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). **Revista Neurociências**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 121-126, 31 mar. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/8125/5657>. Acesso em: 22 mar. 2021.

OKUDA, P. M. M. *et al.* Coordenação motora fina de escolares com dislexia e transtorno do déficit de atenção e hiperatividade. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 13, n. 5, p. 876-885, out. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-18462011000500012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462011000500012&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 22 mar. 2021.

PALACIO, S. G; *et al.* Intervenção psicomotora em escolares com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. **Saúde e Pesquisa**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 433-439, fev. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/5858/3126>. Acesso em: 22 mar. 2021.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

RIOU, E. *et al.* Global developmental delay and its relationship to cognitive skills. **Dev Med Child Neurol**, [s. l.], v. 51, n. 8, p. 600-606, ago. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1469-8749.2008.03197.x> Acesso em: 22 mar. 2021.

ROHDE, L. A. *et al.* Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 22, supl. 2, p. 07-11, dez. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44462000000600003&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600003&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 31 ago. 2020.





ROSA NETO, F. *et al.* Motor development of children with attention déficit hyperactivity disorder. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 228-234, set. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44462015000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462015000300007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 1 fev. 2020.

SANTOS, M. C. S. *et al.* Application of Motor Development Scale: an integrative review. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. e9918, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-18462019000400602&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462019000400602&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 22 mar. 2021.

SERRANO, P.; LUQUE, C. de. **A criança e a motricidade fina**: Desenvolvimento, problemas e estratégias. 2. ed. Lisboa: Papa Letras, 2019.

SILVA, R. B. F. da *et al.* Triangulação de informações: Bender, anamnese e CBCL nas dificuldades de aprendizagem. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 82-90, jun. 2009. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/13>. Acesso em: 31 ago. 2020.







## PERFIL MOTIVACIONAL DE PARTICIPANTES DE MUSCULAÇÃO DE CORONEL FREITAS - SC

Luiz Fernando Brizot<sup>1</sup>

Dayanne Sampaio Antonio<sup>2</sup>

Luan Barth Alves<sup>3</sup>

Rafael Cunha Laux<sup>4</sup>

### RESUMO

**Introdução:** a busca pela prática de atividades físicas vem crescendo gradativamente ao passar dos anos, seja por estética, saúde ou qualidade de vida, o que leva os profissionais conhecerem os fatores motivacionais que levam as pessoas a procurarem por academias e a prática de musculação, assim o profissional será capaz de direcioná-lo da melhor forma, alcançando o sucesso do aluno, e conseqüentemente o seu sucesso. **Objetivo:** identificar o perfil motivacional de praticantes de musculação na cidade de Coronel Freitas, Santa Catarina. **Materiais e Método:** participaram 44 praticantes da musculação de duas academias, de ambos os sexos, com idades entre 18 e 50 anos, sendo todos os praticantes ativos na academia há, pelo menos, 6 meses. O instrumento utilizado foi o questionário de motivação para a prática de atividade física (Behavioral Regulation in Exercise Questionnaire, Version 3 - BREQ-3), validado por Guedes e Sofiati (2015). Para análise dos dados utilizou-se a estatística descritiva e inferencial. **Resultados:** entre os resultados, destaca-se que as mulheres apresentam valores de motivação introjetada e motivação intrínseca superiores aos dos homens. Vale ressaltar que em ambos

<sup>1</sup> Graduado em Educação Física pela Universidade do Oeste de Santa Catarina

<sup>2</sup> Graduada em Educação Física pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Pesquisadora Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicofisiologia do Exercício (GEPsE Unoesc Chapecó); dayanne.sampaio@unoesc.edu.br.

<sup>3</sup> Graduado em Educação Física pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Pesquisador Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicofisiologia do Exercício (GEPsE Unoesc Chapecó); luan.barth@unoesc.edu.br.

<sup>4</sup> Doutorando em Ciência da Saúde pela Unoesc; Docente na Unoesc e Líder Pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicofisiologia do Exercício (GEPsE Unoesc Chapecó); rafael.laux@unoesc.edu.br.



os sexos os aspectos motivacionais de motivação intrínseca, de motivação identificada e de motivação integrada tem os maiores valores. **Conclusão:** os praticantes de musculação procuram a prática pelo mesmo perfil motivacional, independente do sexo.

**Palavras-chave:** motivação; musculação; qualidade de vida.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, os centros de fitness tornaram-se uma área grande e crescente para atividades físicas e exercícios (HEIESTAD et al., 2016). Existe uma grande demanda de pessoas que buscam a sala de musculação pelos mais variados fins (RYAN; DECI, 2000), como a melhoria da condição e aparência física (LIZ et al., 2010) e a busca por melhor estado de saúde (ROCHA; PEITO; ZAZÁ, 2011). Porém, para todos o exercício físico regular colabora para a manutenção da capacidade física e autonomia, minimiza os efeitos deletérios do envelhecimento, melhora a saúde e a capacidade funcional dos praticantes (CODONHATO et al., 2017), ou seja, tornar-se fisicamente ativo melhora a saúde como um todo, tanto no aspecto físico quanto no mental (DEPARTAMENTO DE SAÚDE E SERVIÇOS HUMANOS DOS ESTADOS UNIDOS, 2008).

Todavia, metade das pessoas que iniciam programas de atividade física abandonam a sua prática após um período de seis meses a um ano. Demonstrando que começar não é o mais difícil, esses alunos precisam ser estimulados a continuar, independente do motivo que os levou a se matricular em uma academia de ginástica e musculação (SABA, 2018).

Apresenta-se como o maior motivo de desistência ou abandono da prática de exercício físico em academias a falta de tempo (SOARES, 2004). Essa falta de tempo normalmente está relacionada à jornada excessiva de trabalho, tempo para obrigações familiares e dificuldade



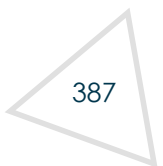


na administração do tempo (SANTOS; KNIKNIK, 2006). Potencializando a alta rotatividade de clientes, sendo um problema para estes estabelecimentos, pois muitos desses praticantes abandonam a prática antes de alcançarem os resultados almejados (SABA, 2018).

O sucesso de qualquer programa de exercícios físicos está relacionado à motivação de seus participantes (LIZ et al., 2010). Uma vez que a motivação é um fator que influencia o comportamento, sendo considerada essencial para que o indivíduo persista na realização de qualquer tipo de tarefa (BELTRÁN et al., 2018). No caso do exercício físico, a interação de fatores pessoais e da situação influenciam a motivação para o início da prática (GOULD; WEINBERG, 2001). Enquanto a relação entre os profissionais e os clientes nas academias é um dos motivos que influencia a continuidade da prática de exercícios, por estar diretamente relacionado com a motivação desses (LIZ et al., 2012).

A motivação é um ímpeto que faz as pessoas agirem de forma a atingir seus objetivos desenvolvendo fenômenos emocionais, biológicos e sociais, mantendo os comportamentos relacionados à busca e à execução destes satisfatoriamente, dando o melhor de si para alcançar o que se almeja (CAVALCANTE, 2011). Neste contexto o campo psicológico, denota que a motivação é um processo ativo intencional dirigido a uma meta, no qual depende da interação de fatores intrínsecos (pessoais) e extrínsecos (ambientais) para acontecer (SAMULSKI, 2009).

Logo quando um indivíduo se motiva por fatores intrínsecos tem relação direta com os aspectos do seu próprio interior, podendo ser um sentimento de satisfação pessoal que irá gerar a motivação (SILVA et al., 2016). Ao que tange os fatores extrínsecos, são fatores motivantes externos estimulados por outras pessoas, podendo ser esse estímulo uma recompensa ou um elogio, fazendo com que o indivíduo





permaneça motivado a praticar certa atividade (LOPES; NUNOMURA, 2007).

Em contraposta a amotivação, ou seja, a falta de motivação para conduzir uma atividade ou realizar uma ação - quando o indivíduo não percebe a relação entre suas ações e os resultados que delas decorrem e, como consequência não conseguem identificar quaisquer razões para colocá-las em prática - é fator potencializador para desistência da prática de quaisquer atividades (DECI; RYAN, 2000).

O senso de motivação para comportamentos de saúde entre adultos é multifacetado (KATHRINS; TURBOW, 2010) e a literatura está concentrada nos indicadores relacionados à adesão e os impedimentos para a prática habitual da atividade e do exercício físico (EIRAS et al., 2010; ROJAS, 2003; REICHERT, 2004; DESCHAMPS; DOMINGUES FILHO, 2005; TAHARA; SCWARTZ; SILVA, 2008; LOPES; CHIAPETA, 2010; ZANETTI et al., 2007; ALBUQUERQUE; ALVES, 2007; CHECA; FURLAN; FIGUEIRA JÚNIOR, 2006). Ao passo que poucos tem focado na identificação do perfil motivacional para prática de exercícios físicos (CARTER; KULBOK, 2002; KATHRINS; TURBOW, 2010; ALVES; PICCOLI, 2010; BALBINOTTI et al., 2011).

Portanto, saber o perfil motivacional do praticante da modalidade pode influenciar diretamente em sua permanência na prática regular de exercício físico. Ter conhecimento sobre o que motiva essas pessoas é fundamental para o profissional exercer um bom trabalho e atender essa crescente demanda de forma adequada (RYAN; DECI, 2000). Isso também pode ser utilizado como meio de enfatizar propagandas e políticas públicas para grupos específicos, como, por exemplo, praticantes de treinamento funcional e musculação (VIERLING; STANDAGE; TREASURE, 2007). Assim, o objetivo deste estudo





foi identificar o perfil motivacional de praticantes de musculação na cidade de Coronel Freitas/SC.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 MUSCULAÇÃO

A musculação pode ser compreendida como a atividade física desenvolvida, através de exercícios analíticos, utilizando resistências progressivas fornecidas por materiais tais como: halteres, barras, anilhas, aglomerados, módulos, extensores, peças lastradas, o próprio corpo e/ou seus segmentos (GODOY, 1994).

A musculação pode ter cinco aplicações diferentes: Competitiva: visa preparar o indivíduo para competições de altos níveis (levantamento olímpico, levantamento básico e culturismo); Profilática: visa educar o indivíduo sobre a importância de prevenir as anomalias físicas e cultivar a saúde; Terapêutica: direcionada a fim de corrigir problemas acarretados ao longo da vida, tais como: desvios de coluna, assimetria da musculatura; Estética: dirigida às academias clubes e condomínios; e Preparação física: auxiliar no desenvolvimento das capacidades físicas necessárias a prática do desporto (BITTENCOURT, 1984).

Existem muitas variáveis que podem ser aplicadas pelo Profissionais de Educação Física para que o treino atenda a intensidade e o volume compatível ao objetivo do aluno (UCHIDA et al., 2003). Quando se trata de aprimorar a capacidade física força sabe-se que é possível por meio da força máxima, força de velocidade e força de resistência (PLATONOV; BULATOVA, 2003; WEINECK, 2003).

A força máxima é a capacidade máxima em exercer força que o atleta pode demonstrar em um movimento do corpo. Enquanto





a força de velocidade é a capacidade do sistema neuromuscular em mobilizar o potencial funcional para manifestar elevados níveis de força no menor tempo possível (PLATONOV; BULATOVA, 2003). E a força de resistência entende-se como a capacidade de manter índices de força relativamente altos durante o maior tempo possível. Ou seja, é a capacidade de vencer a fadiga, realizar um número elevado de repetições, aplicação prolongada de força em condições de contraoposição de resistências externas (WEINECK, 2003).

Ressalta-se que o ganho de força é um progresso de adaptação neural, que aprimora a coordenação motora e a eficiência do exercício, ao aumento da massa muscular que se faz importante para o ganho de força (FONSECA, 2012). Esse aumento de massa muscular deve-se à hipertrofia de cada fibra muscular isoladamente, devido ao aumento das miofibrilas e de sua secção transversal (WEINECK, 2003).

Assim, a hipertrofia caracteriza-se como o aumento de uma secção transversa de um determinado músculo, e isso significa aumento no tamanho e número de filamentos de actina e miosina e adição de sarcômeros dentro das fibras musculares que já existem (UCHIDA et al., 2003). A realização de duas sessões de treinamento por semana para cada grupo muscular é o suficiente para induzir uma boa resposta adaptativa e conseqüentemente originar hipertrofia muscular (TRENCH, 1993).

## 2.2 MOTIVAÇÃO NA PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO E NA MUSCULAÇÃO

A motivação é um assunto muito investigado por vários autores, seguindo caminhos e pesquisas diferentes buscando entender a mesma. Compreende-se a motivação como um processo ativo, intencional e dirigido a uma meta, o qual depende da interação de





fatores pessoais (intrínsecos) e ambientais (extrínsecos) (ROCHA; PEITO; ZAZÁ, 2011).

Quando o indivíduo está motivado por fatores intrínsecos, ele está focado em realizações pessoais como concluir uma meta ou atingir um objetivo próprio em que o empenho individual acaba sendo o maior destaque (SILVA et al., 2016). Ao passo que um indivíduo motivado extrinsecamente é mais sobrecarregado de pressões, ansiedade e estresse, pois os fatores que o motiva são os benefícios externos, como as recompensas (MASSARELLA; WINTERSTEIN, 2009).

Quando trata-se da relação entre musculação e motivação deve se levar em consideração que a realização de certo tipo de exercício físico depende de dois fatores, da personalidade, interesses, expectativas, motivos e necessidades, juntamente correlacionada com os fatores ambientais, desafios, influência social, facilidade e tarefas atraentes (SAMULSKI; NOCE, 2002; SILVA et al., 2016).

Estudos propõem que a motivação intrínseca é preditora da manutenção de um estilo de vida ativo (SILVA; ALIAS; MORENO-MURCIA, 2014), indicando que os perfis motivacionais mais autodeterminados relacionam-se com o motivo de prática de saúde (CODONHATO et al., 2017). Pela premissa de que pessoas intrinsecamente motivadas para o auto determinismo em saúde tendem a ter sentimentos de competência, controle e um senso de confiança no reforço interno para questões de saúde (KATHRINS; TURBOW, 2010).

Assim a Teoria da Autodeterminação (DECI; RYAN, 1985; DECI; RYAN, 2000; RYAN; DECI, 2000) parte da perspectiva auto determinista, na qual a motivação caracteriza-se como global, ou seja, mediante uma distinção entre a autodeterminação de indivíduos considerando-se um *continuum* da forma menos autodeterminada, para a mais autodeterminada, em formas motivacionais, ou seja, amotivação, motivação extrínseca e motivação intrínseca (Figura 1).









sexos, com idades entre 18 e 50 anos e com nível de escolaridade diversificado, sendo todos ativos fisicamente há pelo menos seis meses.

Para a coleta de dado foi utilizado o questionário de anamnese com questões de caracterização e o questionário de motivação para a prática de atividade física (Behavioral Regulation in Exercise Questionnaire, Version 3 – BREQ-3), validado por Guedes e Sofiati (2015). Esse instrumento é composto por 24 indicadores motivacionais referentes ao seu estado motivacional, divididos em 6 escalas de motivação, no qual calcula-se a média aritmética dos escores atribuídos aos itens agrupados. O participante deveria pontuar em uma escala de 0 (zero) a 4 (quatro), de acordo com o quanto estava motivado no momento da aplicação do questionário.

A aplicação do questionário ocorreu por meio de formulário digital, sendo enviado convite por redes sociais para a participação no estudo, e os que aceitaram, o pesquisador enviou o questionário on-line para participação.

Os dados foram analisados de maneira descritiva e inferencial. Foi avaliado a normalidade por meio do teste de Shapiro-Wilk, sendo utilizado o Teste de Mann Whitney para os dados não paramétricos e o Teste T não pareado para as variáveis paramétricas. Todos os dados foram analisados utilizando o SPSS® para Windows versão 21.0 com alfa de 5%.

## 4 RESULTADOS

Foram avaliados 44 praticantes de musculação, sendo 25 homens e 19 mulheres, com faixa etária predominante de 18 a 24 anos (Tabela 1).





Tabela 1 – Caracterização dos participantes do estudo

	Geral (n=44) n (%)	Masculino (n=25) n (%)	Feminino (n=19) n (%)
<b>Faixa Etária</b>			
18 a 24	18 (40,9%)	11 (44,0%)	7 (36,9%)
25 a 30	12 (27,3%)	7 (28,0%)	5 (26,3%)
31 a 35	4 (9,1%)	3 (12,0%)	1 (5,3%)
36 a 40	3 (6,8%)	1 (4,0%)	2 (10,5%)
41 a 45	5 (11,4%)	3 (12,0%)	2 (10,5%)
46 a 50	2 (4,5%)	-	2 (10,5%)
<b>Academia que frequenta</b>			
Academia 1	19 (43,2%)	10 (40,0%)	9 (47,4%)
Academia 2	25 (56,8%)	15 (60,0%)	10 (52,6%)

Legenda: n: número de sujeitos; %: percentual.

Fonte: o autor.

Na Tabela 2 são apresentados os resultados da comparação entre o perfil de motivação dos praticantes por sexo, no qual observou-se que as mulheres apresentam valores de motivação introjetada ( $p=0,018$ ) e motivação intrínseca ( $p=0,007$ ) superiores aos dos homens. No público feminino verificou-se que os maiores escores estão respectivamente em motivação intrínseca, motivação identificada e motivação integrada. Já no público masculino observou-se que a motivação identificada e motivação intrínseca tem os maiores valores seguida pela motivação integrada.

Tabela 2 – Comparação entre o perfil de motivação dos praticantes por sexo

	Geral (n=44) m (dp)	Masculino (n=25) m (dp)	Feminino (n=19) m (dp)	P
Amotivação	0,9 (0,7)	1,0 (0,8)	0,7 (0,4)	0,285 <sup>a</sup>
Motivação Externa	2,4 (0,8)	2,3 (0,8)	2,6 (0,7)	0,100 <sup>b</sup>
Motivação Introjetada	2,4 (0,9)	2,2 (0,9)	2,8 (0,7)	0,018 <sup>b</sup>
Motivação Identificada	2,9 (0,6)	2,8 (0,7)	3,1 (0,5)	0,100 <sup>b</sup>
Motivação Integrada	2,7 (0,6)	2,5 (0,7)	2,9 (0,5)	0,083 <sup>b</sup>
Motivação Intrínseca	2,9 (0,7)	2,7 (0,7)	3,2 (0,5)	0,007 <sup>a</sup>

Legenda: <sup>a</sup> Teste de Mann Whitney; <sup>b</sup> Teste T não pareado.

Fonte: o autor.



## 5 DISCUSSÃO

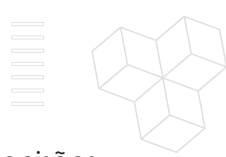
No presente estudo buscou-se identificar o perfil motivacional de praticantes de musculação da cidade de Coronel Freitas (SC). Entre os resultados, destaca-se que mulheres apresentam valores de motivação introjetada e motivação intrínseca superiores aos dos homens, porém, em ambos os sexos os aspectos motivacionais de motivação intrínseca, de motivação identificada e de motivação integrada tem os maiores valores. No que concerne os resultados de amotivação e motivação externa, o valor mediano foi consideravelmente baixo.

No presente estudo observou-se que as mulheres têm maior motivação introjetada e motivação intrínseca, segundo Williams e Deci (1996) isso ocorre pois existe um controle externo evidente, as ações só se tornarão ativas quando impulsionadas, o motivo pelo qual o indivíduo pratica o exercício é relacionado a pressão que sente internamente, envolvendo culpa, ansiedade, status, medo da rejeição, preocupação com a estética e reconhecimento social. Geralmente esta preocupação que as pessoas têm em se apresentarem bem para as outras pessoas, pode estar relacionado ao autojulgamento, ou seja, existe a preocupação em ser bem visto por outras pessoas (ZANETTI et al., 2007).

Ainda estes resultados podem estar atrelados há uma explicação histórica ao que tange a prescrição dos exercícios feitas pelos médicos do século XIX para as mulheres, sendo que o princípio básico era a manutenção da saúde, a prevenção de doenças e o embelezamento do corpo feminino (VERTINSKY, 1990 apud SALLES-COSTA et al., 2003).

Corroborando com a pesquisa de Machado (2006) que evidencia o controle de estresse motivar mais mulheres do que homens para praticar atividades físicas tendo em vista a importância da motivação. Zanetti (2007), enfatiza que esse controle é crucial para definir as





decisões tomadas pelo ser humano, sendo que todas as decisões terão a motivação como aliada comprometendo positivamente, ou não, o resultado de determinada ação.

Outro fato a ser destacado é que em ambos os sexos os aspectos motivacionais de motivação intrínseca, de motivação identificada e de motivação integrada tem os maiores valores. Esses achados se assemelham com os do estudo de Felippi (2018) que teve como objetivo explorar o perfil motivacional de praticantes de treinamento funcional e musculação, verificou-se que ambos os sexos possuem os mesmos três principais perfis motivacionais, a motivação intrínseca, a integrada e a identificada.

Existem poucos estudos que traçam o perfil motivacional de praticantes de musculação, porém, em outras modalidades de exercício físico parece que ocorrem os mesmos perfis motivacionais apresentados neste estudo. Como por exemplo a pesquisa realizada por Ahmadi, Namazizadeh e Mokhatri (2012) com 255 jovens atletas iranianos das modalidades coletivas de basquete, de handebol e de futebol, no que diz respeito ao fato de uma tarefa se relacionar positivamente com formas de motivação mais autodeterminadas (identificada, integrada e intrínseca) as formas autônomas de regulação da motivação e as consequências comportamentais positivas, autoestima, disposição e persistência na modalidade, respectivamente.

No estudo de Calvo et al. (2008) ao analisar qual o impacto da percepção do clima motivacional sobre a regulação da motivação e a percepção do esforço de não-atletas, mas praticantes na modalidade de futebol, encontrou-se o mesmo perfil motivacional que neste estudo, destacando a motivação intrínseca. Já com tenistas infanto-juvenis, White (2008) verificou que a principal motivação é a





integrada, salientando o prazer dos atletas em praticar a modalidade, o que vem a corroborar com o presente estudo.

Já o nível de amotivação foi baixo, o que é bom, uma vez que Deci e Ryan (2000) destacam que a “Amotivação” é quando o indivíduo não encontra ou tem dificuldades de encontrar razões que o levem a praticar uma atividade, ou seja, existe a falta de motivos para gerar a ação. No estudo de Felippi (2018) verificou-se que o valor mediano de amotivação foi de 0,0.

Portanto, se o profissional de Educação Física conhece o perfil de seus alunos, pode motivá-los mais adequadamente para praticar atividades físicas regularmente, diminuindo, assim, a porcentagem de abandono à prática, fenômeno muito comum existente nas academias. Como afirma Marcellino (2003) o profissional deve estar atento as necessidades pessoais de cada indivíduo, compreendendo seu perfil motivacional, podendo assim auxiliar o praticante nos aspectos que tangem a motivação à prática de musculação, tornando a prática um hábito, um comportamento saudável, a fim de proporcionar uma melhor qualidade de vida.

## 6 CONCLUSÃO

Ao verificar o perfil motivacional de praticantes de musculação da cidade Coronel Freitas (SC), observou-se que mulheres apresentam valores de motivação introjetada e motivação intrínseca superiores aos dos homens. Os aspectos motivacionais de motivação intrínseca, de motivação identificada e de motivação integrada têm os maiores valores em ambos os sexos.

É necessário, entretanto, apontar algumas limitações como a escassez de estudos sobre perfil motivacional de praticantes de





musculação e estudos que comparam a motivação entre os sexos, além da quantidade de sujeitos participantes da pesquisa.

Considera-se importante que sejam conduzidos novos estudos correlacionando outros fatores psicológicos à motivação em praticantes de musculação, desta forma, contribuindo para que as academias e profissionais da área tenham cada vez mais embasamento científico sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

AHMADI, M.; NAMAZIZADEH, M.; MOKHTARI, P.. Perceived motivational climate, basic psychological needs and self determined motivation in youth male athletes. **World Applied Sciences Journal**, [s. l.], v. 16, n. 9, p. 1189-1195, 2012.

ALBUQUERQUE, C. L. F. A.; ALVES, R. S. A evasão dos alunos das academias: Um estudo de caso no centro integrado de estética e atividade física–CIEAF, na cidade de Caicó–RN. **Dominium Revista Científica da Faculdade de Natal**, Natal, v. 1, n. 5, 2007.

ALVES, E. E.; PICCOLI, J. C. J. Perfil motivacional e a prática da atividade física: um estudo sobre uma academia de ginástica e musculação em Novo Hamburgo, RS. **EFDeportes.com.**, Buenos Aires, v. 15, n. 151, 2010.

AMORIM, D. P. de. **Motivação à prática de musculação por adultos e jovens do sexo masculino na faixa etária de 18 a 30 anos**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Educação Física) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BALBINOTTI, M. A. A. *et al.* Motivação à prática regular de atividades físicas e esportivas: um estudo comparativo entre estudantes com sobrepeso, obesos e eutróficos. **Motriz: Revista de Educação Física**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 384-394, 2011.





BELTRÁN, H. C. *et al.* Self-determined motivation and state of flow in an extracurricular program of Small Sided Games. **Anales de psicología**, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 391-397, 2018.

BITTENCOURT, N. **Musculação**: uma abordagem metodológica. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 1984.

CALVO, T. G. *et al.* Importancia de los aspectos motivacionales sobre el grado de cohesión en quipos de fútbol. **Revista Iberoamericana de Psicología del Ejercicio y el Deporte**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 61-74, 2008.

CARTER, K. F.; KULBOK, P. A. Motivation for health behaviours: a systematic review of the nursing literature. **Journal of advanced nursing**, [s. l.], v. 40, n. 3, p. 316-330, 2002.

CAVALCANTE, L. L. M. **Motivação de adolescentes na prática de musculação em academia**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Bacharelado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2011.

CHECA, F. M.; FURLAN, T. E.; FIGUEIRA JÚNIOR, A. Fatores determinantes para a aderência em programas de atividade física em academias de São Caetano do Sul. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, [s. l.], v. 4, n. 10, p. 42-4, 2006.

CODONHATO, R. *et al.* Qualidade de vida e motivação de praticantes de exercício físico. **Corpoconsciência**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 92-99, 2017.

DECI, E. L.; RYAN, R. M. **Intrinsic motivation and self-determination in human behavior**. New York: Plenum. 1985.

DECI, E. L.; RYAN, R. M. The “What” and the “Why” of goal pursuits: Human needs and the self-determination of behavior. **Psychological Inquiry**, [s. l.], 11, 227-268. 2000.





DESCHAMPS, S. R.; DOMINGUES FILHO, L. A. Motivos e benefícios psicológicos que levam os indivíduos dos sexos masculino e feminino a praticarem o ciclismo *indoor*. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, Taguatinga, v. 13, n. 2, p. 27-32, ago. 2005.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE E SERVIÇOS HUMANOS DOS ESTADOS UNIDOS. **Physical activity guidelines for Americans: be active, healthy and happy**. New York: US Department of Health and Human Services, 2008.

EIRAS, S. B. *et al.* Fatores de adesão e manutenção da prática de atividade física por parte de idosos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 2, p. 75-89, jan. 2010.

FELIPPI, M. **Perfil motivacional de praticantes de musculação e treinamento funcional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 2018.

FONSECA, T. Z. Adaptações neurais e morfológicas com o treinamento de força e suas características em diversas faixas etárias. **Revista digital EFDeportes.com.**, Buenos Aires, v. 17, n. 167, 2012.

FRAINER, J. **Motivos de adesão à prática de atividades físicas e esportivas no Brasil**. Dissertação (Pós -graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GODOY, E. S. **Musculação: fitness**. Rio de Janeiro: Editora Sprint Ltda, 1994.

GOULD, D.; WEINBERG, R. S. **Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício**. Porto Alegre: Artmed, p. 23-27, 2001.

GUEDES, D. P.; SOFIATI, S. L. Tradução e Validação psicométrica do Behavioral Regulation in Exercise Questionnaire para uso em adultos brasileiros. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Florianópolis, 2015.







HEIESTAD, H. *et al.* Effect of regular resistance training on motivation, self-perceived health, and quality of life in previously inactive overweight women: A randomized, controlled trial. **BioMed research international**, [s. l.], 2016.

IERLING, K. K.; STANDAGE, M.; TREASURE, D. C. Predicting attitudes and physical activity in an at-risk minority youth sample: a test of self-determination theory. **Psychology of Sport and Exercise**, Oxford, v. 8, p. 795-817, 2007.

KATHRINS, B. P.; TURBOW, D. J. Motivation of fitness center participants toward resistance training. **The Journal of Strength & Conditioning Research**, [s. l.], v. 24, n. 9, p. 2483-2490, 2010.

LIZ, C. M. de *et al.* Aderência à prática de exercícios físicos em academias de ginástica. **Motriz Revista Educação Física**, Rio Claro, p. 181-188, 2010.

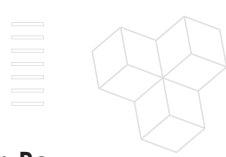
LIZ, C. M. de *et al.* O papel do feedback na motivação de praticantes de exercício resistido. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 275-278, 2012.

LOPES, P.; NUNOMURA, M. Motivação para a prática e permanência na ginástica artística de alto nível. **Revista brasileira de educação física e esporte**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 177-187, 2007.

LOPES, V. M. B. S.; CHIAPETA, S. M. S. V. Motivos de adesão e manutenção da prática de atividades físicas regulares em academias de ginástica da cidade de Ubá, MG. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, [s. l.], v. 15, p. 143, 2010.

MACHADO, A. A. **Psicologia do esporte**: da educação física escolar ao esporte de alto nível. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.





MARCELLINO, N. C. Academia de ginástica como opção de lazer. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 49-54, jun. 2003.

MASSARELLA, F. L.; WINTERSTEIN, P. J. **Intrinsic Motivation and the State Mental Flow in Street Runners**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Unicamp, 2009.

PLATONOV, V. N.; BULATOVA, M. M. **A preparação física**. Rio de Janeiro: Editora Sprint e Zamboni Books, 2003.

REICHERT, F. F. **Barreiras à prática de atividades físicas**: prevalência e fatores associados. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia) – Departamento de Medicina Social, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2004.

ROCHA, C. R. T.; PEITO, S. S.; ZAZÁ, D. C. Motivos para a prática de atividade física em academias exclusivamente femininas. **EFDeportes**, Buenos Aires, v. 16, n. 156, p. 1-1, 2011.

ROJAS, P. N. Camacho. **Aderência aos programas de exercícios físicos em academias de ginástica na cidade de Curitiba-PR**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Educação Física e Desporto, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2003.

RYAN R. M.; DECI E. L. **Self-Determination Theory and the Facilitation of Intrinsic Motivation**. Social Development, and Well-Being. 2000.

SABA, F. **Aderência**: A prática do exercício em academias. São Paulo: Manole, 2001.

SALLES-COSTA, R. *et al.* Gênero e prática de atividade física de lazer. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 325-333, 2003.

SAMULSKI, D.; NOCE, F. Perfil psicológico de atletas paraolímpicos brasileiros. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Niterói, v. 8, n. 4, 2002.





SAMULSKI, D. **Psicologia do Esporte**. Edição Revisada e Ampliada. São Paulo: Manole, 2009.

SANTOS, S. C.; KNIKNIK, J. D. Motivos de Adesão à prática de atividade física na vida adulta intermediária. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, [s. l.], 2006.

SILVA, C. A. A. *et al.* Motivação à prática de musculação em adultos jovens de 18 a 25 anos. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v. 15, n. 1, p. 119-126, 2016.

SILVA, F. B.; ALIAS, A.; MORENO-MURCIA, J. A. Predição do motivo de prática 'fitness/saúde' através da orientação motivacional e da motivação intrínseca em brasileiros praticantes de exercício físico. **Revista portuguesa de ciências do desporto**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 47-55, 2014.

SOARES, T. C. M. Motivação e aderência de mulheres ativas: um estudo dos fatores determinantes da atividade física. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

TAHARA, A. K.; SCHWARTZ, G. M.; SILVA, K. A. Aderência e manutenção da prática de exercícios em academias. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 7-12, 2008.

THOMAS, J. R.; NELSON J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

TRENCH, M. A. S. **Musculação em Academia**: uma proposta consciente. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993.





UCHIDA, M. C. *et al.* **Manual de Musculação**. São Paulo: Phorte Editora Ltda, 2003.

WEINECK, J. **Treinamento Ideal**. 9. ed. Barueri: Editora Manole, 2003.

WHITE, S. **Grassroots Tennis**: Helping Parents and Coaches Teach Kids. [S. l.], 2008.

WILLIAMS, G. C.; DECI, E. L. Internalization of biopsychosocial values by medical students: a test of self-determination theory. **Journal of Personality and Social Psychology**, [s. l.], v. 70, n. 4, p. 767, 1996.

ZANETTI, M. C. *et al.* Aspectos motivacionais intervenientes na academia de ginástica. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, [s. l.], v. 6, n. 2, 2007.





# NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNOESC CHAPECÓ

Francisco José Fassbinder<sup>1</sup>  
Dayanne Sampaio Antonio<sup>2</sup>  
Rafael Cunha Laux<sup>3</sup>

## RESUMO

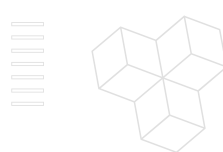
**Introdução:** o nível de atividade física é fator chave na prevenção e controle de doenças. Todavia, verifica-se que sujeitos ao ingressarem no ensino superior reduzem sua prática de atividade física. **Objetivo:** analisar o nível de atividade física dos acadêmicos do curso de Educação Física Bacharelado da Unoesc Chapecó. **Materiais e Método:** participaram do estudo 37 acadêmicos do curso de Educação Física Bacharelado da Unoesc Chapecó. Para verificar o nível de atividade física utilizou-se do IPAQ versão reduzida. Os dados foram analisados de maneira descritiva e inferencial, por meio do SPSS® para Windows® versão 21.0. **Resultados:** observou-se que 54,05% dos acadêmicos são muito ativos. Desses, 47,62% do Grupo Feminino e 62,50% do Grupo Masculino foi classificado como muito ativo. Enquanto, 10,81% dos acadêmicos são insuficientemente ativo A, no qual a maioria é do Grupo Feminino (14,29%). **Conclusão:** a maioria dos acadêmicos do curso de Educação Física Bacharelado da Unoesc Chapecó são classificados como muito ativo.

**Palavras-chave:** atividade física; educação física; perfil de saúde.

<sup>1</sup> Bacharel em Educação Física pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; francisco.fassbinder@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em Educação Física pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Pesquisadora Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicofisiologia do Exercício (GEPsE Unoesc Chapecó); dayanne.sampaio@unoesc.edu.br.

<sup>3</sup> Doutorando em Ciência da Saúde pela Unoesc Chapecó; Docente na Unoesc e Líder Pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa em Psicofisiologia do Exercício (GEPsE Unoesc Chapecó); rafael.laux@unoesc.edu.br.



## 1 INTRODUÇÃO

Um estilo de vida fisicamente ativo pode auxiliar na diminuição de doenças, principalmente as doenças crônico-degenerativas (SOUZA et al., 2015; SANTOS et al., 2017), pois a prática de atividade física é considerada um importante agente não farmacológico na prevenção e controle dessas doenças (MELO et al., 2016). Ainda, a prática regular de atividade física reduz em 35% o risco de morte por doenças cardiovasculares e em 33% a mortalidade por todas as causas (SILVA, 2011; MELO et al., 2016). Ao passo que ela tem sido reconhecida como uma dimensão chave de um estilo de vida saudável (PENGLLEE et al., 2019).

Todavia, alguns hábitos e acontecimentos podem ser fatores decisivos para a não prática de atividade física e exercício (MELO et al., 2016). Um deles é o ingresso no ensino superior, uma vez que a vivência no meio acadêmico pode ser prejudicial ou benéfica à qualidade de vida, principalmente nos primeiros semestres, no qual o estudante precisa se adaptar à nova realidade e exigências universitárias (CLAUMANN et al., 2017).

Entende-se que esta etapa é de suma importância para a vida destes acadêmicos, pois muitos dos comportamentos adquiridos durante toda a vida podem ser modificados em decorrência das novas experiências vividas, amizades e atitudes no meio acadêmico (CORDEIRO et al., 2014). Por exemplo, eles geralmente apresentam uma série de comportamentos de risco para a saúde (MELO et al., 2016), entre os quais, baixos níveis de atividade física (SANTOS et al., 2017).

Neste contexto, verifica-se que há uma prevalência de 68,4% de estudantes insuficientemente ativos de diferentes áreas de conhecimento (CORDEIRO et al., 2014). E no geral, acredita-se que





os acadêmicos dos cursos da área da saúde, especialmente da Educação Física tenham hábitos mais saudáveis e nível de atividade física ativo (SILVA, 2011), entretanto observa-se que 43,1% e 45,2% dos estudantes de Educação Física são insuficientemente ativos (CORDEIRO et al., 2014) e tem adotado um estilo de vida pouco saudável (SANTOS et al., 2017). Diante disso, objetivou-se por meio deste estudo, analisar o nível de atividade física dos acadêmicos do curso de Educação Física Bacharelado da Unoesc Chapecó.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA

Na literatura observa-se que a prática de atividade física é importante para a manutenção da saúde e da qualidade de vida, proporcionando ao indivíduo um melhor rendimento em suas atividades do cotidiano. Ainda com a prática de exercício, é possível prevenir as doenças crônicas não transmissíveis ou atuar como tratamento em pessoas em que alguma doença já se faz presente (CRUZ; BERNAL; CLARO, 2018).

Como macro prioridades de promoção, prevenção e cuidados com a saúde foi aprovado em 2006 a Política Nacional de Promoção a Saúde, destacando a importância da atividade física no Brasil. A partir deste marco, é crescente os incentivos ao exercício, como a criação do núcleo de apoio à saúde da família adotada pelo Sistema Único de Saúde no ano de 2008 que desde então, os profissionais de Educação Física integram esse espaço. E também se verifica a implementação do Programa Academia da Saúde em 2011 com estrutura física (CRUZ; BERNAL; CLARO, 2018) em várias regiões do país.





Dados disponíveis apresentam que 31% da população mundial não segue as recomendações de atividade física propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (GONÇALVES et al., 2017). A OMS (2020) sugere para adultos a prática de no mínimo 150 minutos por semana de atividades moderadas e/ou 75 minutos de atividades vigorosas. Estima-se que a taxa de mortalidade por insuficiência de atividade física seja de 3,2 milhões por ano nesta faixa da população (CRUZ; BERNAL; CLARO, 2018). E as evidências apontam que as ações e o nível de atividade física indicam positividade, observando que uma parcela significativa da população declara realizar além do nível ideal recomendado (CRUZ; BERNAL; CLARO, 2018).

A inatividade física na população é uma situação preocupante com os avanços tecnológicos, uma vez que as pessoas passaram a ter acesso com mais facilidade às máquinas e bens materiais, proporcionando mais facilidade e rapidez na realização das atividades do cotidiano (KOLCHRAIBER et al., 2018). Cada vez mais, as pessoas estão utilizando meios de locomoção que exigem menos gasto energético e as atividades ocupacionais demandam menos esforços físicos, o que se acarreta altas taxas de inatividades físicas (GONÇALVES et al., 2017). Além, da falta de tempo experienciada pela população favorecer um maior nível de sedentarismo, repercutindo no aumento do Índice de Massa Corporal, resultando em médio ou longo prazo em distúrbios metabólicos, complicações e outras doenças (KOLCHRAIBER et al., 2018).

Por assim, ao mesmo tempo em que a tecnologia trouxe diversos benefícios à sociedade, tais como o conforto e o bem-estar, também transformou a atividade física em algo dispensável em muitos casos, diminuindo dessa forma o gasto energético, e como consequência, elevando o nível de sedentarismo e potencializando o risco para







desenvolver comorbidades. No Brasil, 62% dos adultos possui baixo nível de atividade física (LANSINI et al., 2017).

## 2.2 NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA E VIDA ACADÊMICA

O ingresso na universidade pode expor os estudantes a estressores específicos, como a ansiedade, os problemas de moradia e a distância da família (SILVA; CAVALCANTE NETO, 2014). Estes e outros fatores tem-se apresentado como uma tendência para a redução dos níveis de atividade física em universitários (FONTES; VIANNA, 2009). Todavia, é durante essa fase que os maus hábitos alimentares, bem como o sedentarismo estão muito presentes, ocasionando um enorme prejuízo à saúde e desempenho acadêmico desses universitários (SOUSA; BORGES, 2016).

Compreende-se que as exigências da sociedade fazem aumentar a concorrência entre os universitários antes mesmo de chegarem ao mercado profissional, podendo deixar os estudantes, mais ocupados e estressados com suas atividades, com as exigências do curso, com a aquisição de experiência e com o aprendizado (SILVA; CAVALCANTE NETO, 2014). Logo, um desempenho acadêmico satisfatório exige do universitário uma grande parcela de seu tempo dedicado exclusivamente aos seus estudos (SOUSA; BORGES, 2016).

Os universitários justificam que os hábitos estão mais sedentários após o ingresso na universidade, devido ao aumento nas horas de estudo. E ainda, esses indivíduos podem desenvolver transtornos mentais comuns, devido à essa sobrecarga psicológica e a falta de atividade física (SILVA; CAVALCANTE NETO, 2014). Ao contrário, a prática de atividades físicas parece contribuir para uma melhor disposição para a realização de atividades acadêmicas, podendo





influenciar de forma positiva o rendimento acadêmico (SOUSA; BORGES, 2016).

Assim, aumentar a atividade física apresenta-se como um eixo prioritário em termos de saúde pública nos países mais desenvolvidos e em desenvolvimento. Enquanto, o período universitário mostra-se importante para o estabelecimento de comportamentos que prevalecem durante a vida, dado este período coincidir com um extraordinário aumento de autonomia e de tomada de decisão do jovem (ESTEVES et al., 2017).

Estudos relatam que estudantes universitários apresentam nível aumentado de comportamento de risco para a saúde, como o consumo de tabaco e bebida alcoólica, apresentando maior suscetibilidade às condutas negativas para a saúde (TURKMEN et al., 2013; KELLER et al., 2008). Vieira et al. (2002) exhibe que 39,2% dos estudantes reduziram ou abandonaram a prática de atividade física após o ingresso na Universidade. Concordando com Ince e Ebem (2009) que expõem que estudantes após a conclusão do ensino médio reduzem acentuadamente o nível de atividade física ao ingressarem na Universidade.

Todavia, estudos têm demonstrado uma exceção a esse caso. No qual, os acadêmicos do curso de Educação Física mantêm constante o nível de atividade física durante a graduação (FONTES; VIANNA, 2009; MARCONDELLI; COSTA; SCHMITZ, 2008; MIELKE et al., 2010; SALVE, 2008). E os motivos podem estar relacionados a prática de atividade física como parte da própria matriz curricular (MARCONDELLI; COSTA; SCHMITZ, 2008). E ainda, em geral, a sociedade acredita que estes alunos que apresentam hábitos mais saudáveis em seu cotidiano, é sobretudo por terem disciplinas curriculares que tratam dos conceitos de Educação em Saúde e Promoção da Saúde (MELO et al., 2016). Porém, apenas o conhecimento acerca dos fatores de risco não





é suficiente para que as práticas saudáveis de estilo de vida sejam adotadas (RESENDE et al., 2010).

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, de campo, quantitativo, do tipo transversal (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012).

Participaram do estudo 37 acadêmicos, de ambos os sexos, com faixa etária entre 18 e 58 anos, sendo dos períodos iniciais e finais do curso de graduação em Educação Física bacharelado da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) do Campus de Chapecó.

O grupo de estudo foi composto por acadêmicos que cumpriram com os seguintes critérios de inclusão: estar devidamente matriculado na Unoesc Chapecó nos períodos iniciais e finais do curso de Educação Física bacharelado; e serem frequentadores assíduos nas aulas não possuindo falta durante a coleta de dados. Excluíram-se do estudo acadêmicos que se declararam do curso de Educação Física licenciatura (n=5), que responderam mais de uma vez o questionário (n=8) e que não responderam todas as perguntas solicitadas (n=4).

A anamnese foi composta por perguntas para descrever as características dos participantes, como, idade, sexo, prática de atividades/exercícios físicos e quantas vezes na semana, além de perguntas que poderiam influenciar na pesquisa, como, a quantidade de tempo que passam utilizando os meios eletrônicos e quantidade de horas dormidas.

Foi utilizado o Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ) versão VIII reduzida validado por Matsudo et al. (2001). Sendo critérios de classificação das atividades físicas como: sedentário o sujeito que não realiza nenhuma atividade física por pelo menos



10 minutos contínuos durante a semana; Insuficientemente Ativo A o sujeito que realiza 10 minutos contínuos de atividade física (caminhadas ou moderada ou vigorosa), com frequência de 5 dias na semana ou duração semanal de 150 minutos; Insuficiente Ativo B o sujeito que não atinge nenhum dos critérios da recomendação citada nos indivíduos insuficientemente ativos A e pratica pelo menos 10 minutos de atividade física contínua; Ativo que cumpre com a atividade física: vigorosa  $\geq 3$  dias/semana e  $\geq 20$  minutos/sessão, ou moderada ou caminhada  $\geq 5$  dias/semana e  $\geq 30$  minutos/sessão, ou qualquer atividade somada que resulte em  $\geq 5$  dias/semana e  $\geq 150$  minutos/semana; e Muito Ativo que completa atividades físicas: vigorosas  $\geq 5$  dias/semana e  $\geq 30$  minutos/sessão, ou vigorosa  $\geq 3$  dias/semana e  $\geq 20$  minutos/sessão + moderada ou/e caminhada  $\geq 5$  dias/semana e  $\geq 30$  minutos/sessão (SILVA et al., 2007).

As coletas de dados foram feitas mediante aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Unoesc por meio do CAAE 72852217.2.0000.5367 e parecer 2.304.434. Devido a pandemia do novo Coronavírus, COVID-19, optou-se pela utilização de um formulário gratuito e online, o *Google Forms*®, no qual foi fornecido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e, em seguida foi realizada a aplicação da anamnese, e subsequente aplicado o IPAQ, de forma individual, em horário disponível do acadêmico.

Os dados são apresentados em média, desvio-padrão e frequências absolutas e relativas. Para os dados em média verificou-se a normalidade dos dados por meio do Teste Shapiro-Wilk. Os dados que se apresentaram paramétricos empregou-se o Teste T Student, enquanto os dados não paramétricos o Teste Mann Whitney. Para a comparação de hipóteses entre os Grupos Feminino e Masculino aplicou-se o Teste de Qui-Quadrado ou Exato de Fisher, quando mais

adequado. Adotou-se o nível de significância de  $p < 0,05$ . Todos os dados foram analisados utilizando o SPSS® para Windows® versão 21.0.

## 4 RESULTADOS

Na Tabela 1 apresentam-se as características dos participantes deste estudo. Participaram do estudo 37 acadêmicos do curso de Educação Física bacharelado com média de idade de 25,54 (dp 9,17) anos, destes 21 do sexo feminino com média de idade de 24,58 (dp 8,66) anos e 16 do sexo masculino com média de idade de 26,80 (dp 9,93) anos. Observa-se que os homens passam mais tempo por dia nos meios eletrônicos e têm mais horas de sono por dia do que as mulheres. E 97,30% dos sujeitos declaram praticarem atividade física com predominância de frequência maior que três vezes na semana.

Tabela 1 – Caracterização dos Acadêmicos do Curso de Educação Física bacharelado

	<b>Grupo Geral (n=37) m(dp)</b>	<b>Grupo Feminino (n=21) m(dp)</b>	<b>Grupo Masculino (n=16) m(dp)</b>	<b>p</b>
Idade (anos)	25,54 (9,17)	24,58 (8,66)	26,80 (9,93)	0,1823a
Tempo em Meios Eletrônicos por dia (minutos)	310,81 (148,52)	299,05 (143,73)	326,25 (157,94)	0,5882b
Horas diárias de sono	391,86 (93,26)	371,14 (108,07)	419,06 (62,54)	0,1869a
	<b>n(%)</b>	<b>n(%)</b>	<b>n(%)</b>	<b>p</b>
<b>Sexo</b>				
Feminino	21 (56,76)			
Masculino	16 (43,24)			
<b>Prática de Atividade Física</b>				
Sim	36 (97,30)	20 (95,24)	16 (100,00)	1,0000c
Não	1 (2,70)	1 (4,76)	0,00 (0,00)	

	<b>Grupo Geral</b> <b>(n=37) m(dp)</b>	<b>Grupo Feminino</b> <b>(n=21) m(dp)</b>	<b>Grupo Masculino</b> <b>(n=16) m(dp)</b>	<b>p</b>
<b>Frequência de Atividade Física semanal</b>				
0	1 (2,70)	1 (4,76)	0,00 (0,00)	0,2220d
1	1 (2,70)	1 (4,76)	0,00 (0,00)	
2	2 (5,41)	0,00 (0,00)	2 (12,50)	
3	7 (18,92)	5 (23,81)	2 (12,50)	
4	6 (16,22)	5 (23,81)	1 (6,25)	
5	8 (21,62)	4 (19,05)	4 (25,00)	
6	10 (27,03)	5 (23,81)	5 (31,25)	
7	2 (5,41)	0,00 (0,00)	2 (12,50)	
<b>Qualidade de Sono Boa</b>				
Sim	22 (59,46)	11 (52,38)	11 (68,75)	0,5000c
Não	15 (40,54)	10 (47,62)	5 (31,25)	

Legenda: n: Número de participantes; m: Média; dp: Desvio-padrão; p:  $p > 0,05$ ; n: Frequência Absoluta; %: Porcentagem; °: Teste Mann Whitney; °: Teste T Student; °: Teste Exato de Fisher; °: Teste Qui-Quadrado.

Fonte: os autores.

Ao que tange o nível de atividade física verificou-se predominância de acadêmicos muito ativos (54,05%), todavia, 14,29% das mulheres apresentam-se como insuficientemente ativas A. No comportamento sedentário as mulheres exibem maior tempo total gasto sentadas. Não se verificou indivíduos classificados como insuficientemente ativos B ou sedentários.

Tabela 2 – Dados IPAQ nível de atividade física e comportamento sedentário

	<b>Grupo Geral</b> <b>(n=37) n(%)</b>	<b>Grupo Feminino</b> <b>(n=21) n(%)</b>	<b>Grupo Masculino</b> <b>(n=16) n(%)</b>	<b>p</b>
<b>Nível de Atividade Física</b>				
Muito Ativo	20,00 (54,05)	10,00 (47,62)	10,00 (62,50)	0,5958d
Ativo	13,00 (35,14)	8,00 (38,10)	5,00 (31,25)	
Insuficientemente Ativo A	4,00 (10,81)	3,00 (14,29)	1,00 (6,25)	
	<b>m(dp)</b>	<b>m(dp)</b>	<b>m(dp)</b>	

	<b>Grupo Geral</b> <b>(n=37) n(%)</b>	<b>Grupo Feminino</b> <b>(n=21) n(%)</b>	<b>Grupo Masculino</b> <b>(n=16) n(%)</b>	<b>p</b>
<b>Comportamento Sedentário</b>				
Tempo Sentado por dia durante semana (minutos)	322,70 (190,05)	318,57 (154,28)	328,13 (234,30)	0,7696a
Tempo Sentado por dia durante o final de semana (minutos)	377,84 (267,44)	387,14 (291,77)	365,63 (240,55)	0,9631a
Tempo total gasto sentado	700,54 (393,14)	705,71 (389,26)	693,75 (410,88)	0,9755a

Legenda: n: Número de participantes; n: Frequência Absoluta; %: Porcentagem; p:  $p > 0,05$ ; m: Média; dp: Desvio-padrão; °: Teste Mann Whitney; °: Teste de Qui-Quadrado.

Fonte: os autores.

## 5 DISCUSSÃO

Na análise do nível de atividade física observou-se a predominância de acadêmicas do sexo feminino (56,76%), dado pouco observado em outras regiões do Brasil no qual há prevalência de estudantes homens, destacando-se Sergipe (SILVA, 2011), Santa Catarina (CORDEIRO et al., 2014; CLAUMANN et al., 2017; MARTINS, 2017), Rio Grande do Sul (SANTOS et al., 2017; SANCHOTENE et al., 2020), Minas Gerais (FORTES et al., 2011), São Paulo (MULLER et al., 2019), Paraná (CIESLAK et al., 2007) e Espírito Santo (MELO et al., 2016).

Ao se comparar os Grupos Feminino e Masculino deste estudo verificou-se que ambos dispendem o mesmo tempo em meios eletrônicos por dia e em horas diárias de sono. Entretanto, apenas o Grupo Feminino apresenta um indivíduo que não faz prática de atividade física, enquanto todos do Grupo Masculino (n=16) faz preferencialmente seis vezes na semana. Isso pode ser explicado, em partes, pela dupla jornada de trabalho imposta às mulheres, uma vez que elas devem tomar conta da casa, dos filhos, fazerem as compras, estudarem e trabalharem externamente (NOWAK; BOZEK; BLUKACZ, 2019).



Além do perfil dos acadêmicos deste estudo serem daqueles que trabalham durante o dia e estudam à noite. Ainda, Nowak, Bozek e Blukacz (2019) destacam que as mulheres se engajam em atividades físicas doméstica, relacionada ao trabalho e de transporte com maior frequência em comparação aos homens e passam menos tempo do que eles sentados.

Ademais, observou-se neste estudo que os acadêmicos de Educação Física Bacharelado são predominantemente muito ativos (54,05%) e ativo (35,14%). O que foi observado anteriormente por Melo et al. (2016) em 314 acadêmicos do Espírito Santo, no qual 56,4% foram classificados como muito ativo e 30,7% como ativo. Assim como, em 67 estudantes do Paraná que se constatou 55,2% ativo e 38,8% muito ativo (SOUZA et al., 2015). Em concordância, Santos et al. (2017) também verificaram estudantes de Educação Física mais ativos (acima de 78%), destacando que as variáveis associadas à prática de atividade física foram ser do sexo masculino, solteiro e não fumar.

Enquanto, Lima et al. (2017) observaram em 114 acadêmicos, da licenciatura e do bacharelado, em Educação Física de uma universidade do Rio Grande do Sul, um nível de atividade física muito ativo (50,9%) e ativo (38,6%). Ainda Muller et al. (2019), encontraram resultados parecidos com acadêmicos de São Paulo, no qual estes são muito ativos.

Este padrão de nível de atividade física "Muito Ativo", observado nos acadêmicos de Educação Física Bacharelado de Chapecó-SC, pode ser explicado, pois a prática de atividade física está presente na matriz curricular (MARCONDELLI et al., 2008). Ademais, estes são instruídos dos benefícios da prática de atividade física e dos malefícios da não prática. Além, de contarem com componentes curriculares que tratam de conceitos sobre Educação em Saúde e Promoção da Saúde (MELO et al., 2016; CORDEIRO et al., 2014). Assim, uma







boa qualidade de vida no domínio físico parece ser inerente aos graduandos de Educação Física, pois estes estão frequentemente envolvidos em práticas esportivas extracurriculares ou/e curriculares (CLAUMANN et al., 2017).

Em geral, a sociedade acredita que acadêmicos que buscam pela área da saúde tenham ou adquiram um estilo de vida mais ativo e saudável (MELO et al., 2016) no decorrer de sua formação, pois estes são os futuros profissionais, dos quais se espera uma maior conscientização e multiplicação de hábitos saudáveis (SOUZA et al., 2015). Todavia, apenas o conhecimento acerca dos fatores de risco não é suficiente para que as práticas saudáveis de estilo de vida sejam adotadas (RESENDE et al. 2010).

Nesta perspectiva, verificou-se que 10,81% dos estudantes deste estudo foram classificados como insuficientemente ativos A, do qual 14,29% são do Grupo Feminino e 6,25% são do Grupo Masculino. Observou-se que o sexo feminino apresenta 1,7 vezes maiores chances de inatividade física quando comparados aos estudantes do sexo masculino (MELO et al., 2016). Silva et al. (2011) ao identificarem os grupos de acadêmicos de Educação Física (n=217) com maiores chances de apresentar níveis baixos de atividade física, obtiveram o perfil de sexo feminino, com escolaridade materna maior que oito anos e uma nutrição inadequada. Além do mais, a inatividade física é mais comum em mulheres do que em homens com tendência de aumentar com a idade (NOWAK; BOZEK; BLUKACZ, 2019).

## 6 CONCLUSÃO

Ao analisar o nível de atividade física dos acadêmicos do curso de Educação Física Bacharelado da Unoesc Chapecó verificou-se predominância do sexo feminino, que a maioria dos acadêmicos faz





atividade/exercício físico, sendo a maioria classificados como muito ativo e ativo. Os acadêmicos classificados como insuficientemente ativos A, concentraram-se no Grupo Feminino.

Sugere-se para futuros estudos com acadêmicos desta instituição, e de outras, que sejam analisados os do curso de Licenciatura, assim como os acadêmicos do curso de Educação Física dos demais campus, verificando o período que estes se encontram na graduação. Oportunizando, dessa forma, compreender melhor esse comportamento do nível de atividade física durante a graduação dos acadêmicos do curso de Educação Física.

## REFERÊNCIAS

- CIESLAK, Fabrício *et al.* Relação do nível de qualidade de vida e atividade física em acadêmicos de educação física. **Fitness & Performance Journal**, [s. l.], v. 6, n. 6, p. 357-361, 2007.
- CLAUMANN, Gaia Salvador *et al.* Qualidade de vida em acadêmicos ingressantes em cursos de Educação Física. **Journal of Physical Education**, [s. l.], v. 28, 2017.
- CORDEIRO, Paloma *et al.* Estágios de mudança de comportamento relacionados à atividade física em acadêmicos de Educação Física. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 19, n. 4, p. 484-484, 2014.
- CRUZ, Michele Santos da; BERNAL, Regina Tomie Ivata; CLARO, Rafael Moreira. Tendência da prática de atividade física no lazer entre adultos no Brasil (2006-2016). **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, p. e00114817, 2018.
- ESTEVES, Dulce *et al.* Nível de atividade física e hábitos de vida saudável de universitários portugueses. **Revista Iberoamericana de Psicología del Ejercicio y el Deporte**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 261-270, 2017.





FONTES, Ana Cláudia Dias; VIANNA, Rodrigo Pinheiro Toledo. Prevalência e fatores associados ao baixo nível de atividade física entre estudantes universitários de uma universidade pública da região Nordeste-Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 20-29, 2009.

FORTES, Leonardo de Sousa; MIRANDA, Valter Paulo Neves; FERREIRA, Maria Elisa Caputo. A influência do nível de atividade física e do estado nutricional na insatisfação corporal de universitários de Educação Física. **Hu Revista**, Juiz de Fora, v. 37, n. 2, 2011.

GONÇALVES, Eliane Cristina de Andrade *et al.* Baixos níveis de atividade física em servidores públicos do sul do Brasil: associação com fatores sociodemográficos, hipercolesterolemia e diabetes. **Revista Andaluza de Medicina del Deporte**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 54-59, 2017.

INCE, Mustafa Levent; EBEM, Zeynep. Role of exercise stages in self-reported health-promoting behaviors of a group of Turkish adolescents at transition to university. **Percept Mot Skills**, [s. l.], v. 108, n. 2, p.399-404, 2009.

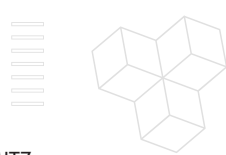
KELLER, Stefan *et al.* Multiple health risk behaviors in German first year university students. **Preventive medicine**, [s. l.], v. 46, n. 3, p. 189-195, 2008.

KOLCHRAIBER, Flávia Cristiane *et al.* Nível de atividade física em pessoas com diabetes mellitus tipo 2. **Revista Cuidarte**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 2105-16, 2018.

LANSINI, Luís Carlos *et al.* Nível de sedentarismo entre estudantes universitários do Rio Grande do Sul e os possíveis fatores associados. **Revista O Mundo da Saúde, São Paulo**, v. 41, n. 3, p. 267-274, 2017.

LIMA, Germano Oliveira de *et al.* Nível de atividade física e risco de desenvolvimento de doenças cardiovasculares em acadêmicos do Curso de Educação Física. **RBPFEEX-Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, Maranhão, v. 11, n. 68, p. 542-549, 2017.





MARCONDELLI, Priscilla; COSTA, Teresa Helena Macedo da; SCHMITZ, Bethsáida de Abreu Soares. Nível de atividade física e hábitos alimentares de universitários do 3º ao 5º semestres da área da saúde. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 39-47, 2008.

MARTINS, Paula Paes. **Qualidade de vida e nível de atividade física de acadêmicos ingressantes e concluintes do curso de educação física da universidade do sul de Santa Catarina**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física Bacharelado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2017.

MATSUDO, Sandra *et al.* Questionário internacional de atividade física (IPAQ): estudo de validade e reprodutibilidade no brasil. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Florianópolis, v. 6, n. 2, 2001.

MELO, Alexandre Barroso *et al.* Physical Activity Levels Of Physical Education Students From Federal University Of Espírito Santo. **Journal of Physical Education**, [s. l.], v. 27, 2016.

MIELKE, Grégore Iven *et al.* Atividade física e fatores associados em universitários do primeiro ano da Universidade Federal de Pelotas. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 57-64, 2010.

MULLER, Karen Christine *et al.* Nível De Atividade Física Em Acadêmicos No Curso De Educação Física De Uma Universidade Do Alto Tietê. **Revista Científica UMC**, Mogi das Cruzes, v. 4, n. 3, 2019.

NOWAK, Paweł F.; BOŹEK, Agnieszka; BLUKACZ, Mateusz. Physical Activity, Sedentary Behavior, and Quality of Life among University Students. **Bio-Med Research International**, [s. l.], v. 2019, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Diretrizes da OMS sobre atividade física e comportamento sedentário**: num piscar de olhos. Organização Mundial da Saúde, Europa, 2020.





ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **OMS disponibiliza guia para atividade física durante a quarentena.** Europa, 2020. Disponível em: <https://unic.org/pt/oms-disponibiliza-guia-para-atividade-fisica-durante-a-quarentena/#:~:text=A%20OMS%20recomenda%20150%20minutos,diagn%C3%B3stico%20de%20doen%C3%A7a%20respirat%C3%B3ria%20aguda>. Acesso em: 2 nov. 2020.

PENGLLEE, Nattika *et al.* Smartphone use and physical activity among college students in health science-related majors in the United States and Thailand. **International journal of environmental research and public health**, [s. l.], v. 16, n. 8, p. 1315, 2019.

RESENDE, Marcelo de Aquino *et al.* Comparative study of the pro-atherosclerotic profile of students of medicine and physical education. **Arquivos brasileiros de cardiologia**, [s. l.], v. 95, n. 1, p. 21-29, 2010.

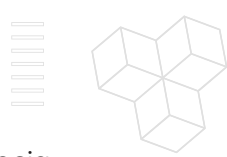
RIGONI, Patrícia Aparecida Gaion *et al.* Estágios de mudança de comportamento e percepção de barreiras para a prática de atividade física em universitários do curso de Educação Física. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 87-92, 2012.

SALVE, Mariângela Gagliardi Caro. A prática da atividade física: estudo comparativo entre os alunos de graduação da UNICAMP (Brasil). **Motricidade**, Portugal, v. 4, n. 3, p. 41-47, 2008.

SANCHOTENE, Ismael Jung *et al.* Nível de atividade física e comportamento de risco à saúde de acadêmicos de Educação Física. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 9, n. 8, p. e233985693-e233985693, 2020.

SANTOS, Tiago *et al.* Atividade física em acadêmicos de Educação Física: um estudo longitudinal. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 76-84, 2017.





SILVA, Adenice de Omena; CAVALCANTE NETO, Jorge Lopes. Associação entre níveis de atividade física e transtorno mental comum em estudantes universitários. **Motricidade**, Portugal, v. 10, n. 1, p. 49-59, 2014.

SILVA, Diego Augusto Santos. Nível de atividade física e fatores associados em acadêmicos de educação física de uma universidade pública do nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 193-198, 2011.

SILVA, Glauber dos Santos Ferreira da *et al.* Evaluación del nivel de actividad física de estudiantes de graduación de las áreas salud/biológica. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 39-42, 2007.

SOUZA, Ivo *et al.* Níveis de atividade física e estágios de mudança de comportamento de universitários da área de saúde. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 20, n. 6, p. 608-608, 2015.

SOUSA, Keroléen J. Q.; BORGES, Grasiely F. Estilo de vida, Atividade Física e Coeficiente Acadêmico de Universitários do Interior do Amazonas-Brasil. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, Paraíba, v. 20, n. 4, p. 277-284, 2016.

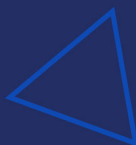
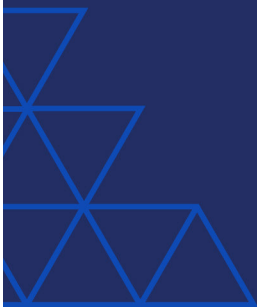
THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K; SILVERMAN, Stephen J. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

TURKMEN, M. *et al.* Determination of the Relationship between Physical Activity Levels and Healthy Lifestyle Behaviors of University Students. **Australian Journal of Basic and Applied Sciences**, [s. l.], v. 7, n. 10, p. 507-512, 2013.

VIEIRA, Valéria Cristina Ribeiro *et al.* Perfil socioeconômico, nutricional e de saúde de adolescentes recém-ingressos em uma universidade pública brasileira. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 273-282, 2002.



CIÊNCIAS EXATAS  
E  
TECNOLOGICAS









# KIT ROBÓTICO DE LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO PARA CRIANÇAS

Giohana Regina Mazzoneto Bassegio<sup>1</sup>

Jean Carlos Hennrichs<sup>2</sup>

## RESUMO

O projeto apresenta o desenvolvimento inicial de um dispositivo robótico e uma placa de controle voltado para o auxílio no processo de ensino-aprendizagem de lógica de programação para crianças. Primeiramente foram feitas pesquisas para escolher qual componente se adequaria melhor a situação proposta, para o robô foi-se pensado em um controlador Arduino Uno o mesmo faria o controle de dois motores de passos e seus drives, para a comunicação entre as duas plataformas um módulo Bluetooth se tornou o mais eficaz pelo seu alcance, a placa também possuiria um controlador Arduino na modelo Mega. Posteriormente a pesquisa realizada e a escolha dos componentes, deu-se início a construção do primeiro protótipo, o robô, onde se concluiu o esquemático elétrico e a criação do circuito inicial, sendo esse processo de execução interrompido devido a pandemia de Covid-19 a partir do primeiro trimestre de 2020, sendo assim a conclusão do projeto não cumpriu os objetivos iniciais.

**Palavras-chave:** robótica; educação infantil; raciocínio lógico.

## 1 INTRODUÇÃO

O uso de tecnologia para fins pedagógicos é atualmente uma necessidade inadiável no Brasil e no mundo, com a pandemia de

<sup>1</sup> Bacharelanda em Engenharia da Computação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Chapecó; giohana.b@unoesc.edu.br

<sup>2</sup> Especialista em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina; MBA em Gerenciamento de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas; Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Professor do Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Campus de Chapecó; jean.hennrichs@unoesc.edu.br



Coronavírus se intensificou ainda mais a procura por esses recursos, de acordo com uma pesquisa do Instituto DataSenado, revelou que 55% dos professores já utilizavam tecnologias no meio de trabalho e também na educação brasileira. Os dados reforçam que durante esse período de aulas remotas, ocasionada pelo distanciamento social, professores e alunos precisaram se adaptar ainda mais a esse tipo de recurso, pois além de se tornar as aulas remotas uma necessidade a tecnologia educacional é uma tendência do futuro contribuindo com educação dos professores.

O termo Tecnologia Educacional, que se diz respeito à utilização de recursos tecnológicos no meio educacional, facilitando assim o processo ensino-aprendizagem, tornando-o mais criativo e motivador. O que para as crianças muitas das tecnologias vistas não é mais novidade, hoje são consideradas “nativos digitais” pois já nasceram nesse mundo tecnológico, rodeados por *smartphones*, TVs entre outros recursos atuais. Isso torna a educação tradicional ultrapassada e lenta, tornando difícil prender a atenção do aluno.

O ensino da programação dentro de escolas é algo muito distante, porém de muita importância pois torna os estudantes mais que consumidores de tecnologias, mas também produtores dela. Ainda é importante destacar que além de formar profissionais, ajuda a desenvolver as aptidões da criança, Garofalo (2020, p.) cita que o ensino da lógica de programação ajuda no “desenvolvimento de habilidades como a criatividade, autonomia, raciocínio lógico e a capacidade de resolver problemas.”

Este artigo abrangerá a área de robótica educacional para o ensino de lógica de programação para crianças de 4 a 7 anos. Visando mostrar que a tecnologia pode estar auxiliando no aprendizado dentro de qualquer matéria de ensino.



## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

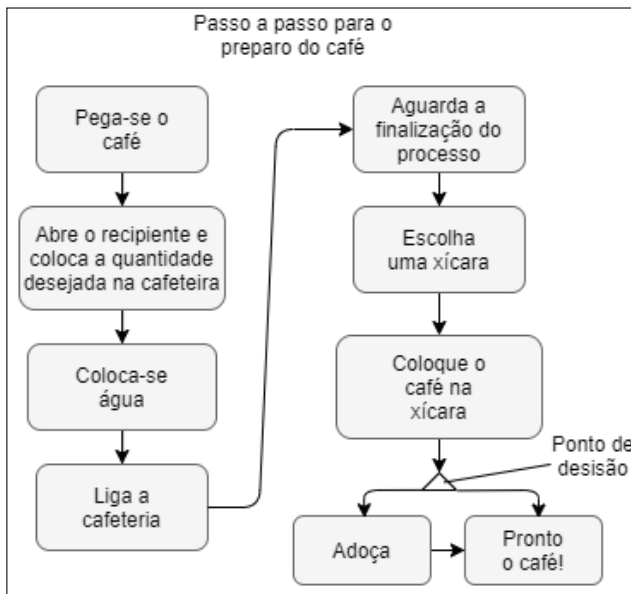
A revisão da literatura deste artigo aborda os conceitos referentes ao ensino de programação voltado a crianças, assim como projetos reais usados como referência.

### 2.1 LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO E ALGORITMO

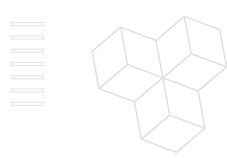
Podemos definir a lógica de programação, no seu conceito mais básico, como uma sequência de instruções voltadas à resolução de um problema, ou seja, o passo a passo para a execução de uma tarefa, que na área da computação esses passos se transformam em algoritmos que resultam na criação de softwares e aplicações.

Pode-se aplicar essa lógica em diversos ambientes, não somente na área da computação, como por exemplo ao passar um café:

Figura 1 - Diagrama de preparo de café



Fonte: os autores (2021).



Ao analisar o diagrama percebe-se que ao deixar de executar algum comando o final pode não sair como o planejado, a mesma coisa funciona na computação, onde a aplicação deve seguir todos os passos planejado no algoritmo para que conclua com sucesso o seu objetivo.

Porém isso vai muito além do exemplo mostrado, dentro de um algoritmo a lógica de programação possui muitas outras ferramentas para auxiliar na construção da resolução, como o laço de repetição ou *loops* que permitem que determinada parte do código possa ser repetida diversas vezes auxiliando o programador a elaborar um algoritmo mais otimizado e com a lógica mais simples possível.

## 2.2 ROBÓTICA EDUCACIONAL

A definição de robótica segundo o Dicionário Aurélio (2015, p. 951) é "conjunto dos estudos e das técnicas tendentes a conceber sistemas capazes de substituírem o homem em suas funções motoras, sensoriais e intelectuais."

Atualmente a robótica se encontra presente na vida da maioria das pessoas, seja na medicina, na indústria, na segurança e bem como na educação. Nesta última se relaciona a utilização da robótica como ferramenta de ensino, recebendo o nome de Robótica Educacional.

A robótica educacional, ou pedagógica, na visão de Torcato (2012) refere-se a aplicar no ambiente de aprendizagem os mesmos conceitos da robótica industrial com o objetivo de promover estudos multidisciplinares.

Atualmente as tecnologias aplicadas à educação tiveram um grande aumento em inovações, porém apenas uma pequena parte das instituições educacionais possuem acesso a esse recurso (LOPEZ, 2008).





A robótica e a educação juntas podem trazer diversos benefícios para a aprendizagem infantil segundo Silva (2009) e Zilli (2004) o robô consegue atrair a atenção da criança facilitando o seu processo de aprendizagem, desenvolvendo o seu raciocínio permitindo a criança a testar em equipamento físico o que foi aprendido na teoria em sala de aula estimulando a leitura, a exploração e a investigação.

Como a robótica consegue despertar a curiosidade de qualquer pessoa, facilitando o ensino do professor, hoje no mercado existem diversos *kits* que podem ser aplicados junto a sala de aula em vários campos da educação.

## 2.3 KITS DE ROBÓTICA EDUCACIONAL

Atualmente o mercado disponibiliza uma enorme quantidade de modelos que podem ser utilizados no meio educacional, que vai desde modelos mais simples até os protótipos mais avançados. Devido a quantidade de protótipos serem enormes, apenas alguns modelos serão exibidos.

### 2.3.1 Lego mindstorms

Lançados comercialmente após uma parceria entre LEGO e o MIT em 1998, os *kits* oferecem uma interface de programação amigável para o público infantil, com cores vivas e de fácil controle, onde se pode “arrastar-e-soltar” os blocos criando as instruções do robô. O *kit* também possui diversas peças plásticas de encaixar como um controlador principal, motores, rodas, correntes, diversos tipos de sensores e outros itens. Isso permite o desenvolvimento de diversos robôs (LEGO MINDSTORMS, 2021).



Figura 2 - Robô desenvolvido com peças do Kit Lego Mindstorms



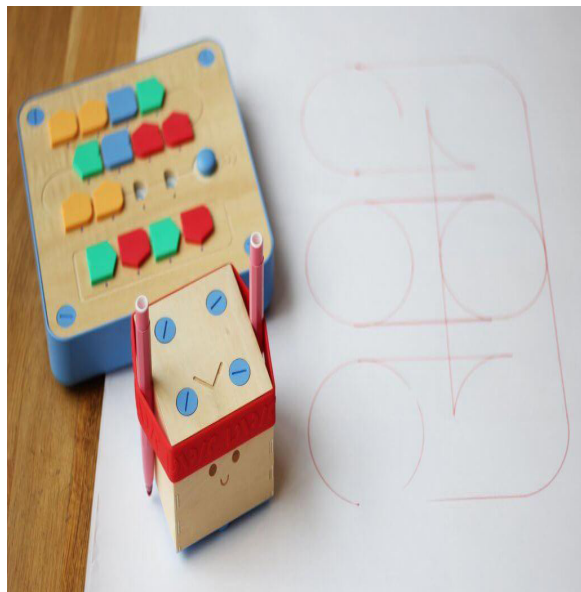
Fonte: Lego Mindstorms (2021).

## 2.3.2 Cubetto

Cubetto é um robô desenvolvido pela empresa Primo Toys, que possui o objetivo de ensinar a lógica de programação para crianças de 3 a 9 anos através de brincadeiras e aventuras. O kit consiste em duas peças, uma é o robô feito de madeira em forma cúbica e um painel de controle, também de madeira onde são encaixadas peças que dizem onde o robô deve ir. Essas peças podem indicar as diferentes direções, sendo esquerda, direita, para frente e a função que permite a criança repetir comandos (PRIMO TOYS, 2021).



Figura 3 - Cubetto - Kit com o robô e o painel



Fonte: Primo Toys (2021).

### 3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

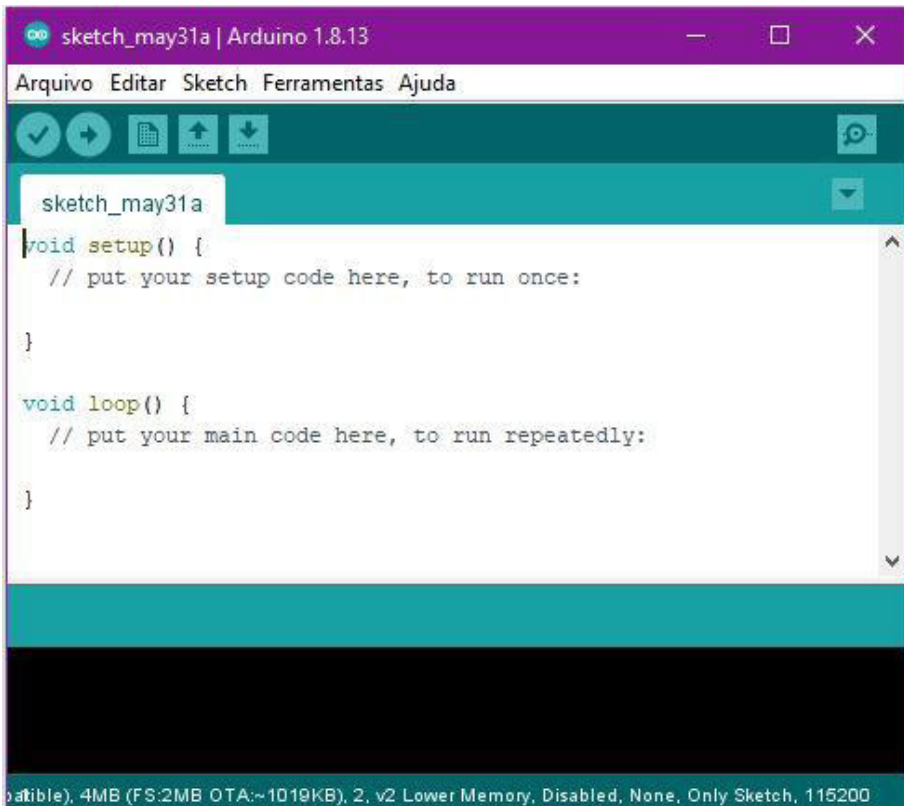
Para o planejamento do protótipo, foi-se necessária a utilização de alguns softwares para auxiliar em questões de programação e geração de esquemáticos elétricos.

#### 3.1 ARDUINO IDE

O Arduino Software é uma IDE (*Integrated Development Environment*) também *open source* que auxilia na escrita de códigos e no upload para qualquer placa Arduino, sua linguagem de programação é baseada em C/C++. Disponível para Windows, macOS e Linux (ARDUINO, 2021).



Figura 6 - Interface do Arduino Software



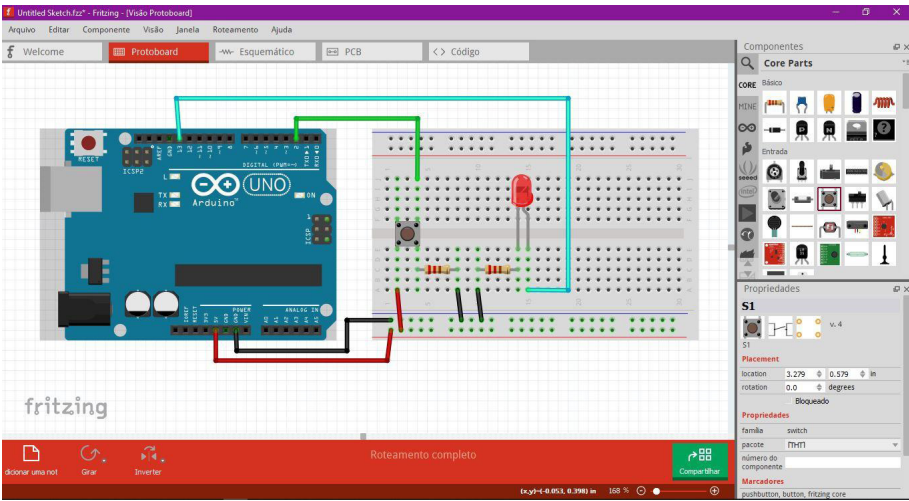
Fonte: os autores (2021).

## 3.2 FRITZING

O Fritzing é um *software open source* que tem como objetivo tornar a eletrônica acessível para qualquer pessoa, o sistema permite o usuário documentar seus protótipos, compartilhar suas ideias, ensinar eletrônica e ainda formar profissionais qualificados. Além disso, é possível desenhar placas de circuito impresso (FRITZING, 2021).



Figura 7 - Tela de exemplo no Fritzing



Fonte: os autores (2021).

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para o desenvolvimento do projeto foi-se necessário muito juízo de valor, para assim se chegar na melhor escolha de quais componentes se adequariam melhor na situação proposta. O robô teria como base uma placa de Arduino Uno, no controle da locomoção do mesmo seria preciso um *driver* ligado a um motor de passo a fim de conseguir fazer os movimentos de frente, no sentido da direita e esquerda, o protótipo também contaria com um módulo *Bluetooth* em modo 'Slave' para conseguir se comunicar com a segunda parte sugerida, uma placa de comando.

A placa de comando, ou tabuleiro, teria como base também um Arduino porém nesse caso um Arduino Mega, que quando comparado ao Uno possui a vantagem de ter uma maior quantidade de pinos digitais e analógicos. A comunicação com o robô ocorreria novamente com um módulo *Bluetooth*, no entanto nesse caso seria em modo de 'Mestre'.



A alimentação de todo o circuito seria feita por pilhas 9V, para garantir assim mais autonomia ao dispositivo.

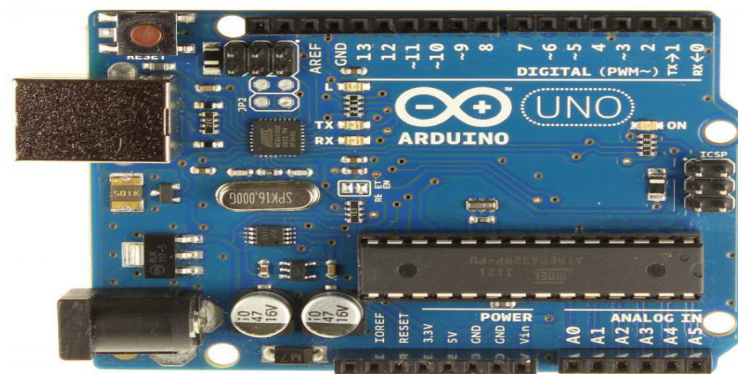
## 4.1 ARDUINO UNO

O Arduino Uno (Figura 4) é basicamente uma placa microcontroladora *open source*, ou seja, é livre para ser complementada, modificada ou copiada (ARDUINO, 2021).

O componente por si só contém aplicações limitadas, mas permite que seja incrementado com motores, sensores ou módulos aumentando assim sua capacidade de desenvolver novos dispositivos robóticos. Sua linguagem de programação é baseada em C/C++, o que pode acabar dificultando o processo de criação quando não se tem uma base sobre a lógica de programação.

O mesmo foi escolhido por seu custo-benefício, possui um valor mais baixo do que outros modelos parecidos no mercado, é de fácil implementação e possui os requisitos necessários, no sentido de portas lógicas e memória.

Figura 4 - Placa de Arduino Uno



Fonte: Arduino (2021).



## 4.2 ARDUINO MEGA

O Arduino Mega é considerado uma versão mais completa do Uno, possuindo uma alta quantidade de memória flash elevada com 256 KB para os programas e um maior número de pinos, o Mega possui 54 pinos em sua placa enquanto o Uno possui 13 (ARDUINO, 2018).

Para o projeto seu uso foi escolhido principalmente pela quantidade de pinos que possui, facilitando as entradas de comando que a placa vai possuir.

Figura 5 - Arduino Mega

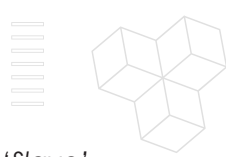


Fonte: Arduino (2021).

## 4.3 BLUETOOTH

Bluetooth é o nome dado a tecnologia desenvolvida para a comunicação sem fio e troca de dados entre dispositivos móveis, a maioria dos dispositivos com essa tecnologia consegue alcançar uma frequência de rádio de onda curta que vai de 1 a 10 metros, porém alguns modelos mais robustos esse alcance pode chegar até a um raio de 100 metros, isso de acordo com Costa (2020).

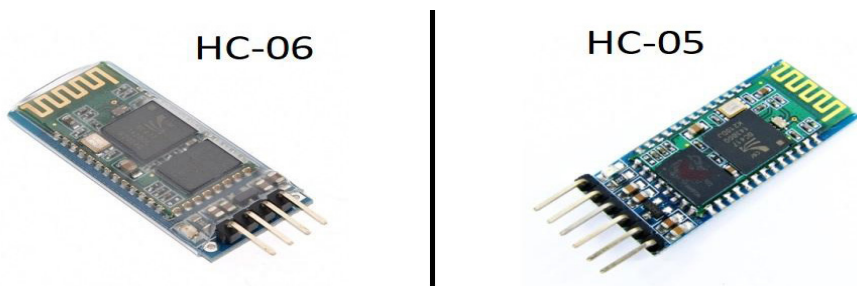
Foi proposto no projeto dois modelos diferentes de Módulos *Bluetooth*, um chamado de HC-05 e outro HC-06.



O HC-06 é o módulo que funciona somente como 'Slave', ou seja, ele consegue apenas seguir os comandos vindo de outros componentes, como o HC-05 que possui a função de master conseguindo enviar e receber comandos.

No projeto a proposta é exatamente essa, o robô possui um módulo HC-06 recebendo os comandos vindos da placa de comando que contém o HC-05 enviando as ordens recebidas do usuário.

Figura 5 - Módulos HC-06 e HC-05, respectivamente



Fonte: os autores (2021).

## 4.4 MOTOR DE PASSO E DRIVE

O motor de passo possui um controle extremamente preciso, alcançando 90° de rotação no seu eixo, sendo assim possível controlar com precisão a sua velocidade e o torque do motor.

O motor de passo escolhido no projeto é o modelo 28BYJ-48, produzido em larga escala ele se torna uma opção com preço acessível e de fácil montagem, porém não pode ser usado sem *Drivers*.

Ao fazer a pesquisa foi descoberto que o único *chip* compatível com o modelo do motor é o módulo ULN2003. Esse chip permite o acionamento das cargas indutivas no motor onde o drive consegue controlar o seu funcionamento.

Como o dispositivo robótico proposto possui dois motores, seu funcionamento é da seguinte maneira: para virar a direita, o motor



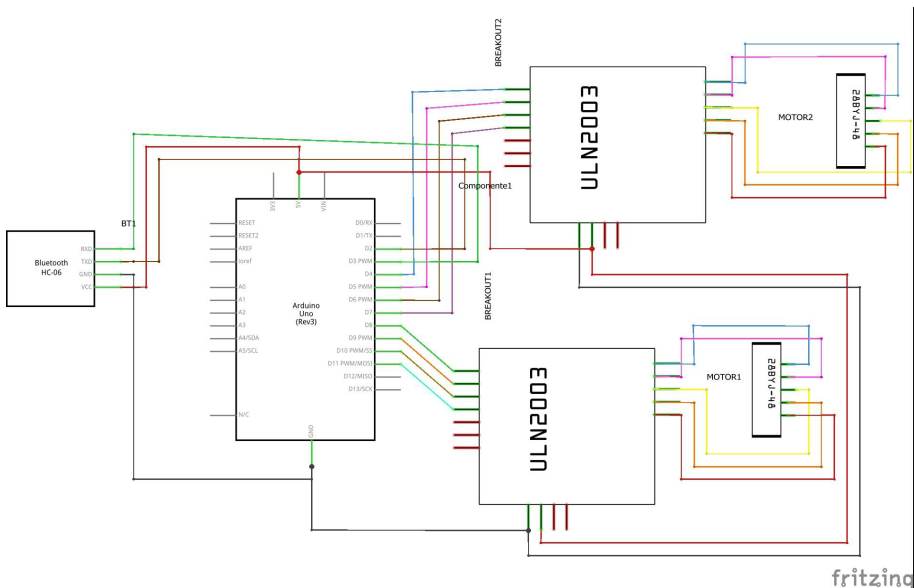
esquerdo gira em sentido horário e o da direita em sentido anti-horário, e a mesma coisa para girar a esquerda, o motor direito gira em sentido horário e da esquerda na direção contrária. Esse processo também é conhecido como “Ponte H”, que inverte o sentido da corrente mudando assim o sentido do giro do motor.

## 4.5 DIAGRAMA ELÉTRICO DO HARDWARE DO ROBÔ

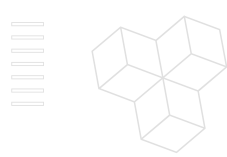
Diagrama elétrico pode ser definido como a utilização de símbolos gráficos para representar uma instalação elétrica.

No diagrama (Figura 6) abaixo temos a representação elétrica do robô, juntando os seus componentes, placa Arduino Uno, dois motores de passo e o módulo bluetooth HC-06.

Figura 6 - Esquemático elétrico - robô



Fonte: os autores (2021).



## 5 DISCUSSÃO

Diante das pesquisas feitas, primeiramente houve a tentativa de obter um resultado semelhante ao produto Cubetto da empresa Primo Toys, pesquisando seu funcionamento e peças utilizadas. Após isso foi aproveitado a ideia do motor de passos que possui uma rotação precisa conseguindo fazer o deslocamento de forma exata, outro elemento que o produto auxiliou na tomada de decisão foi na dúvida que existia perante a comunicação entre os dispositivos, nesse dado momento do projeto havia indecisão entre Wireless e Bluetooth, outro ponto que levou a ser escolhido o Bluetooth foi sua conectividade perante um determinado tempo, seu alcance e também sua capacidade de operar de qualquer lugar sem necessitar de outros dispositivos de conexão externos como no caso do Wireless. Outra influência obtida através do Cubetto é o processador que ao estudar foi notada a semelhança com o Arduino Uno, tanto na entrada de pinos como nos quesitos de processamento e memória.

Para a placa de controle um Arduino Uno não seria o suficiente e necessitaria de um controlador mais robusto, e para chegar a uma conclusão foi-se observado as diferentes placas disponíveis no mercado e suas especificações técnicas, pois precisaria de um número de entradas maior assim como uma maior capacidade de armazenamento do que a maioria dos modelos possui, chegando então ao Arduino Mega que cumpria com esses requisitos impostos.

Como sugestão de estudos futuros, é indicado a execução do projeto e também que ocorram testes aplicados com crianças para desenvolver desafios e assim conseguir-se analisar as diferentes lógicas usadas individualmente, além disso, analisar se ocorrem dificuldades nas excursões e quais seriam o motivo para o mesmo.





## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta inicial do projeto se baseava em construir um kit para o ensino de lógica de programação e empoderamento tecnológico voltado para crianças de quatro a sete anos, onde inicialmente seria feito pesquisas sobre o assunto, levantando os conceitos básicos para a execução do projeto, após isso, com a utilização de *softwares* seria moldado e testados individual e coletivamente cada componente classificando-o para ver se atenderia as necessidades do projeto. Tendo em vista os componentes selecionados o próximo passo se daria para a construção e testes aplicados com o objetivo de não somente criar o *kit*, mas também elencar as dificuldades e facilidades no meio pedagógico com o *kit* de robótica proposto, assim como identificar as habilidades motoras e o raciocínio lógico das crianças.

Diante do proposto se teve os trabalhos iniciais, as pesquisas foram feitas e analisadas, componentes foram testados, tanto por meio de software como por meio do hardware junto ao laboratório do campus, e se teve início a construção do robô após ser solicitada as peças, porém, devido a pandemia de Covid-19 em todo o mundo obrigou todo e qualquer centro a fechar por um determinado período, sendo as universidades um dos mais afetados precisando a se adaptar ao ensino remoto. Com o fechamento das universidades consequentemente ocasionou o fechamento dos laboratórios que eram cruciais para desenvolvimento do projeto, principalmente na fase em que se encontrava que era por em prática parte do que foi pesquisado por tanto tempo.

Com isso, pode se dizer que se deu como concluída a realização da pesquisa bibliográfica sobre modelos similares, sensores, motores e qualquer outra tecnologia necessária para integrar o sistema. Após se tiveram todos os testes locais possíveis para garantir que o





componente escolhido realmente cumpriria o solicitado, os testes também auxiliaram para a aprendizagem e evolução.

Com a pesquisa e os testes separados concluídos se daria início a execução do projeto, o que ocorreu mas não de forma completa falando assim o objetivo inicial proposto.

Portanto, para a conclusão do projeto como proposto inicialmente seria necessário um maior tempo de aproveitamento, que como citado não foi possível devido ao fechamento das universidades durante a pandemia de Covid-19, apesar de todos os fatos citados pode se dizer que foi de grande valia no aprendizado.

## REFERÊNCIAS

ARDUINO. Disponível em: <http://www.arduino.cc>. Acesso em: 15 maio 2021.

COSTA, Bigogno. **O que é Bluetooth?** Saiba como ele funciona. 2020. Disponível em: <https://canaltech.com.br/software/o-que-e-bluetooth-como-funciona/>. Acesso em: 15 maio 2021.

FRITZING. Disponível em: <https://fritzing.org/>. Acesso em: 15 maio 2021.

GAROFALO, Débora. **Por que ensinar programação na escola é importante.** 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/debora-garofalo/2020/09/16/por-que-ensinar-programacao-na-escola-e-importante.htm>. Acesso em: 15 maio 2021.

LEGO MINDSTORMS. **The LEGO Group History.** Disponível em: <https://www.lego.com/pt-br/aboutus/lego-group/the-lego-group-history>. Acesso em: 15 maio 2021.







LOPEZ, Daniel de Queiroz. **A exploração de modelos e os níveis de abstração nas construções criativas com robótica educacional.** 2008. Tese (Doutorado em Informática) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

PRIMO TOYS. **Meet Cubetto.** Disponível em: <https://www.primotoys.com/>. Acesso em: 15 maio 2021.

SILVA, Alzira Ferreira da. **RoboEduc:** Uma metodologia de aprendizado com robótica educacional. 2009. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

TORCATO, Paulo. **O robô ajuda?** Estudo de impacto do uso de robótica educativa como estratégia de aprendizagem na disciplina de aplicações informáticas B. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL TIC E EDUCAÇÃO. 2012.

ZILLI, Silvana do Rocio. **A robótica educacional no ensino fundamental:** Perspectivas e práticas. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.







# ESTUDO DO REFORÇO DE CONCRETO ARMADO COM ADIÇÃO DE FIBRAS

Douglas Vinicius Fernandes<sup>1</sup>

Crisleine Zottis dos Reis<sup>2</sup>

## RESUMO

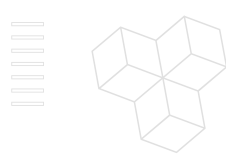
Com a constante evolução das estruturas, deve-se procurar novas técnicas e materiais visando otimizar e melhorar o concreto, a fim de possibilitar o avanço da construção civil. Diversos estudos comprovam que a utilização de fibras, como reforço estrutural no concreto, garante melhorias nas características físicas do material. Assim, o presente estudo é uma pesquisa bibliográfica, que identificou as principais fibras que podem ser adicionadas, ou reutilizadas, no concreto, reunindo informações de estudos previamente realizados por diversos pesquisadores, no que tange às características promovidas pelas fibras. Também, identificou-se, por meio de um questionário, que as usinas de concreto da região de Chapecó são adeptas dessa tecnologia, aplicando fibras de polipropileno, aço e vidro na composição de concretos voltados para contrapisos e pisos industriais. Logo, foi possível concluir que a adição de fibras promove um aumento na durabilidade e ductilidade, porém, há uma redução na trabalhabilidade do material, nos casos em que a quantidade de fibras presentes é muito elevada.

**Palavras-chave:** concreto com fibra; fibra de aço; fibra de vidro; fibra de polipropileno; piso industrial.

<sup>1</sup> Graduando em Engenharia Civil pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) campus de Chapecó; douglasvinfer@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Engenharia Química; Professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) campus de Chapecó; crisleine.reis@unoesc.edu.br.





## 1 INTRODUÇÃO

A construção civil é uma área que está constantemente tentando ultrapassar os limites existentes, de maneira a construir edificações mais altas, pontes maiores, barragens mais resistentes, etc. Desta forma, o concreto é um material de extrema importância nessa área, devido à sua alta resistência e trabalhabilidade, capaz de ser moldado em diversas formas. Portanto, deve-se procurar novas técnicas e materiais a fim de otimizar e melhorar o concreto, a fim de possibilitar o avanço na construção.

Segundo Pedroso (2009), pode-se estimar que há, anualmente, um consumo de 11 bilhões de toneladas de concreto. De acordo com o Ministério de Minas e Energia (2018), no ano de 2017, a produção mundial de cimento Portland, material aglomerante do concreto, totalizou 4.100.000 mil toneladas e o Brasil foi o 12º colocado no ranking de países que mais produziram cimento, ficando a China em 1º lugar. Estimou-se um consumo per capita de 261 Kg de cimento por habitante no Brasil, considerando que as regiões sul e centro-oeste foram as que mais consumiram o material.

O concreto armado é um material utilizado apenas recentemente, pois, até o século XIX, os sistemas de construção mais comuns eram os de alvenaria e de madeira. Porém, devido à problemas apresentados em estruturas de madeira, como deterioração devido à umidade e agentes biológicos, nas construções de maior importância, empregava-se os sistemas de alvenaria de pedra e de tijolos. O concreto, inicialmente era usado como material aglomerante para argamassas de alvenaria (CARVALHO, 2008).

Segundo Carvalho (2008), o cimento originou-se no Egito, em 2500 a.C. como uma argamassa composta por gesso calcinado. Assim, as técnicas de construção foram evoluindo até que os romanos,





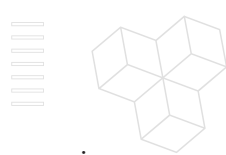
motivados pela necessidade de construções como armazéns, pontes e templos, mais resistentes desenvolveram um material, denominado por eles de *Opus Caementicium*, constituído, principalmente, por cinza pozolânica, que, quando misturada à argamassa, produzia um material semelhante ao cimento atual.

Contudo, segundo Moura (2013), o concreto armado sem o correto acompanhamento e manutenção, pode causar deterioração precoce de estruturas, além de falhas estruturais e acidentes. Desta forma, é possível citar como causas de deterioração o envelhecimento natural da estrutura, a falta de manutenção, emprego incorreto de materiais, erros de projeto e má qualidade da mão de obra. Assim, criou-se técnicas de reforço estrutural para os elementos de concreto armado, com o intuito de restaurar estruturas danificadas ou aprimorar estruturas que serão utilizadas pela primeira vez.

Existem diversos tipos de reforços estruturais, como a colagem de chapas de aço nas superfícies dos elementos, encamisamento de concreto, utilização de um concreto com resistência diferente na seção comprimida ou tracionada de vigas e a adição de fibras à pasta de concreto (MOURA, 2013). Diversas pesquisas mostram a eficiência da adição de fibras no concreto armado. Segundo Araújo et al. (2014) em volumes apropriados, a adição de fibras de aço pode promover maior ductilidade ao concreto. As fibras promovem um reforço em três dimensões dos espaços vazios no concreto, interceptando e redirecionando as tensões internas para longe das fissuras, conseqüentemente aumentando a resistência à tensão e ao cisalhamento.

Na cidade de Chapecó, devido ao crescimento populacional ocorrido nos últimos anos, os habitantes ocuparam novas áreas do município, aumentando o tecido urbano de maneira horizontal. Desta forma, novos espaços surgiram na cidade, devido à necessidade de





atendimento à população chapecoense residente nas áreas mais afastadas do centro, os quais se tornaram mais complexos, à medida que essas áreas evoluíram. Assim, a região central se tornou um polo e passa por um processo de transformação, causando um impacto na maneira como o município se organiza, e decorrente desse processo, Chapecó deve reconsiderar a maneira de como compõe espaço (MOTTER, 2016).

Diante do exposto, a presente pesquisa visa estudar na literatura o processo e as mudanças no comportamento do concreto armado, causadas pela adição de fibras como reforço estrutural, a fim de se obter um material mais resistente e que ofereça maior segurança em estruturas, na construção civil. Também, propõe-se realizar um estudo de caso no município de Chapecó, referente à utilização desses materiais em estruturas existentes, pois, devido ao crescimento, principalmente da região central, torna-se necessário o emprego de componentes mais eficazes nas estruturas.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A NBR 13281 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005) define argamassa como uma mistura de agregados miúdos, água, aglomerantes inorgânicos, com, ou sem a presença de aditivos, destinada ao assentamento e revestimento de pisos e tetos. A mistura deve ser homogênea e deve possuir propriedades de endurecimento e aderência, podendo ser industrializada ou dosada em obra.

Ainda, segundo a NBR 13281 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005), as argamassas podem ser tipificadas em: argamassa para assentamento em alvenaria de vedação, indicada para a ligação de blocos com função de vedação, como tijolos; argamassa para assentamento em alvenaria estrutural, indicada





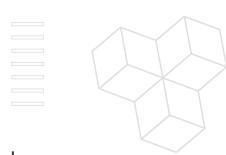
para a ligação de blocos com função estrutural; argamassa para encunhamento, indicada para o fechamento da última fiada da alvenaria de vedação; argamassa para revestimento interno, utilizada como regularização de ambientes internos; argamassa para revestimento externo, usada como regularização de ambientes externos, argamassa de uso geral, que pode ser utilizada tanto para assentamentos de alvenaria de vedação, quanto para a regularização de áreas internas e externas; argamassa para reboco, usada para promover uma superfície fina, de maneira que possa receber acabamento; argamassa decorativa em camada fina, indicada para acabamentos com fins decorativos, em uma camada fina; e argamassa decorativa em monocamada, utilizada para fins de acabamento em ambientes externos.

De acordo com Garcia, Santos e Ribeiro (2011), o tipo de agregado utilizado na produção da argamassa, influencia, de maneira significativa, as suas propriedades devido a sua geometria e superfície. Também, o fator água/cimento é considerado um dos parâmetros mais importantes quanto a elaboração da argamassa, devido ao fato de que as reações de hidratação relacionadas com o tempo e as propriedades finais estão ligadas, especialmente nos primeiros estágios do processo de hidratação.

O cimento, conforme a Associação Brasileira de Cimento Portland (2002), é um pó fino, que possui propriedades aglomerantes, ligantes ou aglutinantes, capaz de endurecer quando há presença de água em quantidades satisfatórias. Uma vez endurecido, este material não será mais decomposto, mesmo que submetido, novamente, à ação da água.

Em concordância com o Serna e Rezende (2013), para a construção civil, agregados são materiais granulares, sem forma e volume definidos. Estes podem ser naturais, quando encontrados na





natureza em forma particulada, ou artificiais, quando produzidos por processos industriais. Também, podem ser classificados conforme sua granulometria, portanto, divididos entre grãos e miúdos.

Quanto às propriedades mecânicas das argamassas, segundo Garcia, Santos e Ribeiro (2011), estas apresentam um crescimento acentuado da rigidez elástica nos dois primeiros dias do processo de cura, dependendo da proporção de cimento/ areia “traço” utilizada. “Durante processo de hidratação do cimento Portland é produzido, silicato de cálcio hidratado (CSH) e o hidróxido de cálcio ( $\text{CaOH}^2$ ), dando origem as reações pozolânicas (reatividade).” (GONÇALVES; ANTUNES, 2017).

As propriedades da argamassa influenciam diretamente na sua qualidade. Estas propriedades são: trabalhabilidade, consistência e plasticidade, densidade de massa e teor de ar incorporado, retenção de água, resistência a compressão, à abrasão e resistência inicial, aderência e permeabilidade (ARAÚJO, 1995).

## 2.1 CONCRETO REFORÇADO COM FIBRAS

O concreto, material estrutural amplamente utilizado no mundo, é composto basicamente de cimento, água, agregados, aditivos e adições, e tem sido constantemente assunto de pesquisas no ramo da construção civil (MEHTA; MONTEIRO, 2014).

Segundo a NBR 12655 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015) os componentes do concreto devem ser misturados até formar uma massa homogênea. Esta operação pode ser executada na obra, na central de concreto ou em caminhão betoneira. O equipamento de mistura utilizado para este fim, bem como sua operação, deve atender às especificações do fabricante quanto à capacidade de carga, velocidade e tempo de mistura.







Segunda Mehta a Monteiro (2014), existem três principais razões para justificar a larga utilização do concreto: excelente resistência à água, tornando-o um material ideal para construções de estruturas para controle, armazenamento e transporte de água, como por exemplo: aquedutos, cisternas, represas, barragens, revestimento de canais e pavimentos, além de elementos estruturais expostos à umidade, como por exemplo, estacas, fundações, sapatas, lajes, vigas, etc.; outra razão é a possibilidade de aplicação deste material em peças com uma grande variedade de fôrmas e tamanhos, devido à consistência plástica do concreto no estado fresco, que favorece o fluxo do material para o interior das fôrmas que são removidas após o endurecimento do concreto; e finalmente, o baixo custo e a rápida disponibilidade do material para uma obra o torna popular entre os engenheiros.

Apesar de todo o avanço alcançado com os estudos acerca deste material, suas possibilidades ainda não foram esgotadas, e o mesmo está em plena evolução e é impossível prever seu futuro bem como definir seus limites. As pesquisas e seus avanços buscam obter melhor proveito deste material, para trazer segurança e tranquilidade aos projetistas e construtores, que por sua vez optam cada vez mais por utilizá-lo em suas construções, buscando soluções originais para as estruturas, explorando ao máximo a capacidade dos materiais (HELENE; ANDRADE, 2010).

Denomina-se concreto armado à associação do aço ao concreto, com a finalidade de melhorar a resistência desses há determinado tipo de esforços. Essa associação tornou-se possível graças aos seguintes fatores: à boa aderência entre ambos os materiais; à quase igualdade dos respectivos coeficientes de dilatação térmica, e à proteção do aço contra a corrosão, quando convenientemente envolvido pelo concreto (AZEREDO, 1997).





Quando as peças de concreto armado não suportam aos esforços solicitantes, seja por erro de cálculos, uso indevido ou impreviões, começa a apresentar sinais da deficiência, como flechas acima do previsto, fissuras, trincas ou até mesmo seu rompimento por completo. Na maioria dos casos de deficiência estrutural, é possível a recuperação da mesma sem necessidade de substituição da peça, ou seja, pode ser executada acrescentando mais área de secção aço, fibra de carbono, etc. (SILVA; VALENTE, 2013).

Segundo Fontes e Pinheiro (2005), a análise de uma estrutura é a determinação dos esforços solicitantes, assim como dos deslocamentos, através de modelos matemáticos, após serem considerados o comportamento das ações, os materiais que constituem o elemento, as ligações e a resposta dos elementos às ações.

As estruturas podem ser analisadas de cinco formas: análise linear, análise linear com redistribuições de esforços, análise plástica, análise não linear e análise através de modelos físicos (ALVES; NASCIMENTO, 2016). "O objetivo da análise estrutural é determinar os efeitos das ações em uma estrutura, com a finalidade de efetuar verificações dos estados-limites últimos e de serviço." (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2014).

Um material possui comportamento linear quando seu diagrama de tensão-deformação é caracterizado por uma linha reta. Este será determinado como elástico se, no momento do descarregamento, o corpo retorne à sua posição original, sem que haja deformações provenientes do carregamento (ALVES; NASCIMENTO, 2016).

No momento em que a tensão não aumentar de maneira proporcional à deformação, Segundo Alves e Nascimento (2016), o material será considerado com um comportamento elástico-não linear, assim, o gráfico de tensão-deformação não será mais uma linha reta. Contudo, caso o material sofra deformações residuais





devidas ao carregamento, isto é, deformações irreversíveis, este terá comportamento plástico.

Quanto à rigidez de elementos estruturais, a NBR 6118 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2014) estabelece que, como aproximação, adotar o módulo de elasticidade secante ( $E_{cs}$ ) do concreto, junto com o momento de inércia da seção bruta do concreto. Para a verificação das flechas, é obrigatório considerar a fissuração e fluência do concreto.

As propriedades básicas do concreto fresco são as seguintes: a trabalhabilidade, que é a capacidade de moldar o concreto, a exsudação (transpiração) e o tempo de início e de fim de pega. (YAZIGI, 2009 apud MORO, 2014). “A trabalhabilidade no estado fresco determina a facilidade com a qual um concreto pode ser manipulado sem segregação nociva.” (MEHTA; MONTEIRO). Um concreto que seja difícil de lançar e adensar, não aumentará só o custo de manipulação, como também possuirá resistência, durabilidade e aparência, inadequadas.

A composição química média do cimento Portland é constituída por: cal, sílica, alumina e óxido de ferro como elementos principais e em pequenas porcentagens são encontradas a cal livre, magnésia e o gesso. Tal composição oferece reações químicas na presença da água que endurecem o concreto (FUSCO, 2008 apud MORO, 2014).

O endurecimento dos cimentos ocorre por meio hidráulico, ou seja, precisa ter água para as reações químicas iniciarem. O endurecimento hidráulico é obtido através da hidratação dos grãos de clinker de cimento Portland, nome dado às partículas muito finas do cimento. A velocidade de hidratação depende diretamente ao grau de finura do cimento. Assim quanto menores forem os grãos de cimento, maior será sua superfície específica, facilitando a reação com a água (FUSCO, 2008 apud MORO, 2014).





Portanto, o concreto possui propriedades que lhe asseguram a posição do material mais utilizado na construção civil, mas ao mesmo tempo, apresenta certas limitações, como a baixa capacidade de deformação e a rápida propagação de fissuras quando submetido a esforços de tração (FIGUEIREDO, 2011).

Microfissuras estão naturalmente presentes no concreto e sua baixa resistência à tração é devido à propagação de tais microfissuras. Essas deficiências geralmente são superadas pelo concreto armado, que utiliza barras de aço contínuas como reforço (CHAWLA; TEKWANI, 2013). Mais recentemente, a utilização de fibras como material de reforço para o concreto, surgiu como alternativa para minimizar as limitações deste material (FIGUEIREDO, 2011).

O ACI 544.1R-82 (1982 apud VAZ, 2015) define como concreto reforçado com fibras (CRF) o material composto por cimento hidráulico, água, agregados miúdos e graúdos e fibras discretas descontínuas. Segundo Mehta e Monteiro (2008), o concreto que possui cimento hidráulico, água, agregado e fibras discretas descontínuas são denominados concreto reforçado com fibras – CRF (*fiber-reinforced concrete – FRC*). Fibras de várias formas e tamanhos, produzidas com aço, plástico, vidro e materiais naturais são utilizados, sendo que, a fibra mais utilizada dentre todas é a de aço.

Segundo Peruzzi (2002), o reforço de argamassas e concretos de cimento Portland com fibras é uma maneira bastante eficiente de reduzir a fragilidade na ruptura destes materiais, aumentar a durabilidade e conferir propriedades mecânicas não encontradas nas argamassas e concretos convencionais, relacionadas à capacidade de deformação e absorção de energia.

De acordo com Izquierdo (2011), as fibras podem ser classificadas em 2 categorias: artificiais e naturais. Quanto às fibras naturais, essas podem ser subdivididas em vegetais, animais e minerais. As fibras





vegetais são caracterizadas pela sua natureza celulósica, como fibras de bambu, coco e bananeiras. As fibras animais têm como características principais cadeias proteicas, enquanto que as fibras minerais se caracterizam por cadeias cristalinas que possuem grande comprimento. A principal vantagem da utilização de fibras naturais é o baixo consumo de energia requerido para sua produção, se comparado com a produção de fibras de origem artificial. Porém, o ambiente químico existente no interior do concreto pode ocasionar a redução da durabilidade dessas fibras.

Já as fibras de origem artificial podem ser divididas em: metálicas, como fibras de aço e alumínio, poliméricas, como fibras de nylon e de carbono e cerâmicas, como fibras de vidro (PICANÇO, 2005 apud IZQUIERDO, 2011). Contudo, as fibras mais utilizadas na construção civil são as de aramida, nylon, poliéster e propileno (IZQUIERDO, 2011).

O material que constitui a fibra irá determinar o módulo de elasticidade e resistência mecânica das mesmas, sendo essas as duas propriedades que exercem grande influência na capacidade de reforço que a fibra proporciona ao concreto. As fibras que apresentam um valor de módulo de elasticidade inferior ao do concreto são denominadas de fibras de baixo módulo, como as fibras poliméricas, enquanto que, as que apresentam um módulo maior que o do concreto, são denominadas fibras de alto módulo, como as fibras de aço e de carbono (FIGUEIREDO, 200-?).

Uma das vantagens da utilização de fibras é o fato de que essas se distribuem aleatoriamente no material, ocasionando um reforço na peça inteira. Porém, caso a estrutura apresente esforços localizados, como no caso de uma viga bi-apoiada, a utilização de fibras, sem a presença de vergalhões não se torna economicamente viável (FIGUEIREDO, 2000).





Além do correto teor de fibras adicionadas, outro fator que relevante é a geometria da fibra utilizada, determinada pelo fator de forma, que consiste na relação entre o comprimento da fibra e o diâmetro em sua seção transversal. Quanto maior o fator de forma da fibra, maior será a capacidade de resistir a esforços, que o concreto apresentará (FIGUEIREDO, 2000).

Selecionando-se dentre as diversas fibras, geometrias e polímeros disponíveis, as propriedades mecânicas e de durabilidade de um material podem se adequar a uma aplicação específica. Os desempenhos estruturais dos materiais compósitos dependem principalmente do tipo e da quantidade de fibras utilizadas numa dada direção (CHIODI, 2015).

Segundo Chiodi (2015) existe uma grande diversidade de sistemas polímeros reforçados com fibras (PRF) que podem ser encontrados no mercado. As fibras de vidro, de aramida – Aromatic polyamid (kevlar) e de carbono são as mais utilizadas nos PRF, mas também são utilizadas fibras de boro e de sílica. Segundo Sánchez (2001 apud CHIODI, 2015), a diversidade de produtos compósitos tende a aumentar, como reflexo do aprimoramento da tecnologia de fabricação desses produtos.

Mehta e Monteiro (2008) descrevem que, independentemente do tipo de fibra utilizada, a perda de trabalhabilidade é proporcional à concentração de volume das fibras no concreto. Para a maioria das aplicações dosagens típicas de argamassa ou concreto com fibras possuem consistências muito baixas. No entanto, o lançamento e a compactação do concreto são muito melhores do que se poderia esperar pela baixa consistência.





## 2.1 TIPOS DE FIBRAS E SUAS CARACTERÍSTICAS

Diversos tipos de fibras têm sido utilizados, cada qual com suas características que se diferenciam entre si desde seu processo de fabricação, composição química e física, características mecânicas, resistência a meios agressivos, forma, etc.

Segundo Figueiredo (2011) as fibras são elementos descontínuos, cujo comprimento é bem maior que as dimensões da seção transversal. Pode-se dividir as fibras de acordo com seu material de origem: metal, cerâmicos e poliméricos sintéticos ou naturais.

As fibras de aço são as fibras metálicas mais utilizadas, e contemplam uma grande variedade de geometrias e diversos processos de produção das mesmas. Para aumentar sua ancoragem as fibras de aço geralmente possuem ganchos nas extremidades, e seu comprimento varia de 25mm (fibras curtas) a 60mm (fibras longas), e estas podem ser fornecidas soltas ou coladas em pentes (FIGUEIREDO, 2011).

Na pesquisa de Rodrigues et al. (2018), foram elaborados 40 corpos de prova cilíndricos, com adição de fibras de Polietileno Tereftalato, contendo até 5,5 % do volume dos corpos de prova. O traço utilizado para o ensaio foi 1: 1,12: 2,17 a/c 0,39, com abatimento estipulado de  $70 \pm 20$  e os corpos de prova foram submetidos à ensaios de tração por compressão diametral e compressão axial com cargas constantes, até o momento da ocorrência de falha. Foi concluído que a ruptura global da peça foi minimizada, além de ter apresentado um aumento na resistência à compressão axial, se comparado com os corpos de prova sem adição de fibra, na faixa de até 30 %. Contudo, não foi possível notar uma divergência significativa entre os corpos de prova com diferentes teores de fibra.

Izquierdo (2011) realizou um estudo relacionado à adição de fibras de sisal em blocos de concreto, comparando a viabilidade





e as características de blocos com, e sem adição de fibras, de diferentes comprimentos. Ainda, a autora menciona que há uma alta variabilidade nas características de fibras de origem natural pelo fato de que essas não são submetidas à um processo industrial de maneira a padroniza-las. Ela concluiu que as fibras de sisal possuem baixa massa específica aparente e alta absorção de água. Também, concluiu que as características como absorção de água, área líquida e massa específica superam os parâmetros estabelecidos nas normativas técnicas. Contudo, notou-se que a adição de fibras de sisal ocasionou uma redução média de 41% da resistência à compressão axial dos blocos, se comparados com amostras sem adição de fibras.

As fibras de vidro, carbono e asbesto são as fibras cerâmicas, também conhecidas como fibras minerais. As fibras de vidro geralmente são produzidas na forma de 'cachos', fios compostos de centenas de filamentos individuais. O diâmetro dos filamentos individuais depende das propriedades do vidro, tamanho do furo por onde são extrudados e velocidade de extrusão, sendo da ordem de 10  $\mu\text{m}$  (VAZ, 2015).

Existem fibras produzidas a partir do vidro tipo E (Electrical) que são atacadas pelos álcalis presentes nos materiais baseados em cimento Portland, e fibras tipo AR (Álcali Resistente) que apresentam resistência ao meio alcalino e por isso têm sido utilizadas com sucesso nas matrizes cimentícias a base de cimento Portland (VAZ, 2015).

As fibras de carbono são as mais novas e promissoras fibras no desenvolvimento de materiais compósitos, baseados na resistência das ligações carbono-carbono e na leveza do átomo de carbono. Estas fibras podem ser classificadas como: fibras de alta resistência (2400 MPa) com módulo de elasticidade de 240 GPa e fibras de alto módulo (420 GPa) com resistência à tração de 2100 Mpa (VAZ, 2015).

Segundo Figueiredo (2000), ao se desenvolver uma fissura em um elemento de concreto, essa atuará como uma barreira para a







propagação de tensões. Logo, ocorrerá uma concentração de tensões nas extremidades da fissura, ocorrendo a ruptura do material, caso essas tensões ultrapassem a resistência da matriz. Caso os esforços atuem de maneira cíclica, dar-se-á a ruptura por fadiga. Assim, quando o concreto estiver fissurado, ele não possuirá capacidade resistente.

Contudo, quando se adiciona fibras ao concreto, esse perde seu comportamento frágil, devido ao fato de que a fibra atua como um elemento de transferência para as tensões internas, ocasionando a redução da velocidade de propagação das fissuras, passando a possuir comportamento pseudo-dúctil (FIGUEIREDO, 2000).

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

O método adotado para o desenvolvimento da pesquisa ocorreu mediante pesquisa bibliográfica em materiais como livros e artigos científicos, disponibilizados nas diferentes bases de dados. Também foi realizada pesquisa de campo, em forma de questionário.

No desenvolvimento da pesquisa, foram reunidos diversos artigos científicos, tratando da adição de fibras ao concreto, assim como as características de cada fibra, como produção e resistência à esforços solicitantes. A presente pesquisa sintetiza a informação presente em tais artigos, de maneira a abordar apenas os pontos em estudo. Posteriormente, aplicou-se um questionário às empresas que atuam como usinas de concreto da região, com o intuito de identificar se essas empresas estão adeptas à técnica de adição de fibras ao concreto, assim como identificar quais as principais fibras utilizadas e em quais partes da edificação seu uso se faz presente.

No questionário foram indagadas questões sobre: atuação da empresa no mercado, se utiliza ou não algum tipo de fibra em





seu produto, se teria interesse em utilizar e quais características são alteradas com a adição fibra.

O questionário aplicado encontra-se no anexo desse trabalho. Ele foi desenvolvido com sete perguntas discursivas e objetivas, e foi aplicado durante os meses de março a dezembro de 2020 e teve-se o retorno de três empresas.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste item, serão expostos e discutidos os resultados do questionário, aplicado à três usinas de concreto da cidade de Chapecó.

### 4.1 ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ: PRINCIPAIS FIBRAS UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

De maneira a identificar o uso de fibras no concreto, na cidade de Chapecó, SC, aplicou-se um questionário (anexo) em três das cinco usinas de concreto da cidade. Duas dessas empresas atuam no mercado a mais de dez anos, enquanto a terceira possui um tempo de atuação entre 3 a 5 anos. Essas empresas possuem volumes de produção de concreto diferentes (Tabela 1).

Tabela 1 – Principais características das usinas estudadas

<b>Empresa</b>	<b>Volume de concreto produzido mensalmente</b>
A	Entre 4000 m <sup>3</sup> e 8000 m <sup>3</sup>
B	Entre 2000 m <sup>3</sup> e 4000 m <sup>3</sup>
C	Entre 2000 m <sup>3</sup> e 4000 m <sup>3</sup>

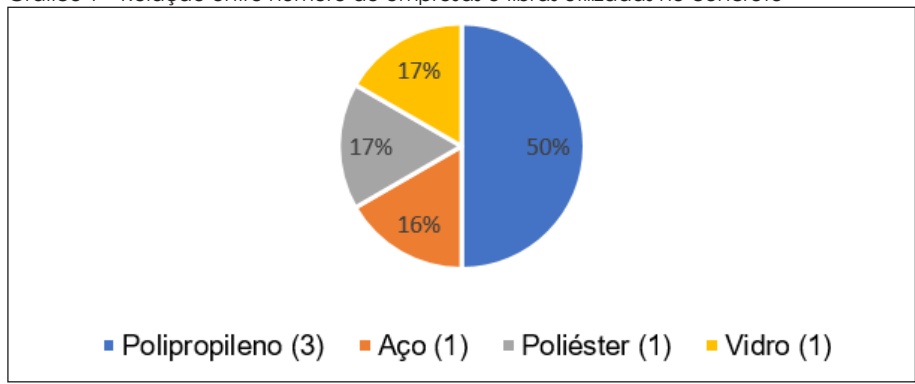
Fonte: os autores.





Das empresas em que o questionário foi aplicado, 100% utilizam a adição de pelo menos um tipo de fibra na elaboração de concreto. O Gráfico 1 apresenta, de maneira resumida, o número de empresas que empregam a adição dos diferentes tipos de fibra na confecção de concreto para a construção civil.

Gráfico 1 – Relação entre número de empresas e fibras utilizadas no concreto



Fonte: autor.

Através do questionário, observou-se que a principal fibra utilizada é a de polipropileno, sendo sua utilização comum entre as três empresas. Essa fibra é comumente empregada em concretos direcionados à confecção de pisos industriais, devido às características de controle de retração, uma vez que os pisos industriais tendem a possuir grande extensão. Também, notou-se que fibras de aço e fibras de vidro são utilizadas, embora com menor frequência, se comparada com a utilização de fibras de polipropileno.

A utilização de fibras é relativamente pequena, se comparada com o volume de concreto produzido (Tabela 2). Isso demonstra que apesar de ser uma técnica conhecida, a utilização de fibras no concreto não é muito utilizada atualmente, apesar das vastas benfeitorias, citadas anteriormente.



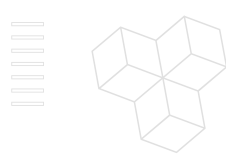


Tabela 2 – Volume de fibra utilizada no concreto por ano

<b>Empresa</b>	<b>Volume de fibras utilizadas anualmente</b>
A	Entre 5 m <sup>3</sup> e 20 m <sup>3</sup>
B	Menos de 5 m <sup>3</sup>
C	Menos de 5 m <sup>3</sup>

Fonte: autor.

Contudo, as três usinas estudadas relataram não utilizar resíduos de materiais para a produção de concreto, isto é, não fazem uso de fibras reutilizadas ou compostas por resíduos. Uma das empresas ressaltou que a utilização das fibras de polipropileno, aço e vidro se dá apenas quando adquirida por fornecedores que prestem garantia sobre o material, além de realizar ensaios técnicos, a fim de garantir uma padronização e controle de qualidade.

## 5 CONCLUSÃO

Com base na pesquisa realizada, pode-se concluir que a adição de fibras, sejam elas de polipropileno, aço ou de material orgânico, promovem um aumento significativo da resistência dos esforços atuantes em um elemento de concreto armado, elevando sua resistência ao cisalhamento, assim como reduzindo a quantidade de fissuras presentes nesses elementos. Contudo, a adição de fibras ao concreto pode ocasionar uma redução na trabalhabilidade do material, dificultando sua aplicação em certos casos dentro da engenharia civil.

Também, notou-se que concretos com adição de fibras são empregados de maneira mais frequente em contrapisos e pisos polidos de grande extensão, a fim de reduzir a fissuração causada pela retração natural do concreto.





Foi possível notar que existem uma diversa gama de fibras que podem ser incorporadas ao concreto, contudo, fibras compostas de material orgânico tendem a apresentar resultados menos satisfatórios, devido as características do próprio material. Ainda, como observou-se no questionário, a utilização industrial de resíduos como adição ao concreto não é comum, pois esses materiais não possuem garantias ou certificados que comprovem sua qualidade e padronização. Assim, caso da utilização desses resíduos, a usina seria responsável pela realização de ensaios técnicos, assim como um controle de qualidade sobre o material, pois esse não estaria assegurado por uma garantia por parte dos fornecedores.

## REFERÊNCIAS

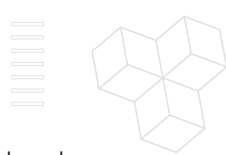
ALVES, G. Z.; NASCIMENTO, A. R. do. Análise plástica de vigas contínuas em concreto armado. **Revista Uningá**, [s. l.], v. 28, n. 3, p. 24-32, out./dez., 2016.

ARAÚJO, D. de L. *et al.* Shear strength of steel fiber-reinforced concrete beams. **Acta Scientiarum, Technology**, Maringá, v. 36, n. 3, p. 389-397, jul./set. 2014.

ARAÚJO, G. A. B. C. **Contribuição ao Estudo das Propriedades de Argamassa com Saibro da Região de Maceió (AL) para Revestimentos**. 1995. 124 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND. **Boletim Técnico**: Guia Básico de Utilização do Cimento Portland. São Paulo, dez. 2002. Disponível em: <https://solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2012/11/28-Guia-basico-de-utilizacao-do-cimento-portland.pdf>. Acesso em: 22 out. 2021.





ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6118** – Projetos de estruturas de concreto – Procedimento. Rio de Janeiro, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12655** – Concreto de Cimento Portland: Preparo, controle e recebimento. – Procedimento. Rio de Janeiro, 2015.

AZEREDO, H. A. de. **O edifício até a sua cobertura**. 2. Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1997.

CARVALHO, J. D. N. de. Sobre as origens e desenvolvimento do concreto. **Revista Tecnológica**, Maringá, v. 17, p. 19-28, 2008.

CHAWLA, K.; TEKWAN, B. Studies of glass fiber reinforced concrete composites. **International Journal of Structural and Civil Engineering Research**, India, v. 2, n. 3, p. 176-182, agosto, 2013.

CHIODI, C. B. **Estudo Comparativo da Utilização de reforços com Fibras de Carbono e de Vidro em Vigas de Concreto Armado Submetidas à Flexão**. 2015. Relatório de estágio Supervisionado (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2015.

FIGUEIREDO, A. D. de. **Concreto com fibras de aço**. São Paulo: EPUSP, 2000. 68 p.

FIGUEIREDO, A. D. **Concreto Reforçado com Fibras**. 2011. 248p. Tese (Livre docência) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FONTES, F. F.; PINHEIRO, L. M. Análise linear com redistribuição e análise plástica de vigas de edifícios. In: Congresso Brasileiro do Concreto, 47, 2005. São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo, INBRACON, p. 72-85.





GARCIA, G. C. R.; SANTOS, E. M. B.; RIBEIRO, S. Efeito do tempo de cura na rigidez de argamassas produzidas com cimento Portland. **Cerâmica**, [s. l.], v. 57, 2011, p. 94-99. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0366-69132011000100012>. Acesso em: 22 out. 2021.

GONÇALVES, L. M.; ANTUNES, E. G. P. **Avaliação da Influência de Diferentes Processos de Cura em Concreto com Incorporação de Resíduos de Esmalte Cerâmico**. 2017. 30 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Civil) – Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, 2017.

HELENE, P.; ANDRADE, T. **Concreto de Cimento Portland**. Materiais de Construção Civil e Princípios de Ciência e Engenharia de Materiais. 2 ed. São Paulo, IBRACON, 2010. 2v.

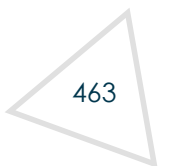
IZQUIERDO, I. S. **Uso de fibra natural de sisal em blocos de concreto para alvenaria estrutural**. 2011. 146 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Estruturas) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011.

MEHTA, K.; MONTEIRO, P. J. M. **Concreto: Microestrutura, propriedades e Materiais**. 2. ed. São Paulo: Editora Nicole Pagan Hasparyk; IBRACON, 2014.

MEHTA, P. K.; MONTEIRO, P. J. M. **Concreto: microestrutura, propriedades e materiais**. São Paulo: Pini, 1994, 573 p.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Anuário estatístico do setor de transformação não metálicos**. Brasília: 2018.

MORO, P. dos S. **Análise da influência da fibra de polipropileno no comportamento de elementos de concreto armado submetido à flexão**. Joaçaba: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2014.





MOTTER, C. **A cidade de Chapecó e suas centralidades**: uma análise a partir dos subcentros e eixo comercial. 2016. 186 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

MOURA, M. **Reforço estrutural em estruturas de concreto armado**. 2013. 82 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Engenharia Civil) – Universidade Federal do Pampa, Alegrete, 2013.

PEDROSO, F. L. Concreto: as origens e a evolução do material construtivo mais usado pelo homem. **Revista Concreto & Construções**, São Paulo: Ibracon, v. 37, n. 53, p. 14-19, jan./fev./mar. 2009.

PERUZZI, A. de P. **Comportamento das fibras de vidro convencionais em matriz de cimento Portland modificada com látex e adição de sílica**. São Paulo: Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2002.

SILVA, L. H. G. da S.; VALENTE, R. O. **Reforço à Flexão em Vigas de Concreto Armado com Tecido de Fibra de Carbono**. Belém: Unama, Universidade da Amazônia, 2013.

SERNA, H. A. Ia; REZENDE, M. M. **Agregados para a Construção Civil**. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/outras-publicacoes-1/8-1-2013-agregados-minerais>. Acesso: 22 out. 2021.

VAZ, V. V. **Pavimento Intertravado de Concreto Reforçado com Fibras de Vidro**. 2015. 477p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Tecnologia, São Paulo, 2015.







## ANEXO

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA



A quanto tempo a empresa atua no mercado?

- Menos de 1 ano;
- Entre 1 e 3 anos;
- Entre 3 e 5 anos;
- Entre 5 e 7 anos;
- Entre 7 e 10 anos;
- Mais de 10 anos.

Qual a produção mensal estimada de concreto?

- Menos 500 m<sup>3</sup>;
- Entre 500 e 1000 m<sup>3</sup>;
- Entre 1000 e 2000 m<sup>3</sup>;
- Entre 2000 e 4000 m<sup>3</sup>;
- Entre 4000 e 8000 m<sup>3</sup>;
- Mais de 8000 m<sup>3</sup>.

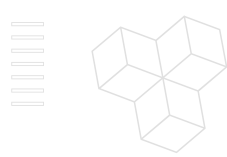
A empresa reutiliza algum tipo de resíduo na produção de concreto? Se sim, qual resíduo é utilizado?

- Sim, \_\_\_\_\_
- Não.

A empresa utiliza/reutiliza fibras na elaboração de concreto? Se sim, qual o material utilizado?

- Sim, \_\_\_\_\_
- Não.





Qual o volume desta fibra é utilizado anualmente?

- Menos de 5 m<sup>3</sup>
- Entre 5 e 20 m<sup>3</sup>
- Entre 20 e 50 m<sup>3</sup>
- Entre 50 e 100 m<sup>3</sup>
- Mais de 100 m<sup>3</sup>

No caso de fibras reutilizadas, qual era a aplicação original da fibra?

Caso não utilize nenhum tipo de fibra na elaboração do concreto, teria interesse em utilizar? Qual?

- Sim, \_\_\_\_\_
- Não.

